

Como diplomata de carreira, Fernando de Mello Barreto teve dez postos no exterior: cinco nas Américas, quatro na Europa e um no Pacífico. Foi Embaixador do Brasil em Camberra, na Austrália, e também foi enviado para chefiar temporariamente a Embaixada em Moscou, na Rússia. Foi Cônsul-Geral do Brasil em Londres, no Reino Unido, bem como em Boston e em Hartford, nos Estados Unidos. Atuou como delegado do Brasil na Missão junto à ONU, em Nova York, e junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. Serviu também nas embaixadas na Espanha, no Equador e no Canadá. Foi assessor internacional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Lecionou Direito Internacional na Universidade de São Paulo (USP) e História da Política Externa Brasileira no Instituto Rio Branco. Publicou três livros sobre a história da política externa brasileira, assim como um sobre direito comparado.

É bacharel em Direito pela USP, mestre (LLM) pela Columbia University e doutor (JSD) pela University of Connecticut. Exerceu o cargo de secretário adjunto de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo. Atualmente é professor colaborador do Instituto de Relações Internacionais da USP.

Neste segundo volume de Fernando de Mello Barreto, desde já é permitido concluir que se tornará referência indispensável aos trabalhos futuros sobre a política exterior do Brasil entre 1964 e 1985. A essa posição, está ele destinado pela solidez do levantamento cuidadoso do encadeamento dos acontecimentos ao longo desses anos, pela linguagem clara, direta e sem obscuridades com que a narrativa articula os fatos e decisões mais importantes, ao mesmo tempo em que divide e caracteriza as diversas fases pelas quais passaram as relações brasileiras com outros países ou com organismos internacionais em cada uma das gestões ministeriais (veja-se, por exemplo, a acertada classificação das fases da relação Brasil-Estados Unidos durante a gestão Geisel-Silveira).

Também o credencia a tal papel a rica documentação que ampara e fundamenta cada etapa da construção da trama expositiva, com farta utilização dos mais expressivos e reveladores trechos de discursos e documentos da época, bem como a exaustiva fundamentação do texto em notas de origem ou elucidativas, as quais chegam, em certos capítulos, a mais de 600. Trata-se de trabalho pioneiro sobre período histórico ainda próximo e, por isso mesmo, percebido confusamente como magma de lembranças sem forma definida. Conforme costuma ocorrer nesses casos, teve o autor de agir como desbravador e de selecionar, dentro da floresta emaranhada de fatos minúsculos ou maiúsculos, aqueles que mereceriam figurar em sua síntese. Suas escolhas do que deveria ou não constar da história pareceram-me judiciosas e provavelmente hão de influenciar os estudos que se seguirem.

Será, por muito tempo, creio, a obra insubstituível para encetar o estudo de um dos períodos da história da política exterior do Brasil com implicações mais determinantes para a fase que vivemos hoje.

Rubens Ricupero

ISBN 978-85-7631-904-7

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Fernando de Mello Barreto

Os sucessores do Barão (volume 2, tomo 1)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

história diplomática

Fernando de Mello Barreto

Os sucessores do Barão

Relações Exteriores do Brasil

Volume 2
1964-1985

Tomo I

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil

Neste segundo volume de *Os Sucessores do Barão*, Fernando de Mello Barreto trata da política externa brasileira durante o regime militar, isto é, entre 1964 e 1985. As gestões de Leitão da Cunha, Juracy Magalhães, Magalhães Pinto, Gibson Barboza, Azeredo da Silveira e Saraiva Guerreiro são examinadas sob o ângulo dos relacionamentos bilaterais, multilaterais e econômicos. Cada um dos desempenhos do Itamaraty sob essas diversas chefias é analisado em seu contexto do momento. Assim, é descrita a reação nacional aos conflitos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970, em especial no Vietnã e no Oriente Médio (Guerra dos Seis Dias e o Yom Kipur). São vistos o envolvimento brasileiro na intervenção interamericana na República Dominicana, a postura adotada quando da guerra das Malvinas e as medidas tomadas na disputa entre o Equador e o Peru.

A longa controvérsia com a Argentina a respeito do aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná recebe amplo tratamento. Sobressaem do texto iniciativas levadas a efeito tais como o Tratado de Itaipu, o Acordo Nuclear com a Alemanha e o Tratado de Cooperação Amazônica. Não foge o autor do tratamento de temas delicados, tais como as dificuldades diplomáticas para responder a (fundadas) acusações de torturas praticadas no país. Relata igualmente as controvérsias mantidas com os Estados Unidos a respeito de energia nuclear e direitos humanos. Em resumo, dá ao leitor interessado nas relações internacionais do Brasil ampla visão dos difíceis anos para a diplomacia brasileira quando generais do Exército ocupavam a Presidência da República.



história diplomática

Fernando de Mello Barreto

Os sucessores do Barão

Relações Exteriores do Brasil

Volume 2
1964-1985

Tomo I

Fundação Alexandre de Gusmão
Brasil



OS SUCESSORES DO BARÃO

RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado	Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira
Secretária-Geral	Embaixadora Maria Laura da Rocha

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente	Embaixadora Márcia Loureiro
Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática	Embaixador Gelson Fonseca Junior
Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais	Ministro Almir Lima Nascimento

Conselho Editorial

Ana Flávia Barros-Platiau	Maitê de Souza Schmitz
Daniella Poppius Vargas	Maria Regina Soares de Lima
João Alfredo dos Anjos Junior	Maurício Santoro Rocha
Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos	Rogério de Souza Farias

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

A FUNAG, com sede em Brasília, conta em sua estrutura com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e com o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, este último no Rio de Janeiro.

Fernando de Mello Barreto

OS SUCESSORES DO BARÃO
RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL

Volume 2
1964-1985

Tomo I

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília – 2024

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H, anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Tel.: (61)2030-9117/9128
Site: gov.br/funag
E-mail: funag@funag.gov.br

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:
Fernanda Antunes Siqueira

Revisão:
Luiz Antônio Gusmão

Equipe de publicação e editoração:
Acauã Lucas Leotta
Alessandra Marin da Silva
Ana Clara Ribeiro Teixeira
Eliane Miranda Paiva
Gabriela Del Rio de Rezende
Nycole Cardia Pereira

Programação Visual e Diagramação:
Denivon Cordeiro de Carvalho

Capa:
Palácio Itamaraty, Brasília. Foto: Ricardo Padue.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição do governo brasileiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B273s Barreto, Fernando de Mello
Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, volume 2: 1964-1985, tomo 1 / Fernando de Mello Barreto. -- Brasília : FUNAG, 2024.
366 p. –- (História diplomática)

ISBN: 978-85-7631-904-7

1. Brasil – Relações internacionais - 1964-1985. 2. Brasil – Relações exteriores – Séc.XX. 3. Política externa brasileira. I. Título. II. Série.

CDD-327.81

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.
Elaborado por Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

À Maria Helena, a meus pais e a meus filhos.

Índice geral

Volume II, Tomo I

Prefácio

Introdução

Vasco Leitão da cunha

Juracy Magalhães

Magalhães Pinto

Gibson Barboza

Volume II, Tomo II

Azeredo da Silveira

Saraiva Guerreiro

Epílogo

Galeria de Sucessores do Barão (1964-1935)

Bibliografia

Sumário

Prefácio 15

Introdução 33

Vasco Leitão da Cunha 51

A nova política externa 52

Asilados, cassados e opositores 55

Estados Unidos: relações prioritárias 60

América Latina: relações relevantes 74

Europa: relações ininterruptas 83

África: *apartheid*, colonialismo português e Rodésia .. 88

Ásia e Oriente Médio: contatos esparsos 91

Atuação política multilateral 95

Cuba: sanções 95

Desarmamento mundial e regional 97

República Dominicana: o envolvimento brasileiro 102

Outras questões multilaterais 109

Atuação econômica externa 111

Saída de Leitão da Cunha 119

Juracy Magalhães 121

Política de "fidelidade ao Ocidente" 122

Estados Unidos: reforço da prioridade 124

América Latina: manutenção da relevância e controvérsia paraguaia 128

Europa: ligações com Portugal e comércio com a URSS . 139

África, Ásia e Oriente Médio: situações diferentes ... 141

Atuação política multilateral 146

República Dominicana: fim do conflito 147

"Segurança coletiva" hemisférica 148

África do Sul: *apartheid* e colonialismo português 150

Desarmamento 152

Mar territorial 157

Direitos humanos e políticos 158

Atuação econômica externa 160

O serviço exterior brasileiro 161

Gestão de Juracy Magalhães: seu próprio balanço ... 163

Magalhães Pinto 165

Diplomacia da Prosperidade 167

América Latina: Tratado da Bacia do Prata 170

Estados Unidos: sequestro do embaixador 175

Europa: cooperação alemã e aproximação de Portugal 183

África (laços com Pretória) e Ásia (aproximação da Índia)..... 190

Atuação política multilateral 194

Desarmamento: Tlatelolco e TNP 195

Direitos Humanos: Conferência de Teerã 207

A Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio 211

Descolonização africana e a política pró-Portugal 223

Invasão soviética da Tchecoslováquia: forte reação brasileira 225

Outras questões multilaterais 229

Atuação econômica externa..... 234

O Serviço Exterior Brasileiro..... 240

Saída de Magalhães Pinto 242

Gibson Barboza..... 245

Segurança e desenvolvimento 247

América Latina: relações entre regimes militares..... 250

Argentina, Paraguai e a futura hidrelétrica de Itaipu..... 251

Golpe militar no Chile 260

Países amazônicos 262

América Central e Caribe 265

Estados Unidos: relações fluidas 266

Europa: comércio e cooperação 280

África: proposta sobre o colonialismo português 289

Ásia: Japão e República Popular da China (comércio) .. 297

Oriente Médio: modificação da política de equidistância 301

Viagem de Gibson Barboza 306

A Guerra do Yom Kipur e o embargo de petróleo 309

A política e a crise energética 314

Atuação política multilateral 318

Terrorismo internacional: o sequestro de diplomatas 319

Direitos Humanos: acusações de tortura 330

República Popular da China: admissão nas Nações Unidas 338

Mar Territorial: ampliação para 200 milhas 341

Meio ambiente: Conferência de Estocolmo 345

Desarmamento: "congelamento do poder mundial" 348

Cuba: atritos multilaterais 351

África do Sul: *apartheid* e comércio 354

População: papel no desenvolvimento 356

Atuação econômica externa 356

O Serviço Exterior brasileiro 364

A mudança para Brasília 364

Início da ampliação de postos 366

Prefácio

Não sei bem explicar por que, mas no novo livro de Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, o que primeiro me despertou o senso crítico foi o título principal: *Os Sucessores do Barão*. Não é que tenha sugestão melhor, pois compreendo e aprovo a intenção de dar continuidade ao volume I, que abarcava a história das relações exteriores do Brasil de 1912 a 1964. O volume II, que prossegue a crônica de nossa diplomacia e cobre o período militar, de 1964 a 1985, insinua que se trata da segunda parte do projeto maior, a abranger eventualmente a história completa da evolução diplomática do Brasil republicano. Faria sentido, assim, que a obra obedecesse a um nome genético, sob o qual se sucederiam etapas históricas com algum grau de coerência interna.

O problema é saber se merecem todas essas fases a alusão, implícita no nome, ao espírito de Rio Branco. Pode-se pretender, é certo, não ser necessário querer ver no título geral mais do que a simples sucessão cronológica de ministros, que, quaisquer tenham sido suas orientações, foram efetivamente sucessores no tempo de José Maria da Silva Paranhos Júnior. É óbvio, no entanto, que a escolha do termo de referência não se deve simplesmente à sua anterioridade, já que outros o precederam como ministros das Relações Exteriores da República. A explicação decorre da

centralidade do Barão como verdadeiro fundador da política exterior do período republicano.

Mas, quem afirma a importância de um momento fundador está reconhecendo que isso se deve a características que lhe projetaram e prolongaram a validade além do seu tempo, isto é, a seu espírito, a tudo o que tal momento evoca em termos de valores, juízos, metas, métodos de ação. É difícil invocar uma personalidade dominadora, um instante decisivo da história de modo neutro, como roupagem que pudesse servir a qualquer conteúdo. É como se uma história da diplomacia do Império se intitulasse "Os Sucessores do Visconde do Uruguai", sem preocupar-se se foram todos fiéis à linha inaugurada em meados do século XIX por Paulino José Soares de Souza e que, com razão ou sem ela, acabou por ficar inseparavelmente ligada à "política das intervenções" no Prata.

Mesmo que não tenha havido essa intenção consciente por parte do autor, vale a pena explorar, de uma perspectiva crítica, o que está contido no nome, pois, conforme sabiam os antigos hebreus, o nome sempre revela a essência. Por que se deu ao tomo inicial a denominação *Os Sucessores do Barão*? Provavelmente, conforme já tinha adiantado Celso Lafer no prefácio ao volume anterior, uma das razões indiretas foi a de privilegiar, dentre as distintas abordagens possíveis para narrar a história das relações exteriores de um país, a que dá ênfase às relações conduzidas pela Chancelaria ou Ministério de Negócios Estrangeiros, as relações oficiais com as embaixadas e com as chancelarias de outros governos.

Essa é a origem da palavra "diplomática", oriunda de diploma, documento oficial primitivamente dobrado em dois (daí a palavra grega) e selado. A escolha do Barão como referência é também sugestiva: o que conta são os ministros de Relações Exteriores e a instituição que comandam. Por essa razão, os dois tomos

são divididos não de acordo aos períodos presidenciais mas sim conforme os chanceleres. O Barão do Rio Branco, como se sabe, sofreu pouca interferência e talvez mesmo influência dos quatro presidentes a que serviu, tornando-se de certo modo mais indispensável do que eles, ao menos do ponto de vista das relações exteriores.

Em grau menor, algo parecido aconteceu na maior parte do primeiro ciclo cronológico (o do 1º volume), com exceções notáveis nas presidências Bernardes, Vargas e Quadros. Com exceções do mesmo tipo, sobretudo nas épocas de Castello Branco e de Geisel, não foi essencialmente diversa a situação prevalecente no período militar.

Como observa Mello Barreto:

> nos quase 21 anos em que cinco oficiais militares se revezaram no exercício da Presidência da República, seis foram os titulares do Itamaraty – apenas dois dos quais não oriundos da carreira diplomática – dos quatro embaixadores de carreira que exerceram o cargo de ministro das Relações Exteriores, três haviam ocupado antes o segundo posto na hierarquia do Itamaraty, isto é, a Secretaria-Geral.

Aliás, a única exceção, Azeredo da Silveira, chegou a ser oficialmente convidado para esse posto em 1968, quando deixou a chefia da Missão do Brasil em Genebra e só não o exerceu devido a problemas levantados pelos órgãos de segurança, o que obrigou a que fosse despachado como embaixador para Buenos Aires (eu sei porque estava lá e trabalhei com Silveira algum tempo).

Essa característica, justificadamente destacada logo no início do livro, fala por si mesma como indicativa do caráter institucional-tecnocrático ou de profissionalismo com que os generais costumavam respeitar a condução da diplomacia de forma

semelhante ao que fariam em relação à autonomia de cada um dos ramos das Forças Armadas. Por falar nisso, um dos aspectos de que os diplomatas sempre gostaram nos militares é que, pertencendo ambas categorias a carreiras hierarquizadas e ciosas de evitar interferências estranhas, sempre foi mínima, sob os governos militares, a ingerência, até e sobretudo nas importantíssimas promoções e escolhas de postos, a essência da carreira em termos pessoais.

Justifica-se, portanto, que, em relação a esses períodos, se valorize já no título o papel preponderante da chancelaria e do seu chefe. Os profissionais da diplomacia estão, no fundo, convencidos de que essa é e deve ser a normalidade, mesmo se admitem para efeitos externos que, de uma perspectiva constitucional, o Ministério das Relações Exteriores não passa de órgão executivo da política traçada pelo chefe de Estado. O orgulho profissional, o *esprit de corps* característico de instituições de forte e antigo prestígio histórico como o Itamaraty fazem com que seus integrantes não estejam convencidos de que a "diplomacia é assunto importante demais para ser deixada aos diplomatas".

O sentimento se reforça em países de "instrução restrita", como diria Oliveira Lima e onde os homens públicos, os políticos profissionais, quase integralmente absorvidos nos problemas internos, revelam às vezes pasmosa ignorância, se não desdém, pelas realidades externas. Houve até, recentemente, uma altíssima autoridade que ignorava que a Bolívia (por sinal o país de maior extensão de fronteira terrestre com o Brasil) fosse um dos nossos vizinhos limítrofes! Por conveniência calculada ou caridade cristã, tais gafes raramente vêm a público, mas são de sobejo conhecidas dos profissionais, em geral presentes a esses encontros reservados de cúpula, nos quais o monolinguismo da maioria esmagadora de nossos eleitos necessita não só de intérpretes mas daquilo que a rica língua italiana chama de *maestro suggeritore*, alguém que, além

de traduzir, ajude a conduzir a conversa, evitando que ela se reduza a um longo silêncio a dois.

Não é tão evidente, todavia, que o mesmo título possa servir, caso esta história diplomática venha a estender-se até governos onde foi ou é notório o predomínio da "diplomacia presidencial", estudada no livro de Sérgio França Danese e que tende a firmar-se sempre que a Presidência cabe a personalidades de invulgar projeção externa como Fernando Henrique Cardoso e Lula.

Mas, se a primeira intenção na escolha do título foi a de realçar o papel central dos chanceleres e do Itamaraty, resta a segunda, a referência ao Barão. O critério não foi obviamente o cronológico, já que, nessa hipótese, ter-se-ia que falar nos "Sucessores de Quintino Bocaiuva". A evocação seria pouco propiciatória, pois o primeiro chanceler do Governo Provisório da República ingressou nos anais diplomáticos pelo fiasco do acordo, repudiado até pelo Imperador no exílio, de partilha com a Argentina do território sob disputa de Palmas, impropriamente denominado de Missões.

Essa espinhosa questão só viria a encontrar solução com o integral ganho de causa no arbitramento do presidente Cleveland, em 1895, pelo qual o Barão do Rio Branco, ainda obscuro funcionário consular na Europa, dava à República seu primeiro triunfo diplomático. Mais até do que exclusivamente diplomático, era o primeiro êxito legitimador de um regime mais conhecido até então pelo Encilhamento, pelo massacre de Canudos, pela Revolta da Armada, pelos degolamentos da Revolução Federalista ou os fuzilamentos sumários da era Floriano do que por qualquer realização construtiva.

Quando o Barão desembarca no Rio de Janeiro para tornar-se ministro das Relações Exteriores no luminoso e cálido 1º de dezembro de 1902, conforme descreveu testemunha ocular com algum eufemismo na escolha dos adjetivos (o Barão, mais realista,

queixou-se a Domício da Gama: "suei doze lenços"), o Regime Republicano tinha completado 13 anos de existência. Se nenhum dos predecessores que haviam ocupado o cargo nesse período foi julgado digno de inaugurar a galeria de retratos de chanceleres republicanos insinuada no título não terá sido porque, na maioria dos casos, o ministro efetivo haja sido o vetusto Visconde de Cabo Frio, que, com mão de ferro e superioridade intimidatória para seus teóricos chefes hierárquicos, governava a Direção Geral da Secretaria desde, pasmem, 1865! A razão verdadeira, suspeita-se, é simplesmente o êxito do Barão do Rio Branco, sem precedentes no Brasil e provavelmente sem paralelo no mundo, tanto em durabilidade, quanto em invencibilidade.

Esse êxito excessivo esmagou os contemporâneos (a manchete do seu falecimento em *A Noite* foi: "A morte de Rio Branco é uma catástrofe nacional") e apequenou e ofuscou os que vieram depois, um pouco o que o humorista argentino Landrú chamaria de *los venidos a más*. Qualquer um deles poderia ter dito o que respondeu Thomas Jefferson, ao ser perguntado na França se ele havia substituído (*replaced*) Benjamin Franklin como embaixador: "I only succeeded Franklin; no one can replace him" (Eu apenas o sucedi; ninguém pode substituí-lo).

A sombra da glória do Barão era mais densa sobre seus imediatos epígonos, que davam às vezes, no melhor dos casos, a impressão de serem como o português Latino Coelho, "um estilo à procura de um assunto", de tal maneira parecia que Rio Branco esgotara os temas, ao não deixar sem solução nenhum problema maior. Nesses anos que restavam à Velha República, os chanceleres tendiam a ser vistos como não mais que "Sucessores do Barão". À medida, contudo, que o tempo trazia questões absolutamente inéditas, desafios inexistentes no início do século, seria ainda válida a denominação?

Várias décadas após o desaparecimento de Paranhos, o paradigma que ele criou continuava a ser tratado como fórmula irretocável, padrão do qual jamais deveriam afastar-se os responsáveis pela diplomacia nacional. Ainda no começo da década de 1950, em pleno segundo governo Vargas, cujo cunho nacionalista gerou mais de um mal-entendido com os norte-americanos, Oswaldo Aranha declarava na Escola Superior de Guerra que a política que herdáramos de nossos maiores e tínhamos o dever de legar aos nossos descendentes era a de apoiar politicamente os Estados Unidos nas questões mundiais, em troca da ajuda americana para nosso predomínio diplomático e militar na América do Sul. Os que pensavam ou diziam isso enfaticamente mereceriam ser, mais do que "sucessores", herdeiros do Barão.

Até que ponto, porém, poderia pretender-se o mesmo para personalidades como Jânio Quadros, San Tiago Dantas, Araújo Castro ou, mais tarde, Azeredo da Silveira? Sucessores do Barão, em sentido puramente cronológico, todos foram (Jânio, sem ser ministro, foi quem efetivamente traçou e dirigiu a política externa, em alguns casos de modo tão microcentralizador que se tornou famosa a frase de que "ele acertava no atacado, mas errava no varejo"). No entanto, em termos do conteúdo da diplomacia que praticaram, essas personalidades evocam não mais Paranhos, mas o paradigma que começa a esboçar-se na política exterior brasileira a partir do começo da década de 1960 e só vai atingir com Geisel e Azeredo da Silveira a posição de nova hegemonia consagrada.

Que esse paradigma seja diferente da linha do passado fica evidente pela oposição tenaz que sofreu e sofre de parte dos que, à imagem da frase de Aranha, veem a herança de Rio Branco como patrimônio imutável, quase sagrado e não como construção histórica sujeita à erosão do tempo, de modo semelhante a tudo que pertence à história. Para esses herdeiros intransigentes, os nomes que citamos só seriam tolerados como "Sucessores do Barão" no

sentido da frase-chavão com que se caricaturizava sarcasticamente a atitude que teriam os diplomatas de outrora em relação a seus colegas de posto: "Mon prédécesseur, un crétin; mon successeur, un traître!"

Por outro lado, é perfeitamente possível discordar e sustentar que, mesmo os mais jacobinos defensores da "política externa independente" não ousariam dissociar-se aberta e francamente da paralisadora herança do Barão. Nisso seriam até obedientes ao seu espírito, ele que raramente admitia inovar alguma coisa, esforçando-se em apresentar ênfases novas (o estreitamento das relações com os Estados Unidos, por exemplo) como a inalterada continuação da diplomacia do Império, o que não era bem verdade. O melhor será, talvez, reconhecer que Rio Branco está para a política exterior do Brasil como Washington e os demais *Founding Fathers* estão para a Constituição da nação norte-americana: a referência obrigatória, o horizonte incontornável, que justifica o nome escolhido para uma história dessa diplomacia da qual foi ele, incontestavelmente, o grande fundador.

Quem teve a paciência de chegar até aqui, poderia adotar posição inversa à dos antigos hebreus e exclamar como em *Romeu e Julieta*:

> What's in a name? That which we call a rose
>
> By any other name would smell as sweet.

Confesso que se me demorei nessa exegese do nome foi numa espécie de exercício de psicanálise crítica: a de tentar desvelar, por baixo das intenções subconscientes ou inconscientes do autor, a natureza intrínseca de seu livro. O nome fornece, para isso, pistas que, embora inconfundíveis, pareceu-me que ganhariam em serem tornadas explícitas, como procurei fazer. O que temos em mãos é, portanto, um estudo das relações exteriores do país que, não obstante sua objetividade e isenção, privilegia tacitamente

a convicção da existência de uma fundamental continuidade na evolução da diplomacia brasileira. Por isso mesmo, o faz a partir da perspectiva do principal ator institucional e pessoal da continuidade dessas relações do ponto de vista do Estado, do garante por excelência da continuidade: o órgão diplomático de cúpula, o Ministério das Relações Exteriores e os titulares que o ocuparam.

O trabalho tem solidez intelectual e escrupuloso rigor na reconstrução dos acontecimentos, mas não foi escrito com intenção acadêmica ou crítica. É obra de profissional, de oficial do mesmo ofício, de diplomata de carreira em pleno exercício de suas funções, que navega com vista clara e mão segura nos meandros do jargão e das convenções diplomáticas e apresenta, por esse motivo, as inúmeras vantagens comparativas do "insider". Nem por isso deixa de sofrer, como é natural e inevitável, as eventuais inibições em matéria de juízo crítico ou limitações de expressão mais incisiva, derivadas de sua situação funcional até mesmo em decorrência de normas estatutárias da carreira.

Apesar de privilegiar a abordagem clássica das chancelarias, a obra faz jus ao subtítulo de "relações exteriores" e não meramente "diplomáticas" pelo esforço sistemático de dar conta, em cada etapa temporal, do contexto político global e interamericano dentro do qual se moveu a diplomacia brasileira e que a condicionou ou influenciou. Destaca-se igualmente pela referência constante e atenta à evolução da economia e da política interna, revelando sensibilidade particular para a interação, peculiar a um regime ditatorial como o do Brasil da época e aos outros regimes similares do continente, entre as fases de endurecimento interno e as vicissitudes e limitações que delas decorreram para a condução diplomática.

É o que transparece com clareza do relato do embaraço, na melhor das hipóteses ou da definitiva incapacidade, na pior, com que os governos militares tentaram lidar com os problemas provocados pelas graves violações de direitos humanos, patenteados nos episódios de sequestros de embaixadores, seguidos de libertação forçada de presos políticos, bem como dos desgastes e dificuldades enfrentados em foros internacionais ou nas relações bilaterais em razão de tais questões.

Tenho a impressão de que é este o primeiro trabalho de história diplomática brasileira verdadeiramente abrangente e minucioso da era militar, que captura e recolhe, como numa rede de malha fina, todo o universo multiforme e variado das relações internacionais do país, no intervalo de duração de uma inteira geração, submetida a um dos mais longos períodos de anormalidade constitucional da existência do Brasil como nação independente. Merece registro, assim, a valorização, quase sem precedentes, da dimensão multilateral da participação do Brasil em organismos internacionais, que apresenta nesses anos variações consideráveis de rumo e mudanças inesperadas e surpreendentes na inspiração e sentido ideológicos, como, por exemplo, a reviravolta, findo o governo Castello Branco, nas posturas defendidas pelo Itamaraty nos temas da diplomacia econômica Norte-Sul ou no que tange ao Tratado de Não Proliferação Nuclear.

Aliás, uma das mais indiscutíveis superioridades do livro é a maneira tranquila e sem retórica com que desmonta o mito simplista de que existiria uma suposta política externa monolítica e indiferenciada ao longo de todo o período militar, nutrida pela comum inspiração que esses diversos governos buscaram na doutrina da segurança nacional e na ideologia anticomunista da Guerra Fria. Essa demonstração se efetua não tanto com argumentos teóricos, mas com a simples exposição dos fatos, o que basta para pôr em evidência as diferenças consideráveis que

separam a diplomacia de Castello de Costa e Silva, ou a de Geisel de todas as demais, exceto a do sucessor, Figueiredo.

Existe certamente um fundo anticomunista que permeia essas duas décadas com força invariavelmente declinante, reduzida ao final quase apenas ao último tabu que escapa incólume até às revisões e retificações da era Geisel-Figueiredo ou, para usar o critério ministerial da obra, Silveira-Guerreiro: as relações diplomáticas formais com Cuba, que só serão restabelecidas sob o governo Sarney. No restante, contudo, um crescente pragmatismo faz ruírem, um após outro, os bastiões ideológicos que, no primeiro e mais breve governo militar, passam a pautar e constranger a ação diplomática: a hostilidade à China comunista, a distorção de visão que levava o governo a ver os movimentos de independência nas colônias africanas através do prisma da Guerra Fria, a benevolência simpática em relação ao colonialismo português, a animosidade maldisfarçada contra tudo que cheirasse a Terceiro Mundo – G77, Unctad, Movimento Não Alinhado, relacionamento mais estreito com países árabes, com a África.

Não deixa de ser curioso e quase paradoxal que, durante os derradeiros quase onze anos do regime, mais da metade de sua duração, o núcleo formulador e planificador do Itamaraty, constituído pelos famigerados "barbudinhos", seja frequentemente acusado de esquerdismo ou coisa pior, conforme o estudo lembra, ao registrar as denúncias levantadas pelo malogrado general Sílvio Frota. Completara-se o ciclo da circunferência e estava-se de volta ao ponto de partida: a "Revolução", alegadamente feita para salvar do espectro comunista o Brasil, a América, o Ocidente, teria retomado a política exterior de Goulart, pondo-se a serviço daquele mesmo inimigo que originalmente queria combater, segundo a visão paranoica dos nostálgicos intransigentes da primeira hora, aqueles que o general-presidente Geisel chamava de "elementos sinceros porém radicais".

Esse movimento de gradual afastamento das teses da Guerra Fria corresponde ao paralelo distanciamento da política exterior brasileira do que pejorativamente se denominou de "alinhamento automático" com os Estados Unidos e que, com evidente exagero e inexatidão histórica mas com eficácia na conformação da mentalidade dos setores dirigentes, se considerava ser o critério definidor do paradigma diplomático de Rio Branco.

O alinhamento, aliança preferencial, relação especial ou como quer que se prefira chamá-lo, foi, de fato, o que caracterizou a volta-face ou "viradeira" efetuada na diplomacia de Goulart e de Araújo Castro por Castello Branco, por Roberto Campos, seu preferido conselheiro nessa matéria e pelos primeiros chanceleres entre 1964 e 1967, sobretudo por Juracy Magalhães e suas controvertidas manifestações sobre as "fronteiras ideológicas", a criação da Força Interamericana de Paz e outras malfadadas iniciativas que hoje dormem no fundo da lata de lixo da história. Não faltou até naquela hora uma dessas frases infelizes que se colam desonrosamente para todo o sempre sobre aqueles que tiveram o infortúnio de proferi-las. A equivalente brasileira às "relações carnais" da Argentina com os Estados Unidos foi a expressão que Juracy passou o resto da vida explicando "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil". Como na retórica então dominante assimilava-se – falsamente – tal política à de Paranhos, à medida que dela se afastam os sucessivos governos militares, pode dizer-se que os ministros desses governos, em especial os dois últimos, Silveira e Guerreiro, passam a fazer cada vez menos jus ao título de "Sucessores do Barão".

Seria interessante indagar se tal afastamento foi decisão autônoma tomada à época de Costa e Silva, em decorrência de percepção distinta dos interesses nacionais e de diversa leitura da política mundial, ou, ao contrário, a guinada no Brasil reflete um certo esfriamento de parte dos Estados Unidos e contra ele reage.

Os documentos secretos do arquivo de Lyndon Johnson, recolhidos à biblioteca que leva seu nome em Austin, Texas, dão crédito à segunda hipótese, por mostrarem que, já no momento inicial do Ato Institucional nº 1, o governo de Washington percebia que o golpe de 1964 tendia a institucionalizar regime antidemocrático de exceção, longe do figurino favorecido pelos Estados Unidos, de convocação imediata de eleições para escolha de dirigente civil.

A princípio, o embaixador Lincoln Gordon ainda tenta argumentar com o Departamento de Estado em favor da interpretação benigna de que tudo não passaria dos excessos e arroubos do instante da mudança, mas aos poucos o próprio embaixador vai-se desiludindo com a reincidência nas violações de direitos humanos e nas práticas ditatoriais. Seu substituto chega com outra e menos favorável disposição e logo dá começo ao *downsizing* da maciça presença oficial americana no Brasil dos meados da década de 1960, conforme é registrado no livro. Depois disso, as relações bilaterais principiam irremediavelmente a declinar em intensidade e calor.

Esse é apenas um dos numerosos temas que a leitura da obra de Mello Barreto suscita como merecedores de inspirar estudos monográficos e de pesquisa em fontes diretas com vistas a melhor esclarecer aspectos ainda obscuros da diplomacia daquele período. No caso, uma das fontes preciosas, relativamente pouco exploradas por pesquisadores brasileiros, é o riquíssimo acervo das bibliotecas que encerram os papéis pessoais dos diversos presidentes norte-americanos que foram os interlocutores dos nossos generais, a começar pela fase de aproximação do golpe de 1964: Kennedy, Lyndon Johnson, Nixon, Ford e os subsequentes.

A evolução, acima referida, da postura dos Estados Unidos em relação aos primeiros anos do regime militar encontra-se, por exemplo, bem documentada na Biblioteca Lyndon Johnson.

As comunicações trocadas entre Washington e a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro foram em parte tornadas públicas pelo esforço de pesquisadora americana, que revelou a existência da Operação Brother Sam, montada para apoiar os militares na eventualidade de que o golpe de 1964 tivesse degenerado em guerra civil. Na ocasião da divulgação desses documentos, o autor destas linhas era conselheiro junto à Embaixada do Brasil em Washington e recebeu instruções do Itamaraty para deslocar-se a Austin e lá garimpar o que de interesse houvesse nos papéis johnsonianos. A colheita, farta e variada, deve hoje jazer esquecida em algum empoeirado armário dos arquivos do Itamaraty.

O interesse em tomar como ponto de partida *Os Sucessores do Barão* para aprofundar e elucidar esses e outros aspectos problemáticos não visa a deslindar curiosidades secundárias, mas pode eventualmente ajudar a mergulhar no âmago da hipótese intrínseca ao presente estudo: o papel central e decisivo dos ministros, quase sempre de carreira e de seus assessores, também pertencentes aos quadros do Itamaraty, na elaboração e criação da política externa do regime militar.

A margem de influência dos profissionais na moldagem da diplomacia fez-se sentir desde as primeiras alterações na era Costa e Silva e foi perceptível na política nuclear, a começar pela não adesão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, culminando, anos depois, no Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

Da mesma forma, foi preponderante a influência de diplomatas na pressão constante para sacudir a hipoteca do colonialismo salazarista que pesava sobre nossa política africana, explorando-se, para isso, os caminhos possíveis em cada momento, seja os da ativa retomada da presença brasileira na África não portuguesa, empreendida na gestão Mario Gibson Barboza, sob Médici, seja o corajoso engajamento em favor do governo do MPLA em Angola,

quando os norte-americanos e a maioria dos ocidentais estimulavam Savimbi e a guerra civil, na fase Geisel-Silveira.

Em meados dos anos 1970, era comum atribuir-se no Itamaraty os acertos diplomáticos ao profissionalismo da Casa, relegando-se os excessos e erros – o voto antissionista, a deterioração consequente à denúncia dos acordos militares com os Estados Unidos, a insistência nas duas turbinas adicionais de Itaipu, que inviabilizaram por algum tempo o acerto com a Argentina – à conta da teutônica obstinação do General Geisel. Até que ponto os documentos de arquivos estrangeiros ou nacionais, se é que existem neles traços de como se tomaram as decisões nesses episódios, corroborarão ou não a versão itamaratiana corrente?

O Itamaraty, em razão do seu elevado prestígio na sociedade brasileira, foi poupado da humilhação da intervenção direta de militares a dirigirem divisões e departamentos da Chancelaria como ocorreu na Argentina e, em maior grau, no Chile. Foi, assim, possível preservar em mãos de diplomatas cuja lealdade é ao Estado brasileiro, não a regimes ditatoriais, o essencial da liberdade de iniciativa de propor, formular, ponderar e conduzir. Tudo isso é sabido, confirmado pela experiência pessoal de quem, como este servidor, exerceu naqueles anos a direção de divisões e de departamentos sensíveis como os ligados à área de influência e atuação diretas do Brasil nas Américas. Falta ainda, no entanto, empreender, com base em pesquisa em fontes primárias, estudo definitivo e fundamentado dos meandros do processo de tomada de decisões no regime sob exame.

Uma pista promissora em tal direção seria a de complementar o trabalho de Mello Barreto num dos setores inovadores do seu livro: a atenção que dedica ao desenvolvimento do instrumental diplomático, às ampliações de quadros e reformas internas do Itamaraty. Nesse sentido, seria valioso resgatar o que se fez no

período militar para modernizar e sistematizar a preparação das decisões por meio da criação de setores de planejamento estratégico da política externa. Tendo vivido intensamente a vida do Ministério das Relações Exteriores da época, tenho mais que a intuição de que correspondeu a esses setores, em geral próximos aos gabinetes dos ministros ou deles diretamente dependentes, papel crucial nas modificações introduzidas gradualmente no paradigma original de Castello Branco-Roberto Campos.

Não caberia evidentemente a uma obra de síntese elaborada com base em fontes disponíveis, a um grande painel abrangente de quase 21 anos de política externa, como *Os Sucessores do Barão*, aventurar-se nessa empreitada, mais adequada a monografias temáticas que se prestam à pesquisa de fontes primárias ainda não desvendadas.

Desde já, entretanto, é permitido concluir que este livro se tornará referência indispensável aos trabalhos futuros sobre a política exterior do Brasil entre 1964 e 1985. A essa posição, está ele destinado pela solidez do levantamento cuidadoso do encadeamento dos acontecimentos ao longo desses anos, pela linguagem clara, direta e sem obscuridades com que a narrativa articula os fatos e decisões mais importantes, ao mesmo tempo em que divide e caracteriza as diversas fases pelas quais passaram as relações brasileiras com outros países ou com organismos internacionais em cada uma das gestões ministeriais (veja-se, por exemplo, a acertada classificação das fases da relação Brasil--Estados Unidos durante a gestão Geisel-Silveira).

Também o credencia a tal papel a rica documentação que ampara e fundamenta cada etapa da construção da trama expositiva, com farta utilização dos mais expressivos e reveladores trechos de discursos e documentos da época, bem como a exaustiva fundamentação do texto em notas de origem ou elucidativas, as

quais chegam, em certos capítulos, a mais de 600. Trata-se de trabalho pioneiro sobre período histórico ainda próximo e, por isso mesmo, percebido confusamente como magma de lembranças sem forma definida. Conforme costuma ocorrer nesses casos, teve o autor de agir como desbravador e de selecionar, dentro da floresta emaranhada de fatos minúsculos ou maiúsculos, aqueles que mereceriam figurar em sua síntese. Suas escolhas do que deveria ou não constar da história pareceram-me judiciosas e provavelmente hão de influenciar os estudos que se seguirem.

Antigamente, dispunha-se para escrever a história da diplomacia do seguro roteiro fornecido pelos Relatórios do Itamaraty no Império, modelares na forma e no conteúdo. Tendo-se perdido essa tradição, devido quer à irregularidade das publicações, quer à pobre qualidade delas, ficou-se sem indicações que facilitassem a tarefa de sistematizar e analisar as relações internacionais. O livro de Fernando Paulo de Mello Barreto Filho representa, nesse particular, um valioso e bem-sucedido esforço de mapear o terreno, organizando-o por meio de marcos que o tornam inteligível ao estudioso, estimulando-o a explorar mais detidamente áreas ainda mal conhecidas. Será, por muito tempo, creio, a obra insubstituível para encetar o estudo de um dos períodos da história da política exterior do Brasil com implicações mais determinantes para a fase que vivemos hoje.

Rubens Ricupero

Introdução

Toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar o quadro intenso de um país com o seu contexto externo.

(Celso Lafer)[1]

Este segundo volume de *Os Sucessores do Barão* cobre a política externa desenvolvida durante o regime militar brasileiro. Trata-se de período mais complexo do que o tratado no primeiro volume dada a situação política do país, marcada por regime de exceção, e pelos acontecimentos externos com repercussão na economia nacional.

No plano interno, houve cerceamento de atividades políticas, cassações, torturas de presos políticos, censura de imprensa e fechamentos do Congresso Nacional. Embora a economia nacional tenha crescido rapidamente, começou, a partir da crise do petróleo, a apresentar dificuldades que levariam à redução do nível de crescimento, ao alto endividamento externo e forte aceleração da inflação.

O contexto internacional em que se desenrolou foi marcado por dois eventos internacionais de maior relevância: a guerra

1 LAFER, 1984, p. 104.

no Vietnã (até meados da década de 1970) e os conflitos no Oriente Médio (em 1967 e em 1973), o segundo dos quais com forte repercussão econômica mundial, inclusive no Brasil, por causa do aumento do preço do petróleo. O período caracterizou-se também pela manutenção do conflito ideológico Leste-Oeste (ainda que atenuado pela *détente*); por conflitos armados, locais ou regionais, de consequências globais; pela existência de outros regimes autoritários na América do Sul (e outras regiões); pelo prosseguimento do movimento de independência de países anteriormente colonizados; e pelo recrudescimento do terrorismo em escala internacional. Nos foros econômicos multilaterais, o segundo decênio do período se caracterizaria por iniciativas de países em desenvolvimento para a constituição de uma "Nova Ordem Econômica Internacional" e do que viria a ser conhecido como Diálogo Norte-Sul.

Quando do golpe de Estado de 31 de março de 1964, havia pouco que terminara a construção do muro de Berlim e, no retorno da democracia brasileira com a eleição de Tancredo Neves em janeiro de 1985, pouco faltaria para o desmantelamento daquele símbolo da divisão entre o Leste e o Oeste, seguido do desmoronamento do regime soviético[2]. Apesar do declínio de tensões na Guerra Fria[3], que permitiu maior comunicação entre Moscou e Washington, a maioria dos conflitos ocorridos no período tiveram cunho ideológico, como na guerra do Vietnã. Com o fim da *détente*, a partir da invasão do Afeganistão pela União Soviética no

2 HOBSBAWM (1995, p. 243) observou que, durante vinte anos a partir de 1964, a União Soviética elevou seus gastos com defesa a taxas anuais de 4 a 5% ao ano, o que teria contribuído fortemente para sua falência.

3 PALMOWSKI (2003, p. 135, 176) expressa opinião de que a *détente* constituiu período da Guerra Fria que teve início após a crise dos mísseis de Cuba em 1962 e terminou com a invasão do Afeganistão pela União Soviética em 1979. A comunicação existente entre Washington e Moscou permitiu a negociação conhecida como Conversações sobre Limitações de Armas Estratégicas I, em 1969, e a Conferência de Helsinque, de 1975.

início de 1980, aumentaram os conflitos desse gênero, dos quais alguns exemplos ocorreram na Nicarágua e em Angola. Noutros conflitos, porém, nem a natureza ideológica nem o caráter Leste-Oeste se identificavam com clareza, pois, muitos tinham origem simplesmente em disputa territorial local ou regional (sem que se tivesse tornado parte da Guerra Fria), como a cronologia abaixo permite constatar[4].

> 1965: distúrbios civis na República Dominicana; guerra de fronteira entre a Índia e o Paquistão; insurreição colonial em Moçambique (até 1975); continuação de sublevação da Organização do Povo do Sudoeste Africano para a Namíbia; continuação de guerra civil no Chade.
>
> 1966: insurreição e repressão na Indonésia; massacres em Uganda.
>
> 1967: secessão da Biafra na Nigéria (até 1970); Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio.
>
> 1968: guerra de atrito entre Israel e Egito (até 1970).
>
> 1969: "guerra do futebol" entre El Salvador e Honduras; lutas na fronteira entre União Soviética e China; continuação do terrorismo na Irlanda do Norte; insurreição nas Filipinas.
>
> 1970: Setembro Negro na Jordânia; início da guerra da Indochina no Camboja (até 1975).
>
> 1971: guerra civil no Paquistão; guerra entre Índia e Paquistão; insurreição em Sri Lanka; guerras civis e massacres em Uganda (até 1979).

4 Curiosamente, os conflitos envolvendo mais diretamente a União Soviética foram determinados por Moscou contra países de governo socialista, isto é, Tchecoslováquia (1968), China (problema de fronteira, em 1969) e Afeganistão (1979).

1972: guerras coloniais na Rodésia/Zimbábue (até 1980); massacres entre tutsi e de hutus, no Burundi.

1973: Guerra do Yom Kipur no Oriente Médio; insurreição baluchi no Paquistão (até 1977).

1974: guerra civil e intervenção turca no Chipre; continuação de guerra civil na Etiópia; renovação de guerra contra os curdos no Iraque; continuação de sublevação muçulmana nas Filipinas.

1975: continuação da guerra civil no Líbano; genocídio no Camboja (até 1978); continuação da guerra na Indonésia em Timor-Leste; continuação da guerra do Saara Ocidental contra Marrocos; guerra civil em Angola (até 1976).

1976: "guerra suja" na Argentina (até 1982).

1977: sublevação e repressão na Turquia (até 1979); guerra de Ogaden entre Somália e Etiópia (até 1978).

1978: insurreição contra Somoza na Nicarágua (até 1979); continuação da guerra civil no Afeganistão; continuação da invasão vietnamita no Camboja; guerra na Tanzânia e em Uganda (até 1979).

1979: continuação de guerra civil em El Salvador; guerra Irã e Iraque (até cessar-fogo em 1988); invasão chinesa do Vietnã; continuação de guerras civis em Uganda.

1981: continuação da insurreição dos "contra" na Nicarágua; continuação da guerra civil em Moçambique; conflito fronteiriço entre Peru e Equador.

1982: insurreição da Irmandade Muçulmana na Síria; guerra entre Reino Unido e Argentina nas Malvinas; invasão israelense do Líbano.

> 1983: continuação de insurreição do Sendero Luminoso no Peru; insurreição Tamil em Sri Lanka; continuação de guerra civil no Sudão.
>
> 1984: insurreições de sikhs e outros na Índia.

O final do regime militar brasileiro, em 1985, coincidiu não apenas com os estertores da União Soviética, mas também com o término de governos militares na América do Sul. De fato – e não que essa constatação constitua uma atenuante para a falta de democracia então existente no país – a tomada do poder por generais de exército marcou a região naquele período, como se pode verificar na descrição abaixo.[5]

> Na *Argentina*, em 1966, por um golpe de Estado, o general Juan Carlos Onganía derrubou o presidente Arturo Illia. Em 1970, Onganía foi substituído pelo general Roberto Levingston. Em 1971, foi a vez de o general Alejandro Lanusse tomar o poder. Depois do interregno democrático (1973-1976) com a eleição de Héctor Campora e Juan Domingos Perón, em março de 1976, novo golpe de Estado levou o general Jorge Rafael Videla à chefia do país. Em março de 1981, Videla foi substituído pelo general Roberto Viola e, em dezembro, este pelo general Galtieri. Finalmente, em junho de 1982, Galtieri foi substituído pelo general Reynaldo Bignone, que permaneceria no poder até a posse de Raúl Alfonsín em dezembro de 1983[6]. Portanto, de 1966 a 1973 e de 1976 a 1983, a Argentina viveu sob regime militar[7].

5 Esse fato não pode ser minimizado, pois, o Brasil, com dez fronteiras, classifica-se em terceiro lugar (depois da República Popular da China e da Rússia) entre os países do mundo que têm maior número de vizinhos contíguos (SELCHER, 1978, p. 246).

6 POTASH, 1994; ROCK, 1999.

7 FALCOFF (1989, p. 6) observa que entre 1930 e 1983 – mais do que meio século – apenas um chefe de Estado civil e eleito livremente (Arturo Frondizi, entre 1952 e 1962) governara sob estritas normas democráticas.

Na *Bolívia*, nada menos do que dez golpes de Estado se sucederam no período, a saber, o dados por: junta chefiada pelo general René Barrientos (1964-1965); Alfredo Ovando (1969-1970); Juan José Torres (1970--1971); Hugo Banzer (1971-1978); Juan Pereda Asbún (1978-1979); David Padilha (1979); Alberto Natush Busch (1979); Luis García Meza (1980-1981); Junta de Torrelio, Bernal e Pammo (1981) e Celso Torrelio (1981-1982)[8].

No *Chile*, perduraria o governo do general Augusto Pinochet, a partir de 1973.

No *Paraguai*, o general Alfredo Stroessner permaneceria no poder que tomara em 1954.

No *Equador*, um golpe em 1972, levou ao poder o general Rodríguez Lara; em 1976, militares derrubaram Lara e instituíram um Conselho Supremo de Governo, presidido pelo almirante Alfredo Poveda Burbano que permaneceria no poder até 1979[9].

No *Peru*, em 1968, o general Juan Velazco Alvarado depôs o presidente Fernando Belaúnde; em 1975, Velazco Alvarado foi, por sua vez, deposto pelo general Morález Bermúdez.

No *Uruguai*, em 1973, um golpe militar derrubou o governo embora tenha mantido como presidente o civil Juan María Bordaberry, substituído, em 1976, por Aparicio Méndez e, em 1981, pelo general Gregório Alvarez[10].

Ditaduras militares dominaram os principais países da América Latina, com exceção do México, Venezuela e Colômbia.

8 PRUDENCIO, 1999.

9 LARA, 2000, p. 509.

10 GILLESPIE, 1986.

Embora autoritária, a América do Sul mostrou-se no período como uma região relativamente livre de conflitos. Assim, salvo aquele havido entre Peru e Equador em 1981 e a Guerra das Malvinas em 1982, a região se mostrou pacífica, sobretudo se comparada com áreas, tais como o Oriente Médio, o Sudeste Asiático e a África. Argumentou um historiador que, como não havia guerras na região, os chefes dos exércitos sul-americanos se mantiveram ocupados com a política[11].

A América do Sul não era a única região autoritária durante os anos em questão. Estavam ainda por ocorrer processos de democratização em vários países do mundo, fossem estes no Leste Europeu, África, Ásia, América Central ou mesmo na Europa Ocidental (Espanha, Portugal e Grécia)[12]. Abaixo se encontram relacionados países onde persistiam outros regimes autoritários. Se fossem incluídos também os golpes de Estado bem sucedidos ocorridos no período[13], a enumeração de regimes não democráticos seria consideravelmente maior[14].

Na *Espanha*, perduraria o governo caudilhista do generalíssimo Francisco Franco até sua morte, em 20 de novembro de 1975.

Em *Portugal*, o regime autoritário de Antônio de Oliveira Salazar (1932-1968) teria continuidade com Marcelo Caetano até a Revolução dos Cravos em abril de 1974.

11 BELL, 2004, p. 475.

12 CAMPOS (1994, p. 569) afirma, aparentemente com base em Samuel Huntington, que o ponto máximo do autoritarismo ocorreu em 1974, quando o total de países democráticos representava apenas 24,6% do total. Após uma onda democratizante iniciada em Portugal e Espanha e, também, em consequência do colapso do comunismo, esse percentual subiria para 45,4% em 1992.

13 BELL (2004, p. 446-447) diz que entre 1960 e 1990, somente na África teriam ocorrido 80 golpes de Estado bem sucedidos.

14 BROGAN, p. 573-76.

Na *Grécia*, ocorreria golpe militar em 1967, com o estabelecimento do "governo de coronéis" até 1974, após a tentativa fracassada de anexação do Chipre[15].

Na *União Soviética*, sucederam-se vários líderes (Leonid Brejnev, de 1964 a 1982; Yuri Andropov, de 1982 a 1984; e Konstantin Chernenko, de 1984 a 1985) que mantiveram o regime político repressivo até o início das reformas com Mikhail Gorbachov, a partir de 1985.

Na *Polônia*, os governos de Wladislaw Gomulka (1956--1970), de Edward Gierek (1970-1980), de Stanislau Kania (1980-1982) e de Wojtech Jaruzelski (a partir de 1982)[16], todos controlados em maior ou menor grau por Moscou, somente cederiam, a partir de meados da década de 1980, a pressões democráticas geradas pela união de forças sindicais (Solidariedade) e religiosas (Igreja Católica sob Papa polonês João Paulo II).

Na *África do Sul*, os governos de Hendrick Verwoerd (primeiro-ministro de 1958 a 1966) e John Vorster (primeiro-ministro de 1966 a 1978 e presidente em 1978 e 1979), mantiveram o regime segregacionista, o qual somente veria pequenas atenuações a partir de 1982, com medidas graduais introduzidas no governo de P. W. Botha (primeiro-ministro de 1978 a 1984 e presidente de 1984 a 1989)[17].

Na *Nigéria*, golpes de Estado em janeiro de 1966 e em agosto de 1975 mantiveram militares no poder até 1979.

15 PALMOWSKI, 2003, p. 254.

16 BROGAN, p. 354-59.

17 PALMOWSKI, 2003, p. 598 e; BROGAN, p. 88, 92 e, 94.

Após breves governos civis, voltaram os militares ao poder em 1983[18].

Na *Nicarágua*, o regime do general Anastásio Somoza durou de 1967 até 1979[19].

Na *Guatemala*, o governo passou ao controle do coronel Francisco Arana em 1970 e ao general Romeo Garcia em 1974, seguido de outros governos militares de curta duração até a democratização em 1986[20].

No *Haiti*, em 1964, François Duvalier tornou-se "presidente eterno", e foi substituído, quando morreu em 1971, por seu filho Jean Claude, que permaneceu no poder até ser exilado em 1986[21].

Nas *Filipinas*, o presidente Ferdinando Marcos estabeleceu ditadura que permaneceria no poder de 1965 até 1986[22].

Na *Indonésia*, o general Suharto tomou a presidência de Sukarno em março de 1967, permanecendo no poder até 1998[23].

No *Paquistão*, após as ditaduras dos generais Ayub Khan (até 1969) e Yahia Khan (até 1970), e após interregno de governo civil, golpe de Estado em julho de 1977 levou ao poder o general Muhamed Zia ul Haq até sua morte em 1988[24].

18 PALMER, 2002, p. 385.

19 PALMER, 2002, p. 382.

20 PALMER, 2002, p. 229.

21 PALMER, 2002, p. 235.

22 PALMER, 2002, p. 415.

23 PALMER, 2002, p. 264.

24 PALMER, 2002, p. 402.

Além do autoritarismo e golpes de Estado, as décadas de 1960 e 1970 caracterizaram-se também pelo número significativo de países, sobretudo africanos, que ganharam ou conquistaram sua independência. Para o Brasil, as consequências diplomáticas desse movimento foram não apenas relativas ao maior número de países com os quais passou a manter relações diplomáticas, mas também às alianças formadas, nos foros multilaterais, entre os países em desenvolvimento ("Grupo dos 77" e Movimento Não Alinhado). Embora grande número de países tenha se tornado independente entre 1960 e 1963 (sobretudo as ex-colônias francesas), conquistaram ainda a independência entre 1964 e 1985, ex-colônias do Reino Unido e também as de Portugal, como se verifica pelo quadro abaixo[25].

País	Colonizador	Independência
Malawi	Reino Unido	1964
Malta	Reino Unido	1964
Zâmbia	Reino Unido	1964
Gâmbia	Reino Unido	1965
Singapura	Reino Unido (Malásia)	1965
Botsuana	Reino Unido	1966
Guiana	Reino Unido	1966
Lesoto	Reino Unido	1966
Maurício	França	1968
Guiné Equatorial	Espanha	1968
Suazilândia	Reino Unido	1968
Fiji	Reino Unido	1970
Emirados Árabes Unidos	Reino Unido	1971
Oman	Reino Unido	1971
Granada	Reino Unido	1974

25 PALMOWSKI (2003, p. 170) contém tabela em que esta se baseou, mas à qual foram acrescentados alguns países.

Guiné-Bissau	Portugal	1974
Comoros	França	1975
Angola	Portugal	1975
Moçambique	Portugal	1975
Cabo Verde	Portugal	1975
São Tomé e Príncipe	Portugal	1975
Papua-Nova Guiné	Reino Unido	1975
Suriname	Países Baixos	1975
Seychelles	França	1976
Djibouti	França	1977
Zimbábue	Reino Unido	1980
Belize	Reino Unido	1981
Brunei Darussalam	Reino Unido	1984

Outro fenômeno relevante no período foi o crescimento do terrorismo internacional, sobretudo na década de 1970. A definição de ato terrorista internacional tem sido objeto de extensa discussão diplomática há várias décadas. Se forem considerados atos terroristas internacionais apenas aqueles ataques armados e explosão de bombas, sem incluir sequestros de aviões e de pessoas, ainda assim o número de ocorrências foi muito elevado. Houve, no período, preponderância de atos internacionais praticados por organizações do Oriente Médio, mas também de entidades separatistas (tais como a Euzkadi Ta Azkatasuna – ETA, na Espanha, ou o Irish Republican Army – IRA, na Irlanda do Norte) e de outras organizações originárias não apenas de países em desenvolvimento, mas também de países desenvolvidos (tais como o grupo Baader-Meinhoff, na Alemanha; o Exército Vermelho japonês; e a Brigata Rossa, na Itália)[26]. A diplomacia brasileira – que conviveu com quatro sequestros de diplomatas estrangeiros no Brasil e de um diplomata brasileiro no exterior – dedicou especial

26 BROGAN (1989, p. 555-563) compilou longa lista de ataques que considerou terrorismo internacional.

atenção ao tema nos foros internacionais, sobretudo, no início da década de 1970.

Os Sucessores do Barão

Nos quase 21 anos em que cinco oficiais militares se revezaram no exercício da Presidência da República, seis foram os titulares do Itamaraty – apenas dois dos quais não originários da carreira diplomática (Juracy Magalhães e Magalhães Pinto). Dos quatro embaixadores de carreira que exerceram o cargo de ministro das Relações Exteriores, três haviam ocupado antes o segundo posto na hierarquia do Itamaraty, isto é, a Secretaria-Geral. Os titulares do Itamaraty desse período tiveram que lidar com as questões externas, levando em consideração, de um lado, a situação internacional e, de outro, a conjuntura interna nos diversos governos militares que se seguiram.

Com Castello Branco, entre abril de 1964 e março de 1967, o regime militar se instalou, após ruptura da ordem constitucional, cassações de mandatos políticos, suspensão de imunidades parlamentares e direitos políticos, extinção de partidos políticos, imposição de eleições indiretas e forçado bipartidarismo. Na economia, um austero programa econômico – corte de gastos e aumento de arrecadação de impostos – reduziu o déficit público e a inflação. Houve crescimento econômico, ainda que não nos níveis atingidos no período seguinte. No início do período militar, houve empréstimos do governo dos Estados Unidos e crescimento dos investimentos estrangeiros. As exportações aumentaram gradualmente e o balanço de pagamentos passou a apresentar superávit. Os Estados Unidos aumentaram suas compras de café brasileiro, as reservas subiram e a dívida externa também, sobretudo porque parte significativa do capital estrangeiro passou

a ingressar na forma de empréstimos. A Europa Ocidental se manteve como principal mercado, seguida pelos Estados Unidos, cabendo às demais regiões parcelas inexpressivas das exportações brasileiras.

Naquele contexto interno, Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães lidaram com um quadro internacional marcado pelo início do envolvimento americano no Vietnã (a partir de 1964), pelos movimentos de independência das ex-colônias na África e pela intervenção na República Dominicana (1965) da qual o Brasil participaria na liderança da força de intervenção interamericana.

No período de março de 1967 a outubro de 1969, quando governaram Costa e Silva e a junta militar que o substituiu devido à sua enfermidade, alguns fatos ocorridos em 1968, como uma passeata de estudantes (Passeata dos Cem Mil) e greves, serviram de pretexto para o fechamento do Congresso Nacional e a emissão do Ato Institucional nº 5 que deu ao regime militar poder para cassar mandatos e eliminar o instituto do *habeas corpus*. No plano econômico, em 1968 e 1969, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a quase dois dígitos por ano (9,8%) e a inflação foi mantida a menos de 25%, enquanto as exportações superaram o patamar de US$ 2 bilhões.

Durante a gestão de Magalhães Pinto na Chancelaria brasileira, as principais questões internacionais em pauta foram a Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio (1967), a repressão soviética na Thecoslováquia (1968) e a assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (1968).

No governo de Emílio Garrastazu Médici, de 1969 até março de 1974, ocorreram novos sequestros de diplomatas estrangeiros (Suíça, Alemanha e Japão, em 1970). Foi o momento mais repressivo do regime militar brasileiro que estabeleceu censura generalizada, combateu movimentos estudantis e sindicais e

aplicou torturas aos considerados subversivos. De 1970 a 1973, a economia apresentou resultados ainda mais espetaculares, com altas taxas de crescimento do PIB, redução da inflação, aumento das exportações, ingresso crescente de investimentos estrangeiros e elevação das reservas internacionais. A dívida externa, no entanto, continuou a subir. Entre 1971 e 1973, as exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram em termos relativos de 26,1% para 18,1% do total[27]. Sob o impulso de crescimento econômico a taxas médias superiores a 10% ao ano, o governo iniciou obras grandiosas como a Transamazônica e a hidrelétrica de Itaipu.

Sob a chefia do embaixador Mário Gibson Barboza, o Itamaraty acompanhou fatos marcantes da cena internacional, tais como a admissão da República Popular da China nas Nações Unidas (1971), a tomada de poder por militares no Uruguai (1972), a derrubada de Allende no Chile (1973); e o conflito no Oriente Médio durante o Yom Kipur que gerou – com enorme implicação para o Brasil – elevação vertiginosa do preço do petróleo (1973).

No período presidencial de Ernesto Geisel, entre março de 1974 e março de 1979, o Brasil passou a enfrentar crise energética, inflação e aumento da dívida externa. Depois de propor abertura política "lenta e gradual", o governo ora deu passos a caminho da democracia, ora retornou ao autoritarismo. Assim, permitiu em novembro de 1974 a realização de eleições que acabaram por favorecer o único partido de oposição consentido pelo regime, isto é, o Movimento Democrático Brasileiro (atual MDB). De um lado, o governo teve dificuldades para explicar as mortes do jornalista Vladimir Herzog (1975) e do operário Manuel Fiel Filho (1976), ocorridas em dependências policiais; de outro lado, tomou medidas destinadas a coibir abusos como foi a demissão do general que comandava a região militar em que ocorreram torturas e abusos de

27 GÓES, 1985, p. 97.

prisioneiros políticos. O governo promulgou legislação (a "Lei Falcão" de 1976) que impediu o debate político; decretou, em abril de 1977, o recesso do Congresso; aumentou o mandato do presidente de cinco para seis anos; e determinou, em setembro, a invasão da Pontifícia Universidade Católica em São Paulo. Paralelamente, entretanto, o regime caminhou para a abertura ao propor ao Congresso Nacional a revogação do Ato Institucional nº 5.

Entre 1974 e 1978, a situação econômica do país começou a se deteriorar em decorrência da crise do petróleo. Enquanto crescia a uma média de 6,7% ao ano e a inflação subia a 37,9%, a dívida externa dobrava entre 1973 e 1975. O Iraque superou a Arábia Saudita como o principal fornecedor de petróleo cru ao Brasil[28]. A situação de crise internacional com o aumento de taxas de juros internacionais tornava o governo impopular. Em resposta, o regime decretou o fim da censura prévia e permitiu que os sindicatos se reorganizassem e os metalúrgicos decretassem greve.

No resto do mundo, um conjunto de fatos indicava avanços democráticos, mas também, em paralelo, a tomada de poder por militares, além da eclosão de conflitos regionais. Assim, o Itamaraty, sob a chefia de Antônio Azeredo da Silveira, assistiu à Revolução dos Cravos em Portugal (1974), à democratização da Espanha, após a morte de Franco; à independência de Angola; e ao fim da guerra do Vietnã (1975). No mesmo período deu-se o início da guerra no Líbano, novo regime militar na Argentina (1976) e a ajuda militar cubana à países africanos. Ocorreria ainda a eleição de um Papa polonês (1978), os acordos de Camp David sobre o Oriente Médio (1978), e o episódio dos reféns americanos no Irã (1979).

No governo do general João Baptista Figueiredo, o regime militar tomou decididamente medidas que levariam à transição

28 ROSA, 2000, p. 446.

democrática: sanção da lei de anistia (1979), retorno de asilados, modificação da legislação eleitoral e restabelecimento do pluripartidarismo.

A economia se deteriorou quando as taxas de juros internacionais aumentaram rapidamente. Em consequência, aumentou o déficit em contas correntes e caiu o nível das reservas internacionais. Embora as exportações aumentassem (sobretudo para os países em desenvolvimento), a balança comercial continuou a apresentar dificuldades, pois as importações também continuaram a crescer. Em 1980, graças à forte redução das importações, foi possível alcançar superávit comercial e reduzir o déficit em conta-corrente. Os pagamentos de juros, no entanto, atingiram níveis mais altos e a dívida externa prosseguiu sua escalada. No ano seguinte, o PIB cresceu apenas 1,1%; a inflação quase atingiu 100% e o déficit em conta-corrente aumentou em um quarto em relação ao ano anterior. Com o aumento do pagamento de juros, as reservas aproximaram-se de zero (se incluído o valor de dívida vencida e não paga pela Polônia). A crise econômica se agravou em 1983 e aumentaram as greves e protestos. O PIB diminuiu em 2,8%, a inflação duplicou em relação ao ano anterior e o desemprego aumentou. Novamente, graças à redução da importação, houve superávit comercial e consequente redução do déficit em conta corrente. A dívida externa, porém, continuou a aumentar[29]. Em 1984, último ano completo de governos militares, a economia cresceu 5,7% e apresentou alguns dados positivos. O superávit comercial duplicou e manteve a conta-corrente equilibrada. A dívida externa continua a crescer e, se somada a de curto prazo, ul-

29 SCHNEIDER, 1991, p. 296.

trapassou a casa dos 100 bilhões de dólares[30]. Grave também foi a inflação que atingiu 223% no ano[31].

Nesse período, o Itamaraty, sob a direção do embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, acompanhou questões internacionais, tais como a Revolução Nicaraguense (1979); o desenrolar da crise dos reféns americanos no Irã (1979); o fim do período de *détente* após a invasão soviética do Afeganistão (1980); a guerra entre o Irã e o Iraque (1980-1988); a ascensão do movimento social Solidariedade na Polônia (1981); a guerra das Malvinas (1982); a crise da dívida externa na América Latina; o programa de "Guerras nas Estrelas" do governo Reagan e a invasão americana de Granada (1983), bem como o começo da reestruturação (*perestroika*) da União Soviética por Gorbachov (1985), na antevéspera do final da Guerra Fria.

30 SCHNEIDER, 1991, p. 296.

31 FAUSTO, 1999, p. 306.

Vasco Leitão da Cunha

O Brasil retomou o caminho largo de suas mais legítimas tradições, de que se pretendeu um momento afastá-lo.[32]

(Leitão da Cunha)

Após o golpe militar que depôs João Goulart, em 31 de março de 1964, o presidente da Câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli, exerceu interinamente a Presidência da República. Deu posse aos comandantes militares[33] e convidou o embaixador Vasco Leitão da Cunha[34] a assumir o Ministério das Relações Exteriores[35]. O novo titular da cadeira do Barão do Rio Branco tomou posse no dia 6 de abril (cumulativamente com a pasta da Saúde). Com longa experiência diplomática, o novo ministro, no início de sua carreira, integrara a delegação brasileira à Conferência de Paz convocada para solucionar o conflito do Chaco e trabalhara com o ministro Oswaldo Aranha. Quando chefe do Gabinete do ministro da Justiça e Negócios Interiores, assumiu interinamente aquela

32 CORRÊA, 1995, p. 186-187.

33 General Artur da Costa e Silva, do Exército; brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo, da Aeronáutica; e almirante Augusto Rademaker, da Marinha.

34 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.034-1.046.

35 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.034.

pasta. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi delegado brasileiro junto ao Comitê Francês de Libertação Nacional, com sede em Argel e cônsul em Roma, quando visitou a Força Expedicionária Brasileira. Findo o conflito, participou da Conferência das Nações Unidas realizada em Londres. Chefiou a Legação brasileira na Finlândia e também as Embaixadas em Bruxelas e Havana. Exerceu por duas vezes o cargo de secretário-geral do Itamaraty. Seu último posto, antes de assumir a pasta, fora o de embaixador em Moscou.

Após inúmeras cassações políticas, um esvaziado Congresso Nacional elegeu, no dia 11 de abril, Humberto de Alencar Castello Branco para completar o mandato para o qual haviam sido eleitos Jânio Quadros e João Goulart. Castello Branco tomou posse no dia 15 e confirmou Leitão da Cunha no Itamaraty, embora tivesse cogitado para o cargo o nome de Juracy Magalhães. Durante a gestão do primeiro a exercer o cargo de ministro do Exterior da "revolução", o novo governo militar buscaria assegurar sua aceitação pela comunidade internacional. Destacar-se-iam, entre as ações externas, a participação do Brasil na força de paz interamericana na República Dominicana, a atribuição de prioridade ao relacionamento com os Estados Unidos, o rompimento de relações diplomáticas com Cuba e as tentativas pessoais do ministro para evitar maior número de cassações políticas de diplomatas brasileiros.

A nova política externa

Depois da experiência com a assim chamada "política externa independente", o governo militar expressou o anseio de aproximar-se das "democracias ocidentais". Ao assinar o termo de posse, Castello Branco declarou que todas as "nações democráticas e livres" seriam aliadas, assim como teriam "apoio brasileiro para

sua autodeterminação" todos os povos que quisessem ser "livres pela democracia representativa". Seriam fortalecidas alianças das "nações livres das Américas" e seria "respeitada a independência dos países de todo o mundo".

Leitão da Cunha falou, em 30 de abril, da necessidade de uma correção de rumo da política externa que consistiria "no estabelecimento de uma perspectiva de círculos concêntricos" que iriam "alargando, tornando naturalmente prioritária e imediata a política do Rio da Prata, na América do Sul, no Hemisfério e, finalmente, voltada para o Ocidente"[36]. Em entrevista para uma cadeia de rádio e televisão, em 6 de julho, o ministro Vasco Leitão da Cunha afirmou que os objetivos da política externa incluíam a defesa da tradicional política de boa vizinhança nas Américas e a segurança do continente contra a agressão e a subversão, internas ou externas. Compreendiam ainda o fortalecimento dos laços com os Estados Unidos e a ampliação das relações com a Europa Ocidental[37]. Em outro pronunciamento, Leitão da Cunha, ao discorrer sobre a nova política externa, incluiu entre seus êxitos, a melhora das relações com Portugal[38].

Castello Branco fez, em 31 de julho, pronunciamento para os formandos do Instituto Rio Branco em que criticou a "política da independência" vigente no governo anterior. Afirmou que a expressão "política da independência" vinha sendo "deturpada" e perdera "utilidade descritiva" e que essa independência fora "apresentada como inelutável inovação, desconhecendo que o conceito de independência só era "operacional dentro de determinadas condicionantes práticas". Sublinhou o "contexto de

36 VIZENTINI, 2004, p. 34, com base no jornal *O Estado de S. Paulo* daquela data.

37 BLACK, 1977, p. 50.

38 SELCHER, 1974, p. 166, com base em documento do Ministério das Relações Exteriores n. 9 de 30 de julho de 1964, p. 240-41.

uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros" para concluir que a "preservação da independência" pressupunha a "aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político". Argumentou que "nenhum país", fosse no mundo ocidental, fosse no soviético, poderia "defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder". Expressou posição de que a "defesa" tinha de ser "necessariamente associativa". Asseverou que, "do mesmo modo, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência" era "inevitável, não só no comércio, mas sobretudo no tocante a investimentos". Afirmou que a política externa brasileira não podia esquecer de que o país fizera uma opção básica, da qual decorria "uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental"[39]. Notou que o interesse do Brasil coincidia, em muitos casos, "em círculos concêntricos, com o da América Latina, do Continente Americano e da comunidade ocidental". Defendeu a ideia de o país "enveredar pela política da livre empresa e de acolhimento ordenado do capital estrangeiro". Com relação especificamente aos Estados Unidos, Castello Branco disse ter "a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana" cruzavam "seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca". Acrescentou que as características da situação brasileira naquele momento coincidiam "com os anseios de paz do Continente e, também, com os fundamentos de segurança coletiva, tão da responsabilidade dos Estados Unidos"[40].

39 CAMPOS (1994, p. 746) afirma que a frase sobre a opção brasileira pelo sistema democrático ocidental, entre outras, seria de sua autoria.

40 CUNHA (1994, p. 271) informa que o discurso foi escrito pelo diplomata Carlos Calero, com seus subsídios. Foi alterado por Castello Branco que mudou o estilo e acrescentou ideias. VIANNA FILHO (1975, p. 436) comenta ter sido o discurso que o presidente "mais corrigiu e emendou".

Por sua vez, em seu primeiro pronunciamento nas Nações Unidas, após o golpe militar, Leitão da Cunha afirmou, em 3 de dezembro, no plenário da XIX Assembleia Geral, que o Brasil retomara "o caminho largo de suas mais legítimas tradições, de que pretendera um momento afastar-se". Defendeu a "revolução" ao afirmar que "num grande movimento de renovação nacional", o país recobrara "todas as suas possibilidades de progresso e de ordem", que lhe permitiam, "uma vez mais, sem renegar o passado, encarar com confiança o futuro". Ressaltou o relacionamento com o hemisfério ocidental. Disse que os laços que uniam o país "às repúblicas irmãs da América" eram a "primeira linha de solidariedade internacional". Referiu-se aos "elos profundos, de geografia, de história, de tradições, de aspirações" que mantinha o país com a região e declarou que tudo se faria para "unir cada vez mais o continente". Colocou em segundo lugar "as raízes ocidentais" da cultura e das instituições brasileiras e manifestou o "permanente interesse na manutenção do modo de vida democrático que o Ocidente busca preservar". Por fim, declarou que o Brasil se sentia ligado "a tantos outros povos, na África, que tanto contribuiu para a formação do povo brasileiro, como na Ásia, cujas necessidades de desenvolvimento eram também as brasileiras, e com as quais tinha o país em comum "ideais de liberdade, de progresso e de justiça"[41].

Asilados, cassados e opositores

O período inicial da "revolução" se caracterizaria por diversas cassações políticas, inclusive de diplomatas de carreira, pedidos de asilos apresentados junto a embaixadas estrangeiras e algumas expressões de oposição ao novo regime, tanto interna quanto

41 CORRÊA, 1995, p. 186-187.

externamente. Muitos desses fatos teriam relevância para a formulação e execução da política externa brasileira.

As cassações políticas antecederam a posse de Castello Branco e foram os primeiros atos do novo regime. Os três comandantes militares assinaram, no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 que suspendeu a imunidade parlamentar, autorizou o Poder Executivo a cassar mandatos de parlamentares e retirar-lhes os direitos políticos por dez anos, bem como cancelou a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos funcionários públicos[42]. No dia seguinte, as primeiras cassações atingiram João Goulart, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, os líderes do Comando-Geral dos Trabalhadores e da Frente Parlamentar Nacionalista, bem como os assessores do ex-presidente[43]. Quarenta parlamentares (um senador e 39 deputados) foram atingidos nesse primeiro grupo de cassações[44]. Entre a "eleição" e a posse de Castello Branco, no dia 14 de abril, nova lista de cassações deixou centenas de pessoas privadas de direitos políticos por dez anos.

Uma das primeiras preocupações diplomáticas da autodenominada "revolução" foram concernentes à situação do ex-presidente e seus colaboradores que se encontravam exilados no Uruguai. Tão logo João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, entre outros, asilaram-se naquele país vizinho, a Legação do Brasil em Montevidéu viu-se incumbida de buscar junto ao Governo uruguaio restringir a liberdade de movimento do grupo[45]. Leitão da Cunha convidou o ministro do Exterior daquele país, Alejandro Zorrilla de San Martín, para visitar o Brasil em

42 CALDEIRA, 1997, p. 304.

43 SCHNEIDER, 1991, p. 240.

44 FLYNN, 1978, p. 327.

45 CERVO, 2001, p. 13, com base em ofício da Legação em Montevidéu a Vasco Leitão da Cunha em 10 de abril.

agosto e tratar da questão da presença do ex-presidente João Goulart naquele país vizinho, bem como do problema do asilo do almirante Cândido Aragão na Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro.

Tendo resultado da tomada de poder pela força – embora não tenha havido conflito armado – o novo governo preocupou-se em obter reconhecimento externo, tal como o fizeram D. Pedro I em 1822, Deodoro da Fonseca em 1889 e Getúlio Vargas em 1930. Castello Branco convidou, em 20 de abril, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, a explicar a "revolução no exterior", em atenção a desejo nesse sentido que este demonstrara[46]. Dois dias depois, Lacerda embarcou para a Europa e Estados Unidos[47].

Durante um pronunciamento, em 25 de maio, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, então senador por Goiás, declarou que "o processo terrorista" escolhido por seus adversários não provocaria sua abdicação da vida pública. O marechal Costa e Silva comparou a declaração ao "discurso de 30 de março do Sr. João Goulart"[48]. Em reação, os membros do Conselho de Segurança Nacional decidiram, em junho, cassar Kubitschek[49]. No dia 8 daquele mês, Castello Branco assinou o decreto de cassação dos direitos políticos de quarenta personalidades, inclusive daquele ex-presidente[50]. Embora relativamente poupado[51], o Itamaraty não seria excluído das

46 SODRÉ (1986, p. 89) informa que Armando Falcão transmitira a Castello Branco o desejo de Lacerda explicar a "revolução" no exterior.

47 DULLES, 1991, p. 246.

48 DULLES, 1983, p. 28-29.

49 DULLES (1983, p. 32), com base em depoimento de Amaral Peixoto (então presidente do PSD), afirma que o ministro do Planejamento, Roberto O. Campos, discordou da cassação de Kubitschek e pediu sua demissão, mas esta não foi aceita por Castello Branco.

50 GASPARI, 2003, p. 168.

51 GASPARI (2003, p. 314) reproduz ficha do Serviço Nacional de Informações em que consta ter o ministro Leitão da Cunha intercedido para defender os seguintes diplomatas: Sette Câmara, Nogueira Porto e Celso Diniz.

cassações[52] e, até meados de junho, o governo havia suspendido direitos políticos por dez anos de alguns diplomatas: Jaime de Azevedo Rodrigues, Hugo Gouthier Gondim, Jatir Almeida Rodrigues e Antônio Houaiss[53]. O presidente resistira a pressões militares para cassações, entre outros, dos ex-ministros das Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco e Francisco San Tiago Dantas[54].

A "revolução" enfrentaria uma decisão internacional de relevo internamente quando, no dia 23 de maio de 1965, o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, refugiou-se na Embaixada da Argélia. Dois dias depois, o governo brasileiro anunciou que permitiria sua saída do país, através da emissão de salvo-conduto, assim que a Embaixada argelina o solicitasse[55].

Algumas formas de oposição ainda se manifestavam no início da "revolução". As eleições nacionais, em 3 de outubro, conduziram os opositores Negrão de Lima e Israel Pinheiro respectivamente aos governos da Guanabara e Minas Gerais. No dia 27 de outubro, o governo promulgou o Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos políticos, autorizou a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos, bem como estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República. A oposição ao regime militar no exterior era limitada e não se mostrava organizada. Algumas vozes, porém, já se faziam ouvir. Na França, em junho, o arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, fez declarações consideradas críticas ao governo brasileiro. O embaixador junto ao Vaticano, Henrique Souza Gomes, ouviu do Papa Paulo VI

52 VIZENTINI (2004, p. 28) observou que alguns embaixadores ligados a Goulart pediram demissão logo no início da "revolução": Nestor Souto de Oliveira (Síria); Lutero Vargas (Nicarágua); Leocádio Antunes (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e Mário Palmério (Paraguai).

53 CUNHA (1994, p. 274-275) relata como conseguiu evitar um maior número de cassações.

54 VIANA FILHO, 1975, p. 97 e DULLES, 1983, p. 26.

55 DULLES (1983, p. 104-105) afirma que Miguel Arraes, de posse de salvo-conduto, deixou o Brasil em 16 de junho.

comentários a respeito do que qualificou de "caminho errado" escolhido pelo arcebispo[56].

A situação dos asilados no Uruguai continuava a ser, entretanto, uma preocupação central dos militares brasileiros. Entre fins de outubro e início de novembro, o III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, entrou em regime de prontidão na fronteira[57]. O embaixador Pio Corrêa protestou, em novembro, pela publicação naquele país de declarações do ex-governador Leonel Brizola contra o governo brasileiro. Reclamou também da concessão de asilo ao ex-deputado Max da Costa Santos e ao ex-ministro do Trabalho Almino Afonso[58].

Enquanto isso, os exilados brasileiros no Uruguai mostravam-se ativos. Para irritação dos militares brasileiros, o grupo possuía cinco aviões com os quais se deslocava para fora do país vizinho e fazia declarações públicas à imprensa internacional. O governo militar brasileiro defendia a ideia de que os asilados estavam ameaçando a segurança brasileira e violando o estatuto do asilo. Em novembro, o Brasil pressionou o governo de Montevidéu para que os expulsasse, apreendesse seus aviões, vigiasse seus movimentos e proibisse que se aproximassem da fronteira[59]. No final do ano, o ministro do Exterior uruguaio, Alejandro Zorrilla de San Martín, visitou o Brasil e tratou das condições de exílio do ex-presidente Goulart e do ex-governador Leonel Brizola e outros exilados políticos naquele país. O governo brasileiro pediu que Brizola fosse internado a 300 quilômetros da fronteira[60]. Para satisfação

56 DULLES, 1983, p. 228, com base em carta de Souza Gomes a Castello Branco.

57 BANDEIRA, 1995, p. 215.

58 AGEE, 1975, p. 403.

59 CERVO, 2001, p. 139, com base em ofício da Embaixada em Montevidéu em 21 de novembro.

60 CORRÊA (1994, p. 847-95) narra seu período como embaixador em Montevidéu quando teve como missão "conseguir que o governo do Uruguai impusesse aos asilados políticos brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo Direito Internacional".

do regime militar, o governo uruguaio decidiu, em março de 1965, acatar esse pedido brasileiro[61]. Não obstante esse gesto uruguaio, a preocupação do setor militar brasileiro com o vizinho Uruguai se manteve constante. A presença de opositores brasileiros naquele país e rumores sobre golpe de Estado que correram em Montevidéu, em junho, levaram o III Exército brasileiro a colocar de sobreaviso suas guarnições na fronteira[62].

Estados Unidos: relações prioritárias

O governo dos Estados Unidos apressou-se em reconhecer o governo militar brasileiro no dia 2 de abril de 1964, logo após o golpe de Estado[63]. Esse ato caracterizaria as relações especiais que, durante sua fase inicial, o novo regime brasileiro manteria com Washington. O presidente João Goulart ainda se encontrava no Rio Grande do Sul, sem ter renunciado a seu mandato[64], quando Lyndon Johnson enviou mensagem ao presidente interino, Ranieri Mazzilli[65], com "calorosos" cumprimentos e a expressão de admiração pela "vontade decidida da comunidade brasileira em resolver suas dificuldades em marco de democracia constitucional" [*sic*] "e sem lutas civis"[66].

Antes mesmo da posse de Castello Branco, o governo de Washington deu sinais de aprovação do novo governo brasileiro.

61 AGEE, 1975, p. 412.

62 BANDEIRA, 2003, p. 393, com base em telegrama da Embaixada em Montevidéu de 3 de junho de 1965.

63 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.036.

64 BANDEIRA, 1989, p. 142.

65 GASPARI (2002, p. 115), com base em Marcos Sá Corrêa, informa que o embaixador Lincoln Gordon redigiu e submeteu à Casa Branca, em 2 de abril, o rascunho de telegrama de Johnson para Mazzili.

66 BELL, 1972, p. 91, com base em artigo de Tad Szulc em *The New York Times*, 3 abr. 1964.

No dia 6 de abril, o secretário de Estado Dean Rusk declarou que os Estados Unidos iriam ampliar sua ajuda ao Brasil. Negou a acusação do governo de Cuba de que Washington interferira na "revolução" brasileira, a qual chamou de "movimento democrático e constitucional" [*sic*][67].

Interessava ao governo americano um governo manifestamente anticomunista no Brasil embora o mundo assistisse, em 1964, sinais de *détente* que não haviam cessado após o assassinato de Kennedy no ano anterior. Em abril, Nikita Kruchev e Lyndon Johnson assinaram um acordo para reduzir a produção de urânio fissionável[68], enquanto Rusk reconhecia que a capacidade americana de influir eventos no mundo comunista era limitada, embora fosse política de seu país o que pudesse nesse sentido[69].

O acercamento brasileiro dos Estados Unidos era explícito. No dia de sua posse, o novo presidente telefonou para o coronel Vernon Walters, adido militar da Embaixada americana, com quem almoçou[70]. Dois dias depois, um sábado, Castello Branco recebeu, pela primeira vez, o embaixador americano, Lincoln Gordon, que se referiu à "convergência" dos interesses dos dois países a respeito de problemas fundamentais. Trataram também de possíveis "excessos revolucionários" sem, entretanto, aprofundar no tema. O diplomata americano afirmou que seu país estava pronto para apoiar os esforços brasileiros, no quadro da Aliança para o Progresso, conforme a disponibilidade de recursos[71]. A conversa durou oitenta minutos e não teve testemunhas. Seria o primeiro

67 VIZENTINI, 2004, p. 38.

68 YOUNG; KENT, 2004, p. 302.

69 KRAMER, 2002, p. 109.

70 WALTERS (1986, p. 113) observou ter o almoço ocorrido em sala cuja mobília "tinha sido um presente dos Estados Unidos à nova capital, vários anos antes".

71 DULLES, 1983, p. 12-17.

de vinte e três encontros desse tipo que Gordon manteria com Castello Branco[72].

A preocupação em explicar os atos "revolucionários" a Washington seria uma constante. Em 9 de junho, um dia após as cassações que atingiram o ex-presidente Juscelino Kubitschek, Castello Branco recebeu o embaixador americano, Lincoln Gordon, a quem as justificou[73]. Também na capital americana os contatos seriam próximos desde o momento em que Juracy Magalhães assumiu a Embaixada no lugar do embaixador Roberto Campos, que se tornara ministro do Planejamento[74]. Pouco antes de assumir seu posto, o novo embaixador afirmara na Câmara de Comércio Norte-Americana em São Paulo: "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil"[75], frase que repetiria ao chegar à capital americana[76]. Nos Estados Unidos, no final de junho, Carlos Lacerda deu entrevista à televisão e falou ao Clube de Imprensa em Washington. Deixou, entretanto, de comparecer a entrevistas que o embaixador Juracy Magalhães marcara[77] com o subsecretário

72 GORDON, 1986, p. 40.

73 DULLES, 1983, p. 33.

74 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.037.

75 MAGALHÃES (1971, p. 275) defendeu-se do que chamou da exploração de que foi vítima por causa da frase. Esclareceu que esta representava apenas a: "convicção de interesses que a nós, brasileiros, não convém [...] surjam pontos de discórdia em nossas relações com aquele país, ao qual, por outro lado, nos prendem tantos vínculos, notadamente no campo econômico e tecnológico". Prosseguiu, dizendo que "a recíproca era e é igualmente verdadeira porque tampouco aos Estados Unidos pode interessar qualquer desavença com o Brasil, aliado para eles necessário". Em *Minhas Memórias Provisórias*, publicado em 1982, Juracy Magalhães voltou a explicar a frase: "Eu estava preocupado com o volume de críticas que eram então feitas na imprensa americana à situação brasileira e, reconhecendo a importância dos Estados Unidos no cenário mundial, marcado naquela época por forte bipolarismo, pretendi apenas dizer que, quando os Estados Unidos tomavam uma atitude certa na política internacional, isso beneficiava o Brasil, como integrante que somos do mundo ocidental. Jamais me passou pela cabeça deixar nosso país numa posição de subserviência em relação aos Estados Unidos, e a prova é que sempre agi no sentido estrito do meu pensamento e nunca na linha absurda de sua deturpação" (MAGALHÃES, 1982, p. 176).

76 SELCHER, 1978, p. 176.

77 DULLES, 1991, p. 260.

de Estado, Thomas Mann. Partiu de volta para o Brasil[78], não sem antes comentar que os Estados Unidos eram o único país para o qual a "revolução" não precisava ser explicada[79].

A nova política com relação a Washington foi posta em prática rapidamente. Quando Castello Branco recebeu o embaixador americano, Lincoln Gordon, em 30 de junho, este transmitiu a impressão prevalecente no governo americano de que a inflação brasileira não estaria sob controle, especialmente em razão da política salarial. Expressou, ainda, o interesse de seu país por legislação brasileira sobre remessa de lucros mais favorável aos investidores[80]. Em julho, a Força Aérea Estadunidense iniciou cumprimento de contrato com o governo brasileiro de levantamento aerofotográfico de áreas que se acreditava serem ricas em depósitos minerais. Os negativos deveriam ser processados nos Estados Unidos e devolvidos ao Brasil[81].

A atenção do governo americano, no entanto, voltava-se para o Sudeste Asiático. Movimentos provocativos de forças navais americanas teriam sido a causa[82] de um ataque aéreo secreto e repentino, no dia 2 de agosto, do Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte. Dois dias depois, três barcos vietcongues[83] atacaram o navio americano Maddox[84], mas logo se retiraram, não tendo o

78 DULLES (1983, p. 43) informa que Lacerda decidiu deixar Washington pouco depois de saber que estaria sendo considerada a prorrogação do mandato de Castello Branco.

79 DULLES, 1991, p. 260.

80 DULLES, 1983, p. 52, com base em comunicação da Embaixada americana para o Departamento de Estado.

81 BLACK, 1977, p. 89.

82 PALMER, 2002, p. 526.

83 O dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, esclarece que *vietcongue* vem do vietnamita *viet nam cong sam*, que significa vietnamita comunista.

84 GILBERT, 2002, p. 441.

navio americano sofrido dano[85]. O governo de Washington, porém, exploraria politicamente o episódio. Alegou que a embarcação americana encontrava-se em missão de vigilância eletrônica na costa, e sua presença no golfo de Tonquin se dera sob instruções de operar a pelo menos oito milhas da costa e a quatro milhas de qualquer ilha do Vietnã do Norte (mais tarde, as autoridades navais americanas alegariam desconhecer que aquele país não mais observava mar territorial de três milhas e que o havia ampliado para doze milhas)[86].

No próprio dia 4 de agosto, Lyndon Johnson, enviou carta a Castello Branco na qual relatou o ataque ao Maddox. Afirmou que estava convencido de que o Brasil não deixaria de manifestar "adequadamente" sua preocupação no Conselho de Segurança das Nações Unidas[87]. Em resposta, o presidente brasileiro afirmou compartilhar a preocupação pelo ataque, o qual contrariava a Carta das Nações Unidas e justificava o exercício da legítima defesa. Informou que havia dado instruções ao representante brasileiro nas Nações Unidas para atuar de acordo com esse entendimento[88]. Por seu turno, Leitão da Cunha fez declaração pública de que o país entraria na guerra se esta viesse a se transformar em conflito mundial[89].

Lyndon Johnson buscou aprovação do Congresso americano para combater o Vietnã do Norte[90]. De sua parte, o secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, voou para Washington para tentar, sem êxito, entendimento para suspender o conflito. No dia 10 do

85 KEYLOR, 2001, p. 373.

86 VADNEY, 1987, p. 320.

87 DULLES, 1983, p. 58.

88 DULLES, 1983, p. 59.

89 BLACK, 1977, p. 52.

90 KEYLOR, 2001, p. 373.

mesmo mês, o Congresso dos Estados Unidos votou resolução que concedeu ao presidente americano o direito de tomar medidas para repelir qualquer ataque contra suas forças e prevenir ataques posteriores[91].

Em nova carta a Castello Branco em 25 de agosto, Johnson agradeceu o apoio brasileiro e acrescentou que o mundo livre se apresentava "solidariamente unido" e recusava "intimidar-se com atrevidas agressões ou ameaças". Registrou sua satisfação pessoal com o renovado apoio que o Brasil prestava à "causa da paz e da unidade aliada"[92]. Enquanto isso, a colaboração entre as forças armadas brasileira e americana prosseguiria, ainda que sem atender o pedido de envio de tropas ao Vietnã. A Marinha brasileira participou, em setembro, de manobras (Unitas V) com os Estados Unidos, Argentina e Uruguai ao longo das costas argentina, uruguaia e brasileira[93].

Em meio à visita oficial do presidente da França ao Brasil, Castello Branco encontrou tempo para receber, em 14 de outubro, o embaixador americano, Lincoln Gordon, então prestes a viajar a Washington para tratar de empréstimos ao Brasil[94]. Na ocasião, Gordon criticou os subsídios brasileiros a estradas de ferro, Marinha Mercante e Correios e ressaltou a importância do Fundo Monetário Internacional para abrir o país ao mercado financeiro. De sua parte, Castello Branco discorreu sobre seu empenho em controlar salários em empresas estatais; não permitir monopólio estatal ou privado, estrangeiro ou nacional, do minério de ferro; preservar a Companhia Vale do Rio Doce; racionalizar o uso das

91 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 182.

92 DULLES, 1983, p. 59.

93 VIZENTINI, 2004, p. 74.

94 DULLES (1983, p. 55) informa que, na capital americana, Gordon pleitearia empréstimo ao Brasil não apenas de 50, mas de 150 milhões de dólares, acréscimo de 100 milhões para projetos específicos de sua agência de desenvolvimento.

estradas de ferro e estimular acionistas brasileiros ou estrangeiros a participarem do capital da empresa Hanna Mining[95]. Ainda no encontro, Castello Branco contou a Gordon que dissera a De Gaulle estar o Brasil integrado ao sistema interamericano e não ter interesse em uma "terceira força" entre as duas potências antagônicas ou em posições não alinhadas[96].

O envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã era cada vez maior. No início de novembro, tropas vietcongues infiltraram-se em base aérea americana, destruíram seis aviões de bombardeio no solo e causaram a morte de cinco americanos e dois sul-vietnamitas. Como faltassem apenas dois dias para as eleições americanas, Johnson resolveu não revidar. Dois dias depois, seria eleito presidente para mandato de quatro anos. Na noite de Natal daquele ano, vietcongues explodiram uma bomba em hotel em Saigon e, no dia 28, atacaram cidades no sul do Vietnã próximas à capital, causando aumento de pressões em Washington para bombardeios no norte daquele país dividido[97].

Os gestos brasileiros em relação aos Estados Unidos prosseguiram em 1965[98]. Logo no início do ano, Castello Branco recebeu o embaixador Juracy Magalhães com quem tratou de convite para que Lyndon Johnson visitasse o país[99]. O Itamaraty anunciou a decisão de abrir embaixadas em Kuala Lumpur, na Malásia, e Saigon, no Vietnã, esta última "em solidariedade" às ações de Washington naquele país, como explicado em carta de

95 GORDON, 1986, p. 43.

96 DULLES, 1983, p. 61, com base em telegrama de Lincoln Gordon para Washington, em 15 de outubro.

97 GILBERT, 2002, p. 444.

98 CUNHA (1994, p. 290) afirma que não era a favor de uma participação direta do Brasil no conflito no Vietnã, mas favorecia que fizesse "um gesto", tal como "mandar uma missão para tomar conhecimento de como era a guerra e levar nossa solidariedade aos Estados Unidos, levar apoio material e moral à população do Vietnã".

99 DULLES, 1983, p. 84.

Castello Branco a Johnson. O mandatário brasileiro escreveu-lhe também a respeito da situação dos preços do café no mercado mundial que estavam deprimidos. Em resposta, no dia 26, Johnson afirmou esperar que o Senado aprovasse legislação que facilitasse o cumprimento do Acordo Internacional do Café, assinado três anos antes[100].

Enquanto isso, os entendimentos financeiros com Washington eram constantes. Em janeiro, o Brasil assinou com a Aliança para o Progresso um acordo no valor de 23 milhões de dólares. Depois de ter renegociado a dívida externa, aprovado a nova lei sobre remessa de lucros e pago a indenização pela desapropriação da "American and Foreign Company", o governo assinou com os Estados Unidos, em 6 de fevereiro, um "Acordo de Garantia de Investimentos" pelo qual os investidores privados daquele país poderiam segurar, junto a agências de seu governo, investimentos aprovados pelo governo brasileiro[101].

Os Estados Unidos cada vez mais se enredavam no conflito asiático. Entre 6 e 7 de fevereiro, oito americanos foram mortos e dez aviões destruídos, durante ataque dos vietcongues a uma base aérea americana no Vietnã do Sul. No dia 2 de março, Lyndon Johnson autorizou o bombardeio de alvos militares no Vietnã do Norte. Dois dias depois, mísseis soviéticos chegaram a um porto norte-vietnamita[102]. O governo americano iniciou, então, aumento expressivo de militares de combate no Vietnã do Sul. Aviões do Vietnã do Norte derrubaram jatos dos Estados Unidos e a União Soviética admitiu ter suprido armas a Hanói. Ho Chi Min

100 DULLES, 1983, p. 110, com base em matéria do jornal *The New York Times*.

101 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 235.

102 GILBERT, 2002, p. 447.

rejeitou proposta de manter conversações de paz com o governo de Washington[103].

O governo brasileiro terá se desapontado quando, em meio ao escalonamento militar no Sudeste Asiático, Lincoln Gordon entregou a Castello Branco carta de Lyndon Johnson, datada de 13 de março, na qual o presidente dos Estados Unidos informou que, em razão dos "acontecimentos no Vietnã", não poderia comparecer à reunião da Organização dos Estados Americanos no Rio de Janeiro[104]. A desilusão era evidente para a política de um presidente que declarara, no mesmo mês, terem sido as ações mais relevantes da diplomacia brasileira, no ano anterior, a defesa do reforço do sistema de segurança continental e do sistema interamericano e o rompimento das relações diplomáticas com Cuba[105].

O conflito asiático prosseguia. No início de abril, Johnson apresentou proposta de paz pela qual os Estados Unidos concederiam ajuda de um milhão de dólares para um programa de ajuda a todo o Sudeste Asiático, inclusive o Vietnã do Norte, mediante discussões incondicionais sobre o conflito. O secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, qualificou de positivas e generosas as propostas de Johnson[106].

Em Washington, o embaixador Juracy Magalhães preocupava-se com a intenção de os países latino-americanos formarem, durante a Conferência Interamericana, um bloco econômico antiamericano. Receava que se constituísse um foro para criticar a política externa do Brasil e dos Estados Unidos[107]. Nesse momento,

103 VIZENTINI (2004, p. 68) afirma que o embaixador na Tailândia, Nelson Tabajara de Oliveira, foi transferido, em março de 1965, porque teria declarado que o Brasil poderia enviar tropas ao Vietnã.

104 DULLES, 1983, p. 105, com base em carta de Lyndon Johnson a Castello Branco.

105 ABREU, 2000, v. 3, p. 265.

106 GILBERT, 2002, p. 448.

107 DULLES, 1983, p. 106, com base em carta de Juracy Magalhães a Castello Branco, datada de 13 de abril de 1965.

Leitão da Cunha viajou para a capital americana para encontrar-se com o secretário de Estado, Dean Rusk. Entre outros temas, tratou da realização da II Conferência Interamericana Extraordinária da Organização dos Estados Americanos, e de proposta para revisar a Carta daquele organismo.

As pressões para que o Brasil enviasse tropas ao conflito asiático aumentavam. Em carta a Castello Branco, em 26 de julho, Lyndon Johnson pediu sua opinião quanto às medidas adicionais que o mundo livre poderia tomar em apoio ao Vietnã do Sul. Ao entregar a carta a Leitão da Cunha, Lincoln Gordon sugeriu que o aumento de efetivos brasileiros na República Dominicana, aliviaria a escassez de militares dos Estados Unidos, ocupados com o conflito no Vietnã. Pouco depois, como forma de compensar a falta de envio de tropas ao Vietnã, ainda no mesmo mês de junho, o Brasil doou 400 quilos de remédios para o governo do Vietnã do Sul, por intermédio da Cruz Vermelha Internacional[108]. Estas seriam as únicas contribuições por parte de um governo latino-americano ao Vietnã[109]. Quanto ao pedido de envio de tropas, o presidente brasileiro respondeu, em agosto, de forma meramente interlocutória[110]. Para Roberto Campos, o pensamento de Castello Branco (contrário ao envio de tropas brasileiras ao Vietnã) era claro. Considerava que o engajamento americano no Sudeste Asiático, "conquanto baseado no princípio, para nós louvável, de contenção do comunismo", não era diretamente relevante para a segurança do hemisfério[111].

O Brasil buscava apoio americano e Washington acompanhava de perto a situação brasileira, em especial a econômica. Uma

108 DULLES, 1983, p. 112.

109 BLACK, 1977, p. 52.

110 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 7.

111 CAMPOS, 1994, p. 758.

missão chefiada pelo senador William Fulbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, visitou o Brasil no início de agosto[112]. Fulbright elogiou as medidas adotadas para estabilizar a economia, mas outro membro da Delegação, Jack Valenti, enviou a Castello Branco um estudo no qual sugeria a modificação da política econômica[113].

O contingente americano no Vietnã atingiu, em agosto, 125 mil militares naquele país[114] e Washington continuava a insistir numa participação brasileira no conflito. No mês seguinte, Castello Branco reuniu-se com Lincoln Gordon e tratou do assunto sem, entretanto, comprometer-se a enviar tropas[115]. Ao abrir os debates da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, Leitão da Cunha referiu-se ao Vietnã. Qualificou o conflito naquele país de "não generalizado" e[116] expressou esperança de que o governo de Hanói aceitasse as "construtivas propostas" feitas pelos Estados Unidos, bem como as do Reino Unido, países alinhados e do secretário-geral U Thant, na procura de uma solução que permitisse "eliminar do Sudeste Asiático a guerra" que, por tantos anos, vinha "infligindo amargos sofrimentos ao povo daquela região".

Durante sua viagem aos Estados Unidos, Leitão da Cunha encontrou-se com Dean Rusk, no dia 28 de setembro, quando se inteirou de que, em razão do conflito no Sudeste Asiático, o governo americano decidira reduzir de quatro para três os

112 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* (1965, p. 8) informa que a missão se compunha dos senadores Bourke B. Hickenlooper, Stuart Symington; pelos Senhores Thomas Mann, subsecretário de Estado assistente para Assuntos Econômicos; Jack Valenti, assistente do presidente na Casa Branca; e Henri A. Weismann, subchefe da Divisão do Brasil no Departamento de Estado.

113 DULLES, 1983, p. 118.

114 PALMER, 2002, p. 526.

115 DULLES, 1983, p. 112.

116 CUNHA (1994, p. 291) explica porque o Brasil propôs na Assembleia Geral a criação de uma força de paz permanente. Chamava a força de "policial e não armada".

contratorpedeiros destinados ao Brasil[117], aquisição pela qual o presidente Castello Branco vinha demonstrando forte interesse. Leitão da Cunha obteve de Rusk a garantia de que os Estados Unidos não pleitearam, na Conferência, a criação de uma força interamericana de paz, pois, consultas efetuadas pelo embaixador Azeredo da Silveira junto às chancelarias americanas indicaram não haver consenso para sua aprovação[118]. O presidente brasileiro escreveu, no dia 30, nova carta a Lyndon Johnson. Tocou no tema da compra dos quatro contratorpedeiros pela Marinha brasileira e ressaltou a necessidade de o Legislativo americano aprovar o Acordo Internacional do Café[119].

O governo brasileiro promulgou, em 27 de outubro, o Ato Institucional nº 2 que extinguiu os partidos políticos, autorizou a cassação de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos, bem como estabeleceu eleições indiretas para a Presidência da República. Jornais americanos, europeus e latino-americanos criticaram o Ato. Em relação à medida brasileira, o senador Wayne Morse, presidente da Subcomissão do Senado Americano para a América Latina, propôs a suspensão de toda ajuda militar e econômica ao Brasil[120]. O embaixador americano, Lincoln Gordon, solicitou ao Departamento de Estado autorização para fazer uma declaração pública em que lamentaria a promulgação do Ato. Recebeu, no entanto, instruções para manter conversa particular com Castello Branco[121]. Antes que solicitasse entrevista, porém, Castello Branco o convocou para conversar no feriado de 1º de novembro. No encontro, o presidente brasileiro explicou as razões

117 DULLES, 1983, p. 112.

118 VIANA FILHO, 1975, p. 432 e 434.

119 DULLES, 1983, p. 112.

120 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.038.

121 BANDEIRA, 1989, p. 150, com base em documento interno americano de 27 de outubro.

que levaram à adoção do Ato. Teria afirmado que o Brasil evitaria "qualquer tipo de ditadura, tanto a latino-americana quanto a do tipo Nasser"[122]. Ao final, expressou desejo de encontrar-se com Dean Rusk quando este visitasse o país[123].

Com efeito, no correr da Conferência Interamericana realizada no Brasil, Castello Branco reuniu-se com o secretário de Estado americano. Tratou do conflito no Vietnã, da situação em Cuba e na República Dominicana. Quanto a esta última, Castello Branco opinou que diminuíra a resistência ao papel dos Estados Unidos naquele país a partir do momento que a ação em Santo Domingo se tornara multilateral. Diante de preocupação expressa por Rusk quanto ao Ato Institucional nº 2[124], Castello Branco afirmou que os governadores eleitos tomariam posse, as eleições seriam realizadas no ano seguinte e a vida política partidária seria restabelecida[125].

Nem todos os membros do Partido Democrata, agremiação política no poder nos Estados Unidos naquele momento, viam com bons olhos o governo militar brasileiro. O senador Robert Kennedy chegou ao Brasil em 20 de novembro[126]. Visitou o Nordeste e manteve encontros tanto com opositores quanto com membros do governo, inclusive com Castello Branco, que o recebeu no dia 24. Em dado momento do encontro, após ter respondido várias perguntas, o presidente brasileiro perguntou ao visitante americano – para o desconcerto deste – qual era o objetivo de sua viagem ao país[127]. Em seguida, Kennedy esteve em recepção

122 GORDON, 1986, p. 49.

123 DULLES, 1983, p. 151, com base em telegrama de Gordon para Washington.

124 LEACOCK, 1990, p. 237, com base em relato da Embaixada americana ao Departamento de Estado, relata o diálogo havido.

125 DULLES, 1983, p. 165, com base em telegrama da Embaixada americana ao Departamento de Estado.

126 BARRETO FILHO (2001, p. 266) contém menção à visita que Robert Kennedy fez ao Brasil em 1962 quando criticou Goulart por manter comunistas em seu governo.

127 VIANA FILHO, 1975, p. 515.

na Embaixada americana quando teria ocorrido áspero diálogo com o então ministro da Justiça, Juracy Magalhães. Ao final da visita[128], este escreveu ao Subsecretário de Estado, Thomas Mann, ter tido a impressão de que o senador Kennedy viera "colher suas informações sobre a situação no Brasil diretamente de nossos oponentes e debatê-las conosco de uma maneira que geralmente não foi bem recebida"[129].

Castello Branco recebeu Lincoln Gordon mais uma vez, em 15 de dezembro, e tratou de dois assuntos: a aprovação americana de empréstimo de 150 milhões de dólares e a situação no Vietnã. Quanto ao Sudeste Asiático, Gordon reiterou o desejo do presidente Lyndon Johnson de que o Brasil pudesse colaborar com tropas terrestres, navios ou aviões, médicos e enfermeiras. Castello Branco respondeu que iria examinar o pedido[130]. Naquele momento, 1.500 americanos já haviam perdido suas vidas no Vietnã e se iniciara em Washington uma forma de protesto, inspirada em monges budistas, na qual pessoas se queimavam vivas em ato contra a participação dos Estados Unidos no conflito.

O relatório do Itamaraty relativo a 1965 não deixou de mencionar que, após a "revolução", "afluíram 650 milhões de dólares de procedência norte-americana para o Brasil, sob a égide da Aliança do Progresso"[131]. Ao final daquele documento constou ainda a seguinte frase a respeito da política externa brasileira em relação a Washington: "O ano de 1965 caracterizou-se, no campo das relações do Brasil com os Estados Unidos, pela consolidação da

128 MAGALHÃES (1982, p. 305-308) inclui como anexo carta que escreveu em 1977 a Lincoln Gordon na qual afirma ter mantido *áspero diálogo* com Robert Kennedy.

129 DULLES, 1983, p. 166-168, com base em entrevista com Lincoln Gordon, obra de Luís Vianna Filho e carta de Juracy Magalhães a Thomas Mann datada de 30 de novembro.

130 DULLES, 1983, p. 178, com base em memorando de Castello Branco a Juracy Magalhães.

131 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 9.

reaproximação entre os dois países, objetivo prioritário da diplomacia da revolução de março de 1964"[132].

América Latina: relações relevantes

As relações com a América Latina na gestão de Vasco Leitão da Cunha, também consideradas prioritárias, foram marcadas, de um lado pela busca de reconhecimento do regime pelo México e Venezuela e, de outro, pelo rompimento com Cuba. Teriam destaque ainda a questão dos asilados brasileiros no Uruguai e o "reenvio" de Perón ao exílio. Após a saída de Leitão da Cunha, seria relevante, na interinidade de Antônio Borges Leal de Castello Branco, o pleito paraguaio a respeito de Sete Quedas, no rio Paraná.

O reconhecimento do regime pelos vizinhos sul-americanos tinha precedência sobre outros temas de política externa. Já na primeira reunião do Gabinete, em 23 de abril, Leitão da Cunha[133] fez exposição sobre a situação internacional na qual enfatizou o problema do não reconhecimento do novo regime brasileiro por parte do México[134], Uruguai e Venezuela[135] (Durante o regime militar brasileiro, México, Colômbia e Venezuela manteriam governos civis. O Uruguai, até então chamado "Suíça sul-americana", sucumbiria ao militarismo dominante.).

O relacionamento com o México seria o primeiro a ser tratado. Em contraste com a atitude dos Estados Unidos de reconhecimento imediato do regime brasileiro, o embaixador do México, Alfonso

132 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 7.

133 Na mesma data, tomou posse como secretário-geral do Itamaraty o embaixador Antônio Borges Leal Castello Branco Filho.

134 CORRÊA (1994, p. 818-19) relata o não reconhecimento do regime brasileiro pelo México em aplicação da "doutrina Estrada".

135 VIANA FILHO, 1975, p. 86.

García Robles, enviou telegrama à sua capital, no dia 2 de abril de 1964, para perguntar sobre a conveniência ou não de se aplicar ao Brasil a chamada *doutrina Estrada*, de não reconhecimento de governos impostos pela força. Na mesma data comunicou à sua capital a prisão de Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil do governo João Goulart, o que levou a chancelaria mexicana a determinar que García Robles se abstivesse de qualquer comunicação com o Itamaraty.

O novo ministro do Exterior mexicano, José Gorostiza, convocou o embaixador brasileiro, Manuel Pio Corrêa, no dia 6, para informar que o México, com base na *doutrina Estrada*, não poderia manter relações diplomáticas com o governo brasileiro[136]. Gorostiza afirmou a Pio Corrêa que seu governo estava disposto a retirar seu embaixador acreditado no Brasil, até que o novo governo brasileiro provasse sua legitimidade e garantisse a disposição de respeitar as liberdades democráticas[137]. Em fins de abril, o embaixador García Robles foi convocado de volta a seu país, tendo recebido instruções para que não contatasse o Itamaraty sequer para credenciar um conselheiro como encarregado de Negócios.

O governo brasileiro endureceu sua posição em relação ao México e determinou, no dia 16 de maio, ao embaixador Pio Corrêa que retornasse daquele país sem credenciar um encarregado de negócios, tal como o Palácio de Tlatelolco determinara à representação mexicana no Rio de Janeiro[138]. Ao chegar ao Brasil, Pio Corrêa declarou que se as relações entre os dois países não estavam interrompidas, mas os contatos estavam[139].

136 PALACIOS, 2001, p. 295.

137 CORRÊA, 1994, p. 818.

138 PALACIOS, 2001, p. 298 e CORRÊA, 1994, p. 819.

139 PALACIOS, 2001, p. 298-99.

Na Embaixada daquele país no Brasil, já havia então 52 pedidos de asilo de cidadãos brasileiros. Para Leitão da Cunha, os pedidos da Embaixada mexicana de salvo-condutos para a saída dos asilados, constituíam prova da existência de relações entre os dois países[140]. Parecia ao governo brasileiro que o reconhecimento viria de forma indireta e acabaria por se realizar *de facto* e não por ato formal. Assim, o encarregado de negócios do México, conselheiro Roberto Rosenzweig Díaz, acompanhou, no dia 25 de maio, um primeiro grupo de dez asilados brasileiros até o avião que os levaria ao México. Três dias depois, repetiria o ato em relação a mais uma dezena de asilados[141]. Por fim, no dia 2 de junho, o México reconheceu o novo governo, solicitou reatamento de relações diplomáticas, declarou, porém, que o embaixador Manuel Pio Corrêa era *persona non grata* em razão de declarações à imprensa que fizera ao deixar a capital daquele país[142].

Por sua vez, aplicando a *doutrina Betancourt* de não reconhecimento de regimes não democráticos, a Venezuela agiu de forma semelhante ao México. Em busca da aceitação do novo regime pelo governo de Caracas, no dia 20 de abril de 1964, o titular do Itamaraty distribuiu nota à imprensa em que expressou pesar por não ter a Venezuela reconhecido o novo governo brasileiro[143]. Ao embarcar para seu país, em 24 de abril, o embaixador venezuelano afirmou que as relações seriam restabelecidas quando fosse eleito novo governo brasileiro em dois anos[144]. Em visita a Caracas, em maio, entretanto, o deputado André Franco Montoro, ouviu do Ministério das Relações Exteriores que a intenção do novo governo,

140 PALACIOS, 2001, p. 301-303.

141 PALACIOS, 2001, p. 307.

142 CORRÊA, 1994, p. 821.

143 DULLES, 1983, p. 20, com base em matéria de *O Estado de S. Paulo*, de 21 de abril de 1964.

144 VIZENTINI, 2004, p. 42.

presidido por Raul Leoni, era a de aguardar a expiração do prazo do Ato Institucional que autorizara cassações políticas[145]. Leitão da Cunha entendia que, "tendo sido deposto o presidente", "de acordo com a Constituição", Mazzilli "tinha assumido o poder, e tinha-se feito uma eleição na qual foi eleito o presidente Castello Branco"[146]. Em outubro, informações procedentes da Venezuela confirmaram que o sucessor de Betancourt, Raul Leoni, entendia que o não reconhecimento do governo brasileiro resultava de um compromisso daquele país, não apenas de seu governo[147]. O relatório anual do Itamaraty em 1965 se limitaria a informar que prosseguiam normalmente as relações comerciais entre os dois países, sendo mantidas relações consulares.

Cuba constituía motivo de forte inquietação por parte do governo "revolucionário" brasileiro. Leitão da Cunha propôs, na primeira reunião ministerial de 23 de abril, que não se tomasse precipitadamente uma decisão de rompimento com Havana[148]. No entanto, as críticas militares se avolumaram e a decisão de romper relações diplomáticas com aquele país[149] foi tomada em 2 de maio[150]. No dia seguinte, Enaldo Camaz de Magalhães, encarregado de Negócios em Havana, entregou nota ao ministro do Exterior cubano, Raúl Roa Castro em que afirmou que o governo do Brasil considerava "não haver condições para prosseguimento de relações diplomáticas e consulares com o governo cubano"

145 CERVO, 2001, p. 233, com base em ofício de Alberto da Costa e Silva a Vasco Leitão da Cunha, em 20 e 25 de maio.

146 CUNHA, 1994, p. 278-79.

147 CERVO, 2001, p. 235, com base em ofício de Cyro Gabriel Cardoso a Vasco Leitão da Cunha, em 14 de outubro.

148 VIZENTINI, 2004, p. 40.

149 DULLES (1983, p. 57) afirma que Castello Branco autorizou o rompimento depois de Fidel Castro ter declarado: "Não iremos suplicar relações com gorilas de nenhuma espécie".

150 CUNHA (1994, p. 280) afirma que o pretexto utilizado para o rompimento fora a dificuldade de a Embaixada brasileira em Havana "soltar os asilados em lugar seguro".

e que, por conseguinte, recebera instruções de comunicar que cessavam, naquela data, "suas relações diplomáticos e consulares com o governo de Cuba". O Brasil seria então o décimo-quarto país a romper relações diplomáticas com o regime de Havana, passando os interesses brasileiros a serem representados inicialmente pelo Chile e posteriormente pela Suíça[151].

Com o intuito de explicar a decisão de rompimento com Cuba, em nota à imprensa, no dia 13, o Itamaraty declarou que, "ao identificar-se oficialmente de tipo marxista-leninista, o governo de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no Sistema Interamericano"[152]. Segundo o documento, a principal razão do rompimento seria o fato de Cuba "exportar suas doutrinas". Afirmou a Chancelaria brasileira que "o regime de Fidel Castro, longe de manifestar o menor interesse em seu retorno ao convívio das nações livres da América, foi-se afastando cada vez mais dos países do Continente, aproveitando-se de todas as oportunidades para continuar a exportar suas doutrinas". Caracterizou essa "conduta" como sendo "ingerência nos assuntos internos dos países americanos, em violação ao princípio de não intervenção, consagrado na Carta da Organização dos Estados Americanos" o que fora comprovado, "inclusive pela Comissão de Investigação designada pelo Órgão de Consulta para apurar as acusações de intervenção e agressão formuladas pelo governo venezuelano contra o governo de Fidel Castro"[153].

Anos mais tarde, Leitão da Cunha, assim resumiria as razões para a ruptura com Cuba:

> Cuba não havia reconhecido o novo governo brasileiro; as relações entre os dois países não tinham nenhum

151 ABREU, 2000, v. 3, p. 264.

152 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Textos*, 1965, p. 47-49.

153 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 69.

> propósito útil, a não ser dar cobertura a agentes subversivos cubanos no Brasil; Cuba apoiava a guerrilha venezuelana, e, por último, não demonstrava nenhum desejo de voltar a fazer parte do Sistema Interamericano.[154]

Incidente significativo ocorreria nas relações com a Argentina em setembro de 1964. O ministro do Exterior brasileiro encontrava-se em Nova York, quando foi informado pelo embaixador Juracy Magalhães, de pedido feito pelo ministro do Exterior argentino (transmitido pelo embaixador daquele país na capital americana) de que o Brasil interceptasse avião da Ibéria que, em escala no país, transportava o ex-presidente Juan Domingos Perón de seu exílio na Espanha de volta a Buenos Aires. Após confirmar a informação com o embaixador Câmara Canto em Madri, Leitão da Cunha instruiu seu secretário-geral, embaixador Antônio Borges Leal Castelo Branco, a transmitir o pedido argentino ao presidente brasileiro. Este, que se encontrava em voo entre Brasília e Rio de Janeiro, foi contatado por rádio. Ao chegar ao Aeroporto Militar Santos Dumont, Castello Branco procurou informar-se a respeito da legislação internacional sobre o assunto. Uma vez assegurado que poderia fazer o avião retornar à Espanha, deu instruções nesse sentido[155]. Perón e seus acompanhantes regressaram a Madri no mesmo avião às 22h, tal como o presidente da Argentina, Arturo Illia[156] desejara[157].

As relações com a Argentina se desenvolviam com normalidade. Leitão da Cunha reuniu-se, em abril de 1965, com o ministro

154 CUNHA, 1994, p. 281.

155 VIANA FILHO, 1975, p. 498 e DULLES, 1983, p. 79.

156 BANDEIRA, 2003, p. 391.

157 POTASH (1994, Primeira Parte 1962-1973) e ROCK (1999, p. 207) informam que o presidente argentino, Arturo Illia, não teria se oposto ao retorno de Perón (seu secretário particular o desvincularia da decisão tomada pelo Brasil) e especula que a iniciativa de pedir aos países vizinhos não acolhessem Perón teria sido do Ministério do Exterior ou de militares argentinos.

do Exterior argentino, Miguel Ángel Zavala Ortiz, com quem tratou da Associação Latino-Americana de Livre Comércio[158]. Acordaram plano para reforçar as instituições existentes com vistas a criar um mercado comum latino-americano. Durante o ano, seriam retomados estudos para a criação de um sistema de pagamentos de comércio, através de compensações periódicas das diferenças entre importações e exportações em moeda forte por acertos entre órgãos de controle cambial (hoje bancos centrais), sistema que viria a ser conhecido como Convênio de Créditos Recíprocos[159]. À época havia também propostas do presidente do Chile, Eduardo Frei, e do México, Felipe Herrera, para acelerar a formação de um mercado comum[160].

Não apenas os exilados políticos brasileiros no Uruguai preocupavam o governo brasileiro. Para evitar que os asilados no Peru, Abelardo Jurema e Clidenor Freitas dos Santos viajassem para a Argentina, o governo brasileiro exerceu, em junho de 1965, pressões junto ao embaixador Javier Pérez de Cuéllar, diretor de Assuntos Políticos e Diplomáticos do Ministério do Exterior em Lima, para que o governo peruano impedisse sua saída. A iniciativa não teve êxito, mas o problema foi contornado pela decisão do governo argentino de não conceder os necessários vistos aos interessados[161].

O anticomunismo dos militares brasileiros era compartilhado por seus homólogos argentinos. O comandante do Exército da Argentina, general Juan Carlos Onganía, visitou, em agosto, Rio de Janeiro e Brasília. Conferenciou com o ministro da Guerra, marechal Artur da Costa e Silva, e fez pronunciamento em que

158 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 16.

159 BARBOSA, 1996, p. 139.

160 BARBOSA, 1996, p. 141.

161 CERVO, 2001, p. 140, com base em ofícios de Lima, em 12 e 19 de junho.

defendeu o estabelecimento de uma aliança militar entre os dois países que constituísse núcleo de força interamericana para prevenir a expansão do comunismo[162].

Um golpe de Estado ocorreu, no início de novembro de 1964, na Bolívia[163]. Encabeçado pelo vice-presidente, general René Barrientos, derrubou Victor Paz Estenssoro, que pretendia candidatar-se a mais um mandato de quatro anos. O secretário de Estado adjunto, Thomas Mann, telefonou ao embaixador Juracy Magalhães para expressar confiança de que o Brasil agiria de forma a evitar o caos naquele país[164]. Tal como a Argentina, o governo brasileiro logo reconheceu o novo governo liderado por Barrientos[165].

A situação política na Bolívia iria preocupar novamente o governo brasileiro no ano seguinte. Em reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada em 5 de novembro de 1965, o ministro da Guerra, marechal Costa e Silva, pediu vista no processo de exame de uma proposta de construção de um gasoduto de Santa Cruz, na Bolívia, até São Paulo, defendida pelo ministro das Minas e Energia, Mário Thibau, e do Planejamento, Roberto Campos. Na reunião seguinte, Costa e Silva apresentou diversas objeções, entre as quais as de que a instabilidade política na Bolívia poderia levar a interrupções de suprimento. Como resultado do debate, foi constituída uma comissão para examiná-la, a ser chefiada pelo Secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Ernesto Geisel[166].

162 BANDEIRA, 1995, p. 221.

163 PALMER, 2002, p. 74.

164 BANDEIRA, 1995, p. 216.

165 BANDEIRA, 2003, p. 388.

166 CAMPOS, 1994, p. 754.

Castello Branco realizou, no final de março de 1965, uma viagem ao Paraguai. Seria a única visita que faria ao exterior durante sua presidência, e ainda assim limitada à fronteira, pois inaugurou com seu homólogo paraguaio a Ponte da Amizade no rio Paraná, próxima das Cataratas de Iguaçu[167]. Ao retornar, deu entrevista à imprensa em que afirmou que os opositores ao regime faziam "ignóbeis demonstrações de bandidos, planejadas em Montevidéu e Paris"[168].

O governo brasileiro deslocou para a região de Sete Quedas, em junho, um destacamento militar para "prevenir a eventual formação de grupos guerrilheiros e combater mais eficazmente o contrabando". De sua parte, o governo paraguaio empreendeu gestões para a retirada do destacamento por entender que este se encontrava em território não demarcado. O Itamaraty contestou a alegação, dizendo que a zona em que se encontrava o contingente brasileiro não era objeto de litígio e que já estava demarcada desde 1874[169]. Após a saída de Vasco Leitão da Cunha e durante a interinidade de Antônio Borges Leal de Castelo Branco na chefia do Itamaraty, a questão teve importante desdobramento[170] quando, por nota datada de 14 de dezembro, o governo de Assunção expressou suas pretensões com relação a Sete Quedas e questionou a validade da fronteira demarcada[171].

167 GARCIA, 1999, p. 143.

168 DULLES, 1983, p. 99-100.

169 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 22.

170 BARRETO FILHO (2001, p. 259 e 263) relata ter, em 12 de março de 1962, a Embaixada do Paraguai enviado nota ao Itamaraty em que indicou interesse pelo aproveitamento conjunto do Salto de Sete Quedas. Seis meses depois o Brasil respondera confirmando sua disposição de fazer o Paraguai participar de hidrelétrica.

171 CORRÊA (1994, p. 907) informa que a Nota da Chancelaria paraguaia n. 712, de 14 de dezembro de 1965, sustentava não estar "devidamente pintada no mapa" a linha divisória que, desde o marco da nascente do rio Ibicuí, corria pela serra de Maracaju até o Salto Grande das Sete Quedas.

Europa: relações ininterruptas

As relações com a Europa Ocidental não sofreram maiores alterações com o advento da "revolução". Tanto o presidente da Alemanha quanto o da França visitariam o país no primeiro ano "revolucionário" e o governo salazarista em Portugal ampliaria seu relacionamento com o Rio de Janeiro. No Leste Europeu, teria destaque o desenvolvimento de laços comerciais com a União Soviética a despeito do regime comunista do país.

A tentativa de Lacerda para explicar a "revolução" não teve bom começo na França. No dia 23 de abril de 1964, aquele político deu entrevista à imprensa em Paris[172], mal recebida pelo governo do general De Gaulle que não lhe concedeu audiência. Após esse episódio, o presidente da França teria condicionado sua planejada visita ao Brasil (para atender convite formulado por João Goulart, como gesto para encerrar o episódio da "Guerra das Lagostas" no ano anterior) a uma definição do governo brasileiro a respeito da polêmica entrevista de Lacerda[173]. O incidente, entretanto, não impediu que o chefe do governo francês recebesse o embaixador em Paris, Antônio Mendes Vianna, em 11 de setembro, para tratar da visita. Na ocasião, o general De Gaulle ofereceu a concessão de créditos assim como cooperação em matéria nuclear[174]. Expressou também o desejo de manter o menor contato possível com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda[175].

No mesmo mês, uma missão de parlamentares, chefiada pelo senador Mem de Sá, viajou a Paris para resolver o chamado

172 SODRÉ (1986, p. 90-91) e também em *No espelho do tempo* (1995, p. 139-145), relata com pormenores a passagem de Lacerda por Paris e a entrevista que deu no aeroporto. Narra também que teve a difícil incumbência de dizer ao embaixador Hugo Gouthier que seria cassado, acrescentando que "até hoje nada de irregular foi apurado" contra aquele diplomata.

173 DULLES, 1991, p. 250, com bases em matérias do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 28 e 30 de abril.

174 DULLES, 1983, p. 60.

175 VIANA FILHO, 1975, p. 174.

"contencioso francês"[176]. A questão dizia respeito ao interesse de cidadãos franceses poderem resgatar títulos, de que eram portadores, emitidos no começo do século XX para a construção das ferrovias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas, nacionalizadas na década de 1940.

Castello Branco, em notas internas pelas quais pedia sugestões ao Itamaraty a respeito da visita, afirmou que "constituindo a França a mais importante dissensão no bloco ocidental, e cuidando o seu governo de uma terceira bomba", era "possível vislumbrar-se as reais finalidades da longa viagem do presidente francês". A seu ver, De Gaulle, poderia "procurar adeptos para sua terceira posição, esboçando mesmo um tipo de proteção com sua terceira bomba armazenada"[177]. O general Charles De Gaulle visitou, com efeito, o país em meados de outubro de 1964. Tal como mencionado acima, Castello Branco revelou ao embaixador americano que o Brasil não aderia à ideia de uma terceira via nas relações internacionais proposta por De Gaulle, figura política que, aliás, incomodou o governo de Washington ao estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China naquele ano[178].

Para contentamento do regime, o presidente da República Federal da Alemanha, Heinrich Lübke, esteve no Brasil em 11 de maio de 1964, em cumprimento de visita já programada antes da "revolução". Foram tratadas tanto uma questão antiga – a liquidação final dos bens alemães confiscados durante a II Guerra Mundial – quanto temas novos, tais como o pedido da Lufthansa de mais uma frequência em voo semanal e um acordo para garantia

176 CAMPOS (1994, p. 585-586) informa que integraram a missão os deputados Raimundo Padilha, da UDN, e Guilhermino de Oliveira, do PSD, e acompanharam-na o ministro Villar de Queiroz, pelo Itamaraty, e o Senhor Achê Pilar, pelo Ministério da Fazenda.

177 VIANA FILHO, 1975, p. 173.

178 ROBERTS, J. M., 2002, p. 1.107.

de investimentos[179]. Vários projetos de infraestrutura tiveram seus financiamentos confirmados pela Delegação alemã, em especial os referentes ao envio de máquinas e turbinas[180].

Uma delegação chefiada pelo embaixador Edmundo Barbosa da Silva iniciou, em junho, negociações de um acordo de investimentos, mas encontrou dificuldades em aceitar cláusulas propostas pelos alemães que poderiam dar a investidores alemães direitos que investidores nacionais ou de outras nacionalidades não tinham[181]. O governo germânico deu início, então, unilateralmente a um programa de garantias a investimentos alemães destinados ao Brasil, abrindo, dessa forma, perspectivas para uma retomada das negociações[182].

As relações com Portugal receberam especial atenção. Lacerda manteve, no dia 15 de junho, longa entrevista[183] em Lisboa com o primeiro-ministro de Portugal, Antônio de Oliveira Salazar[184]. O ministro do Exterior lusitano, Alberto Franco Nogueira, visitou o Brasil em junho de 1964[185]. O governo salazarista buscava apoio brasileiro à sua política colonialista. Durante entrevista de imprensa em Lisboa, no dia 5 de agosto, o ministro português propôs que o Tratado Bilateral de Amizade e Consulta fosse ampliado para cobrir uma comunidade de países de língua portuguesa que incluísse os territórios portugueses ultramarinos. Na sua visão, o Brasil

179 BANDEIRA, 1994, p. 183.

180 LOHBAUER, 2000, p. 34.

181 BANDEIRA, 1994, p. 184, com base em telegramas entre a Secretaria de Estado e a Embaixada em Bonn.

182 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1965, p. 236.

183 DULLES, 1991, p. 256, com base em Carlos Lacerda. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.

184 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.036, com base em Roberto de Abreu Sodré que, na época deputado, acompanhou Lacerda na viagem.

185 SARAIVA, 1996, p. 119.

poderia ter acesso livre aos portos, mercados e recursos de "toda a nação portuguesa", expressando, assim, desejo de aval implícito brasileiro à permanência da colonização lusitana na África. Franco Nogueira mencionou, ainda, a ideia de realização de uma ação externa comum para a defesa de interesses do patrimônio territorial, cultural e moral dos dois países. Essa formulação imprecisa foi interpretada como uma possível aliança militar que poderia levar o país a imiscuir-se no problema colonial português e, por essa e outras razões, a proposta recebeu reação mista nos meios políticos brasileiros[186].

Em outra demonstração europeia da importância de manter relações com o regime militar brasileiro, o presidente da Itália, o socialista Giuseppe Saragat, visitou o Brasil em novembro de 1965. Em discurso no Congresso Nacional elogiou os esforços de integração latino-americana, os quais afirmou que mereciam "todas as fórmulas de colaboração do mundo livre"[187].

A questão do relacionamento com a União Soviética seria menos problemática para o regime militar do que aqueles com Cuba ou com a República Popular da China. O interesse pelo mercado soviético se sobreporia a preocupações com o governo de Moscou e, já em julho de 1964, Castello Branco enviou mensagem a Nikita Kruchev na qual propôs aumento do intercâmbio comercial. Em agosto, o secretário-geral adjunto do Itamaraty, embaixador Luiz Nogueira de Almeida Porto, revelou ter sido autorizado a estudar meios para atender esse interesse por maior comércio[188].

Após a queda de Nikita S. Kruchev, em 14 de outubro, o governo soviético passou a ser chefiado por Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista Soviético, e Alexei Kossigin, presidente

186 SELCHER, 1974, p. 168.

187 VIZENTINI, 2004, p. 59.

188 VIZENTINI, 2004, p. 62.

do Conselho de Ministros. Estes dois dirigentes eram os novos interlocutores soviéticos quando o ministro do Planejamento, Roberto Campos, solicitou autorização a Castello Branco para visitar a União Soviética em 1965 e explorar oportunidades de comércio. Defendia a ideia de que, embora o governo brasileiro apoiasse os Estados Unidos por ser "democracia e economia de mercado", não deveria haver "alinhamento automático no tocante a interesses econômicos e comerciais e, nem mesmo no plano político, sempre que os Estados Unidos agissem apenas como superpotência em defesa de seus interesses específicos". Castello Branco submeteu a questão ao Conselho de Segurança Nacional, onde a proposta de Campos recebeu apoio de Leitão da Cunha e enfrentou ressalvas do ministro da Guerra, Costa e Silva. O presidente, no entanto, decidiu aprová-la e Campos seguiu para a União Soviética, acompanhado dos empresários José Mindlin e Horácio Coimbra. Manteve encontros com o vice-ministro do Exterior, Vasily Kuzsetnov, e com o ministro do Comércio, Nikolai Patolichev[189].

A Europa vivia o começo da aproximação Leste-Oeste, em clima de *détente*. Em janeiro de 1965, o Pacto de Varsóvia convocara a Conferência de Segurança Europeia com a participação dos blocos ocidental e oriental[190]. Esse processo tardaria, no entanto, ainda uma década até chegar a bom termo, mas permitiria o começo de uma aproximação, apesar das barreiras ideológicas.

189 CAMPOS, 1994, p. 768. Fizeram parte também da missão, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, consultor jurídico do Ministério do Planejamento, coronel Adolfo Diegues, da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), e Luís de Souza Dias, engenheiro elétrico, além do jornalista Frederico Heller.

190 YOUNG; KENT, 2004, p. 307.

África: *apartheid*, colonialismo português e Rodésia

Voltado para seus problemas domésticos, o Brasil mantinha atuação internacional pouco proeminente no início do regime militar. Assim, por exemplo, não se fez representar, em fevereiro de 1964, nas festas comemorativas da independência de Gâmbia[191]. Tal como outros países, porém, por vezes via-se obrigado a votar em questões polêmicas trazidas para o seio das Nações Unidas.

As medidas tomadas na África do Sul para reforçar o *apartheid*, por exemplo, constituíam tema que preocupava a comunidade internacional. Em maio de 1964, esse regime fora reforçado pelo governo de Pretória com a aprovação de lei que limitou as áreas ao redor das cidades em que os negros poderiam viver. Em junho, o líder negro Nelson Mandela foi condenado à prisão perpétua sob acusação de traição. A decisão teve repercussão internacional e causou debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal como os Estados Unidos, França e Reino Unido, o Brasil absteve-se na votação de resolução sobre o tema do *apartheid*, desviando-se de sua tradição de acompanhar o consenso majoritário.

A respeito da questão colonial e da relação do Brasil com Portugal, Castello Branco explicitou, em discurso de 31 de julho, o dilema que o Brasil começava a enfrentar. Para o presidente, a política brasileira era "anticolonial", mas se defrontava com o "problema dos laços afetivos e políticos" que uniam o país a Portugal. Conjeturou que "talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade afro-luso-brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema". Concluiu que "qualquer política realista de descolonização" não poderia "desconhecer,

191 O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* (1965, p. 66) justifica a ausência na "escassez de acomodações na capital gambiana".

nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente"[192].

Numa visão do que poderia ser o papel brasileiro na África portuguesa, o presidente do Senegal, Léopold Senghor, que visitou o Brasil em setembro, sugeriu que o país participasse de um plano em que fosse dado às províncias ultramarinas portuguesas um período de transição antes da independência, para que estas não sofressem os "revezes do Congo". Seria o germe de uma ideia, desenvolvida mais tarde por alguns diplomatas brasileiros, de o Brasil servir de intermediário entre a África portuguesa e Lisboa, de prestar cooperação aos futuros países, e de atuar como membro do Conselho de Tutela das Nações Unidas[193]. Ao saudar Senghor, Castello Branco declarou que o Brasil propunha para o problema colonial a busca de uma solução pacífica. Acrescentou, por outro lado, que o país estava interessado na "verdadeira liberdade dos povos", e opunha-se "à mera mudança de um estado de sujeição a outro, sob o pretexto de liberação"[194].

Muitos países africanos alcançavam a independência, o que magnificava para o Brasil o dilema de optar entre apoiar a política colonialista (e anticomunista) de Lisboa ou o crescente movimento de descolonização, muitas vezes ligado a projetos socialistas, opostos pelo regime militar. Os novos países daquele continente precisavam ser tomados em conta, pois passavam a ter voz e voto na cena internacional. Assim, por exemplo, em outubro, na segunda reunião de países do Movimento Não Alinhado, os africanos constituíam a maioria somando 29 membros entre os 47 países que se fizeram representar[195].

192 VIANA FILHO, 1975, p. 439.

193 SELCHER, 1974, p. 183.

194 SARAIVA, 1996, p. 97.

195 BELL, 2004, p. 445.

Apesar desses novos dados, a inclinação pró-lusitana ponderava no governo brasileiro. Em conferência de imprensa, em outubro, ao mencionar Portugal, Castello Branco apoiou a política portuguesa com relação à África, quando afirmou que o Brasil, "ao ratificar sua posição na questão da autodeterminação", sublinhava sua convicção de que "Portugal saberia como solucionar seus problemas no espírito das suas tradições históricas". Expressou a confiança brasileira na "missão civilizatória de Portugal" que, no seu entender, "derivava da história"[196].

O Itamaraty organizou, em meados de 1965, o envio à África de uma missão comercial que buscaria ampliar as exportações brasileiras àquele continente, então fortemente concentradas no comércio com a África do Sul, que absorvia 90% do comércio brasileiro com a África subsaariana[197]. A missão, chefiada pelo ministro Mário Borges da Fonseca, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos, visitou, entre maio e junho, Senegal, Libéria, Gana, Nigéria, Camarões e Costa do Marfim[198]. Durante a viagem os empresários brasileiros fecharam contratos de venda de produtos brasileiros no valor de meio milhão de dólares, entre os quais, produtos têxteis, sapatos, enlatados, bens elétricos e alguns produtos agrícolas, tais como arroz e óleos vegetais[199].

A Rodésia atraiu a atenção mundial para a África no final daquele ano. Aquela colônia britânica estava cercada por dois novos países resultantes da independência da Rodésia do Norte (Zâmbia) e Nissalândia (Malawi)[200]. Liderada por Ian Smith, a minoria branca declarou a independência da Rodésia em 11 de

196 SARAIVA, 1996, p. 118, com base em obra de J. O. de Meira Penna.

197 GARCIA, 1999, p. 144.

198 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 63-65.

199 SARAIVA, 1996, p. 116.

200 BELL, 2004, p. 461.

novembro, após desentendimentos com o governo britânico[201] que discordou da política de Smith de não aplicar a regra de eleição por maioria (que daria poder aos negros)[202]. O governo trabalhista de Harold Wilson, em Londres, impôs sanções comerciais e embargo de petróleo, mas recusou-se a usar força armada para derrubar Smith, como solicitado por alguns países africanos[203]. De sua parte, o Brasil decidiu não reconhecer a "declaração unilateral da independência" [*sic*] da Rodésia[204].

Ásia e Oriente Médio: contatos esparsos

O relacionamento brasileiro com a Ásia era relativamente modesto. Em 1964, destacar-se-iam alguns fatos que apontavam para a formação de novas alianças estratégicas. Em julho, o Partido Comunista Chinês denunciou o regime praticado por Nikita Kruchev na União Soviética[205]. De outro lado, seu vizinho ao Sul, a Índia, assinou, em setembro, um acordo militar com o governo de Moscou[206]. Rodeada de países grandes como a União Soviética e a Índia, com os quais mantinha disputas, a República Popular da China explodiu na atmosfera, em 16 de outubro[207], sua primeira bomba atômica[208].

201 GILBERT (2002, p. 450) observa que, durante quinze anos, o regime de maioria branco de Ian Smith resistiria a pressões internacionais, inclusive a embargo britânico de petróleo com apoio das Nações Unidas.

202 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 211.

203 PALMER, 2002, p. 435.

204 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 66.

205 BELL, 2004, p. 431.

206 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 228.

207 YOUNG; KENT, 2004, p. 310.

208 GILBERT, 2002, p. 445.

O regime militar brasileiro mantinha com a República Popular da China tratamento diverso daquele com a União Soviética. Desde a eclosão da "revolução", em março de 1964, permaneciam presos nove funcionários chineses membros de missão comercial da República Popular da China acusados de promover subversão no país. A Agência Nova China denunciou que os prisioneiros estariam sendo submetidos a torturas e Mao Zedong enviou, através do representante da Cruz Vermelha Internacional, um apelo ao Brasil para libertá-los. Em abril, o Itamaraty informou que os detidos eram acusados de crime contra a segurança nacional e deveriam aguardar seu julgamento. O ministro da Guerra, Costa e Silva, afirmou, em maio, que o Comando Geral dos Trabalhadores enviava líderes para serem treinados na República Popular da China, União Soviética e Cuba. Em sua defesa, os funcionários chineses (que estavam acompanhados de jornalistas da Agência Oficial Nova China) afirmavam que sua missão tivera como objetivo instalar um escritório comercial e preparar uma exposição econômico-comercial. A justiça militar os condenou a dez anos de prisão por "promover e financiar subversão e cometer crime de espionagem", mas admitiu que poderiam ser indultados e expulsos, o que efetivamente ocorreu em fevereiro do ano seguinte[209].

O episódio contribuiu para manter cortados os canais diplomáticos com Beijing. Ao Itamaraty restou apenas acompanhar, à distância, o desenvolvimento dos acontecimentos mais importantes na República Popular da China, tais como um cessar-fogo que entrou em vigor, em julho, entre aquele país e a Índia[210] e a "revolução cultural", iniciada em agosto, provocada pelo próprio Mao

209 VIZENTINI, 2004, p. 67.

210 BELL, 2004, p. 438.

Zedong que determinou a formação da guarda vermelha de estudantes contra membros do partido que se lhe opunham[211].

Em 1965, a região asiática apresentaria como um dos principais fatos internacionais, o conflito ocorrido, em março, entre a Índia e o Paquistão. No dia 13, vários conflitos na fronteira entre os dois países levou o governo de Nova Délhi a protestar no Conselho de Segurança das Nações Unidas contra os ataques paquistaneses. Em abril, houve luta na fronteira entre as duas forças armadas[212].

O conflito indo-paquistanês exigiria ação por parte do Brasil, ainda que muito limitada. Acirrou-se, entre agosto e setembro, a disputa entre aqueles países a respeito da região da Caxemira. O problema se agravou quando o Paquistão se opôs, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a que a Índia aplicasse dispositivos de sua constituição referentes à região em disputa. O conflito se transformou em luta armada quando tropas dos dois lados cruzaram a fronteira e tiveram início bombardeios de parte a parte[213]. A guerra durou três semanas[214]. As Nações Unidas obtiveram, em 22 de agosto, acordo de cessar-fogo entre as partes[215]. O governo indiano protestou contra o Reino Unido por ter apoiado o Paquistão, contra os Estados Unidos por terem vendido armas àquele país e contra a República Popular da China por ter enviado tropas à zona de conflito três anos antes. Em 6 de setembro, reiniciou-se o conflito. O governo de Beijing nele interveio indiretamente, ao exigir da Índia, no dia 16, que desmantelasse fortificações na fronteira entre os dois países. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética, porém, alertaram Beijing a não levar adiante

211 BROGAN, p. 163.

212 BELL, 2004, p. 438.

213 GILBERT, 2002, p. 449.

214 VADNEY, 1987, p. 383.

215 GILBERT, 2002, p. 449.

qualquer ação militar[216]. As duas superpotências lograram obter das Nações Unidas uma nova decisão de um cessar-fogo, tendo as forças da Índia e do Paquistão retornado a suas posições. O governo brasileiro decidiu, no dia 29, ceder às Nações Unidas dez observadores militares para atuar na fronteira entre aqueles dois países asiáticos[217].

Diferentemente do que viria a ocorrer a partir de meados da década seguinte, os contatos do Brasil com o Oriente Médio eram esparsos. De um lado a região, embora permanentemente instável em razão do conflito árabe-israelense, ainda não apresentava, em 1964, os contornos dramáticos que adquiriria em 1967 e 1973. Fortaleciam-se, naquele momento, as forças que logo iriam se enfrentar militarmente. A primeira cúpula árabe se realizou em 1964 e teve papel importante na criação de uma entidade política que liderasse os palestinos[218]. Assim, sob o patrocínio da Liga Árabe[219], em junho, foi criada a Organização para a Libertação da Palestina. Foi também adotada a Carta Nacional Palestina que reivindicou um Estado palestino independente em território na fronteira do que constituíra o mandato britânico, ou seja, rejeitando a ideia de compartilhamento com Israel[220]. No final do ano, Al Fatah, outro grupo criado na década anterior e liderado por Yasser Arafat, deixou a Organização para a Libertação da Palestina e iniciou ataques repentinos contra Israel[221]. O Brasil se pautava, no que se denominava o "contencioso palestino", por "uma série de

216 BELL, 2004, p. 439.

217 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 183.

218 YOUNG; KENT, 2004, p. 373.

219 BELL, 2004, p. 349.

220 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 148.

221 YOUNG; KENT, 2004, p. 373.

princípios básicos, capazes de orientar o comportamento de total *equidistância* da diplomacia brasileira na matéria".

A única visita relevante de autoridade do Oriente Médio ao Brasil, seria a do xá do Irã, Mohamed Reza Pahlevi, realizada, no princípio de maio de 1965, em meio à crise dominicana, que ocupava prioritariamente a atenção da Chancelaria brasileira. Os contatos diplomáticos pouco se expandiram tendo sido tomada a decisão administrativa de estabelecer "uma série de embaixadas cumulativas" com "a formalização das relações diplomáticas com a Líbia (cumulativa com a Embaixada em Túnis) e com o Sudão (cumulativa com a Embaixada no Cairo)[222].

Atuação política multilateral

Na atuação brasileira em foros multilaterais teriam maior relevância: a questão das sanções a Cuba no âmbito da Organização dos Estados Americanos; a participação do país nas discussões de um tratado de proscrição de armas nucleares na América Latina; e, sobretudo, o envolvimento militar brasileiro na crise da República Dominicana.

Cuba: sanções

As relações diplomáticas do Brasil com Cuba já haviam sido rompidas havia cerca de dois meses quando surgiu, no seio da Organização dos Estados Americanos, a questão da imposição de sanções ao governo de Havana. Em julho de 1964, realizou-se em Washington a IX Reunião de Consultas dos ministros das Relações Exteriores, convocada pela Venezuela[223] que denunciou

222 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 70.

223 CUNHA (1994, p. 278) observou que, apesar de não manter relações com o Brasil, a Venezuela pediu apoio brasileiro na sua posição contra Cuba.

estímulo à subversão empreendido pelo governo de Fidel Castro[224]. Leitão da Cunha chefiou a Delegação brasileira e votou a favor de resolução que exigiu sanções contra Havana. A votação apresentou o seguinte resultado: 15 votos a favor das sanções, 3 contra (México, Chile e Uruguai) e uma abstenção (Bolívia). Com exceção do México, os demais países latino-americanos romperam relações com Havana[225]. A Embaixada brasileira em Washington distribuiu nota, no dia 22 de julho, em que expressou a esperança de que Cuba pudesse se "livrar da tirania do regime comunista que a oprimia"[226].

Na sessão de encerramento da Reunião, realizada em 26 de julho, Vasco Leitão da Cunha afirmou que não era apenas através do Relatório da Organização dos Estados Americanos, ou por informação direta de governos das "Repúblicas Irmãs", pois o Brasil conhecia "a política intervencionista do governo cubano" em sua "própria carne". Alegou que o governo cubano praticara "sua política de intervenção e subversão, de cumplicidade com uma situação já irreversivelmente passada". Afirmou que o governo brasileiro não tivera "qualquer propósito de constranger países irmãos a tomar medidas" que já havia tomado. Argumentou que o Relatório da Comissão de Investigação comprovara uma série de atos praticados pelo governo de Cuba, os quais, a seu ver, configuravam "uma política de agressão" por parte do governo de Havana contra "a integridade territorial, a soberania política e a estabilidade das instituições democráticas da Venezuela". Expressou solidariedade com o povo e o governo da Venezuela, "país irmão, vítima desses intoleráveis atentados". Sublinhou que a Reunião de Consulta dos ministros, com voto afirmativo do Brasil e por maioria superior a dois terços exigidos pelo Tratado do Rio de Janeiro, acabara de

224 DULLES, 1983, p. 57.

225 KEYLOR, 2001, p. 398.

226 BELL, 1972, p. 93, com base em Boletim Informativo n. 29, da Embaixada.

caracterizar "tais atos do governo de Cuba como agressão" que não era "ataque armado". Defendeu a decisão tomada com base "nos fatos apurados pela Comissão de Investigação", e afirmou que os ministros haviam agido rigorosamente dentro da competência que lhes era conferida por força do artigo 9º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Expressou o entendimento do governo brasileiro de que o Tratado do Rio de Janeiro fora "legitimamente invocado" e estava sendo "legitimamente aplicado" naquele caso[227].

Desarmamento mundial e regional

O Brasil mostrou-se sempre ativo nas discussões sobre desarmamento. No plano mundial, já em outubro de 1964, a Delegação brasileira apresentou, juntamente com os países do grupo chamado de Oito Nações Não Comprometidas (Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, Suécia e República Árabe Unida), um documento em que se solicitou às potências nucleares medidas para assinatura de um acordo proibitivo de testes atômicos[228].

Convocada pela União Soviética, a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (composta de todos os estados-membros) reuniu-se, pela primeira vez, em maio de 1965. O governo de Moscou apresentou um projeto de resolução que concitava as potências mundiais à extinção de bases militares em territórios estrangeiros. O representante brasileiro declarou que o desmantelamento de tais bases não poderia ser discutido isoladamente do contexto do desarmamento geral e completo, sob o risco de desequilíbrio estratégico mundial. A União Soviética apresentou outro projeto que propunha a conclusão de uma convenção para a proibição do uso de armas nucleares. O bloco ocidental opôs-se ao projeto, sob o argumento de que se criaria cenário para o confronto político entre blocos e o rompimento do equilíbrio armamentista existente.

227 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 132.

228 VIZENTINI, 2004, p. 73.

Os Estados Unidos pediram a convocação do Comitê dos Dezoito para concluir um tratado que proibisse todos os ensaios nucleares, inclusive os subterrâneos e para concluir um acordo para pôr fim à proliferação de armas nucleares[229].

O governo americano apresentaria, em agosto daquele ano, um projeto de Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares[230]. Washington se preocupava com Moscou, mas também com a República Popular da China que se tornara potência nuclear ao testar, no ano anterior, sua primeira arma atômica[231].

Enquanto isso, no plano regional latino-americano, em reunião com militares e diplomatas, o presidente Castello Branco adotou, em setembro, a posição de que um acordo de desnuclearização seria aceitável somente se todos os poderes nucleares e países com colônias ou territórios no hemisfério ocidental se comprometessem a respeitá-la e que todos os países latino-americanos, inclusive Cuba, se obrigassem ao acordo[232].

No plano mundial, o ministro do Exterior da Itália, Amintore Fanfani, propôs uma moratória nuclear controlada, pela qual os países não nucleares renunciariam unilateralmente a adquirirem armas nucleares por um determinado período de tempo. Em reação, os membros do Grupo dos Oito, inclusive o Brasil, apresentaram documento em que afirmavam que as medidas destinadas a impedir a dispersão de armas nucleares "deveriam ser acompanhadas ou seguidas de medidas concretas para deter a corrida nuclear, e limitar,

229 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 106-108.

230 YOUNG; KENT, 2004, p. 303.

231 BELL, 2004, p. 290.

232 SCHNEIDER (1976, p. 78, nota 5), informa que participaram da reunião, além do presidente, os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, respectivamente chefe do gabinete militar e diretor do Serviço Nacional de Informação, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os dirigentes da Comissão de Energia Nuclear e do Conselho Nacional de Pesquisas, os embaixadores José Sette Câmara e Sérgio Corrêa da Costa.

reduzir e eliminar os estoques de armas nucleares e seus vetores". O governo brasileiro advogava, portanto, que a suspensão dos testes nucleares fosse acompanhada de um sistema adequado de verificação e controle, e o intercâmbio se baseasse em informações científicas. Nessa linha, o delegado brasileiro, embaixador Corrêa do Lago, propôs a interdição parcial dos testes subterrâneos, com base em um limite (*threshold*), enquanto não fosse possível chegar à proscrição total daquelas experiências[233].

No curso da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1965, a Delegação brasileira, mais uma vez, defendeu posição de que um tratado de não proliferação deveria ser acompanhado de medidas concretas, por parte das potências nucleares, visando à redução, por etapas, dos estoques nucleares e respectivos vetores, obedecendo a um programa elaborado cuidadosamente, a fim de que o equilíbrio estratégico-militar não fosse rompido por qualquer das partes[234].

O tema do desarmamento nuclear da América Latina voltou a exigir a atenção do governo brasileiro por ter o México convocado uma reunião para estudar um acordo multilateral pelo qual os países da região se comprometeriam a não fabricar, receber, armazenar ou experimentar armas nucleares e artefatos para seu lançamento. O tema fora objeto, no governo anterior, de uma declaração conjunta dos presidentes do Brasil, Bolívia, Chile, Equador e México. O governo Castello Branco optou por entrar na negociação proposta e nesse sentido instruiu, em novembro de 1964, o embaixador Sette Câmara como chefe da Delegação Brasileira à Reunião na Cidade do México.

Do encontro, surgiu a criação de uma Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina[235] cuja primeira

233 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 108-109.

234 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 118.

235 VIANA FILHO, 1975, p. 447.

reunião se realizou, em março de 1965, na capital mexicana, sob a presidência de Alfonso García Robles e vice-presidência de Sette Câmara. Com exceção de Cuba, que escusou seu comparecimento, e da Guatemala, que enviou observador, todos os países latino-americanos se fizeram representar. Na segunda reunião, em agosto, o representante brasileiro criticou textos preparados por um grupo de trabalho. Ressaltou que a adoção de um mecanismo de inspeção e controle tornava ainda mais patente a necessidade da participação de Cuba no programa de desnuclearização, pois seria "absurdo" que todos renunciassem aos armamentos nucleares e aquele país continuasse "a ter suas mãos livres para repetir o que tentara em 1962"[236].

Castello Branco realizou, em 15 de setembro de 1965, uma reunião[237] para examinar a posição brasileira nas negociações no México. Na ocasião, o embaixador Sette Câmara apresentou três opções:

> (1) tomar posição aberta contra a participação do Brasil no tratado em elaboração, a fim de preservar-lhe a liberdade em matéria de armamentos nucleares;
>
> (2) tentar protelar o texto de um tratado; e ou
>
> (3) reafirmar com nitidez a posição brasileira, de modo a deixar expressos os seguintes pontos: (a) fidelidade ao princípio da não proliferação; (b) somente aceitar a renúncia aos armamentos nucleares tendo a segurança de que em contrapartida haveria um compromisso por parte

236 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 110-14.

237 VIANNA FILHO (1975) informa que participaram da reunião, além de Castello Branco e do ministro do Exterior Leitão da Cunha, também os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante Luís Martini; o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, professor Cintra do Prado, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, professor Antônio Couceiro; o chefe da Casa Civil, Luís Vianna Filho; o embaixador José Sette Câmara e a ministra Lourdes de Vincenzi.

> de todas as potências nucleares de respeito ao estatuto de desnuclearização na América Latina; (c) participação de todos os países da região, sob pena de ficarem as demais Repúblicas da América Latina em situação de inferioridade em relação a Cuba que guardaria a liberdade de repetir a aventura de 1962; e (d) compromisso a que estão vinculados territórios não autônomos situados na área latino-americana.

Sette Câmara adiantou que a primeira opção colocaria o Brasil "no mesmo campo da China comunista e da França, tidos como adversários do progresso no terreno do desarmamento". Após debate entre os presentes, Castello Branco autorizou Sette Câmara a prosseguir na linha da terceira opção, acrescentando que o Brasil não despenderia na fabricação de bomba nuclear recursos necessários ao desenvolvimento nacional[238].

No discurso que proferiu, ainda em setembro, ao abrir os debates da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, Leitão da Cunha registrou "os esforços dos países latino-americanos com o objetivo de transformar o continente em zona desnuclearizada". Afirmou que "tanto a delimitação geográfica da área sujeita ao futuro estatuto, como a obtenção de garantias formais de respeito ao mesmo por parte das potências nucleares" representavam para o governo brasileiro "requisitos essenciais à elaboração de um instrumento de desnuclearização que, a um tempo, impeça a proliferação de armas nucleares e não ofereça nenhum risco presente ou futuro para a segurança e desenvolvimento científico e tecnológico dos países signatários do Tratado"[239].

238 VIANA FILHO, 1975, p. 448-449.

239 CORRÊA, 1995.

República Dominicana: o envolvimento brasileiro

O Brasil, juntamente com Guatemala e Uruguai, tomara a iniciativa de convocar, em janeiro de 1965, os países-membros da Organização dos Estados Americanos para uma II Conferência Interamericana Extraordinária a realizar-se em abril no Rio de Janeiro com o objetivo de "reforçar a aliança continental". Esperava o governo brasileiro, ao mesmo tempo, obter aprovação tácita do governo "revolucionário", ainda não reconhecido pelo governo de Caracas. Nesse sentido, elaborava planos para que a visita de Lyndon Johnson ao Brasil coincidisse com a Conferência Interamericana, o que incluiria participação do presidente americano e dez chefes de Estado sul-americanos, inclusive o da Venezuela[240].

A iniciativa brasileira teria, entretanto, de ser prorrogada em razão da crise na República Dominicana irrompida em abril de 1965. Militares dominicanos, liderados pelo coronel Francisco Caamaño, iniciaram, no dia 24, um levante contra o governo de Donald Reid Cabral (que, por sua vez, havia anteriormente deposto o governo eleito de Juan Bosch). Os rebeldes constitucionalistas ocuparam o Palácio Nacional e, por rádio, pregaram o retorno de Bosch ao poder. Dois dias depois, a Força Aérea Dominicana bombardeou o Palácio Nacional. Os revoltosos entregaram armas à população e teve início conflito civil[241].

Os Estados Unidos enviaram, no dia 28, fuzileiros navais a Santo Domingo com o objetivo alegado de "retirar cidadãos norte-americanos"[242]. Dois dias depois, enviaram novas tropas e

240 DULLES (1983, p. 105), com base em comunicação de Lincoln Gordon ao Departamento de Estado de 8 de fevereiro, informa que a escolha do Rio de Janeiro seria explicada em razão de sua posição central e o quarto centenário da cidade.

241 COZENDEY, 1989, p. 102.

242 SILVA (2000, p. 299) transcreve carta, datada de 28 de abril, do coronel Pedro Bartolomé Benoit, em que este militar dominicano, após afirmar que não poderia proteger vidas de americanos na República, pediu uma intervenção temporária dos Estados Unidos para restaurar ordem no país.

comunicaram a ação ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. A iniciativa militar americana foi condenada pelo governo do presidente da Venezuela, Raúl Leoni, que acusou Washington de violar acordos pan-americanos e pediu, no dia 29, a convocação de reunião da Organização dos Estados Americanos[243]. No dia seguinte, os Estados Unidos enviaram novas tropas que separaram as duas facções dominicanas. O secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, fez um apelo à paz e solicitou aos grupos antagônicos que aceitassem as medidas que fossem adotadas pelo Conselho de Segurança.

O embaixador americano junto à Organização dos Estados Americanos, Ellsworth Bunker, argumentou, no dia 1º de maio, não ter havido tempo para consultas, pois a ação estadunidense fora tomada para salvar vidas americanas e de outras nacionalidades[244]. Propôs que os países-membros enviassem contingentes militares para a República Dominicana[245]. O próprio presidente Lyndon Johnson admitiu, no dia 2, que o desembarque de fuzileiros navais americanos fora determinado porque as "nações não devem e não permitirão o estabelecimento de outro governo comunista no hemisfério ocidental"[246]. Seria a aplicação da *doutrina Johnson* formulada pelo Subsecretário Thomas Mann, segundo a qual os Estados Unidos apoiariam qualquer governo latino-americano cujos interesses fossem julgados compatíveis com os de Washington. O objetivo dessa política era o de assegurar a disposição americana de combater "o perigo claro e presente de tomada de poder por comunistas"[247].

243 VIANA FILHO, 1975, p. 408.

244 BANDEIRA, 1995, p. 217.

245 DAVIS, 1996, p. 190.

246 BANDEIRA, 1995, p. 218, com base em G. Connel-Smith.

247 EVANS, 1998, p. 286.

A proposta americana na Organização dos Estados Americanos ainda estava sob exame, quando o embaixador W. Averell Harriman, enviado especial do presidente Lyndon Johnson, encontrou-se, em 3 de maio, no Rio de Janeiro com Vasco Leitão da Cunha, a quem informou que as forças rebeldes estariam dominadas por comunistas treinados por russos, cubanos e chineses[248]. No mesmo dia, Castello Branco autorizou o representante brasileiro, ministro Ilmar Penna Marinho, a aprovar proposta dos Estados Unidos de envio de força para intervir naquele país. Leitão da Cunha declarou à imprensa que "a atividade comunista" era "muito acentuada na República Dominicana, com o perigo de lá formar-se outra Cuba"[249].

Em encontro com Averell Harriman e Lincoln Gordon, no dia 4 de maio, Castello Branco mostrou-se favorável ao envio de tropas brasileiras a Santo Domingo, desde que a Organização dos Estados Americanos aprovasse uma força de paz interamericana. Após a reunião, o Itamaraty distribuiu nota à imprensa na qual constou ter o governo brasileiro recebido do governo dos Estados Unidos a "segurança de que sua ação foi ditada pela necessidade imperiosa de proteger as vidas de seus nacionais e demais estrangeiros" em Santo Domingo[250]. Em entrevista à imprensa, Leitão da Cunha defendeu o envio de tropas americanas à República Dominicana em razão "da imperiosa necessidade de salvar vidas, tentar restabelecer a ordem e evitar que forças subversivas" assumissem "o controle"[251].

Para Roberto Campos – que embora ministro do Planejamento era frequentemente consultado por Castello Branco em matéria

248 DAVIS (1996, p. 190), com base em Luís Vianna Filho e Vernon Walters, afirma que este último preveniu Castello Branco da Missão Harriman e recomendou que fosse aceito o envio de pedido de tropas.

249 DULLES, 1983, p. 107.

250 VIZENTINI, 2004, p. 44, com base em matéria do *Diário de Notícias* de 4 de maio de 1965.

251 DULLES, 1983, p. 106-107, com base no *Jornal do Brasil*.

de política externa – a ideia do presidente ao apoiar uma força interamericana era a de limitar a ação unilateral dos Estados Unidos. Segundo Campos, Castello entendia que uma força interamericana de defesa "restringiria a possibilidade de intervenções unilaterais" americanas. Constituiria "um instrumento que credenciaria os latino-americanos para exigir de Washington uma meditação coletiva, antes de decisões unilaterais de intervenção". A função da força seria, pois, a de "dificultar ou impedir intervenções açodadas de Washington, as quais teriam de ser precedidas de consulta e consentimento coletivo para a intervenção e de determinação da natureza e seriedade da ameaça à segurança continental". Equivaleria assim a "uma renúncia dos Estados Unidos a qualquer ação unilateral"[252].

A Organização dos Estados Americanos limitou-se, inicialmente, a criar um comitê de bons ofícios, composto de representantes de Argentina, Brasil (Penna Marinho), Colômbia, Guatemala e Panamá. Seus membros partiram, no dia 5 de maio, para a República Dominicana onde obtiveram das partes envolvidas a assinatura da efêmera Ata de Santo Domingo que determinava o fim das hostilidades na forma de um cessar-fogo negociado pelo Núncio Apostólico[253].

Convocada pelo governo de Caracas, a X Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos deliberou, no dia 6 de maio, sobre a criação de uma força interamericana de paz para intervir naquele país em conflito. Leitão da Cunha deu o voto favorável do Brasil. A Venezuela se absteve e votaram contra o projeto os seguintes países: México, Chile, Venezuela, Peru e Uruguai. Alcançou-se, porém, a votação mínima exigida de 14 votos (incluindo o representante do governo

252 CAMPOS, 1994, p. 757.

253 SILVA, 2000, p. 301.

da República Dominicana). O voto da Argentina, favorável ao projeto, criaria grave crise interna naquele país[254]. O voto do Uruguai, contrário ao projeto, demonstrava coerência com posição expressa pelo ministro do Exterior daquele país ao embaixador brasileiro em Montevidéu a quem informara que seu governo apoiava uma proposta soviética de tratar o problema dominicano no Conselho de Segurança das Nações Unidas[255].

Durante os debates na Organização dos Estados Americanos, a Delegação brasileira considerou "injustas as acusações feitas contra os Estados Unidos", pois, no entender do governo, "somente agiram ante a necessidade imperiosa de salvar milhares de vidas inocentes". Em vez de "recriminações estéreis", prosseguiu o delegado brasileiro, tornava-se "absolutamente necessária à constituição de um contingente interamericano de paz" que viesse "imediatamente substituir as forças de um único Estado-Membro, assumindo a responsabilidade efetiva e completa".

Entrementes, no Brasil, depois de aprovado, em 15 de maio, pelo Conselho de Segurança Nacional, o envio de tropas à República Dominicana foi submetido ao Congresso Nacional. Na Câmara de deputados foi debatido no dia 19. Pela oposição, Doutel de Andrade qualificou de "farisaicos" os argumentos da situação relativos à ameaça de comunismo na República Dominicana. Pela situação, o deputado Pedro Aleixo defendeu o envio de contingente (não para que mate ou morra, mas para proclamar que os homens da República Dominicana têm tanto direito à liberdade e à dignidade

254 POTASH (1994, Primeira Parte 1962-1973) e ROCK (1999, p. 212-213) informa que o ministro do Exterior argentino, Zavala Ayala Ortiz, instruiu seu representante a apoiar a resolução sobre a força interamericana, apesar da tradição do Partido Radical de não intervenção em assuntos internos e de críticas às intervenções americanas. O voto, no entanto, foi objeto de protestos que levaram a choques sangrentos nas ruas. Os militares, sob influência do general Onganía (que tomaria o poder no ano seguinte), não obstante levaram adiante a ideia de preparar um regimento para ser enviado à República Dominicana, irritando-se diante da reticência do presidente Illia em enviar tropas.

255 DULLES, 1983, p. 107.

como o homem americano e o homem brasileiro). A proposta do governo obteve 190 votos favoráveis e 99 contrários. Determinou-se que o contingente não deveria exceder um grupamento tático, com elementos de comando, como de apoio logístico e de forças aéreas e navais indispensáveis. No Senado Federal, o líder do governo, senador Daniel Krieger, afirmou que a intervenção americana fora "feita em defesa da democracia e do continente americano". Acrescentou que "Os Estados Unidos não haviam violado a Lei, nem procedido como uma nação imperialista". Teriam obedecido "aos imperativos da defesa do continente americano e dos princípios democráticos"[256].

Em razão da crise dominicana, foi adiada a Conferência Extraordinária da Organização dos Estados Americanos no Rio de Janeiro. No dia 22, partiu o primeiro contingente das forças armadas brasileiras, sob o comando do general Hugo Peñasco Alvim. Os 1.150 militares brasileiros juntaram-se aos dos Estados Unidos (30 mil)[257], Honduras (250), Paraguai (200), Nicarágua (170) e Costa Rica (21). Na mesma data, a força brasileira completou seu desembarque na capital dominicana[258].

O debate internacional sobre a República Dominicana se ampliou. O secretário-geral das Nações Unidas, U Thant, condenou, no dia 27 de maio, a constituição da força interamericana. Declarou que "a partir do momento em que uma organização regional, em virtude de sua constituição", julgasse "apropriado tomar certas medidas coercitivas em sua área", era "lógico deduzir que as outras organizações regionais" fossem "consideradas competentes, em decorrência de tal precedente, a tomar por sua vez medidas

256 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 62.

257 BELL (2004, p. 484) afirma que os Estados Unidos enviaram não 30 mil mas 24 mil militares, o que considerou um número excessivo, embora decisivo para a missão.

258 KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 1.332.

coercitivas nas respectivas regiões". Por seu turno, Castello Branco justificou o envio de tropas em discurso que pronunciou no dia 28 de maio, em Teresina. Fundamentou-o na "consciência de que ao Brasil" cabiam "também grandes responsabilidades na preservação do continente contra o comunismo que, disfarçado sob mil faces", tentava "subverter as liberdades democráticas". Alegou que, ao intervir, o Brasil também se protegia, pois cada frente de subversão seria uma "ameaça pelas costas e colocaria em perigo a liberdade de todo o povo"[259].

As tropas brasileiras logo entraram em ação. No início de junho, 280 soldados brasileiros ocuparam o Palácio do Governo em Santo Domingo. O ministro Leitão da Cunha solicitou ao secretário-geral das Nações Unidas que interrompesse suas iniciativas para solucionar a situação dominicana até que o Brasil pudesse tentar resolver a questão.

Sob a chefia brasileira, uma comissão "ad hoc" da Organização dos Estados Americanos, composta de representantes dos Estados Unidos (Ellsworth Bunker), Brasil (Penna Marinho) e El Salvador (Clairmont Dueñas) reuniu-se, em 4 de junho, com os líderes dos dois lados dominicanos, isto é, Francisco Caamaño e o general Antônio Imbert Barrera. A comissão "ad hoc" obteve a instauração de um governo provisório neutro aceito pelas duas facções até a realização de eleições previstas para o ano seguinte[260]. No dia 7, as tropas da Organização dos Estados Americanos (soldados brasileiros e pequenos contingentes de Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Paraguai) substituíram os fuzileiros americanos que cercavam as tropas de Caamaño[261].

259 DAVIS, 1996, p. 193, com base na *História do Exército Brasileiro* publicada pelo Estado-Maior do Exército.

260 COZENDEY, 1989, p. 105.

261 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.038.

A situação política em Santo Domingo evoluiu. Dominicanos das duas facções opostas pediram, em julho, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que fosse retirada a força de paz da Organização dos Estados Americanos. Em 31 de agosto, foi assinada a "Ata de Reconciliação Dominicana" que previa a criação de um governo provisório[262]. No dia 3 do mês seguinte, Héctor García-Godoy assumiu a presidência interina da República Dominicana, ainda em meio a conflitos entre rebeldes do Exército de Trujillo e constitucionalistas "bem armados"[263].

Tropas brasileiras dispersaram, em 21 de setembro, manifestação de estudantes que exigiam a desocupação das escolas secundárias pelas forças interamericanas[264]. A presença brasileira, na República Dominicana preocupava Castello Branco que, em audiência a Lincoln Gordon no dia 22, explicou que não poderia ampliar o número de militares brasileiros na força interamericana[265]. No dia seguinte, ao abrir os debates da XX Assembleia Geral das Nações Unidas, Leitão da Cunha defendeu a intervenção em curso em Santo Domingo.

Outras questões multilaterais

Em razão da crise na República Dominicana, somente em novembro de 1965 realizou-se a Conferência Interamericana no Rio de Janeiro[266]. A Venezuela – que continuava a não reconhecer o governo militar brasileiro – decidiu não participar. No momento

262 SILVA, 2000, p. 304.

263 DAVIS, 1996, p. 192, utiliza essa expressão.

264 KRAMER; FLAKSMAN, 1984, p. 1.322.

265 DULLES, 1983, p. 113, com base em telegrama de Gordon para Washington.

266 VIANA FILHO (1975, p. 433) descreve os chefes das principais delegações: Carrillo Flores, do Uruguai; Gabriel Valdez, do Chile; Castor Jaramillo, da Colômbia; Wilson Córdoba, do Equador; Zavala Ortiz, da Argentina; Roberto Calvo, da Bolívia; Fernando Eleta Almaram, do Panamá; Herrart González, da Guatemala; Mário Calvo, da Costa Rica; Rená Chalmera, do Haiti; Messina y Matos, da República Dominicana; Dean Rusk e Averrell Harriman, dos Estados Unidos.

em que Castello Branco abriu a Conferência, foram presos oito manifestantes contra o regime militar[267].

Em discurso, preparado pelo Itamaraty e pelo ministro Roberto Campos, Castello Branco deu ênfase a aspectos econômicos. Mencionou o protecionismo em alguns países industrializados e o problema dos preços dos produtos primários. No âmbito político, defendeu a proposta de uma força interamericana de paz permanente. Em reação à ausência da Venezuela, afirmou que o Brasil não precisava de "lições em 'democracia'"[268].

No curso da Conferência, com o apoio argentino, a Delegação brasileira buscou evitar que progredisse a criação de um sistema de integração econômica que excluísse os Estados Unidos[269]. Ao final do encontro, Leitão da Cunha solicitou que fosse considerada a possibilidade de estabelecer um mecanismo para a defesa contra a subversão no continente americano[270].

Nos temas multilaterais relevantes em curso nas Nações Unidas, a diplomacia brasileira manteria posições discretas. Assim, no debate sobre "refugiados árabes da Palestina", a Delegação brasileira "coerente com a atitude costumeira, não participou do debate, limitando-se a votar favoravelmente à proposta norte-americana". No tocante à questão do *apartheid* do regime de Pretória, apoiou uma resolução moderada, mas com a reserva "de que o Brasil não estava convencido de que a situação na África do Sul configurasse perigo iminente, capaz de justificar a aplicação

267 DIAS; PENCHEL, 1984, p. 1.038, informa que o grupo incluía os escritores Antônio Callado e Carlos Heitor Cony, os cineastas Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro, o diretor de teatro Flávio Rangel, o jornalista Márcio Moreira Alves e o diplomata Jaime Azevedo Rodrigues. Alguns dias depois seria preso o poeta Thiago de Melo.

268 DULLES, 1983, p. 163, com base no *Jornal do Brasil*.

269 CAMPOS (1994, p. 759) afirma que a ideia era atribuída, sem comprovação, à inspiração de Felipe Herrera, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e Raúl Prebisch, da Comissão Econômica para a América Latina. Qualificou-a de proposição irrealista.

270 VIZENTINI (2004), com base em matéria do *Jornal do Brasil*, de 10 de dezembro de 1965.

dos remédios previstos no Capítulo VII da Carta, relativo a *enforcement action*". A Delegação brasileira se absteve quanto ao conjunto de resoluções que condenava o regime racista na Rodésia e contra parágrafo sobre o uso de forças armadas contra o governo de Ian Smith naquele país. A Delegação brasileira votou também contra projeto afroasiático sobre os territórios sob administração portuguesa, tendo o texto sido aprovado com a seguinte votação: 66 votos a favor (inclusive a maioria dos latino-americanos), 26 contra (Brasil incluído) e 15 abstenções[271].

Atuação econômica externa

Na área econômica, a atuação externa brasileira seria voltada menos a temas comerciais do que aos financeiros. No período inicial, o governo de Castello Branco concentrou-se na busca de melhora de condições para os investimentos estrangeiros (alteração da Lei de remessa de lucros e o pagamento de indenizações às empresas desapropriadas no governo anterior) e a negociação da dívida externa. Tratou também da implantação de programa econômico austero que logo traria resultados.

No tocante ao comércio internacional, a participação brasileira na I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) seria marcada por restrições às propostas apresentadas. O encontro já se encontrava em andamento em Genebra, desde o dia 16 de março de 1964, a quando eclodiu a "revolução". O novo governo brasileiro chamou de volta ao país, vários diplomatas que dele participavam[272]. Na reunião, não prosperaram propostas de fixação de preços para produtos

271 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 121, 123, 127-128.

272 VIZENTINI, 2004, p. 69.

primários. Seu principal resultado seria a institucionalização de sua estrutura[273]. Dos 120 governos representados, 77 provinham de países em desenvolvimento, que passaram a se reunir como "Grupo dos 77", nome que seria mantido embora esse número de países no grupo tenha aumentado nos anos seguintes[274].

Antes do término, em 16 de junho, a I Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, o novo governo brasileiro tratou de refletir as mudanças havidas no país e instruiu a Delegação brasileira a apresentar reservas a três dos princípios gerais constantes da Ata final, a saber, aqueles relativos a: (a) eliminação de barreiras às exportações de produtos primários por países em desenvolvimento e estabilização de preços de produtos de base; (b) concessões de preferências tarifárias e não tarifárias aos países em desenvolvimento em bases gerais e não recíprocas e eliminação de preferências especiais gozadas em países desenvolvidos por certos países em desenvolvimento mediante concessão de vantagens pelo menos equivalentes aos países afetados; e (c) adoção de medidas especiais em favor dos países em desenvolvimento de menor desenvolvimento relativo[275].

Enquanto isso, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, no âmbito de suas deliberações, começava a incluir temas de interesse dos países não industrializados. Em fevereiro de 1965, foi assinado o Protocolo sobre a nova Parte IV do Acordo Geral relativa a comércio e desenvolvimento[276]. Buscava atenuar as frustrações da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio

273 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 153.

274 BELL, 2004, p. 487.

275 ABREU, 1996, p. 204, com base em Maria Regina Soares de Lima. *The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu*. Department of Political Science, Vanderbilt University, 1985.

276 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 177.

e Desenvolvimento[277]. A Rodada Kennedy, em curso desde 1963, continuaria sua tentativa de redução tarifária até 1967. No curso do ano, o Brasil apoiaria fortemente projeto australiano de preferências em benefício de exportações provenientes de países menos desenvolvidos[278].

As questões de investimentos estrangeiros receberiam prioridade na ação econômica externa do novo governo brasileiro. Na reunião ministerial de 23 de abril de 1964, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, fez longa exposição sobre a economia do país[279] e defendeu revisão da Lei de Remessa de Lucros, a fim de atrair capitais e tecnologia do exterior, e tratou de vários casos de indenização a empresas estrangeiras desapropriadas no governo anterior. Foi discutida a situação das seguintes empresas: American & Foreign Power Company, Hanna Mining, Brazilian Traction, ferrovias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas e Companhia do Porto do Pará.

O caso da American & Foreign Power Company (antiga subsidiária da Electric Bond and Share Company e detentora do controle de dez empresas de energia elétrica) exigia definição do governo, pois o não pagamento de bens americanos expropriados, de acordo com a legislação americana ("emenda Hickenlloper"), impedia empréstimos dos Estados Unidos ao país. Já as negociações com a Brazilian Traction (empresas Light de São Paulo e Rio de Janeiro) não tinham a mesma premência por não apresentarem dificuldades financeiras. Como visto acima, o chamado "contencioso francês" dizia respeito à nacionalização das ferrovias São Paulo-Rio Grande e Vitória-Minas. Quanto à Hanna Mining Co., a questão implicava revisão da legislação sobre exploração de minérios. Aquela empresa americana havia adquirido, em 1958, a empresa

277 ABREU, 1996, p. 204.

278 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 178.

279 CAMPOS, 1994, p. 575-577, resume sua exposição.

Saint John Del Rey Mining Co., cujas jazidas de ferro foram transferidas, no ano seguinte, para a Cia. Mineração Novalimense. As jazidas desta última foram desapropriadas em 1962, tendo a Hanna entrado em juízo contra o governo para receber o que lhe era devido pela Novalimense, encontrando-se o caso sob exame do Supremo Tribunal Federal[280].

O governo tratou, ainda em junho, de alterar a Lei nº 4.131 sobre remessa de lucros de empresas estrangeiras. Em exposição ao Congresso, o ministro Roberto Campos argumentou que a legislação em vigor afetava negativamente a criação de empregos. Desejoso de captar mais investimentos de capitais estrangeiros, em julho promoveu a aprovação da Lei nº 4.390, pela qual as transferências para o exterior passaram a ser livres, embora sujeitas a imposto de renda suplementar quando ultrapassassem 12% do capital originalmente investido[281].

Nos meses seguintes, o governo atribuiu prioridade à busca de solução para a compra dos bens da American and Foreign Power Company, questão pendente desde o ano anterior. Uma subcomissão chefiada por Marcondes Ferraz, presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), submeteu proposta ao Congresso Nacional, onde a defenderam os ministros Roberto Campos, do Planejamento, e Mário Thibau, das Minas e Energia. A compra foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 7 de outubro[282], durante votação em que foram apurados 187 votos a favor e 91 contrários. O governo pagaria por dez subsidiárias

280 VIANA FILHO, 1975, p. 90.

281 CAMPOS, 1994, p. 605.

282 LEACOCK (1990, p. 231-232) resume as comunicações entre o embaixador Lincoln Gordon e o Departamento de Estado a respeito do caso American and Foreign Power Company.

daquela companhia[283] o total de 135 milhões de dólares[284], além de 17,7 milhões de dólares de mora no cumprimento de acordo de 1963[285].

Prosseguiu o interesse do governo em solucionar questões pendentes e eliminar antigos atritos com investidores e credores estrangeiros. O próprio presidente Castello Branco recebeu, em novembro, John McCloy, diretor da Hanna Mining Co. (e ex-presidente do Banco Mundial) quando tratou dos planos que este apresentou para solucionar o contencioso sobre a empresa[286]. A questão da Companhia Hanna Mining Co. seria tratada em reunião do Conselho de Segurança Nacional em 15 de dezembro. O tema se tornara objeto de amplo debate em que o governador da Guanabara e de Minas Gerais, respectivamente Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, criticaram os ministros do Planejamento, Roberto Campos e das Minas e Energia, Mário Thibau. O presidente Castello Branco assinou, em 22 de dezembro, o Decreto nº 55.282 que concluiu a longa controvérsia a respeito da exportação de minérios de ferro, mas deixou de tomar decisão com referência à Hanna em razão de pendência judicial da qual aquela empresa era parte[287].

O novo governo ocupou-se da renegociação da dívida externa que elevara-se a 3,3 bilhões de dólares. O ministro da Fazenda,

283 CAMPOS (1994, p. 591) informa que a companhia pedira 153 milhões de dólares, o governo estimara em 142 milhões e o laudo da empresa sueca contratada para a avaliação concluíra pelo valor de 151 milhões e 400 mil dólares, em junho de 1965. O acordo final assinado com a companhia previa pagamento inicial de 10 milhões de dólares e o restante em 25 anos, com três de carência. Haveria um reinvestimento compulsório de 75% do valor pago. Este afinal foi transformado em empréstimo de 102 milhões de dólares à Eletrobras.

284 FLYNN, 1978, p. 330.

285 BLACK, 1977, p. 89.

286 CAMPOS (1994, p. 596) informa que McCloy se fez acompanhar do embaixador americano, Lincoln Gordon, do diretor da Agência Americana para o Desenvolvimento, Donald Palmer, e de Anthony Salomon, ex-secretário adjunto do Departamento de Estado (McCloy fora recebido por Goulart em março).

287 VIANA FILHO, 1975, p. 170.

Octávio Gouvêa de Bulhões e o ministro do Planejamento, Roberto Campos, escolheram três grupos de negociadores diferentes para negociá-la. Para os Estados Unidos, o negociador seria o empresário Trajano Pupo Netto; para a Europa, o embaixador em Berna, José Sette Câmara; e para o Japão, José Garrido Torres[288].

Trajano Pupo Netto chegou a Nova York, no dia 23 de junho, para manter encontros com bancos e autoridades americanas. Em suas anotações sobre a viagem, afirmou que, tendo encontrado "boa vontade" de banqueiros, marcara a vinda de uma missão mais ampla para reuniões com credores em outubro[289]. A missão chefiada por ele para a negociação da dívida externa apresentou progressos. Em 19 de outubro, reunida com os credores, na presença do embaixador Juracy Magalhães[290], a missão propôs a 21 empresas, "selecionadas segundo o vulto de seus créditos", a consolidação "das prestações – de principal e de juros – devidas em 1964 e 1965, mediante pagamento de 30% por ocasião do vencimento de cada parcela e a assunção dos restantes 70% pelo governo brasileiro, através do Banco do Brasil S.A.". O ministro Roberto Campos, que passava por Nova York, compareceu aos debates que se seguiram e fez exposição aos credores sobre o Plano de Ação do governo brasileiro. Ao final da reunião, o representante dos credores anunciou estarem as empresas dispostas a examinar a proposta brasileira, cabendo a decisão final aos principais credores, a saber, General Electric, Westinghouse, Pan American e General Motors[291].

288 CAMPOS, 1994, p. 581.

289 Original do relatório denominado "Negociações com credores particulares norte-americanos e canadenses para reescalonamento dos créditos comerciais em médio prazo" emprestado ao autor por Ana Eliza Pupo Netto. Faziam parte da Missão, além de Trajano Pupo Netto, também Luiz Biolchini e dois funcionários do Banco do Brasil (José Soares da Fonseca e Pedro José da Matta Machado).

290 Juracy Magalhães se fez acompanhar do então secretário Sérgio Bath, da Embaixada.

291 PUPO NETTO, mimeo. s/d. p. 5-6.

Enquanto isso, em Paris, o embaixador José Sette Câmara negociou, entre 30 de junho e 1º de julho, um reescalonamento dos pagamentos devidos, em 1964 e 1965[292], aos credores membros do Clube de Haia. Descrevendo os encontros, Sette Câmara informou que, em sala do Ministério de Finanças da França, reuniram-se os representantes dos seguintes países: França, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Japão, Bélgica, Países Baixos e Áustria. Participaram, ainda, observadores do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Afirmou que os debates foram "bastante acalorados", tendo-lhe cabido "defender a posição brasileira em circunstâncias bastante difíceis" em razão de "um passado de obrigações não pagas, de promessas não cumpridas, de leviandade no trato com os problemas da inflação e do déficit orçamentário, de liberalidade nos aumentos salariais", situação que, na sua opinião, "militava contra o Brasil"[293].

Para o Japão foi enviada uma delegação que negociou, em princípios de 1965, o reescalonamento das dívidas da empresa estatal brasileira Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas). Foi obtido empréstimo do banco de comércio exterior japonês que permitiria o refinanciamento daquelas dívidas e a expansão do programa de produção de aço. Por acordo interbancário, concluído em fevereiro, foram refinanciadas outras dívidas comerciais[294].

A ação econômica externa do país se dava em contexto interno marcado por austero programa econômico. Os ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões, elaboraram, em agosto de 1964, o Programa de Ação

292 DULLES, 1983, p. 54-55.

293 VIANA FILHO, 1975, p. 135, com base em carta de Sette Câmara, de 8 de fevereiro de 1972.

294 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1965, p. 83.

Econômica do governo[295]. Castello Branco convidou Lincoln Gordon a participar de jantar com o ministro Octávio Bulhões, no dia 14 de novembro, durante o qual conversou sobre as negociações com os Estados Unidos[296] e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabelecer um programa anti-inflacionário para o país. No encontro foi tratada a decisão governamental de um tratamento gradualista de combate à inflação, com o qual o FMI mais tarde concordaria[297].

O programa austero começaria a surtir efeitos no final de 1964. O corte de gastos e aumento de arrecadação de impostos reduziu o déficit público de 4,2% do PIB no ano anterior para 3,2% em 1964. A taxa de inflação diminuiu gradualmente[298]. O governo dos Estados Unidos, que emprestara apenas 30 milhões durante os últimos nove meses do governo Goulart, concedeu financiamentos no total de 430 milhões de dólares. A melhora da situação econômica permitiu que, em janeiro de 1965, o FMI autorizasse um crédito *stand-by* no valor de 125 milhões de dólares e o Banco Mundial aprovasse empréstimos de 79,5 milhões para projetos hidrelétricos[299].

A economia brasileira apresentou dados positivos em 1965, sobretudo, o aumento das exportações. O PIB brasileiro cresceu 2,4% e os investimentos triplicaram. As exportações alcançaram nível recorde e o superávit no balanço de pagamentos atingiu 330 milhões de dólares. Os Estados Unidos aumentaram suas compras de café brasileiro de 7,5 milhões de sacas no segundo semestre de

295 GARCIA, 1999, p. 143.

296 GORDON, 1986, p. 41.

297 DULLES, 1983, p. 56.

298 FAUSTO, 1999, p. 284.

299 FLYNN, 1978, p. 329.

1964 para 8,6 milhões na segunda metade de 1965[300]. As reservas dobraram para 484 milhões de dólares[301], mas os empréstimos aumentaram 65% em relação ao nível do ano anterior. Com uma população de 83 milhões de habitantes, o PIB brasileiro alcançara o total de 203 bilhões de dólares. No mesmo ano, com 43 milhões de habitantes, o PIB do México era de 167 bilhões e o da Argentina, com 22 milhões de habitantes, era de 142 bilhões[302].

Saída de Leitão da Cunha

Quando estava em Nova York para a Assembleia Geral das Nações Unidas, Leitão da Cunha respondeu, em 28 de setembro de 1965, carta pela qual Castello Branco o convidara a assumir a Embaixada em Washington, em substituição a Juracy Magalhães, que voltaria ao Brasil para ser ministro da Justiça. Em sua correspondência, Leitão da Cunha propôs que a troca ocorresse depois da II Conferência Interamericana Extraordinária, no Rio de Janeiro, e de reunião de ministros do exterior a ser realizada em novembro, em Montevidéu. Tal pois como previsto, Leitão da Cunha deixou, em 7 de dezembro, a chefia do Itamaraty. O secretário-geral, embaixador Antônio Borges Leal Castelo Branco, substituiu interinamente o ministro das Relações Exteriores.

300 DULLES, 1983, p. 111, com base na Conjuntura Econômica.

301 REZENDE, 1997. p. 219.

302 WARD, 2004, p. 26.

Juracy Magalhães

> *[...] tenho presente que toda instituição vive e se desenvolve através da interação de duas forças aparentemente opostas – a conservação e a renovação, e o Itamaraty conhece, felizmente, de pleno, o efeito benéfico dessa interação*.[303]
>
> (Juracy Magalhães)

Juracy Magalhães tomou posse como ministro das Relações Exteriores em 17 de janeiro de 1966. Vinha de longa atividade pública durante a qual combinara cargos militares e políticos. Como político foi um dos principais protagonistas da Revolução de 1930 e assumiu cargos de interventor, deputado, governador e senador. Quando governador da Bahia, organizou reação contra a Intentona Comunista de 1935 e os integralistas em 1938. Durante seu mandato de deputado, exerceu paralelamente a presidência da Sociedade Amigos da América. Como militar, participou do movimento tenentista e teve, em 1943, treinamento nos Estados Unidos, para onde voltaria como adido militar em 1952. Sob licença do Exército, presidiu a Companhia Vale do Rio Doce e foi o primeiro presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Após ter sido transferido para a reserva no posto de general de

303 CORRÊA, 1995, p. 186-187.

divisão, tornou-se presidente da União Democrática Nacional. No seu último período como governador, impediu manifestações de apoio a Goulart, quando da renúncia de Jânio Quadros. Ao deixar o governo da Bahia, participou do movimento que levou ao governo militar. Na primeira parte do governo Castello Branco exerceu os cargos de embaixador em Washington e ministro da Justiça[304].

A gestão de Juracy Magalhães no Itamaraty seria claramente marcada por forte aproximação de Washington e por um acentuado tom anticomunista no exercício da política externa. Destacar-se-iam em sua gestão a controvérsia com o Paraguai sobre Sete Quedas, as primeiras iniciativas brasileiras para ações de integração física na Amazônia, o lançamento da ideia da "nuclearização" do país e as frustradas tentativas do ministro do Exterior com respeito à chamada "segurança coletiva" interamericana. Sob o controle direto do presidente da República, Juracy Magalhães manteria política externa de continuidade de seu antecessor, mas marcada por tom ainda mais alinhado com as teses do governo estadunidense.

Política de "fidelidade ao Ocidente"

No discurso que pronunciou na cerimônia de posse, Juracy Magalhães realçou os laços do Brasil com o "Mundo Livre" e a exclusão de "qualquer veleidade autárquica ou tendência neutralizante". Assegurou que essa "fidelidade com o Ocidente" não conflitava, antes justificava e enobrecia a "solidariedade instintiva" do país "com os povos subdesenvolvidos". Com relação à América Latina declarou

304 COUTINHO; BENJAMIN, 1984, p. 2.025-2.030.

que integrar o país "no mundo através e com a América Latina" constituía "um dos objetivos centrais" da política externa[305].

Castello Branco deu instruções minuciosas a seu novo ministro do Exterior. Em memorando enviado, em janeiro, o presidente referiu-se à pressão americana "com toda força em cima do governo do Brasil [*sic*] a respeito do Vietnã". Pediu atenção ao problema do transporte por oleoduto do petróleo extraído de concessão brasileira na Bolívia. Quanto à política com relação a Portugal, recomendou que se conservasse distância do colonialismo, pois favorecia "uma descolonização metódica". Na linha de suas próprias diretrizes, o presidente brasileiro escreveu a Lyndon Johnson, em 2 de fevereiro, em apoio à ação empreendida no Vietnã e o mesmo fez Juracy Magalhães em entrevista à imprensa[306].

Condizente com suas convicções políticas, o novo ministro do Exterior defenderia a ideia de uma segurança coletiva hemisférica contra o comunismo. Em discurso no Rio de Janeiro, em agosto, afirmou que esse conceito garantia contra a intervenção que "os países comunistas" tinham "posto em prática em todas as partes do mundo com o fito de sufocarem muitas vezes, por meios não armados, mas nem por isso menos eficazes, a autodeterminação de outros povos"[307]. Nessa linha, o ministro defendia a aproximação hemisférica. Assim, em conferência sobre política externa que proferiu em novembro no Instituto Rio Branco, o ministro atribuiu prioridade às relações com os Estados Unidos e países da América do Sul. Afirmou que o "robustecimento" do "poder nacional" constituía "um dos objetivos primordiais da política exterior"[308].

305 MAGALHÃES, 1971, p. 11.

306 DULLES, 1983, p. 178-180, com base em documentos brasileiros e americanos.

307 VIZENTINI, 2004 , com base em matéria do *Correio do Povo*.

308 MAGALHÃES, 1971, p. 13-29.

Estados Unidos: reforço da prioridade

Na conferência que pronunciou no Instituto Rio Branco, Juracy Magalhães afirmou que os Estados Unidos constituíam "o líder inconteste do Mundo Livre e o principal guardião dos valores fundamentais de nossa civilização", e que neles tínhamos "um aliado de mais de 140 anos, numa tradição de bom entendimento", a que não faltara "o batismo do sangue derramado em defesa de nosso sistema de vida". Acrescentou que isso não impedira, porém, que ambos os países reconhecessem "que, apesar de extensa identidade de condições nacionais", existia "a separá-los uma profunda defasagem de desenvolvimento econômico", que podia "facilmente gerar dificuldades, pelo menos incompreensões momentâneas".

A política externa de Washington continuaria marcada pelo gradual envolvimento no conflito no Sudeste Asiático. Em janeiro de 1966, Lyndon Johnson escreveu secretamente a Ho Chi Min para propor um fim ao conflito. O líder norte-vietnamita insistiu na participação da Frente de Libertação Nacional nos encontros com os americanos, na qualidade de única representante do Vietnã do Sul. Exigiu também a restauração das rotas de suprimento do Norte para o Sul. Diante dessas demandas, consideradas inaceitáveis, Washington determinou o reinício dos bombardeios. De Gaulle condenou essa ação dos Estados Unidos e pediu a retirada de suas tropas como condição para negociação de paz[309].

A intensidade das relações do Brasil com os Estados Unidos – prioridade mais alta do governo – viu-se ligeiramente diminuída quando, em março, Lincoln Gordon deixou a Embaixada americana para ser substituído, dois meses depois, por John Tuthill. O novo representante americano teria menos acesso direto ao governo

309 GILBERT, 2002, p. 340-341.

brasileiro de que seu antecessor[310] e buscaria reduzir a presença de funcionários americanos no Brasil[311]. Tentaria ainda delongar a implantação do acordo entre o Ministério da Educação e a agência americana para assistência ao desenvolvimento[312].

Enquanto as relações americanas com o governo brasileiro sofriam essa leve desaceleração, a vizinha Argentina buscava se aproximar de Washington e seu ministro do Exterior, Zavala Ortiz, visitou Saigon em março[313]. O Brasil também não descuidava de apoiar o governo estadunidense de outras formas que não fosse o atendimento do pedido de envio de tropas. Em gesto que terá certamente agradado Washington – uma vez que os Estados Unidos acusavam o Camboja de permitir a penetração de vietcongues –[314] o governo brasileiro determinou, por decreto de junho, o fechamento da Embaixada junto ao governo de Phnom Phen, sob alegação de falta de reciprocidade, uma vez que aquele país não determinara a abertura de embaixada no país.

Num prelúdio dos atos violentos da oposição (que marcariam a situação interna no início da década seguinte), uma bomba deixada, em 25 de julho, no aeroporto do Recife com o objetivo de atingir o candidato à Presidência da República, marechal Arthur da Costa e Silva, matou um militar e um civil. Dois outros artefatos explodiram, respectivamente, no consulado americano e na União Nacional dos Estudantes. Em Washington, o embaixador Vasco

310 WESSON (1981, p. 56) afirma que, depois que Tuthill visitou Carlos Lacerda, Costa e Silva teria se recusado a recebê-lo.

311 LEACOCK, 1990, p. 240-41, com base em artigo de Tuthill para a revista *Foreign Policy* do outono de 1972. Por sua vez, DAVIS (1996, p. 196) informa que de aproximadamente mil funcionários americanos no Brasil em 1967, 22% eram militares. Estes últimos seriam reduzidos em 47% entre junho de 1966 e janeiro de 1972.

312 BANDEIRA, 1989, p. 177, com base em fontes americanas.

313 LANÚS, 1984, p. 74.

314 SELCHER, 1974, p. 90.

Leitão da Cunha informou ao secretário de Estado, Dean Rusk, de que haveria indícios de Cuba estar "por trás" daqueles atos[315]. Em declarações à imprensa, o ministro Juracy Magalhães mencionou algumas ameaças que Fidel Castro fizera de desencadear uma guerra revolucionária no Brasil[316].

A preocupação em fornecer explicações a Washington permanecia presente. Em outubro, enquanto Juracy Magalhães viajava, o ministro interino, embaixador Manuel Pio Corrêa informou o encarregado de Negócios dos Estados Unidos, Philip Raine, de que o governo pretendia suspender os direitos políticos de cerca de dez políticos, sob alegações de serem de "extrema esquerda" ou corruptos[317].

Para a surpresa de um senador americano que visitou o Brasil em 1966, o total de funcionários americanos no país ultrapassava a 2.100 pessoas, além de igual número de funcionários brasileiros contratados[318]. No entanto, a influência americana nem sempre deixava de ser questionada. Em dezembro, a imprensa brasileira publicou declarações de um militar americano de que o governo dos Estados Unidos distribuíra os resultados de levantamento aéreo-fotográfico a empresas americanas que teriam obtido, graças a essa informação, concessões para exploração de minérios no Estado de Minas Gerais[319].

O governo brasileiro valorizava o ingresso de investimentos americanos ao país, os quais haviam sido objeto de ações de expropriações, sobretudo por parte do ex-governador do Rio

315 GASPARI, 2002a, p. 241.

316 DULLES, 1983, p. 233.

317 DULLES, 1983, p. 270, com base em telegrama de Raine para Washington em 12 de outubro.

318 BLACK, 1977, p. 62, com base no relatório do senador Allen J. Ellender ao Congresso americano. Do total, 96 seriam membros da Embaixada, 565 eram voluntários do Corpo da Paz, além de adidos, e representantes de vários ministérios.

319 BLACK, 1977, p. 89, com base em matéria do *Jornal do Brasil*.

Grande do Sul, Leonel Brizola, durante o governo do presidente João Goulart[320]. Ao final do ano, o governo divulgou dados sobre a implementação do Acordo de Garantia de Investimentos celebrado e promulgado no ano anterior. Informou que a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos submetera à aprovação do governo brasileiro 91 pedidos de seguro, 18 dos quais referentes a investimentos diretos, financiamentos, empréstimos, assistência técnica e reinvestimentos[321].

Apesar do apoio explícito ao regime militar brasileiro, o tema que realmente interessava a Washington era o Vietnã e para aquela região dirigia seus recursos humanos e financeiros. Em 13 de dezembro, no Sudeste Asiático – onde os Estados Unidos já mantinham 400 mil militares[322] – um bombardeio americano de Hanói causou a morte de uma centena de civis[323]. Essa era a situação militar americana quando o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Manuel Pio Corrêa manteve, no dia 31, reunião com o embaixador americano John Tuthill com quem tratou, entre outros assuntos, da possibilidade de a Marinha brasileira participar de demonstração de forças navais dos Estados Unidos em águas vietnamitas[324]. Segundo relato americano, Pio Corrêa teria solicitado dois destróieres classe B (em vez de classe C previstos para serem entregues) cujo comando seria assumido por oficiais brasileiros em Honolulu, de onde embarcariam em cruzeiro para águas do Vietnã e seriam incluídos em exercícios conjuntos, com possibilidade, portanto, de brasileiros entrarem em combates.

320 BARRETO FILHO (2001, p. 258) resume essa desapropriação.

321 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 148.

322 PALMER, 2002, p. 526.

323 GILBERT, 2002, p. 460.

324 DULLES, 1983, p. 337.

O plano, no entanto, teria sido rejeitado pelo Departamento de Estado[325].

A situação no Vietnã agravou-se em janeiro de 1967. Os americanos lançaram grande ofensiva militar contra os vietcongues. Dezesseis mil militares americanos e igual número de sul-vietnamitas tomaram parte nos ataques. Em meio a clima de tensão a respeito da situação no Sudeste Asiático, o presidente eleito, marechal Arthur da Costa e Silva, visitou Washington, naquele mês, tendo sido recebido pelo presidente Lyndon Johnson. Entre os temas de interesse estadunidense, encontrava-se uma controvérsia sobre subsídios brasileiros para a produção de café solúvel, defendidos pelo Brasil como necessários para uma indústria nascente[326]. Em certo momento, na capital americana, Costa e Silva recebeu a visita de Lincoln Gordon, ex-embaixador no Brasil, então no exercício da função de Subsecretário de Estado. Na ocasião tiveram diálogo difícil sobre a questão da inflação e desenvolvimento. O presidente eleito teria interrompido o encontro após dizer que não aceitava "ingerências"[327].

América Latina: manutenção da relevância e controvérsia paraguaia

A prioridade latino-americana seria mantida. Na Conferência que pronunciou no Instituto Rio Branco em novembro de 1965, Juracy Magalhães afirmou que a América Latina constituía o "âmbito natural" do Brasil e os brasileiros estavam "convictos" de que seria "através dela e junto com ela" que se projetariam

325 DAVIS, 1996, p. 195, com base em documento do Departamento de Estado.

326 LEACOCK, 1990, p. 248, com base em documento preparado pelo governo americano para a visita de Costa e Silva.

327 BANDEIRA, 1989, p. 163, com base em livro de Carlos Chagas, que esteve presente no encontro.

"definitivamente no cenário mundial", pois precisavam os latino-americanos somar seus esforços e recursos, "ao invés de dispersá-los, a fim de lograr, em tempo hábil, a superação do atraso econômico-social" de que padeciam suas populações "em proporção média bastante lamentável". Asseverou que, por isso, vinha o Itamaraty reforçando "o quadro das representações diplomáticas do Brasil na América Latina, redobrando de cuidado na seleção de seus titulares e reconhecendo-lhes, na prática, a importância profissional que há muito tinham em teoria"[328]. Sublinhou que fora examinada em La Paz, "a possibilidade de adquirir o Brasil, para utilização pelo parque industrial paulista, da produção excedente de gás boliviano, bem como com o preparo das medidas que vieram a ser assentadas durante a visita do presidente Barrientos ao Brasil". De forma categórica, expressou opinião de que sem a "colaboração" dos Estados Unidos, seria "fantasia pensar-se em pleno desenvolvimento da América Latina". Numa das primeiras manifestações sobre a questão da integração física da América do Sul, afirmou que deviam ser envidados esforços para tal fim e, nesse sentido, reiterou propostas relativas a encontro dos países do Prata, da bacia amazônica, bem como a de construir siderúrgica com minério brasileiro e gás boliviano. Defendeu, por fim, a "criação de uma força interamericana de paz"[329].

A questão da fronteira com o Paraguai teve evolução quando o embaixador em Assunção, Henrique Souza Gomes, entregou, em 25 de março de 1966, nota ao governo daquele país na qual se referiu ao aproveitamento conjunto dos recursos energéticos do rio Paraná. No documento se afirmava que se abria, a ambos

328 VIANA FILHO (1975, p. 450) elogiaria a qualidade dos embaixadores junto a países da América Latina e recordaria, a propósito que Décio Moura, chefiava a Embaixada em Buenos Aires; Sérgio Armando Frazão a de Montevidéu; Mário Gibson Barboza a de Assunção; Bolitreau Fragoso a de Caracas; Araújo Castro a de Lima; Mendes Viana a de Santiago; e Carvalho e Silva a de Bogotá.

329 MAGALHÃES, 1971, p. 13-29.

os governos, "uma via particularmente promissora" e oferecia-se "na verdade um desafio auspicioso, no domínio das possibilidades de desenvolvimento econômico das regiões limítrofes, através do aproveitamento integral dos recursos energéticos e hidráulicos do rio Paraná". Reiterava ademais que estava o país, "como sempre esteve, disposto a encetar conversações em torno de tão importante questão, e a promover, em conjunto com o Paraguai, os planos necessários à utilização prática, não só do enorme potencial energético decorrente do Salto de Sete Quedas", como de "todas as possibilidades que ofereciam, à agricultura e à navegação, as águas do Paraná; de tal sorte que esse grande rio, ao invés de oferecer aos dois países razões de litígio ou desavença", fosse "entre eles um elo de união, como sempre desejaram os anteriores governos do Brasil", e "firmemente desejava" o de então[330].

O ministro Juracy Magalhães fez, em 18 de maio, extensa exposição sobre o tema à Câmara de deputados. Relatou a fixação de fronteiras por tratados. Ressaltou que faltavam ser demarcados "apenas cerca de 20 quilômetros" entre a Serra de Maracaju e o Salto Grande das Sete Quedas. Lembrou ter o Brasil deixado claro que entendia não haver uma "questão de fronteira" entre os dois países. Expressou desacordo com o entendimento paraguaio de que o Tratado de 1872 fora assinado enquanto forças brasileiras ainda ocupavam o território paraguaio, após uma "guerra injusta" que despojara o Paraguai "de extensos territórios, depois de se exaurirem suas riquezas nacionais e de se dizimar sua população". Argumentou que não desejava o governo brasileiro discutir as "origens e a história da infeliz guerra". Raciocinou que, se houvesse vício no Tratado, seria difícil explicar como, em 1927, outro

330 CORRÊA (1994, p. 907-909) informa que reuniu em seu gabinete o secretário-geral-adjunto para Assuntos Americanos, Manoel Antônio de Pimentel Brandão, o chefe do Departamento de Fronteiras, Guimarães Rosa, com seu subchefe Arthur Gouvêa Portella, e seu chefe de Gabinete, ministro Carlos Duarte da Rocha, os quais, juntos redigiram a nota n. 92. Informa também que a nota, assinada pelo embaixador Jayme de Souza Gomes, foi entregue em Assunção em 25 de março de 1966.

governo paraguaio havia assinado novo tratado complementar de limites. Afirmou que os argumentos paraguaios foram levantados "subitamente em 1962, quando Assunção alegara haver território passível de dúvida por não ter sido inteiramente demarcado".

Argumentou que, na verdade, o caso havia tido início naquele ano, não por dúvidas quanto à demarcação, mas por ter o Paraguai tomado conhecimento, em razão de noticiário de imprensa, de que o Ministério de Minas e Energia brasileiro havia contratado estudo preliminar sobre o aproveitamento hidrelétrico do Salto de Sete Quedas. Narrou incidentes na fronteira e explicou que, em consequência destes, o Brasil determinara o deslocamento de pequeno destacamento militar àquela área, em território indiscutivelmente brasileiro, o que levara o Paraguai a se declarar afrontado. Reiterou a vocação pacífica do país, mas afirmou que estava a nação cônscia de seus direitos. Defendeu a faculdade de deslocar destacamentos militares a qualquer ponto do território nacional. Declarou que embora fosse indiscutível ter o Brasil a posse do conjunto do Salto das Sete Quedas, estava o país disposto a que o Paraguai participasse da utilização dos recursos energéticos e de quaisquer outros a serem explorados no referido Salto, se em tal sentido fosse solicitado pelas autoridades paraguaias. Por fim, expressou desejo de que o governo paraguaio se convencesse da boa disposição brasileira de acolher o Paraguai na exploração conjunta dos recursos do Salto de Sete Quedas[331].

A questão continuou a ocupar a atenção prioritária do ministro Juracy Magalhães que manteve, em 21 de junho, reuniões decisivas com o ministro do Exterior do Paraguai, Raul Sapena Pastor, em Foz do Iguaçu e em Puerto Stroessner[332]. Após momentos de

331 MAGALHÃES, 1971, p. 103-121.

332 MAGALHÃES (1982, p. 207) afirma terem Brasil e Paraguai decidido na reunião de junho apoiar a iniciativa argentina de um tratado regional relativo ao rio da Prata.

forte tensão entre Juracy Magalhães e seu colega paraguaio[333], foi assinada, no dia 22, a Ata das Cataratas, da qual constou, no seu trecho mais relevante, que os dois governos procederiam "de comum acordo ao estudo de levantamento das possibilidades econômicas, em particular os recursos hídricos pertencentes em condomínio aos dois países". O documento explicitou também que "a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis no rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu", seria dividida "em partes iguais entre os dois países"[334].

Na ocasião, Juracy Magalhães saudou seu colega paraguaio com palavras em que não escondeu a tensão que o tema vinha trazendo às relações bilaterais. Disse que não pretendia ter encerrado todos os assuntos pendentes naquele quadro, mas expressou a "consciência de ter obtido um progresso sensível, logrando, pelo menos, o afastamento da tensão que vinha turvando a tradicional amizade paraguaio-brasileira". Manifestou confiança de que "com o mesmo espírito de concórdia" haveria de ser encontrada a solução para os problemas que ainda permaneciam[335].

As relações brasileiras com Buenos Aires, durante a gestão de Juracy Magalhães seriam boas, embora já se notassem preocupações do país vizinho com a aproximação brasileira de

333 MAGALHÃES (1996, p. 349) informou ter havido um momento de quase ruptura na reunião quando Pastor "chegou a insinuar, em nome de um suposto direito histórico, que nosso tratado tinha de ser revisto". Afirmou Juracy: "Nessa hora observei, com o máximo de calma, que um tratado entre dois países só poderia ser revisto por outro tratado. Ou por uma guerra. E como o Brasil não estava disposto a aceitar novo tratado, perguntei-lhe se o Paraguai se considerava em condições de promover uma guerra. Visivelmente surpreso e assustado, o ministro do Exterior paraguaio me perguntou se eu estava lhe fazendo uma ameaça, ao que lhe respondi dizendo que apenas pretendia trazer nossa discussão para uma base realista. Suspenso nosso encontro nesse clima tenso, quando voltamos a nos reunir já o ministro do Exterior mudara por completo sua atitude; graças a isso, pudemos chegar, no dia 22 de junho, em Foz do Iguaçu, a celebrar o acordo, que se chamou Ata das Cataratas". Nas suas *Memórias provisórias* (MAGALHÃES, 1982, p. 203) narra também o episódio.

334 SILVA, 2000, v. III, p. 99.

335 MAGALHÃES, 1971, p. 122.

Assunção para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Assim, em 2 de junho de 1966, poucos dias depois de o país ter assinado a Ata das Cataratas com o Paraguai, o governo argentino, ainda sob a presidência de Arturo Illia, formalizou convite ao Brasil, Paraguai e Bolívia para a realização de Arturo Illia, formalizou convite ao Brasil, Paraguai e Bolívia para a realização de uma reunião para promover a integração física e o aproveitamento dos recursos naturais da região do Rio da Prata. O convite, aceito pelo Brasil, previa que o encontro se realizasse em Buenos Aires, em fevereiro do ano seguinte, à mesma época da III Conferência Interamericana Extraordinária[336].

A atenção brasileira voltou-se para a Argentina, em junho, quando, por golpe de Estado, o general Juan Carlos Onganía derrubou, entre os dias 26 e 27, o governo do presidente Arturo Illia. O Brasil reconheceu quase imediatamente o novo governo militar, sem atender pedido dos Estados Unidos de concertação prévia hemisférica sobre o reconhecimento[337] (Washington tardaria dezessete dias para reconhecer o novo governo como ato de desaprovação pelo fechamento do Congresso, tribunal superior e partidos políticos)[338].

Em sintonia com as prioridades do governo, Juracy Magalhães expressou sua preocupação com a subversão externa quando visitou Buenos Aires em outubro. Em discurso ao ministro do Exterior Nicanor Costa Méndez, o ministro brasileiro referiu-se à necessidade de "um mecanismo eficiente para a defesa da segurança coletiva das Américas" as quais estariam "expostas a uma forma nova de agressão, processada por meio da subversão, não menos perigosa que a forma

336 BANDEIRA, 1995, p. 239.

337 CORRÊA (1994, p. 913-14) relata diálogo que teve com o embaixador americano, John Tuthill, a quem explicou que o Brasil reconheceria qualquer governo argentino e depois veria a possibilidade de conviver com ele.

338 BANDEIRA, 2003, p. 398.

tradicional de ataque externo"[339]. Em declaração conjunta os dois ministros do Exterior repudiaram as "ameaças de subversão e as provocações emanadas da Conferência Tricontinental de Havana"[340].

Por iniciativa argentina[341], realizou-se, em fevereiro de 1967, a I Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata, projeto argentino ao qual o Brasil aderiu juntamente com Uruguai, Paraguai e Bolívia com os objetivos de "integração física e a organização dos recursos naturais"[342]. Ao convocar o encontro, o governo de Buenos Aires indicara que "a interrelação do sistema hidrográfico" da região, "a natureza dos problemas a resolver" e a "quantidade dos recursos necessários para dar-lhes soluções" exigiam "uma planificação integral e coordenada" que excedia "as possibilidades imediatas e o quadro jurisdicional de um só país"[343].

No discurso que pronunciou na instalação da conferência, Juracy Magalhães salientou a necessidade de "unir os esforços para estudar, em conjunto, os problemas e as possibilidades da Bacia do Prata, com "as esperanças que um empreendimento de tal magnitude" pudesse "despertar". Procurou destacar que o esforço comum se faria "sob a égide de cada Estado e sem sacrifício da soberania, da fisionomia de cada país e dos particularismos regionais"[344]. No curso da reunião, a Delegação do Brasil conseguiu eliminar do texto da declaração final a exigência argentina de troca

339 MAGALHÃES, 1971, p. 75.

340 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 20 e VIZENTINI, 2004, p. 51.

341 BANDEIRA (2003, p. 411) anota que a ideia partira do governo do presidente Arturo Illia (1963-1966) para promover a integração física e organizar o aproveitamento de recursos naturais.

342 BANDEIRA, 2003, p. 411.

343 MAIOR, 1996, v. I, p. 290.

344 MAGALHÃES, 1971, p. 91.

de informações e consultas recíprocas sobre a realização de obras hidráulicas que pudessem afetar os demais países[345].

Uma tentativa de maior integração comercial com a Argentina pautou as conversações bilaterais durante a Conferência em Buenos Aires. O ministro Roberto Campos reuniu-se com Adalberto Krieger Vasena, ministro da Economia daquele país, a quem propôs, autorizado por Castello Branco, a formação de uma união aduaneira[346]. A iniciativa previa a redução anual de 20% nas tarifas até chegar a zero e a adesão de outros países com calendários distintos de integração[347]. Krieger Vasena, embora tendo acolhido bem a ideia, expressou desejo de que a Argentina previamente atualizasse sua taxa de câmbio para torná-la competitiva com o Brasil, que havia desvalorizado sua moeda, e reformasse suas tarifas alfandegárias[348].

Os contatos com o governo militar argentino prosseguiram e, no início de março de 1967, acompanhado de Magalhães Pinto, o presidente eleito Costa e Silva visitou Buenos Aires, por três dias, e encontrou-se com o general Juan Carlos Onganía[349] com quem partilhava sentimentos anticomunistas e preocupações com os atos provenientes do governo cubano.

Apesar de esforços diplomáticos do Itamaraty, nem todos os vizinhos sul-americanos mostravam interesses próximos aos brasileiros. Em 16 de agosto de 1966, foi assinada a Declaração de Bogotá pela qual quatro países andinos (Chile, Venezuela, Peru e Equador) expressaram o desejo de criar um mercado sub-regional.

345 CERVO, 2001, p. 221, com base em ofício de Carlos dos Santos Vera a Magalhães Pinto em 16 de março.

346 CAMPOS, 1994, p. 749-51.

347 BANDEIRA, 1995, p. 223, com base em entrevista com Roberto O. Campos.

348 BANDEIRA, 2003, p. 400, com base em entrevista que lhe foi dada por Roberto O. Campos.

349 DULLES (1983, p. 338) informa com base no *Jornal do Brasil*, que acompanharam Costa e Silva também Jarbas Passarinho, Jaime Portela, Rondon Pacheco e diplomatas.

Em reação à iniciativa, o ministro do Exterior Juracy Magalhães afirmou durante ato público que o Brasil via com "muita apreensão" a "ameaça" que se formava "contra a unidade continental e a ação da Organização dos Estados Americanos e da Associação Latino-Americana de Livre Comércio"[350].

Mudando, entretanto, de tom negativo para uma ação construtiva, Juracy Magalhães visitou a Colômbia, Equador e Peru, realizando dessa maneira importante gesto para aproximação dos demais países amazônicos. Em Bogotá, saudou, em novembro, o ministro do Exterior German Zea com palavras de incentivo à cooperação no desenvolvimento da Amazônia e "sua integração nas respectivas áreas nacionais". Pediu o apoio colombiano a uma reunião dos ministros do Exterior dos países amazônicos, "destinada a coordenar e disciplinar os conhecimentos e a capacidade de planejamento e ação dos integrantes dessa formação geográfica, para a tarefa de sua valorização econômica e social"[351]. Do comunicado conjunto constou repúdio às "ameaças de subversão emanadas da Conferência Tricontinental de Havana" e a concordância na realização de uma reunião de ministros do Exterior dos Estados amazônicos[352]. Declarações semelhantes foram emanadas das visitas aos ministros José Rumazo González, do Equador, e Jorge Vásquez Salas, do Peru[353].

Quando se aproximava a sucessão de Castello Branco[354], o ministro Juracy Magalhães anunciou, com clara satisfação, no dia 30 de dezembro, que a Venezuela tinha revisto sua decisão e indicara sua disposição de reatar relações diplomáticas com o

350 MAGALHÃES, 1982, p. 207.

351 MAGALHÃES, 1971, p. 78-81.

352 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 25.

353 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 26-27, 30-31.

354 VIZENTINI, 2004, p. 42-43.

Brasil[355]. O próprio ministro do Exterior venezuelano, Iribarren Borges, visitou o Brasil, em ato que confirmou o reconhecimento[356].

A preocupação do regime militar com a questão de Cuba aumentou a partir da realização, em janeiro de 1966, em Havana, da Conferência Tricontinental (Ásia, África e América Latina) durante a qual se tornou explícita a disposição cubana de atuar fora de seu território para promover ações revolucionárias semelhantes às do regime de Havana[357]. Em discurso pronunciado na ocasião, Fidel Castro discorreu sobre essa intenção de apoio externo[358]. A reunião foi seguida da formação, sob patrocínio cubano, da Organização Continental de Solidariedade dos Povos[359]. Documento emanado do encontro dispôs serem objetivos da Organização *inter alia* sustentar "a luta revolucionária como um direito imprescritível e inalienável dos povos contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo"[360].

O governo brasileiro deixaria clara sua reação à iniciativa cubana. Em visita a Santiago do Chile, em outubro, Juracy Magalhães saudou o ministro das Relações Exteriores, Gabriel Valdéz, com palavras de críticas veladas sobre o governo cubano e de exortação à ideia de um sistema de defesa interamericano. Afirmou, nesse sentido, que era preciso pôr-se "em dia com as contingências da época" e reconhecer que "os adeptos dos sistemas

355 MAGALHÃES (1996, p. 351) afirmou sobre a decisão venezuelana: "[...] depois de longas negociações em que a habilidade do meu secretário-geral, Pio Corrêa, valeu como poderoso emoliente, conseguimos aplainar todas as dificuldades". MAGALHÃES (1982, p. 204) acrescentou informações a respeito do trabalho de "catequese" que exerceu junto ao ministro do Exterior venezuelano, Irribaren Borges, para convencê-lo de que levasse em conta "a qualidade do governo brasileiro e as circunstâncias especiais de sua formação".

356 CORRÊA, 1994, p. 965.

357 DEFARGES, 2003, v. 2, p. 22.

358 Documentário na televisão britânica com imagem e som do discurso de Fidel Castro.

359 ROBBINS, 1998, p. 109.

360 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 38-39.

estranhos à consciência continental, longe de respeitar as regras de convivência política das sociedades abertas", lançavam mão, sempre que podiam, "de todo um arsenal de instrumentos de subversão", contra os quais eram "insuficientes os meios nacionais de defesa" do hemisfério[361].

Ações cubanas, decorrentes das decisões tomadas no Congresso realizado em Havana, alimentavam as preocupações brasileiras. Assim, entre outras medidas adotadas pelo governo brasileiro com relação ao governo de Fidel Castro, foi decidido, por proposta do secretário-geral do Itamaraty, que todos os passaportes brasileiros levassem um carimbo, em grandes letras vermelhas, com os dizeres de que não eram válidos para Cuba[362].

De sua parte, os revolucionários cubanos empreendiam ações externas. Em novembro, Ernesto "Che" Guevara chegou à Bolívia e acampou no Departamento de Santa Cruz[363], próximo à fronteira com o Brasil. Em demonstração da preocupação do governo com essas iniciativas de Havana, do relatório do Itamaraty relativo a 1966, constaram críticas às "atividades de caráter subversivo distribuídas e subvencionadas, ou mesmo somente inspiradas, da capital cubana". Segundo o documento, contribuíra "de maneira incomensurável para a subversão no continente americano" a Conferência Tricontinental de Havana, para a qual haviam sido convidados "dirigentes de movimentos subversivos e de guerrilhas da América Latina" bem como o "fornecimento de armas a grupos rebeldes na Guatemala"[364].

361 MAGALHÃES, 1971, p. 71.

362 CORRÊA, 1994, p. 951.

363 KLEIN, 1999, p. 255.

364 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 16.

Europa: ligações com Portugal e comércio com a URSS

O governo brasileiro manteve em pauta, no período de Juracy Magalhães, uma clara opção pelo "mundo ocidental" (em especial os Estados Unidos), sem deixar, porém, de descuidar do comércio com a União Soviética. O "mundo ocidental", em especial a Europa, estava longe, no entanto, de constituir um bloco uniforme contra o Leste. Em fevereiro de 1966, por exemplo, o general De Gaulle anunciou que a França se retiraria das estruturas militares integradas da Organização do Tratado do Atlântico Norte[365]. Embora não tendo denunciado aquele instrumento multilateral[366], a França pediu que a sede da Organização se transferisse de Paris[367], bem como solicitou a transferência de bases militares americanas e canadenses de seu território[368]. Em outro ato destinado a mostrar sua independência, em junho, o líder francês visitou a União Soviética[369].

Em setembro de 1966, o ministro Juracy Magalhães visitou Portugal e Itália[370]. Durante visita a Lisboa foram assinados acordo comercial e declaração de cooperação econômica, bem como acordo básico de cooperação técnica e acordo cultural. O acordo comercial garantia a empresas de ambos os países o mesmo tratamento concedido às empresas nacionais[371]. O acordo cultural

365 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 10.

366 BELL, 2004, p. 307.

367 YOUNG; KENT (2004, p. 319) informa que Lyndon Johnson, talvez por estar ocupado com o Vietnã, limitara-se a comentar: "quando um homem pede a você que saia de sua casa, você não discute, pega seu chapéu e sai".

368 KEYLOR, 2001, p. 332.

369 YOUNG; KENT, 2004, p. 298.

370 VIZENTINI, 2004, p. 59.

371 VIANA FILHO (1975, p. 440) considerou o acordo comercial como uma abertura ao Brasil "dos portos da África Portuguesa e da Comunidade".

reconheceu, para fins de exercício profissional, os diplomas e títulos expedidos no outro país[372]. Foi estabelecida, ainda, uma comissão mista econômica binacional, iniciativa vista por alguns como forma de envolvimento indireto brasileiro nas questões portuguesas em Angola e Moçambique. Com efeito, entre setembro e outubro, uma missão brasileira de alto nível visitou aqueles territórios para verificar possibilidades de exportação de produtos brasileiros. Seus integrantes, na volta, passaram pela capital portuguesa para consultas na Embaixada sobre aqueles territórios, então considerados por Lisboa como sendo "províncias ultramarinas" portuguesas na África[373].

A aproximação de Portugal colonialista teria preocupado alguns setores e levou, em outubro, o Itamaraty a desmentir notícias de que o Brasil cederia aviões e militares para o governo de Lisboa utilizá-los em Angola, o que realmente não ocorreu. No início do ano seguinte, porém, novas desconfianças surgiram quando uma flotilha brasileira visitou aquela província portuguesa na África[374].

Juracy Magalhães voltou à Europa em janeiro de 1967[375], tendo visitado novamente Portugal, além de França, Dinamarca e Noruega. Ao retornar dessa segunda viagem, prestou declarações à imprensa. Relatou seus encontros com o ministro das Relações Exteriores da França, Couve de Murville, com quem assinou acordo de cooperação técnica e instalou uma comissão mista. Narrou reuniões que manteve na Dinamarca e na Noruega, onde firmou acordos de cooperação técnica e tratou de tema relativo a transporte marítimo e aéreo (voos da Scandinavian Airlines System – SAS e da Viação Aérea Riograndense – Varig).

372 MAGALHÃES, 2000, p. 314-315.

373 SELCHER, 1974, p. 169-170.

374 VIZENTINI, 2004, p. 65.

375 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 108.

No Leste Europeu, a única relação bilateral a ser destacada no período foi a mantida com a União Soviética. Apesar de claramente anticomunista, o regime militar brasileiro manteve seu desejo de expandir o comércio com aquela superpotência e, em 9 de agosto de 1966, o ministro Roberto Campos assinou com o vice-ministro soviético do comércio, Nikolai Patolichev[376], um protocolo sobre fornecimentos de maquinaria e equipamentos da União Soviética ao Brasil[377]. O instrumento previa a venda de material até o valor de cem milhões de dólares a serem utilizados para compra de mercadorias brasileiras[378].

África, Ásia e Oriente Médio: situações diferentes

Com a independência de Botsuana e Lesoto, em 1966, elevou-se para trinta e quatro o número de estados independentes na África, reduzindo-se para dez os não independentes (cinco províncias ultramarinas portuguesas, quatro territórios autogovernados e um sob mandato). O Itamaraty limitava-se a acompanhar a evolução política e comercial naquele continente e seus problemas, resumindo-os como sendo aqueles relativos a "Sudoeste Africano, Aparteísmo, Rodésia, Províncias Ultramarinas portuguesas, Nigéria, Guiné e Gana"[379].

Desses problemas, o mundo acompanhava com maior preocupação a situação do *apartheid* na África do Sul, onde, em março de 1966, o Partido Nacionalista no poder completava

376 CAMPOS, 1994, p. 769.

377 Ibidem.

378 GUIMARÃES, 2000, p. 404.

379 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 67.

medidas segregacionistas[380]. Pretória, sob regime crescentemente racista, procurava uma aproximação comercial do Brasil. Apenas um mês antes da realização pelas Nações Unidas de um seminário, em Brasília, sobre o *apartheid*, visitou a capital do país o ministro das Relações Exteriores sul-africano, Hilgard Müller[381]. Em tom que muito mudaria na diplomacia brasileira anos depois, Juracy Magalhães o saudou, em 14 de julho, com palavras de interesse por maior acercamento. Disse que o visitante haveria de ter sentido, na sua permanência no país, "a vocação universalista do Brasil". Afirmou que, "caminhando com os olhos bem abertos para o espetáculo da vida universal e respeitando o princípio da autonomia das Nações", o Brasil estaria sempre disposto "ao entendimento e à cooperação com todos os países de boa vontade". Concluiu que o país se orgulhava de aplicar "esse postulado de ordem geral" e procurava fazê-lo de "forma exemplar também em relação à República da África do Sul", da qual queria "aproximar-se cada dia mais"[382].

Incidente diplomático, ocorrido no Rio de Janeiro no início de 1967, teria repercussões para a política brasileira com relação à África. Quando o governo anunciou a ida do navio-escola Custódio de Mello a Angola – e não a Gana, embora convidado por este último país – um grupo de embaixadores africanos (Argélia, Gana, Senegal e República Árabe Unida) visitou o Itamaraty para pedir esclarecimentos sobre a política brasileira com relação ao colonialismo português. Solicitaram explicações especificamente sobre as declarações feitas pelo marechal Costa e Silva a respeito de colônias portuguesas na África; a visita do navio-escola para

380 GILBERT, 2002, p. 454.

381 SELCHER, 1974, p. 190.

382 CORRÊA (1994, p. 925) conta que, para "fomentar contatos entre empresários sul-africanos e brasileiros", conseguira do Departamento da Aeronáutica Civil autorização para que a South African Airways pudesse operar uma linha para o Brasil.

portos em Angola; e as possíveis implicações políticas do crescente interesse econômico brasileiro em Angola e Moçambique[383]. Considerando-se insatisfeito com as respostas obtidas, o grupo distribuiu nota à imprensa a respeito da consulta que havia feito. O ministro do Exterior Juracy Magalhães recusou-se a comentar a nota por considerá-la "fora das regras normais de comunicação entre governos" e acrescentou não haver razão para preocupação sobre as relações do Brasil com a África, continente que vinha recebendo "atenção e prioridade"[384].

No início de 1967, surgiu ainda a questão do reconhecimento ou não da declaração de independência da Rodésia proclamada por Ian Smith. O Brasil decidiu não reconhecê-la e implementou, por decreto de fevereiro[385], a Resolução nº 232 do Conselho de Segurança que previa sanções econômicas obrigatórias contra aquele território[386].

Em relação à Ásia, os países asiáticos continuariam como uma baixa prioridade na política externa brasileira. Na região, destacar-se-ia, em janeiro de 1966, o êxito da mediação soviética no conflito entre Índia e Paquistão[387]. Aleixei Kossigin, reuniu em território soviético o primeiro-ministro da Índia, Lal Shastri[388], e o presidente do Paquistão, Ayub Khan, que concordaram em não fazer uso de força armada. Outro fato marcante na região asiática

383 BURNS, 1967, p. 211, nota 22, com base em matéria do *Correio da Manhã*, em 7 de janeiro.

384 SELCHER, 1974, p. 171, nota 51, com base em notícia do *Correio da Manhã*, de 7 de janeiro de 1967, o qual afirmava haver rumores de que o Brasil serviria de intermediário entre a Alemanha e Portugal na venda de aviões de combate.

385 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 92.

386 EVANS (1998, p. 144) observa que "uma operação resoluta e bem sucedida havia sido montada desde o início para contornar as sanções. O governo da África do Sul foi o mais importante para essa estratégia, mas... pode executá-la com a ajuda de algumas empresas multinacionais".

387 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 183.

388 BELL, 2004, p. 439, ressaltou ter Shastri falecido de um ataque do coração ao final da reunião.

foi, em agosto, a realização de protestos antiocidentais em Beijing realizados por milhares de Guardas Vermelhos[389]. A rivalidade entre Moscou e Beijing se aguçou e, em 1966, os dois países romperam relações diplomáticas[390].

O gesto brasileiro em relação à ação dos Estados Unidos no Vietnã, ainda que não tenha havido envio de tropas, repercutiu positivamente em Saigon. Diplomata da Embaixada sul-vietnamita em Washington visitou o Brasil em agosto, para agradecer a abertura de missão diplomática brasileira junto àquele país e o envio de medicamentos. Do lado brasileiro, o embaixador Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva, acreditado em caráter cumulativo, apresentou credenciais ao governo vietnamita no mesmo mês[391]. O Brasil acompanhava "com preocupação, o desenrolar do conflito no Vietnã" e esclarecia que sua "posição – de não participação – não" excluía "o interesse do Itamaraty em favorecer soluções que" pudessem "contribuir para a paz e a segurança do Sudeste Asiático"[392].

O governo brasileiro prosseguia em seu distanciamento de Beijing. Apesar do relacionamento que mantinha com Taiwan, paradoxalmente, o país apoiou, em novembro de 1966, proposta de alguns países europeus e americanos para que as Nações Unidas estudassem o ingresso da República Popular da China naquela organização internacional[393].

Ao longo daquele ano, o Brasil logrou acordar com o banco de comércio exterior do Japão um reescalonamento das dívidas da empresa estatal Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (Usiminas). O ministro do Exterior, Etsusaburo Shiina, visitou o Brasil e, em

389 GILBERT, 2002, p. 457.

390 YOUNG; KENT, 2004, p. 311.

391 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 83.

392 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 109.

393 VIZENTINI, 2004, p. 67-68.

dezembro, foi aprovada lei que autorizou a abertura de um crédito para restituição ao Banco de Tóquio de quantia confiscada pelo governo brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, correspondente a depósitos de súditos japoneses no banco antecessor daquela instituição financeira que haviam sido recolhidos ao Banco do Brasil em 1941[394].

Como presidente eleito, Costa e Silva visitou o Japão, em janeiro de 1967, depois de fazer escalas em Karachi, Bangkok e Hong Kong. Esteve com o Imperador e tratou com autoridades japonesas do incremento do comércio e da cooperação com o Brasil[395]. Juracy Magalhães o acompanhou e relatou para jornalistas a visita ao Japão bem como à República Nacionalista da China, ocasião em que se tornara o primeiro ministro do Exterior brasileiro a visitar o continente asiático. Com respeito ao Japão, disse ter assinado acordo para evitar bitributação e proposto a vinda de técnicos japoneses para instalar pequenas indústrias ou artesanatos no Brasil[396]. Da visita a Taipei, o ministro destacou o encontro que manteve com Chiang Kai-Shek, de quem ouviu a afirmação: "O mundo não poderá tranquilizar-se enquanto a China continental for um fator de agitação e subversão"[397]. Em maio, os príncipes herdeiros do Japão, Akihito e sua esposa Michiko, visitaram Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro[398].

Nos contatos com os países do Oriente Médio destacar-se-iam apenas aqueles mantidos com o Líbano e com o Estado de Israel. O ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, visitou

394 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 83.

395 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 108.

396 MAGALHÃES, 1996 (p. 352) e 1982 (p. 205), informou que na viagem a Tóquio, com ajuda do núncio apostólico cardeal Sebastião Baggio, conseguiu "anular obra de seita japonesa que vinha atuando em algumas regiões do sudeste brasileiro de maneira altamente suspeita".

397 MAGALHÃES, 1971, p. 167-172.

398 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 108.

Beirute em janeiro de 1966. Uma missão comercial, chefiada pelo presidente da Confederação Nacional do Comércio, deputado Jessé Pinto Freire, visitou Líbano, República Árabe Unida, Jordânia e Síria em junho daquele ano. Na primeira visita de um chefe de Estado israelense, o presidente Zalman Shazar esteve no Brasil, em julho, em caráter oficial, tendo sido acordadas medidas para fomentar o intercâmbio comercial, cultural e a cooperação técnica, em especial para o tratamento de terras semiáridas do nordeste brasileiro[399].

Atuação política multilateral

No curso da gestão de Juracy Magalhães, o Brasil ampliaria sua atuação multilateral. Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1966, o país foi eleito para o Conselho de Segurança, sendo o mais votado ao receber 114 do total de 119 votos. Ao lograr esse feito pela quinta vez, passou a ser que mais mandatos recebera como membro não permanente naquele órgão da Organização[400]. No ano anterior, a Carta das Nações Unidas havia sido alterada para, tomando em conta o número crescente de novos países-membros, elevar de seis para dez o número de membros não permanentes do Conselho de Segurança[401].

Os temas de maior relevância para o Brasil tratados em foros multilaterais foram: o fim do envolvimento na questão dominicana; a defesa da ideia de "segurança coletiva" no âmbito interamericano; as questões do *apartheid* e do colonialismo português;

399 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 72-73.

400 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 91.

401 ROBERTS, 2002, p. 334.

o desarmamento (regional e mundial); o mar territorial e os direitos humanos (Pactos das Nações Unidas).

República Dominicana: fim do conflito

O conflito na República Dominicana caminhava para seu fim. Em janeiro de 1966, o Exército dominicano tomou as estações de rádio e de televisão e ameaçou derrubar o frágil governo provisório de Héctor García-Godoy. O general Hugo Peñasco Alvim, na chefia das forças da Organização dos Estados Americanos que se encontravam na República Dominicana, não atendeu imediatamente pedido de García-Godoy de que suas tropas desalojassem rebeldes das estações de rádio[402]. O incidente seria apenas um a mais dentre vários desentendimentos entre o general Alvim e o general americano Bruce Palmer e levaria a que o governo brasileiro aceitasse pedido do governo americano de substituir o chefe das tropas brasileiras, desde que fosse igualmente trocado o militar americano.

Em junho, após eleições presidenciais acompanhadas pela força interamericana, Joaquín Balaguer foi eleito presidente da República Dominicana. Diante da normalização da situação no país, o ministro dominicano das Relações Exteriores, Carlos Pérez y Pérez, apresentou formalmente à XXVI Sessão Plenária da X Reunião de Consulta, no dia 24, o pedido de retirada da Força Interamericana de Paz do solo de seu país. O Brasil, que presidia a reunião, apoiou a proposta e submeteu projeto de resolução sobre a retirada, a ser concluída em 90 dias a partir de 1º de julho. O projeto foi aprovado por 18 votos a favor e uma abstenção[403]. Assim, em fins de setembro, terminou a participação brasileira naquela força interamericana, tendo as tropas brasileiras retornado ao país após 500 dias de permanência em São Domingos. Durante esse período prestaram serviços variados, desde a manutenção da ordem na

402 DAVIS, 1996, p. 192.

403 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 38.

capital até patrulhamento do interior, apresentando um balanço de quatro soldados falecidos e oito feridos[404].

"Segurança coletiva" hemisférica

A experiência no conflito dominicano e o temor do comunismo cubano estavam por trás da proposta brasileira apresentada por Juracy Magalhães de criar, no âmbito hemisférico, uma "segurança coletiva", tema que dominaria os encontros na Organização dos Estados Americanos. Nos preparativos para a III Conferência Interamericana, inspirado por Roberto Campos, Castello Branco atendeu o pedido de sugestões que incluíam "protesto contra subversão proveniente de Havana"; medidas comerciais "em proteção" contra "as adotadas pela Europa em relação à África"; a criação de um "fundo para implantar mercado regional"; "programa de educação para o desenvolvimento"; e a promoção de uma "rodovia interamericana"[405].

No discurso que pronunciou perante o Conselho da Organização dos Estados Americanos, em Washington em setembro de 1966, Juracy Magalhães defendeu os conceitos de "segurança coletiva" e de "solidariedade econômica". Nesta última incluiu a promoção de "integração econômica", dando como exemplos: (a) a ideia argentina de "reunir os países ribeirinhos do Prata com o fim de estudar os modos de aproveitar e desenvolver conjuntamente os recursos daquela promissora região"; (b) a ideia brasileira de um encontro semelhante dos países interessados diretamente na bacia amazônica e (c) o projeto de "instalar no Brasil uma usina siderúrgica que funcionaria à base de minério brasileiro e de gás originário da Bolívia e que se destinaria primordialmente ao abastecimento do Brasil e dos países vizinhos ou próximos. Ao final,

404 DAVIS, 1996, p. 193, com base em obra do então coronel Carlos de Meira Mattos.

405 DULLES, 1983, p. 336, com base em comunicação de Roberto O. Campos ao embaixador John W. Tuthill.

em alusão indireta ao Pacto Andino, falou do conceito de "unidade continental", propondo que se evitassem "iniciativas susceptíveis de conduzir à formação de blocos dentro das Américas"[406].

A III Conferência Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores da Organização dos Estados Americanos realizou-se em Buenos Aires, em meados de fevereiro de 1967. Compareceram à abertura do encontro interamericano os ministros Juracy Magalhães e Roberto Campos[407]. Na instalação da Conferência, o ministro do Exterior brasileiro deu decidido apoio às reformas da Organização para, nas suas palavras, corresponder "aos anseios de melhoria e aperfeiçoamento do sistema interamericano, tanto na área econômico-social quanto até no âmbito jurídico-político"[408]. Desistiu, no entanto, de apresentar o projeto a respeito da criação de uma força interamericana ao perceber que não teria apoio, sobretudo do Chile.

A Delegação argentina, porém, não concordou em retirar o projeto, aparentemente sob a pressão do general Onganía[409]. O ministro do Exterior da Argentina, Nicanor da Costa Méndez, apresentou, pois, proposta de criação de um Comitê Consultivo de Defesa, como órgão permanente da Organização dos Estados Americanos. Recebeu o apoio inicial do Brasil e do Delegado dos Estados Unidos, Edwin Martin. O Delegado do Chile, Alejandro Magnet, criticou a tentativa de militarização da Organização enquanto o representante da Colômbia, Alfredo Vásquez Carrizosa,

406 MAGALHÃES, 1971, p. 64-68.

407 MAGALHÃES (1971, p. 93) informa que a Delegação brasileira se compôs do ministro João Gonçalves de Souza e do tenente-brigadeiro Nelson Freire Lavenère Wanderley, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), bem como dos embaixadores Décio de Moura, Ilmar Penna Marinho, João Batista Pinheiro e Manuel Antônio Pimentel Brandão.

408 MAGALHÃES, 1971, p. 87.

409 MAGALHÃES, 1982, p. 185.

qualificou o comitê proposto pela Argentina de "Estado-Maior das Américas", incompatível com a Carta das Nações Unidas.

Submetido a votação, o projeto não foi aprovado, tendo havido onze votos contrários, seis a favor (Argentina, Brasil, Honduras, Nicarágua, Paraguai e El Salvador) e três abstenções[410], entre as quais a dos Estados Unidos. Durante a Conferência, a Delegação brasileira votou a favor do Artigo 112 do Protocolo de Reformas da Carta da Organização dos Estados Americanos que reafirmou a necessidade de uma Convenção Americana sobre Direitos Humanos[411].

Ao retornar de Buenos Aires, em março, Juracy Magalhães fez um relato à imprensa dos resultados da reunião. Quanto ao fato de não ter sido aprovado projeto de institucionalização da Junta Interamericana de Defesa, afirmou que se tratava de projeto argentino que o Brasil apoiara "por tratar-se de ideia acertada, que não se destinava à eventual criação de uma força interamericana de paz, mas, sim, à correção de uma contradição infeliz na estrutura da Organização dos Estados Americanos".

África do Sul: *apartheid* e colonialismo português

Nas Nações Unidas tinham especial relevância as questões do *apartheid* na África do Sul e do colonialismo português no continente africano. Apesar da aproximação comercial da África do Sul, em junho de 1966, o Brasil votou a favor da Resolução nº 2.202 que pedia aos membros das Nações Unidas que desencorajassem o estabelecimento de relações econômicas ou financeiras com o governo de Pretória[412].

410 BANDEIRA, 2003, p. 402.

411 TRINDADE, 2000, p. 275.

412 SELCHER, 1978.

Em atendimento a uma resolução da Assembleia Geral, o secretário-geral das Nações Unidas consultou o Brasil sobre a possibilidade de realizar um seminário internacional sobre o *apartheid*. O governo brasileiro acedeu em que o país fosse a sede do evento, que se realizou em Brasília entre o final de agosto e o início de setembro. Por critérios geográficos foram convidados representantes de 27 países, tendo a África do Sul se recusado a participar. Chefiou a Delegação brasileira o embaixador Roberto Mendes Gonçalves[413].

A Assembleia Geral das Nações Unidas determinou, em 27 de outubro, o término do mandato da África do Sul no Sudoeste da África[414], território que, a partir de então, passou a ser denominado de Namíbia[415]. Pretória rejeitou a decisão das Nações Unidas e continuou a administrar aquela região rica em diamantes, na qual as regras de *apartheid* eram aplicadas com rigor. Continuou também a manter comércio com a Rodésia do Sul, em descumprimento do bloqueio britânico. Portugal igualmente deixou de participar da sanção britânica, enquanto tentava esmagar revolta iniciada em Moçambique.

O Reino Unido solicitou às Nações Unidas, em dezembro, a imposição de sanções à África do Sul, inclusive do petróleo. Patrulhas navais britânicas impediam o desembarque de navios-tanques em porto de Moçambique utilizado por Pretória. As Nações Unidas, entretanto, não dispunham de meios para prevenir a entrada por terra de petróleo proveniente da África do Sul[416].

413 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 105. Integraram também a Delegação os professores Laerte Ramos de Carvalho, Carlos Alberto Dunshee de Abrantes e Arthur R. Neiva.

414 MACMILLAN (2001, p. 55, 99, 107, 110 e 116) relata as negociações que permitiram que esse antigo território ocupado pelos alemães passasse a ser administrado pela África do Sul, situação que perduraria até 1990, quando a Namíbia se tornou independente.

415 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 276.

416 GILBERT, 2002, p. 346-347.

A Delegação brasileira em Nova York evitava debates sobre colonialismo e votou, em 12 de dezembro, contra uma resolução que condenava as políticas portuguesas nos territórios ultramarinos e pedia a todos os países que tomassem as medidas necessárias para prevenir a venda ou suprimento de armas e material militar para o governo de Portugal. A Resolução (nº 2.184) foi aprovada por 70 votos favoráveis, 13 contrários e 22 abstenções. Entre os 13 membros das Nações Unidas que votaram contra o projeto, encontravam-se, além do Brasil, os Estados Unidos e a África do Sul[417].

A Rodésia exigiria novamente atenção internacional quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em dezembro, sanções econômicas contra aquele país[418]. A medida fora solicitada pelo governo do Reino Unido que alegou haver ameaça à paz[419], e constituiu o primeiro caso de sanções econômicas gerais obrigatórias contra um país-membro[420].

Desarmamento

O tema do desarmamento conquistava espaço no cenário multilateral. No clima de distensão da Guerra Fria em que se vivia, a questão continuou a ser debatida em vários planos: mundial (nas Nações Unidas); regional (no âmbito latino-americano); e bilateral. Em todos os planos, o Brasil contribuía de forma construtiva, e com menos reservas do que viria a apresentar posteriormente, embora já se notasse na posição regional brasileira germe das ideias adotadas nos anos subsequentes.

417 SELCHER, 1974, p. 170, nota 49.

418 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 276.

419 BELL, 2004, p. 461.

420 ROBERTS, 2002, p. 334.

No plano mundial, a Comissão de Desarmamento das Nações Unidas patrocinou uma conferência em Genebra entre janeiro e agosto de 1966. Os progressos na matéria ainda eram restritos ao Tratado de Limitação de Testes, adotado havia três anos. Naquele contexto, teve início a discussão sobre a ideia de um tratado de não proliferação de armas nucleares[421]. O delegado brasileiro, Antônio Corrêa do Lago, discorreu, em março, sobre os benefícios que o desarmamento poderia trazer para a liberação de recursos para ajudar os países subdesenvolvidos. Expressou interesse por proposta dos Estados Unidos de transferência de material nuclear para uso pacífico, sob garantias internacionais. Durante a Conferência do Desarmamento, em agosto, o embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira propôs às 27 delegações presentes que iniciassem conversações para a proibição de provas nucleares subterrâneas[422]. Defendia o Brasil a tese de que a suspensão de testes deveria ser acompanhada de um sistema adequado de verificação[423]. Com relação à não proliferação de armas nucleares, reivindicava a Delegação brasileira a adoção, juntamente com um tratado, de "medidas concretas de desarmamento nuclear, além do incremento do auxílio a países não nucleares para acelerar seus programas de utilização da tecnologia atômica para fins pacíficos e a canalização das poupanças decorrentes da implementação daquelas medidas para a promoção do desenvolvimento"[424].

Em seu pronunciamento na abertura do debate geral da XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, Juracy Magalhães tratou da questão de armas nucleares e insistiu em que fosse atribuída "a mais alta prioridade à busca de uma fórmula que

421 PALMER, 2002, p. 161.

422 VIZENTINI, 2004, p. 73-74, com base em matérias do *Correio do Povo*, de 27 de julho de 1966.

423 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 97.

424 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 95.

pudesse levar à concentração, e não à fragmentação, do poder de decisão sobre a utilização de armas nucleares"[425]. Durante a Sessão da Assembleia Geral – juntamente com os demais países do "Grupo dos Oito" Países Não Comprometidos (Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, Suécia e República Árabe Unida) da Conferência do Desarmamento – a Delegação brasileira apresentou e obteve aprovação de projeto de resolução em que se traçaram diretrizes para a elaboração do tratado mundial sobre não proliferação de armas nucleares[426].

Quanto ao tema do desarmamento regional, isto é, da criação da América Latina como zona livre de armas nucleares, o governo, que de início relutara, passou a ter uma atuação decidida na III Sessão da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, realizada no México em abril de 1966. A posição inicial brasileira foi a de considerar um "ato suicida" a América Latina renunciar às armas nucleares, tendo em conta a posição de Cuba e a crise nuclear ocorrida em 1962[427].

Visava o encontro a discutir e, se possível, aprovar, anteprojeto de tratado elaborado pela Comissão. Pautada por diretrizes fixadas em reuniões internas e aprovadas pelo presidente da República, a Delegação brasileira apresentou projeto substitutivo ao anteprojeto original com os seguintes objetivos brasileiros:

a) resguardar a plena liberdade brasileira de ação no campo da pesquisa nuclear até que todos os pré-requisitos brasileiros fossem integralmente atendidos;

b) assegurar a participação de todas as Repúblicas latino-americanas, sem exceção, inclusive Cuba;

425 MAGALHÃES, 1971, p. 49-57.

426 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 90.

427 VIZENTINI, 2004, p. 46.

c) obter garantias prévias e formais de todas as potências nucleares (e das que viessem a sê-lo) de que respeitariam estritamente o estatuto de desnuclearização dos territórios neste Hemisfério;

d) adotar formas de controle, fiscalização e salvaguarda verdadeiramente eficazes e adequadas;

e) melhor delimitar a área em que se devia aplicar o tratado[428].

A proposta brasileira teria reação inicial negativa, mas seria aceita ao final. Luís Vianna Filho relatou o ocorrido. Notou que, inicialmente, o texto brasileiro provocara, nas suas palavras, "uma tempestade", principalmente na imprensa da América Latina, que acusava o Brasil de sabotar o projeto de proscrição de armas nucleares. Por fim, "apesar das resistências por parte dos mexicanos e seus aliados", a Delegação brasileira logrou obter "o apoio decisivo" da Argentina, Venezuela, Costa Rica, Colômbia, Nicarágua, Panamá, Bolívia e Peru. Para Vianna, prevaleceu "o que Corrêa da Costa chamava a fórmula da 'reserva positiva'". Lembrou que, ao texto do Tratado seriam anexados dois Protocolos Adicionais de Garantia, "um por parte das potências nucleares, assegurando pleno respeito à *nuclear-free zone*, outro das potências coloniais, aceitando idêntico compromisso para os seus territórios situados na área de aplicação do Tratado". Notou que "às partes contratantes se reservava o direito de o assinarem e ratificarem, ficando, entretanto, a entrada em vigor postergada até ter validade para todas as partes interessadas. Isso sem prejuízo de poderem os que assim o entendessem, como foi o caso do México, antecipar total adesão ao Tratado"[429].

Ao mesmo tempo em que o país negociava a desnuclearização regional, em discurso que proferiu, em 17 de maio, o ministro

428 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 97-98.

429 VIANA FILHO, 1975, p. 449.

Juracy Magalhães declarou que a meta brasileira era sua "rápida nuclearização". Julgava o ministro do Exterior brasileiro inadequada a expressão "desnuclearização", tal como vinha sendo empregada. Propôs que se usasse, de preferência, "desarmamento nuclear para qualificar os esforços latino-americanos no sentido do banimento de armas nucleares", pois entendia que o propósito do país devia ser o de se *nuclearizar*, isto é, dotar-se "de fontes de energia nuclear e colocar a serviço do seu desenvolvimento toda a vasta gama de aplicações pacíficas dos fenômenos nucleares"[430].

As negociações no México avançaram rapidamente em 1967. O país, entretanto, ainda apresentaria ressalvas. A Comissão Preparatória encerrou seus trabalhos, em 14 de fevereiro, na capital mexicana, com a celebração de um Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina[431]. O Brasil, representado pelo embaixador Sérgio Corrêa da Costa, secretário-geral adjunto de Organismos Internacionais, não assinou, naquela ocasião, o instrumento[432].

Bilateralmente, o governo brasileiro iniciou processo de assinatura de acordos nucleares. Tendo assinado um com Israel no ano anterior, firmou, em março de 1967, outro com Portugal sobre cooperação para utilização de energia atômica para fins pacíficos. No mesmo mês, o governo brasileiro concordou que três reatores nucleares de pesquisa passassem a ser controlados pela Agência Internacional de Energia Atômica[433].

430 MAGALHÃES, 1971, p. 231.

431 EVANS (1998, p. 388) observa que o nome do tratado foi mudado de "Tratado para a Desnuclearização da América Latina" para "Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina".

432 VIANA FILHO, 1975, p. 449.

433 VIZENTINI, 2004, p. 74.

Mar territorial

O tema do mar territorial, questão que ocuparia a diplomacia multilateral brasileira na década seguinte, ainda não ganhara relevância. Ainda assim, com alguma repercussão internacional, em novembro de 1966, o governo promulgou o Decreto-Lei nº 44 que, de forma cautelosa, ampliou de três (tal como prevista na Circular nº 92 de 31 de agosto de 1850, do Ministério da Guerra) para seis milhas a extensão do mar territorial, além de uma zona contígua da mesma extensão[434].

Ao descrever a decisão, o embaixador Manuel Pio Corrêa afirmou que "alguns países ribeirinhos do Pacífico, por exemplo o Equador e o Peru, para os quais a pesca em alto-mar representava um fator maiúsculo nas respectivas economias, pretendiam estender até duzentas milhas a largura de suas águas territoriais, a fim de poderem policiar o uso dos recursos naturais daquelas águas". Narrou como, "achando-se reunida em Genebra uma conferência internacional sobre a matéria", o ministro Juracy Magalhães e ele próprio decidiram "instruir a Delegação brasileira àquela conferência no sentido de votar em favor de uma solução, não propriamente mediana, mas intermediária entre as duas teses em confronto: a fórmula dita das "seis mais seis", ou seja, de "seis milhas de largura para as águas territoriais propriamente ditas, sobre as quais reinaria a plena soberania do Estado ribeirinho como parte do território deste, e mais uma faixa contígua à primeira, também de seis milhas de largura, na qual o Estado ribeirinho possuiria um direito preferencial sobre o uso dos recursos naturais do mar, inclusive o direito de regulamentar e fiscalizar a exploração daqueles recursos por cidadão de outros países"[435].

434 RANGEL, 2000. p. 316.

435 CORRÊA, 1994, p. 955.

Direitos humanos e políticos

O regime militar brasileiro ainda não enfrentaria, em 1966 e 1967, as pressões em foros multilaterais que sofreria na década seguinte sobre a questão dos direitos humanos. Não obstante, os atos contra direitos civis (sobretudo contra direitos políticos) praticados pelo governo, durante aquele período, não se coadunariam com a ação internacional que começava a se desenvolver na área de direitos humanos. Assim, pelo Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966, as eleições para governadores passaram a ser indiretas enquanto as de prefeitos de cidades mais importantes foram simplesmente eliminadas. A escolha, em maio daquele ano, de Costa e Silva e Pedro Aleixo para serem, respectivamente, candidatos a presidente e vice-presidente se deu por 329 votos do total de 361 membros de um Congresso esvaziado por cassações[436].

Tendo presente declarações críticas à "revolução" feitas pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, Juracy Magalhães visitou o Papa Paulo VI em setembro, quando, em suas palavras, "lembraria ao Sumo Pontífice" que o "governo fora construído exatamente para evitar que a maior nação católica do mundo caísse nas mãos de um regime no qual a voz dos bispos seria silenciada"[437]. Embora reduzidas, tinham lugar manifestações contrárias ao governo, como a realizada por estudantes, em 22 de setembro, sob o nome de "Dia Nacional de Protesto contra a Ditadura".

No exterior, o discurso político brasileiro evitava o tratamento dessas questões e defendia a ideia de uma democracia racial no país. Assim, no discurso que proferiu na abertura do debate geral da XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidos, em setembro, Juracy Magalhães afirmou que, no Brasil, viviam e trabalhavam

436 DULLES, 1983, p. 232.

437 VIZENTINI, 2004, p. 56, com base em matéria do *Correio do Povo*, de 9 de setembro de 1966.

juntas "muitas raças" que misturavam-se "livremente, em boa harmonia e perfeita igualdade, sem ódios nem discriminações"[438].

A cassação dos direitos políticos continuava a ser o fato mais grave naquele momento contra direitos civis e políticos. Ademais servia para esconder resultados eleitorais. Assim, em 15 de novembro, após cassações e outras medidas repressivas, as eleições apresentaram resultados favoráveis ao partido de governo, a Aliança Renovadora Nacional. A oposição política claudicava. No dia 19, Carlos Lacerda, antes a favor da Revolução, manteve encontro em Lisboa com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. O governo buscava dar aparência de legalidade aos atos praticados e, em 7 de dezembro, pelo ato institucional no 4 foi convocado o Congresso para aprovar nova Constituição Federal durante o recesso parlamentar[439].

Não surpreenderia, pois, ter o governo militar brasileiro, que mantinha restrições a liberdades civis e promovia a cassação de direito políticos, deixado, nas Nações Unidas, de aderir aos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, aprovados em 19 de dezembro[440].

Outros atos questionáveis sob o ponto de vista de direitos civis prosseguiriam no país. Em dezembro, nova lei de imprensa ampliou a censura. No ano seguinte, outros atos de mesmo teor foram adotados. A nova Constituição Federal, de janeiro de 1967, seria aprovada sem incorporar as centenas de emendas propostas pelo Congresso e mudaria o nome do país de Estados Unidos do Brasil para República Federativa do Brasil. Em fevereiro, seriam

438 MAGALHÃES, 1971, p. 49-57.

439 SCHNEIDER, 1991, p. 250.

440 GARCIA, 1999, p. 145. Ver também "Relatório Inicial Brasileiro Relativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966" do qual consta que o Brasil somente viria a aderir a esses instrumentos em 1992.

determinadas dezenas de cassações[441] e, em março, seria criado o Conselho de Segurança Nacional e aprovada a Lei de Segurança Nacional[442]. No seu último dia como presidente, Castello Branco determinou 28 cassações, elevando a cerca de 250 o total de pessoas que perderam seus direitos políticos desde o Ato Institucional nº 2[443].

Atuação econômica externa

No plano econômico internacional, o ministro do Exterior brasileiro afirmaria a posição do país em favor do mercado livre. No discurso proferido na abertura do debate geral da XXI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1966, Juracy Magalhães tratou do comércio internacional e opinou que seria então "uma loucura, e uma loucura perigosa, negar o postulado de que a consecução de um ritmo adequado de bem-estar social" era "da responsabilidade indivisa de toda a raça humana". Defendeu, nesse sentido, "a melhoria dos termos de troca, o franqueamento de mercados antigos e novos e a abertura de novos horizontes econômicos"[444]. Na atuação brasileira durante aquela Assembleia Geral, destacou-se a aprovação dos estatutos da nova Organização para Desenvolvimento Industrial, antiga iniciativa do Brasil, e eleição dos membros do seu principal órgão, a Junta de Desenvolvimento Industrial[445].

441 FLYNN, 1978, p. 354.

442 GARCIA, 1999, p. 145.

443 FLYNN, 1978, p. 355.

444 MAGALHÃES, 1971, p. 49-57.

445 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 91.

Mostrou-se Juracy Magalhães defensor do livre comércio também no plano regional. Assim, fiel ao que predicara sobre a integração regional, em Montevidéu, durante a Reunião de Ministros do Exterior dos Países-Membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Juracy Magalhães defendeu, em dezembro, o estabelecimento de um mecanismo de "desgravação automática, segundo uma programação adequada e em função de regras concretas e equânimes previamente estabelecidas[446].

A política econômica continuava a apresentar resultados positivos. Em 1966, o PIB cresceu 6,7% e o ingresso de capitais externos, sobretudo na forma de empréstimos, passou a gerar superávit crescente no balanço de pagamentos. A maioria dos créditos foi tomada no exterior por empresas públicas (46,4%) ou de capital estrangeiro (44,2%), cabendo a empresas nacionais privadas parcela diminuta (6,5%) do total[447].

O serviço exterior brasileiro

A administração do serviço exterior brasileiro na gestão de Juracy Magalhães seria marcada pela demora na adoção de medidas para a transferência do Itamaraty do Rio de Janeiro para Brasília, bem como por reforma conservadora da carreira diplomática.

Com relação à transferência da chancelaria para a nova capital, a diplomacia brasileira, com sede ainda no Rio de Janeiro, sofria pressões para que se transladasse para Brasília. Ao visitar as obras de construção do Palácio do Itamaraty em Brasília[448], em 20 de

446 MAGALHÃES, 1971, p. 84.

447 REZENDE, 1997. p. 223.

448 CORRÊA (1994, p. 934) afirmou que "não tinha a mínima intenção" de transferir-se para Brasília e que prevenira os chefes de Missão estrangeiros de que não precisavam apressar a transferência de suas respectivas embaixadas para Brasília. Acrescentou que "cortava [...] as verbas quanto podia".

abril de 1966, o ministro Juracy Magalhães deu explicações sobre a demora para a transferência, prevendo que se realizaria em 1967. Disse que "os trabalhos do Palácio do Itamaraty, iniciados em fins de 1963", vinham-se desenvolvendo "em ritmo acelerado". Fez questão, no entanto, de explicitar o custo do projeto e informou que haviam sido gastos até então "cerca de 5,8 bilhões de cruzeiros, com um custo médio de 85.000 cruzeiros por metro quadrado de área construída", o que disse representar "notável aplicação de recursos". Reconheceu que os problemas decorrentes da mudança das missões diplomáticas para a Capital Federal eram "inúmeros" e trariam "preocupações e sacrifícios ao corpo diplomático". Manifestou esperança de que os chefes de Missão, ao levarem ao conhecimento de seus governos a decisão de acelerar a transferência do Ministério das Relações Exteriores para Brasília, dessem "todo seu apoio à mudança de suas representações, procurando, da melhor forma possível, ajustar os seus planos de transferência ao cronograma traçado para a vinda do Itamaraty", que, acrescentou, deveria concretizar-se a partir de fins de 1967.

Quanto à reforma da carreira diplomática, embora inovadora em alguns aspectos, refletiu a preocupação militar com a segurança. As modificações foram aprovadas, em 21 de novembro de 1966, pelo Decreto-Lei nº 69, que criou o serviço exterior brasileiro e conferiu ao Ministério das Relações Exteriores regime e tratamento excepcionais, com base na segurança nacional. O Decreto-Lei criou, a exemplo dos militares, o instituto da agregação para os diplomatas em licença para ocupar função em outros órgãos da Administração Pública Federal; considerou inadmissível que casais de diplomatas servissem no mesmo posto e, para tal, criou licença extraordinária para acompanhar o cônjuge, sem direito a contagem de tempo de serviço e, consequentemente, de promoção; estabeleceu serviço em postos de países em desenvolvimento como requisitos para promoção; determinou a ampliação das atribuições dos oficiais de chancelaria; estabeleceu vinda periódica dos funcionários lotados

em postos de condições peculiares; determinou que a chefia da Seção de Segurança Nacional deveria ser ocupada por ministro de primeira classe; e aumentou os quadros do Serviço Exterior brasileiro[449]. A nova legislação não alterou o número de diplomatas os quais, ao final do ano de 1966, totalizavam apenas 526, somados aqueles no Brasil e no exterior[450].

Em um de seus últimos atos antes de deixar a pasta, no dia 14 de março de 1967, Juracy Magalhães inaugurou o bloco principal do novo Palácio do Itamaraty em Brasília. Mais tarde, explicaria ter argumentado junto ao presidente que "Brasília só teria vida efetiva quando para lá se transferisse o Ministério das Relações Exteriores" e que "valia a pena despender dois milhões de dólares na construção da nova Sede, inclusive porque as nações amigas teriam de gastar cerca de trinta vezes mais na edificação de suas representações"[451].

Gestão de Juracy Magalhães: seu próprio balanço

Em março de 1967, Juracy Magalhães pronunciou conferência de abertura do ano letivo do Instituto Rio Branco, quando resumiu a política externa do governo Castello Branco "em favor do 'sistema democrático ocidental' e dedicada aos 'interesses soberanos' do país". Descreveu a ação de sua pasta como tendo sido

449 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1966, p. 236-237.

450 FONTAINE, 1974. p. 69, cita Jon Rosembau que observou contar o Departamento de Estado em 1966 com 7.000 diplomatas.

451 MAGALHÃES (1996, p. 358) afirma que inaugurou então o novo Palácio. Com mais precisão em *Minhas memórias provisórias* (1982, p. 212), referiu-se à "nova sede que se estava erguendo, e cujo bloco principal foi concluído em minha gestão e formalmente inaugurado, por assim dizer". Relata também a oposição dos ministros Gouvêa de Bulhões e Roberto O. Campos aos gastos com a construção e os argumentos que apresentou a Castello Branco para obter crédito especial de cinco bilhões de cruzeiros para a obra (1982, p. 213).

"marcada pela opção básica do Brasil, numa decisão espontânea e consciente, em favor do sistema democrático ocidental e dedicada aos interesses soberanos do país, expressos pelo duplo anseio de manutenção da paz internacional e de fortalecimento do poder nacional". Disse ter sido "uma política exterior balizada pelas coordenadas históricas, geográficas, econômicas e culturais do país e assentada nos princípios fundamentais da não intervenção e da autodeterminação, temperados pela noção irrecusável do conceito de segurança coletiva". Qualificou-a ainda como uma política exterior que, "sem deixar de atribuir a devida ênfase ao hemisfério americano, teve em conta todas as áreas do mundo, assim como se desdobrou em todos os quadrantes das atividades humanas". Concluiu ter sido, "por fim, uma política exterior que teve sua execução a cargo do Ministério das Relações Exteriores, mas cuja formulação contou com a participação, através de sugestões, contribuições e consultas, de todos os órgãos da administração pública, tanto civil quanto militar", que influíam e deviam "influir na projeção do país fora de suas fronteiras"[452].

Ao apresentar relatório de suas atividades no Ministério das Relações Exteriores, Juracy Magalhães sublinhou a eleição do Brasil para o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a reforma realizada através do Decreto-Lei nº 69. Deu ênfase sobretudo às relações com o Paraguai e Venezuela. Sobre a atuação junto ao governo de Assunção, ressaltou ter sido superada "a diferença relativa ao Salto das Sete Quedas, com a recuperação, na Ata das Cataratas, do clima de boa vontade e colaboração já tradicional". No tocante à Venezuela, jubilou-se com o restabelecimento de relações diplomáticas, "por iniciativa de Caracas", fato que considerou "auspicioso" por "consagrar a correta posição do governo brasileiro"[453].

452 MAGALHÃES, 1971, p. 32.

453 MAGALHÃES, 1971, p. 261.

Magalhães Pinto

A ação diplomática do meu governo visará[...], a atração de capitais e de ajuda técnica, e de particular importância a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do país.

(Costa e Silva)

O marechal Arthur da Costa e Silva tomou posse em 15 de março de 1967 e nomeou para o cargo de ministro das Relações Exteriores[454], o político e banqueiro mineiro José de Magalhães Pinto[455]. O novo titular do Itamaraty fizera carreira bancária e, como dirigente empresarial, fora eleito presidente da Associação Comercial de Minas Gerais e, posteriormente, da Federação de Comércio daquele estado. Enquanto trabalhava em banco, formou-se em Direito e passou a exercer a atividade política, tendo sido um dos signatários do "Manifesto dos Mineiros" contra o governo Vargas. Fundou um banco privado e participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), sob cuja legenda foi eleito deputado federal. Foi secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais, reeleito deputado e eleito presidente da UDN de Minas

454 SCHNEIDER (1976, p. 83), tal como Elio Gaspari mais tarde, afirma que o presidente Arthur da Costa e Silva não teria conseguido obter aprovação militar para a nomeação de Antônio Azeredo da Silveira para ocupar o cargo de secretário-geral.

455 KORNIS; JUNQUEIRA, 1984, p. 2.754-2.762.

Gerais e, mais tarde, presidente nacional daquele partido. Eleito governador de Minas Gerais, foi um dos principais articuladores do movimento que levou à queda de João Goulart. Ao final de seu mandato como governador ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), pela qual foi eleito deputado.

Embora um dos líderes civis da "Revolução", Magalhães Pinto fora um dos críticos do governo anterior[456] e das políticas demasiadamente próximas de interesses estrangeiros, em especial dos Estados Unidos[457]. Costa e Silva interferiria menos do que Castello Branco na condução da Pasta e daria a seu ministro do Exterior maior autonomia para uma política externa mais visível no plano interno[458]. Em seu discurso de posse, o novo ministro do Exterior – que tinha pretensões a candidatar-se à Presidência da República – referiu-se a "desigualdades extremas" e afirmou que colocaria a diplomacia brasileira "a serviço da prosperidade"[459].

A conjuntura internacional em que se iniciou o governo Costa e Silva, tal como descrito no relatório do Itamaraty em 1967, era a de uma "crescente atenuação do chamado conflito Leste-Oeste". Havia um "deslocamento da zona de tensão do centro para a periferia" o que se explicaria "também pelo equilíbrio nuclear entre as superpotências". Para os analistas do Ministério das Relações Exteriores brasileiro à época, o "processo de distensão entre Leste e Oeste" se tinha feito acompanhar de "uma tendência para a perda de coesão dos blocos militares tradicionais". No Ocidente havia

456 DULLES (1983, p. 338) reproduz declarações à imprensa de Magalhães Pinto nas quais, solicitada a comparar sua futura política externa com a anterior, respondera: "Devo ser cuidadoso com as conhecidas dificuldades que tive com o presidente Castello Branco e, neste momento, não irei agravar ainda mais a situação".

457 FLYNN, 1978, p. 380. BACCHUS (1990. p. 149) qualifica a posse de Costa e Silva de "virada nacionalista de afastamento da dominação estrangeira".

458 PINHEIRO, 2000, p. 459, tomando como base Roger Fontaine e Carlos Castello Branco.

459 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. 1, p. 2.

dissensão entre membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte e confrontações a respeito da admissão de novos membros ao Mercado Comum Europeu. No Leste, verificava-se "fenômeno dissociativo semelhante" sendo exemplos, a "divergência sino-soviética", linha autônoma de alguns países socialistas, como a Romênia, por exemplo, com tomada de posições diferentes quanto ao conflito árabe-israelense. Acentuava-se, por outro lado, "a divisão econômica do mundo, com um Norte desenvolvido e um Sul subdesenvolvido"[460].

Diplomacia da Prosperidade

Em seu discurso durante a primeira reunião ministerial, no dia 16 de março de 1967, Costa e Silva afirmou que a política externa seria norteada pela "defesa intransigente dos interesses nacionais". Falou da necessidade de acelerar o desenvolvimento "através de recursos externos e cooperação estrangeira" para que o país tivesse participação na "revolução tecnológica" em curso. Nesse contexto, referiu-se à energia nuclear[461].

O sempre bem informado jornalista Carlos Castello Branco descreveria, em 29 de março, o desejo do novo ministro do Exterior de que a política externa representasse interesses nacionais acima de linhas partidárias. Afirmou que, por sugestão do ministro do Exterior, decidira o presidente da República restabelecer "o caráter nacional, em contraposição ao caráter partidário dominante no governo anterior, da política externa do país". Segundo o colunista, a ação do Itamaraty procuraria, em consequência, transmitir uma "posição unitária e não facciosa", o que, comentou, "por si

460 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 4-7.

461 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. 1, p. 5-6.

mesmo" envolveria "revisões políticas", desde que, "quando se tenta interessar a oposição na solidariedade com determinadas posições, algo será feito para compatibilizar os pontos de vista governistas com os oposicionistas"[462].

Apenas três semanas após sua posse, Costa e Silva pronunciou, no dia 5 de abril, o discurso intitulado "Diplomacia da Prosperidade" em que deu ênfase a questões de comércio, atração de investimentos e à cooperação necessária à rápida "nuclearização pacífica do país". Disse que daria "prioridade aos problemas do desenvolvimento". Definiu como objetivo da ação diplomática do seu governo "em todos os planos colaterais ou multilaterais", "a ampliação dos mercados externos, a obtenção de preços justos e estáveis para nossos produtos, a atração de capitais e de ajuda técnica, e de particular importância a cooperação necessária à rápida nuclearização pacífica do país". Referiu-se à questão nuclear ao afirmar que se deveria "ter consciência de que o programa do nosso desenvolvimento tem de ser no quadro da revolução científica e tecnológica que abriu para o mundo a idade nuclear e espacial". Expressou opinião de que a ciência e a tecnologia condicionariam, cada vez mais, "não apenas o progresso e o bem-estar das nações, mas a sua própria independência"[463]. O discurso foi bem acolhido por membros do Movimento Democrático Brasileiro[464].

Nessa nova linha, o novo governo logo daria marcas próprias à política externa. Assim, Magalhães Pinto, em pronunciamento na Escola Superior de Guerra, manifestou-se contrário à criação de uma força interamericana de paz, posição do governo anterior, ao declarar que a defesa das instituições nacionais incumbia,

462 BRANCO, 1977, v. II, p. 21.

463 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. 1, p. 12.

464 BRANCO, 1977, v. II, p. 28-29.

primordialmente, às forças armadas de cada país[465]. Essa mudança também seria notada por Carlos Castello Branco que, em 15 de julho, destacou o nacionalismo e a nova ênfase dada à questão nuclear que poderiam causar desavenças na relação com os Estados Unidos. Para aquele conceituado jornalista, a "mudança de orientação do Ministério das Relações Exteriores, assinalada pelo governo Costa e Silva" encontrava "no átomo o seu cavalo de batalha". Observou que "externamente, a retomada da posição nacionalista" implicava em transformar de "automáticas" a "coincidentes" as posições tomadas pelo Brasil e os Estados Unidos. O governo brasileiro não se sentia assim "no dever de dar cobertura automática às posições norte-americanas, reservando-se o direito de examinar os fatos para tomar decisões à luz do interesse nacional e não mais à luz solar do interesse da aliança ocidental"[466].

Em seu relatório sobre a política externa em 1967, Magalhães Pinto, reiteraria o binômio que caracterizava a "revolução" ao afirmar que a política externa se lastreara "na convicção de que desenvolvimento e segurança são conceitos intimamente ligados, estando a segunda na dependência direta da primeira". Esse tom de cunho nacional-desenvolvimentista prosseguiria até o final da sua gestão, pois, em novembro de 1968, o ministro reiterou que o objetivo da diplomacia brasileira era avaliar "a dinâmica internacional a fim de identificar e procurar remover os obstáculos externos que se opõem ou podem vir a opor-se ao projeto nacional[467].

465 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. 1, p. 81.

466 BRANCO, 1977, v. II, p. 111.

467 VIZENTINI, 2004, p. 84, com base em "A política externa do Brasil", conferência de Magalhães Pinto na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército, em 29 de novembro de 1968.

América Latina: Tratado da Bacia do Prata

A política externa com relação à América Latina na administração de Costa e Silva e Magalhães Pinto seria marcada pelo acercamento de Argentina e Paraguai, bem como a assinatura do Tratado da Bacia do Prata. Circulavam notícias sobre possível intervenção dos regimes militares brasileiro e argentino no Uruguai cuja situação política era instável. No final de 1967 e no início de 1968, por duas vezes, o Itamaraty desmentiu notícias de que estaria para enviar tropas para intervir naquele país cisplatino.

Com a Argentina, o desejo de aumentar o comércio bilateral motivou a realização de reuniões da Comissão Especial de Coordenação, uma em meados do ano no Rio de Janeiro e outra em Buenos Aires em dezembro de 1967[468]. O Brasil comprava sobretudo trigo e vendia principalmente produtos siderúrgicos e os resultados dos encontros refletiram compromissos para manter esse tipo de comércio bilateral, bem como o estabelecimento de um convênio de créditos recíprocos entre seus respectivos órgãos de controle cambial[469]. O ministro do Exterior argentino, Nicanor Costa Méndez, visitou Magalhães Pinto em janeiro de 1968. Além de temas comerciais, tais como a compra de trigo argentino e apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, os dois ministros trataram de posição comum em matéria de desarmamento, tendo expressado interesse na preservação do direito de utilização de energia nuclear para fins pacíficos. Discutiram, ainda, a ideia do desenvolvimento da Bacia do Prata. As conversas bilaterais com a Argentina frutificaram e, em maio, realizou-se reunião na Bolívia, na qual se constituiu um comitê para coordenar projetos para desenvolvimento daquela região aquífera[470].

468 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 31.

469 CERVO, 2001, p. 225.

470 VIZENTINI, 2004, p. 106-7.

A aproximação com o Paraguai se consolidava. Em 1967, adiantaram-se os estudos do potencial hidráulico do rio Paraná, desde o Salto Grande das Sete Quedas até a foz do Iguaçu. Durante o ano, o Itamaraty criou um Consulado de carreira em Puerto presidente Stroessner e foram tomadas diversas medidas para melhorar as vinculações terrestres entre os dois países[471]. Costa e Silva encontrou-se, em março de 1969, em Foz do Iguaçu, com o presidente do Paraguai, general Alfredo Stroessner. Foi inaugurada a rodovia que integrou, através da Ponte da Amizade, a estrada Assunção-Paranaguá[472]. Em discurso durante almoço que ofereceu ao chefe do governo paraguaio, Costa e Silva afirmou que a obra abria "as avenidas de Assunção para o oceano". Mencionou também que "as águas" já acionavam "as possantes turbinas de importante hidrelétrica"[473]. Em declaração-conjunta foi expresso o "mais vivo interesse na rápida formalização dos entendimentos para o financiamento dos estudos destinados ao aproveitamento econômico do trecho internacional do rio Paraná, limítrofe entre os dois países"[474].

Também com o Uruguai foram buscadas formas de integração física. Em reunião em abril de 1967, os dois países assumiram compromissos de articulação do sistema rodoviário. Ainda naquele ano, foram examinadas a construção de ponte, pavimentação de rodovias e realizados estudos para a interconexão energética, através do sistema hidrelétrico do rio Negro e ligação dos sistemas de telecomunicações[475].

---

471 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 37-8.

472 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 19.

473 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 136.

474 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 138.

475 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 39.

Em fevereiro de 1967 realizou-se em Buenos Aires uma Conferência de Ministros das Relações Exteriores dos Países da Bacia do Prata que aprovou objetivos para o desenvolvimento integrado da região[476]. A reunião daria início a processo que culminaria com a assinatura do Tratado da Bacia do Prata, em Brasília, em abril de 1968, durante a I Reunião Extraordinária e III Reunião Ordinária dos ministros das Relações Exteriores dos países da região. Pelo instrumento, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, adotaram o objetivo de "promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável"[477].

Enquanto o Cone Sul decidia sobre formas de cooperação na Bacia do Prata, no dia 26 de maio de 1968, cinco países (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) assinaram o Pacto Andino, pelo qual se propuseram a reduzir tarifas e melhorar a coordenação macroeconômica, o que incluía uma especialização industrial para cada país[478]. Apenas a Bolívia faria parte tanto do Tratado da Bacia do Prata quanto do Pacto Andino.

O presidente do Chile, Eduardo Frei, visitou o Brasil em setembro de 1968 quando foram tratadas as questões da integração latino-americana e a utilização pacífica da energia nuclear. A cooperação latino-americana constituiu o ponto principal, tanto do discurso de Costa e Silva no jantar que ofereceu ao mandatário chileno, quanto da declaração-conjunta emitida no dia seguinte. Deste último documento constou que, "ao reconhecer sua identidade e objetivos próprios", a América Latina estava "assumindo, de forma crescente, a responsabilidade e o comando de seu destino".

476 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 43.

477 LANÚS (1984, p. 315) informa que assinaram o Tratado em Brasília os ministros do Exterior Nicanor Costa Méndez (Argentina), Victor Hoz de Vila (Bolívia), José Magalhães Pinto (Brasil), Raul Sapena Pastor (Paraguai) e Venancio Flores (Uruguai).

478 BELL, 2004, p. 486.

O documento incorporou também a ideia de um compromisso latino-americano para o estabelecimento de uma cooperação mais estreita em todos os campos em que se manifestasse sua "identidade de interesses". Dispôs ainda que essa cooperação teria como principal objetivo o fortalecimento crescente da unidade latino-americana que a inspirava. Não deixou de constar do Comunicado a proposta brasileira de que a cooperação latino-americana tivesse como "objetivo prioritário uma infraestrutura física e adequada"[479].

Com o Peru, o governo brasileiro desenvolveu, em 1967, esforços no sentido de ativar uma rodovia entre Porto Velho e aquele país. Tal como ocorrera em Buenos Aires, Brasília, La Paz e Assunção, o governo em Lima passaria às mãos de militares, quando, em 3 de outubro de 1968, o governo de Fernando Belaúnde no Peru foi substituído pelo do general Juan Velazco Alvarado. O novo governo fecharia o Congresso, desapropriaria a International Petroleum Company (uma subsidiária da Standard Oil)[480] e prometeria uma reforma agrária[481]. Propriedades rurais seriam adquiridas pelo governo e transformadas em cooperativas[482].

Distante estavam ainda os dias em que o Brasil buscaria maior aproximação do México, seja para compra de petróleo, seja para estudar ações conjuntas em relação à dívida externa. Preocupava-se o Itamaraty, em 1967, com o desequilíbrio comercial favorável ao México, o que atribuía às seguintes causas:

a) falta de reciprocidade na aplicação dos mecanismos de liberação comercial do Tratado de Montevidéu;

b) proteção natural de que gozava o México, resultante de sua posição geográfica;

479 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 51-53.

480 HURREL, 2002, p. 175.

481 PALMER, 2002, p. 413.

482 WILLIAMSON, 1992, p. 352.

c) concorrência dos produtos brasileiros com os americanos no suprimento do mercado mexicano. Lamentou-se, nesse contexto, ter o governo mexicano adquirido navios da Polônia e não do Brasil em razão de melhor oferta de financiamento[483]. Tal como outros países, em 1968, o México enfrentou momentos de protestos e instabilidade política, e as tropas do governo de Gustavo Diaz Ordaz chegaram a abrir fogo, em 2 de outubro de 1968, contra estudantes que protestavam em frente ao Ministério das Relações Exteriores (Tlatelolco), matando centenas de mexicanos[484].

A atuação cubana, desde a reunião da Organização Continental de Solidariedade dos Povos realizada em Havana, no ano anterior, atraía a atenção hemisférica. Graças à ajuda do Exército dos Estados Unidos, o Exército boliviano capturou, em abril de 1967, Regis Debray entre os guerrilheiros que lutavam com "Che" Guevara[485]. Em declarações à imprensa, em maio, Magalhães Pinto negou que estivesse o Brasil em negociações para a formação de um pacto antiguerrilhas e minimizou a relevância da conferência realizada em Havana. Em reunião ministerial realizada em setembro, na Organização dos Estados Americanos, o titular do Itamaraty condenou a intromissão cubana na Venezuela, mas opôs-se à criação de uma força de paz interamericana[486].

As ações externas cubanas, propostas pela Conferência Tricontinental, sofriam revezes. Em outubro, o governo boliviano, chefiado pelo general René Barrientos, confirmou a morte de Ernesto "Che" Guevara, após ter sido ferido e capturado por tropas

483 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 28.

484 HAMMETT, 1999, p. 293.

485 KLEIN, 1999, p. 255.

486 VIZENTINI, 2004, p. 105.

bolivianas[487]. No final do ano, o Itamaraty chamava a atenção para a desunião entre o Partido Comunista Ortodoxo da Venezuela e o "castrismo", pois, enquanto o primeiro seria favorável à "mudança pacífica", o segundo pregava "a revolução pela violência". Expressava também o entendimento de que a morte de "Che" Guevara abalara "as convicções em torno da tese cubana". Concluía que a posição brasileira em relação à Organização Latino-Americana de Solidariedade era de "total rejeição de seus postulados e da vigilância para contra-atacar seus atos de subversão"[488].

Ao retornar da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1969, Magalhães Pinto terá tomado conhecimento de que Fidel Castro recebera pessoalmente, no aeroporto de Havana, treze prisioneiros políticos brasileiros libertados em troca do embaixador americano[489]. Terá também se inteirado, em 8 de outubro, da ocorrência do primeiro de vários sequestros de aviões comerciais brasileiros, forçados a se dirigir a Cuba. Essa ação de Havana obrigara o Itamaraty a efetuar gestões junto ao governo suíço, encarregado de Negócios brasileiro naquela ilha, para que prestasse assistência aos passageiros e tripulantes, bem como tomasse as providências cabíveis para a rápida liberação dos aparelhos sequestrados[490].

Estados Unidos: sequestro do embaixador

O relacionamento entre o Rio de Janeiro e Washington durante a gestão de Magalhães Pinto incluiria a compra de uma

487 PALMER, 2002, p. 230.

488 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 27-28.

489 ABREU, 2000, v. 3, p. 268.

490 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 14.

usina nuclear americana e a celebração de um acordo sobre café solúvel. As relações bilaterais seriam lembradas, no entanto, sobretudo pelo sequestro do embaixador americano no final do período. Na opinião de um historiador americano, no governo Costa e Silva, as boas relações do Brasil com os Estados Unidos foram herdadas do governo Castello Branco, mas em 1968 haveria uma reavaliação substantiva de ambos os lados[491].

Ao longo do ano de 1967, coerente com a política que vinha defendendo de "nuclearização" do país, o Brasil acordou com a empresa americana Westinghouse a compra de uma usina nuclear a ser instalada em Angra dos Reis até 1977 e outra, Angra II, a ficar pronta em 1980. Deveriam ser supridas de urânio brasileiro enriquecido nos Estados Unidos[492]. Em 10 de maio foi assinado acordo para a aplicação de salvaguardas entre Brasil, Estados Unidos e a Agência Internacional de Energia Atômica[493]. O presidente da Comissão de Energia Atômica americana, Professor Glenn Seaborg, visitou o Brasil e uma nota do Itamaraty divulgou a ampliação da cooperação nuclear entre os dois países[494].

Entrementes, os Estados Unidos encontravam-se, naquele final da administração de Lyndon Johnson, ainda mais absorvidos pela situação da guerra no Sudeste Asiático. A escalada militar americana nesse período seria a mais relevante daquele longo conflito. Forças americanas e sul-vietnamitas ocuparam, em maio, a zona desmilitarizada entre o norte e o sul do país. Johnson encontrou-se, em junho, com o primeiro-ministro Alexei Kossigin a quem pediu ajuda nas negociações para terminar o conflito no

491 SCHNEIDER, 1976, p. 59.

492 WESSON, 1981, p. 77, com base em John R. Redick. Regional Nuclear Arms Control in Latin America. *International Organization*, v. 29, n. 2, 1975, p. 415-445.

493 ALMEIDA, 1998, p. 203.

494 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 20.

Vietnã. O líder soviético não se comprometeu, dizendo que o Vietnã do Norte agia de modo independente[495]. O Brasil, que no governo anterior enviara medicamentos e abrira Embaixada em Saigon, distanciava-se do conflito asiático, tendo Magalhães Pinto declarado ao Congresso Nacional, em maio, que o país mantinha-se alheio àquela guerra[496].

De uma forma ou de outra, o conflito no Sudeste Asiático tinha repercussões na América Latina. Em visita aos Estados Unidos em novembro, o ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, pleiteou aumento dos recursos da Aliança para o Progresso destinados ao Brasil, país mais atingido por cortes determinados pelo Congresso americano. Solicitou também maior autonomia brasileira para a administração dos projetos financiados por aquele programa americano[497].

O presidente Lyndon Johnson autorizou, em agosto, aumento do número de americanos no Vietnã[498]. O bombardeio estadunidense passou do norte do país para o sul, onde vietcongues se escondiam em pequenos vilarejos. Em reação a esse desenvolvimento dos acontecimentos no Sudeste Asiático, realizou-se, em outubro, na frente do prédio do Pentágono na capital americana, enorme protesto contra aquela guerra. Novas manifestações populares, desta vez contra a convocação militar, ocorreram no início de dezembro e incrementaram as pressões em relação à participação americana no conflito[499]. Naquela época, o Canadá despontou como forte crítico da ação americana no Sudeste Asiático[500].

495 BELL, 2004, p. 278.

496 VIZENTINI, 2004, p. 94.

497 VIZENTINI, 2004, p. 103.

498 GILBERT, 2002, p. 463.

499 GILBERT, 2002, p. 467.

500 GILBERT, 2002, p. 462.

Ao final de 1967, o Itamaraty contabilizava as diferenças bilaterais no campo econômico, tendo destacado as seguintes divergências:

a) interpretação do ajuste sobre bitributação;
b) limitação das vendas de café solúvel;
c) contingenciamento quantitativo das exportações de têxteis de algodão;
d) incompreensão da posição brasileira quanto à conclusão do acordo internacional de cacau;
e) reação às medidas brasileiras para assegurar maior participação nos fretes do tráfego Brasil-Estados Unidos; e
f) redistribuição das quotas de açúcar. Apressava-se, entretanto, a diplomacia brasileira em observar que, não obstante essas divergências, a cooperação bilateral não fora "prejudicada em sua continuidade"[501].

Em 1968, apesar dos protestos, o conflito no Vietnã prosseguiria com todo vigor e apresentaria revezes para os Estados Unidos. Um sinal negativo para os americanos ocorreria quando tropas vietcongues atacaram o Vietnã do Sul, entre 30 e 31 de janeiro, e penetraram na Embaixada americana em Saigon, onde chegaram a permanecer seis horas até serem expulsos[502]. Esse episódio seria frequentemente lembrado como a ofensiva Tet (feriado em que os vietnamitas celebram o novo ano lunar)[503] e passou a simbolizar a primeira tomada de consciência nos Estados Unidos de que o país não poderia vencer aquela guerra[504].

501 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 21.

502 GILBERT, 2002, p. 468.

503 KEYLOR, 2001, p. 373.

504 DEFARGES, 2003, v. 2, p. 22.

Os gastos militares no Vietnã pressionavam a economia americana. Em fevereiro, o embaixador americano, John Tuthill, informou ao governo brasileiro de que o programa de assistência militar ao Brasil sofreria reduções. Negou a jornalistas, entretanto, que a decisão tivesse qualquer relação com a solicitação de apoio militar brasileiro ao Vietnã do Sul e fez a afirmação (incorreta) de que os Estados Unidos nunca haviam pedido esse apoio[505].

O governo do Vietnã do Norte concordou, em 3 de maio, em enviar uma delegação para se encontrar com negociadores americanos em uma conferência de paz em Paris[506]. Dez dias depois, tiveram início naquela cidade europeia as primeiras negociações sobre o Vietnã[507], tendo chefiado a Delegação americana o embaixador Averell Harriman[508]. As baixas americanas em combate no Vietnã já ultrapassavam a 25 mil[509] e a opinião pública americana manifestava sua oposição ao prolongamento do conflito. A imprensa americana contribuía para a crescente oposição à guerra com a divulgação do chamado massacre de My Lai, quando tropas americanas mataram mais de cem pessoas num vilarejo suspeito de dar guarida a vietcongues.

O apoio militar aos Estados Unidos por parte dos países aliados limitou-se à Austrália, à Nova Zelândia e à Coreia do Sul, com número restrito de tropas. No Reino Unido, o governo trabalhista de Harold Wilson recusou-se a enviar tropas, ainda que em número meramente simbólico; a República Federal da Alemanha ofereceu apenas apoio público; na França, o presidente De Gaulle apresentou franca oposição à política americana no Vietnã, quando visitou o

505 VIZENTINI, 2004, p. 96.

506 KEYLOR, 2001, p. 374.

507 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 183.

508 YOUNG; KENT, 2004, p. 347.

509 GILBERT, 2002, p. 470.

Camboja[510]. Quanto ao apoio ao Vietnã do Norte, é estimado que a República Popular da China tenha mantido entre 1965 e 1968 aproximadamente 320 mil militares baseados no Vietnã do Norte, com artilharia antiaérea e suprimentos[511].

Em junho, a situação nos Estados Unidos, como em várias outras partes do mundo, era plena de protestos e o conflito no Sudeste Asiático não apresentava sinais de solução. Teria relevância a liberação pela Coreia do Norte do navio de inteligência dos Estados Unidos, Pueblo, após admissão por Washington de ter havido violação de suas águas territoriais. Durante o ano, as tropas americanas atingiram o total de 540 mil militares, o mais alto no curso do conflito[512].

A situação interna brasileira havia se tornado tensa e o governo emitira em 13 de dezembro, o Ato Institucional nº 5, o mais violento dos atos da "revolução" contra os direitos civis. O governo americano reagiu à medida e determinou a suspensão de desembolsos em programa de empréstimos e postergou a decisão sobre o pacote de ajuda para o ano seguinte[513]. O secretário de Estado, Dean Rusk, entretanto, teria sido contrário a medidas mais drásticas propostas pelo embaixador John Tuthill, sob alegação de que não havia ocorrido mortes e que os investimentos americanos no país poderiam ser prejudicados, se houvesse posição mais firme de Washington contra a nova medida[514].

Apesar dos gastos militares no Vietnã, a economia dos Estados Unidos demonstrava enorme pujança, alcançando liderança

510 BELL, 2004, p. 284-285.

511 BELL, 2004, p. 432, com base em David Shambaugh. Sino-American Relations since September 11: Can the New Stability Last? *Current History*, v. 101, n. 656, p. 243-249.

512 YOUNG; KENT (2004, p. 343) informam os números: 1965, 185 mil; 1966, 30 mil; 1967, 480 mil; 1968, 540 mil; 1969, 475 mil; 1970; 320 mil; 1971, 160 mil.

513 LEACOCK, 1990, p. 249, com base em comunicações americanas de 31 de dezembro.

514 WESSON, 1981, p. 57.

indiscutível na produção mundial. Na verdade, o país atingiu o maior distanciamento dos rivais desde a segunda guerra, representando sua produção industrial mais de um terço do total mundial (34%)[515]. A situação política americana, porém, sofreria modificações após o final do governo Johnson. Sentindo esse ambiente negativo, ao tomar posse, em janeiro de 1969, Richard Nixon declarou que não seria o primeiro presidente americano a perder uma guerra[516]. No dia 18 de março, na chamada "Operação Café da Manhã", a força aérea americana procedeu a forte bombardeio de alvo que considerou ser o quartel geral comunista no Camboja[517].

O governo brasileiro concentrava-se na diplomacia econômica e assinou, em abril, um acordo por troca de notas com os Estados Unidos sobre arbitramento em matéria de café solúvel. A acusação contra o Brasil era de *dumping* e concorrência desleal. Pelo documento, o governo brasileiro comprometeu-se a adotar um imposto cuja finalidade seria reduzir o volume de suas exportações do produto para aquele país[518]. Estabeleceu, pois, uma taxa de 13,98% para cada libra-peso de café solúvel exportado para o mercado norte-americano. Embora realista, o entendimento não teria deixado satisfeito nem os produtores brasileiros, nem o governo norte-americano e manter-se-ia a questão entre os itens do contencioso comercial bilateral juntamente com outras pendências semelhantes a respeito de outros produtos, tais como têxteis, cacau, fretes e açúcar[519].

A situação do Vietnã começaria a se modificar em meados do ano, à medida que o novo governo buscava "extricar-se" do Sudeste

515 JOHNSON, 1985, p. 663.

516 GILBERT, 2002, p. 470.

517 BROGAN, p. 148.

518 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 153.

519 BANDEIRA, 1989, p. 173.

Asiático (para utilizar expressão de Henry Kissinger). Nixon anunciou, em maio, medidas destinadas a terminar o conflito naquela região, inclusive a retirada de tropas americanas do Vietnã do Norte. De fato, em junho, 25 mil americanos foram retirados daquele país[520].

Na qualidade de enviado especial do presidente Richard Nixon, o governador do Estado de Nova York, Nelson Rockfeller, visitou o Brasil em meados de junho. Manteve encontros com deputados do Congresso (que se encontrava suspenso) e com líderes estudantis. Levantou questões sobre a censura em vigor e a liberdade acadêmica. Não tratou, porém, da questão de prisioneiros políticos[521]. Já na Argentina, a viagem teria mais publicidade, embora indesejada naquela forma, pois, durante a passagem de Rockefeller por Buenos Aires, várias bombas destruíram parte de uma cadeia de supermercados em que sua família mantinha investimentos[522].

Após a incapacitação de Costa e Silva, em 28 de agosto, uma junta militar assumiu o governo brasileiro e logo teve que tomar decisão internacional relevante quando foi sequestrado, em 4 de setembro, o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Os sequestradores condicionaram sua libertação à de 15 presos políticos[523] e à divulgação de um comunicado pela imprensa com críticas ao governo. Aguardava-se com ansiedade em Washington qual seria a decisão da junta militar brasileira. O Subsecretário de Estado Charles Meyer manteve encontros na capital americana com o embaixador Mário Gibson Barboza que expressou a dificuldade

520 GILBERT, 2002, p. 476.

521 WESSON, 1981, p. 92.

522 ROCK, 1999, p. 434.

523 GASPARI (2002b, p. 87-90) afirma que os sequestradores desejavam principalmente a libertação de Vladimir Palmeira, capturado em Ibiúna e condenado a trinta meses de prisão.

de seu governo, de um lado, contrário a negociar com terroristas e, de outro, temeroso de ser acusado de nada fazer para obter sua liberação. Finalmente, a junta decidiu atender as exigências[524] e os prisioneiros libertados foram embarcados para o México. O embaixador Elbrick foi liberado no dia 7. Os exilados, entre os quais o líder estudantil Vladimir Palmeira[525], foram os primeiros a ser declarados "banidos" do país[526].

Enquanto isso, em Washington, o governo de Nixon prosseguia sua política de retirada das tropas que se encontravam no Vietnã. Em setembro de 1969, os Estados Unidos anunciaram que mais 35 mil membros das forças armadas americanas deixariam aquele país asiático[527].

Europa: cooperação alemã e aproximação de Portugal

Nas relações com os países da Europa Ocidental destacar-se-iam apenas duas, aquelas com a República Federal da Alemanha e com Portugal. Teria início cooperação técnica com o governo de Bonn e uma aproximação de suas províncias ultramarinas portuguesas. O relacionamento com os demais países europeus se resumiria ao acompanhamento de fatos mais relevantes na Grécia (golpe de Estado), França (renúncia do general De Gaulle) e União Soviética (dissidências no bloco).

524 BARBOZA, 1992, p. 153.

525 FLYNN, 1978, p. 404.

526 FAUSTO, 1999, p. 290.

527 GILBERT, 2002, p. 476.

Com relação à República Federal da Alemanha, teve relevância a visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores, Willy Brandt, em outubro de 1968. Em discurso que proferiu durante jantar em sua homenagem, o ministro Magalhães Pinto lembrou que a Alemanha já constituía o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Do comunicado conjunto, emitido no dia 26, constou ter Brandt visitado as obras de sua nova embaixada, então recentemente iniciadas. Transcreveu também sua declaração de que "apesar dos acontecimentos na Tchecoslováquia, a República Federal da Alemanha prosseguiria na defesa da distensão entre o Leste e o Oeste". Os dois ministros "afirmaram seu desejo de abrir novos campos à colaboração entre os dois países mediante a celebração de um Acordo Geral sobre Cooperação Científica e Tecnológica"[528]. A questão de uma possível cooperação nuclear foi igualmente tratada nos encontros[529].

Passo decisivo para o que viria a ser a importante cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha se deu, em finais de março de 1969, quando da visita ao Brasil do ministro da Pesquisa Científica daquele país, Doutor Gerhard Stoltenberg. Do comunicado conjunto, assinado no dia 28, constou terem sido acertados, na área da cooperação nuclear para fins pacíficos, os seguintes programas:

a) métodos computacionais para a otimização da produção de energia nuclear no contexto geral do programa brasileiro de energia;
b) prospecção de urânio;

528 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 92.

529 WESSON, 1981, p. 78.

c) ciclos de combustíveis; e

d) desenvolvimento de reatores avançados[530].

Prosseguindo na busca de cooperação com a República Federal da Alemanha, Magalhães Pinto visitou aquele país, em junho, quando foi recebido pelo presidente Gustav Heinemann[531] e pelo primeiro-ministro Kurt-Georg Kiesinger. Assinou, em Bonn, com o ministro do Exterior, Willy Brandt, um acordo de cooperação científica e tecnológica. Pelo documento, o governo alemão se comprometeu a cooperar com o Brasil nos seguintes campos: energia nuclear e desenvolvimento da tecnologia nuclear; pesquisa espacial; pesquisa aeronáutica; oceanografia; documentação científica; e processamento eletrônico de dados[532]. Do comunicado conjunto constou terem os ministros acordado "na necessidade de todos os países terem acesso ilimitado e em igualdade de condições à pesquisa, ao desenvolvimento e à utilização da energia nuclear para fins pacíficos"[533].

O relacionamento com Portugal se aprofundava. O dia 22 de abril foi escolhido como data para celebrar anualmente o Dia da Comunidade Luso-Brasileira[534]. O ministro do Exterior de Portugal, Franco Nogueira, esteve no Brasil, em outubro de 1967, para encontro com o ministro do Exterior brasileiro. É de se notar que do comunicado de imprensa, deixou de constar, como em

530 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 139, informa que Stoltenberg mantivera reuniões com os ministros Magalhães Pinto e Dias Leite, das Minas e Energia, que estavam assessorados pelo presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Doutor Antônio Couceiro, pelo presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, professor Uriel da Costa Ribeiro e pelo secretário-geral adjunto para o Planejamento Político do Ministério das Relações Exteriores, ministro Paulo Nogueira Batista, entre outros.

531 LOHBAUER, 2000, p. 48.

532 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 191-95.

533 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 204.

534 VIZENTINI, 2004, p. 120.

encontros anteriores, a disposição bilateral de manter cooperação sobre posições políticas. Com efeito, ao retornar a Lisboa, Nogueira Franco teria expressado desapontamento com a proposta que ouvira do novo governo brasileiro que favoreceria um plebiscito para que os povos dos territórios ultramarinos decidissem seu destino[535].

A questão da política brasileira com relação a Portugal e suas colônias veio novamente a público quando, em janeiro de 1968, um jornal brasileiro afirmou que esta sofreria uma reformulação, inclusive a revisão de vantagens que teriam sido concedidas por acordo comercial. A notícia levou o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Sérgio Corrêa da Costa, a negar essa mudança de política e a anunciar a iminente ratificação dos acordos de Lisboa ainda pendente[536].

O ministro Magalhães Pinto visitou Lisboa no começo de julho. Foi recebido por seu homólogo, Franco Nogueira, e pelo primeiro-ministro Antônio Oliveira Salazar. A visita se deu em contexto de franca aproximação brasileira das colônias portuguesas na África, simbolizada por atos tais como as viagens do navio Custódio de Mello a Lourenço Marques e de time de futebol brasileiro para inaugurar estádio português naquela cidade, bem como pelo anúncio de que o Banco do Brasil estudava a abertura de agências em Lisboa e Luanda. No tocante ao problema das colônias portuguesas na África, constou do comunicado à imprensa, emitido na ocasião, apenas que o ministro português tivera "oportunidade de prestar informações atualizadas sobre os problemas que a nação portuguesa confronta no continente africano"[537].

535 SELCHER, 1974, p. 173.

536 SELCHER, 1974, com base em notícias do *Jornal do Brasil*, de 26 de janeiro, e de *O Globo*, de 5 de fevereiro.

537 SELCHER, 1974, p. 176.

A diplomacia brasileira continuou a manter relacionamento próximo com Portugal. Em julho de 1969, o presidente Costa e Silva recebeu a visita do presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano. Do comunicado conjunto, divulgado no dia 12, constou o "desejo de impulsionar a Comunidade Luso-Brasileira"[538]. O chefe do governo português lançou a ideia de um pacto de defesa do Atlântico Sul (um oceano afro-luso-americano)[539] e exortou os brasileiros a prestarem assistência decisiva e aberta para "manter intacto o mundo de língua portuguesa". Em discurso, Caetano sugeriu também a concessão da "quase nacionalidade" aos membros do que chamou de uma "espécie de cidadania da Comunidade Luso-Brasileira"[540]. Esta última ideia seria levada adiante e, num dos mais significativos atos brasileiros em relação a Portugal, a nova Constituição Federal brasileira, publicada em 17 de outubro com redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, incluiu o artigo 199 que concedeu aos portugueses, com base na reciprocidade, os mesmos direitos dados aos brasileiros[541].

Os demais países europeus foram alvo de pouca atividade diplomática com o Brasil. Alguns acontecimentos internos chamariam a atenção mundial na Grécia, na França e no Leste Europeu. A visita da Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, seria o único ato político de destaque no plano das relações bilaterais com países europeus naquele período.

O mundo, sobretudo o ocidental, acompanhou com preocupação a situação na Grécia, onde os coronéis George Papadopoulos e

538 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 244-45.

539 MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 318.

540 MAGALHÃES, 1999, p. 317-18.

541 SELCHER, 1974, p. 180.

Stylianos Patakos deram, em abril de 1967, um golpe de Estado[542] e suspenderam o governo parlamentar[543]. Tal como os militares da Argentina na década de 1980 (disputas a respeito do Canal de Beagle com o Chile e das Ilhas Malvinas com o Reino Unido), os militares gregos apresentaram reivindicação territorial, na disputa com a Turquia sobre a ilha de Chipre.

O general De Gaulle, que já se indispusera com a Organização do Tratado do Atlântico Norte, e vetara o ingresso do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia[544], durante visita ao Canadá, em 24 de julho de 1967, apoiou os separatistas francófonos ao declarar em Montreal: *Vive le Québec libre!* Em resposta, o primeiro-ministro canadense, Lester Pearson, afirmou que era inaceitável a incitação ao separatismo. De Gaulle cancelou a visita que faria a Ottawa e retornou a Paris. A situação do presidente francês se veria abalada em maio de 1968, quando, em Paris, protestos estudantis, greves e choques nas ruas entre policiais e estudantes paralisaram a cidade[545]. Protestos de estudantes se realizaram também em Nanterre, em 2 de maio e, no dia seguinte, na margem esquerda do Sena em Paris, estudantes pediram mais gastos em educação e modernização de currículos. A polícia atacou os manifestantes o que teve como resultado transformar os protestos em revoltas[546]. Uma greve geral paralisou Paris, no dia 13, quando houve manifestação de 300 mil pessoas nas ruas[547]. O general De Gaulle renunciou em abril do ano seguinte, após tomar conhecimento dos resultados

542 PALMER, 2002, p. 407.

543 PALMER, 2002, p. 226.

544 YOUNG; KENT, 2004, p. 322.

545 PALMOWSKI (2003, p. 235) informa que De Gaulle chegou a fugir para Baden-Baden para exilar-se na Alemanha em 29 de maio, mas foi persuadido pelo general Jacques Massu a retornar para enfrentar a crise.

546 PALMER, 2002, p. 482.

547 VADNEY, 1987, p. 417.

negativos em referendo sobre reformas administrativas que propusera. Foi substituído por Georges Pompidou[548], que, embora gaullista, anunciou, em julho, a retirada da oposição francesa ao ingresso do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia[549].

A Rainha do Reino Unido, Elizabeth II, realizou, em novembro, visita ao Brasil. Na saudação que lhe fez, durante banquete realizado no dia 5, Costa e Silva destacou tratar-se do primeiro soberano britânico a visitar o país e afirmou entusiasticamente que o país já podia se "inscrever entre as nações industrializadas do ocidente"[550].

A situação no Leste Europeu apresentava lenta evolução, muito diferente daquela que sofreria duas décadas depois. O novo chefe da Comissão para Segurança do Estado (KGB), Yuri Andropov, afirmou, em maio de 1967, seu desejo de persistir na vigilância do mundo ocidental. Parecia, no entanto, que Moscou se preocupava mais com dissidências no próprio bloco soviético ou com fatos como o estabelecimento pela Romênia de relações diplomáticas com a República Federal da Alemanha. Em junho, Lyndon Johnson manteve encontro com o primeiro-ministro Alexei Kossigin, em Glassboro, New Jersey, ocasião em que o líder soviético criticou o expansionismo israelense, exortou Washington a retirar-se do Vietnã e recusou-se a negociar a retirada de seus novos armamentos (denominados Galosh)[551]. Quando a União Soviética comemorou, em novembro, o cinquentenário da Revolução Comunista, não se poderia imaginar que, vinte e dois anos depois, o bloco se desmoronaria.

548 PALMOWSKI, 2003, p. 223.

549 TAYLOR, 2002, p. 304.

550 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 104.

551 YOUNG; KENT, 2004, p. 299, 303.

África (laços com Pretória) e Ásia (aproximação da Índia)

O relacionamento bilateral brasileiro com países africanos não apresentaria pontos relevantes, exceto a aproximação comercial da África do Sul. De resto, limitava-se a Chancelaria brasileira a acompanhar os acontecimentos naquele continente, onde haveria séria crise em razão do conflito interno na Nigéria.

A província de Biafra, localizada na parte oriental da Nigéria, declarou-se uma República independente, em 30 de maio de 1967[552]. Em reação, o governo central enviou, na semana seguinte, tropas à região[553]. Tinha assim início uma enorme tragédia que levaria milhões à morte[554]. Apenas quatro países africanos reconheceriam a província como um Estado independente (Tanzânia, Zâmbia, Gabão e Costa do Marfim)[555]. Em setembro, a Organização da Unidade Africana condenou a secessão[556]. Três dias depois, o Exército nigeriano ocupou aquela região[557]. A União Soviética e o Reino Unido expressaram seu apoio ao governo em Lagos e forneceram armas e assistência.

No final de 1967, o Itamaraty declarou que a posição brasileira com vistas às questões africanas era pautada "pela firme tradição anticolonialista e antirracista do Brasil". Para provar a veracidade dessa afirmação limitava-se, entretanto, a dar como exemplo o reconhecimento da independência de países africanos e o apoio a resoluções em favor da observância do princípio da autodeterminação dos povos. Acrescentava também que, como

552 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 276.

553 PALMER, 2002, p. 69.

554 BROGAN, p. 569.

555 BELL, 2004, p. 450.

556 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 276.

557 GARCIA, 1999, p. 147.

parte dessa política de reconhecimento, o governo brasileiro designara, naquele ano, embaixadores junto aos governos da Etiópia e Quênia[558].

A situação na Nigéria se complicou quando, em julho de 1968, o general De Gaulle afirmou que a França favorecia a resolução do conflito com base na autodeterminação, o que atenderia o interesse dos insurgentes de Biafra. Os insurgentes receberiam do governo de Paris armas enviadas através do Gabão e da Costa do Marfim[559].

Nem sempre a alegada política "antirracista" brasileira apresentava coerência. Assim, apesar de recomendação em sentido contrário emitida pela Comissão Especial de Políticas de *Apartheid* das Nações Unidas, teve início, em fevereiro de 1969, voo semanal da South African Airways de Joanesburgo a Nova York, via Rio de Janeiro. O governo brasileiro expressava à época a opinião de que um boicote à África do Sul seria prejudicial para os oprimidos pelo regime de *apartheid*. Comitiva liderada pelo ministro da Indústria e Comércio, Hélio Beltrão, participou do voo inaugural para Joanesburgo[560].

O governo brasileiro continuou seus contatos com o regime segregacionista da África do Sul e recebeu, em março, visita não oficial de seu ministro do Exterior, Hilgard Müller. O visitante propôs a criação de um eixo de cooperação militar entre Pretória, Brasília e Lisboa. Seu argumento era o de criar frente de oposição à influência soviética no Atlântico Sul[561]. O encontro geraria rumores e, em reação, o governo brasileiro enviou nota ao presidente da

558 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 91-92.

559 BELL, 2004, p. 450.

560 SELCHER, 1974, p. 194.

561 SARAIVA, 1996, p. 207, com base em autores em inglês e em espanhol.

Comissão Especial das Nações Unidas sobre *apartheid* em que negava a formação de tal pacto[562].

A ação externa do governo em relação ao continente africano prosseguiu tímida, mas, ainda assim, durante o ano de 1969, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Uganda, Zâmbia e Tanzânia e instalou Embaixada na Costa do Marfim. O primeiro embaixador da Etiópia apresentou credenciais ao governo brasileiro[563].

A situação na Ásia apresentava sinais positivos em meio a diversos conflitos. Foi significativa a criação, em agosto de 1967, em Bangkok, da Associação dos Países do Sudeste Asiático[564], reunindo inicialmente Singapura, Filipinas, Indonésia, Malásia e Tailândia[565]. Na República Popular da China, prosseguiram as tensões internas e a Guarda Vermelha ocupou, em maio, o Ministério do Exterior e, em agosto, a Embaixada britânica foi atacada, em meio a sentimentos contrários àquele país decorrentes da manutenção de colônia em Hong-Kong[566]. Em março de 1969, ocorreram sérios incidentes na fronteira sino-soviética[567]. Forças militares chinesas emboscaram um contingente de tropas soviéticas perto da disputada ilha de Damansky (Zhen Bao ou Chenpao para os chineses) na confluência dos rios Amur e Ussuri[568]. A artilharia chinesa disparou contra navios soviéticos[569]. Morreram 31 russos

562 SELCHER, 1974, p. 194.

563 SARAIVA, 1996, p. 125.

564 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 183.

565 GARCIA, 1999, p. 147.

566 GILBERT, 2002, p. 460; YOUNG; KENT, 2004, p. 311.

567 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 183.

568 YOUNG; KENT, 2004, p. 311.

569 BELL, 2004, p. 432.

e um número não divulgado de chineses[570]. O conflito de fronteira com a União Soviética prosseguiria em agosto, em Amur[571].

Na opinião de dois historiadores, Young e Kent, além da frente contra Moscou, a China teria encontrado no Vietnã, "uma causa para resistir às pressões dos Estados Unidos, competir com a União Soviética em influência junto a outros países e demonstrar a aplicabilidade de técnicas de guerrilha maoísta"[572]. Em julho, o governo Nixon, sob pressão do conflito no Vietnã, deu os sinais precursores de uma flexibilização de sua política com Beijing ao facilitar o comércio e o turismo entre os dois países[573].

O governo brasileiro demonstrou interesse em acercar-se da Índia. Após o encontro da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento realizada em Nova Delhi, em 1968, Magalhães Pinto efetuou visita de trabalho ao governo indiano com o qual assinou o primeiro acordo comercial entre os dois países. Pelo documento, ambos os governos comprometeram-se a examinar meios para estimular o comércio, estipularam concessões mútuas de privilégios sob a cláusula da nação mais favorecida e acordaram a troca de informação técnica sobre problemas comuns de desenvolvimento econômico[574]. O ministro brasileiro visitou, em seguida, o Paquistão com o qual assinou um acordo cultural e o Japão, onde participou da primeira reunião da Comissão Mista Econômica[575].

A primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, visitou o Brasil em setembro do mesmo ano. Ao saudá-la, o presidente Costa e

570 KEYLOR, 2001, p. 377.

571 GARCIA, 1999, p. 149.

572 YOUNG; KENT, 2004, p. 310.

573 YOUNG; KENT, 2004, p. 313.

574 SELCHER, 1974, p. 141.

575 SELCHER, 1974, p. 94.

Silva ressaltou tratar-se da primeira visita de um chefe de governo indiano e destacou a magnitude de ambos os países os quais não poderiam ser ignorados "pelas grandes potências"[576]. Foi acordada uma cooperação bilateral em matéria nuclear que deveria compreender intercâmbio de técnicos e de informação, assim como o comércio de material físsil[577]. Do comunicado conjunto, emitido no dia 27, constou parágrafo específico sobre a questão de desarmamento nuclear e, em particular, a frase pela qual o presidente brasileiro e a primeira-ministra indiana concordaram em que o proposto Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares não deveria "de nenhum modo impedir o desenvolvimento e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos"[578] (Seis anos depois a Índia explodiria uma bomba atômica). Coerentemente com suas posições de independência em matéria nuclear, e em sequência ao Tratado durante a visita de Indira Gandhi, o ministro Magalhães Pinto assinou com o governo de Nova Delhi, em 18 de dezembro, um Acordo sobre Utilização Pacífica da Energia Nuclear[579].

Atuação política multilateral

Na atuação multilateral brasileira durante a gestão de Magalhães Pinto, tiveram maior relevância os seguintes temas:

a) desarmamento (tratado latino-americano de proscrição de armas nucleares e tratado mundial de não proliferação de armas nucleares);

b) direitos humanos (participação na Conferência de Teerã;

576 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 61-3.

577 SELCHER, 1974, p. 141.

578 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 69.

579 GARCIA, 1999, p. 149.

c) Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio;
d) descolonização africana; e
e) a invasão soviética da Tchecoslováquia;
f) além disso, o país se manifestaria em outras questões envolvendo a crise no Chipre;
g) o direito do mar;
h) a guerra entre Honduras e El-Salvador; e
i) o tema do controle da população mundial.

Desarmamento: Tlatelolco e TNP

Apesar da inclinação do ministro do Exterior para os temas econômicos, foi, no entanto, no campo nuclear, que a diplomacia brasileira mais atuou durante sua gestão[580], seguindo assim a outra vertente de política externa (além da econômico-comercial) indicada pelo presidente Costa e Silva no seu discurso de posse.

Em maio de 1967, o Brasil assinou, finalmente, o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, conhecido como Tratado de Tlatelolco. O representante brasileiro junto às Nações Unidas, embaixador José Sette Câmara, firmou-o na Cidade do México. Para o governo brasileiro, a segurança nacional estava resguardada no instrumento pela inclusão dos seguintes dispositivos:

a) exigência da universalidade de participação de todos os países latino-americanos no Tratado, como condição de sua vigência;

580 SCHNEIDER (1976, p. 78, nota 6) observa que, quando exercia o cargo de subsecretário para Assuntos Multilaterais, o embaixador Sérgio Corrêa da Costa promovera, com apoio de Juracy Magalhães, um curso sobre tecnologia nuclear para 35 diplomatas. Notou também que, quando secretário-geral do ministro do Exterior, Corrêa da Costa nomeou Paulo Nogueira Batista para chefiar a área de negociação nuclear.

b) inclusão na área desnuclearizada dos territórios não autônomos existentes no continente latino-americano; e

c) prestação de garantias formais, por parte de todas as potências militarmente nucleares, de que garantiriam a inviolabilidade da região, ante ataque ou ameaça de ataque com armas nucleares[581].

O embaixador Paulo Nogueira Batista descreveria os mecanismos criados pelo Tratado que permitiram a adesão brasileira. Notou que o Brasil conseguira introduzir no instrumento "alguns dispositivos importantes que preservavam nossa posição no que ela tinha de mais essencial". Observou que "a arma nuclear", fora definida no Artigo 5º, "de forma estrita, excluindo o mecanismo capaz de transportá-la ou propulsá-la, de modo a salvaguardar o desenvolvimento pelo Brasil de mísseis indispensáveis a um programa espacial". Sublinhou também que o Artigo 18, "por seu lado, autorizaria as partes a realizar explosões de artefatos nucleares com finalidades pacíficas, desde que as explosões fossem notificadas à Agência Internacional de Energia Atômica e por estas observadas". Continuando a dissecar o Tratado, Nogueira Batista ressaltou que o Artigo 28 consagrara, por sua sugestão, "o princípio da reserva inversa, isto é, o Tratado, mesmo ratificado por um país, só entraria em vigor para o mesmo se este dispusesse o cumprimento por terceiros de determinados requisitos". Lembrou que, entre esses requisitos, destacavam-se "a assinatura e ratificação de seu Protocolo II por todas as potências possuidoras de armas nucleares que se comprometeriam a respeitar plenamente o estatuto da desnuclearização da América Latina, tanto, por exemplo, no que diz respeito ao não emprego de armas nucleares contra as Partes

581 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 129-130.

Contratantes do Tratado de Tlatelolco quanto ao não trânsito de submarinos nucleares na zona de aplicação do Tratado"[582].

Em outras palavras, no entendimento brasileiro, a assinatura se justificava, pois o instrumento ao mesmo tempo, proscrevia as armas nucleares da América Latina e ressalvava explicitamente o direito dos países signatários de livremente empregarem a energia nuclear para fins pacíficos. No ato da assinatura, o representante brasileiro entregou nota ao presidente da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina em que reafirmou o entendimento de que o Artigo 18 do instrumento facultava aos Estados signatários realizar por seus próprios meios, ou em associação com terceiros, explosões nucleares para fins pacíficos, inclusive com artefatos similares aos empregados em armamentos militares.

Por outro lado, a Delegação brasileira se opôs, no Comitê do Desarmamento, em Genebra, à assinatura de um Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, nos termos propostos por projeto americano-soviético. Considerou-os inaceitáveis por consagrarem juridicamente uma diferença de *status* tecnológico que "poderia e deveria ser eliminada, além de não serem indispensáveis à causa da paz e do próprio desarmamento". Defendeu o pleno direito de o Brasil "realizar livremente seus esforços de pesquisa científica para fins de desenvolvimento, inclusive, eventualmente, no que se referisse à produção e à utilização de explosivos nucleares para fins pacíficos". Apoiou também a ideia de um tratado desde que ele não cerceasse "o livre acesso de todos os países à tecnologia nuclear para fins pacíficos" e incluísse, por outro lado, "contrapartidas efetivas de desarmamento por parte de todas as potências nucleares"[583].

582 BATISTA, 2000, p. 36.

583 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 12-13.

O secretário-geral do Itamaraty, embaixador Sérgio Corrêa da Costa, pronunciou, em 18 de maio, discurso na Conferência do Comitê das Dezoito Nações para o Desarmamento, em Genebra, em que afirmou ser "imprescindível preservar-se nas negociações do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares o interesse legítimo dos países que estavam dispostos a renunciarem ao armamento nuclear, mas não ao pleno uso pacífico do átomo como instrumento de seu desenvolvimento"[584]. Na sequência de seu discurso, declarou expressamente que o Brasil não pretendia receber nem fabricar armas nucleares. Ressalvou, no entanto, que o país não alienaria "o direito de pesquisar sem limitações, e, eventualmente, fabricar ou receber explosivos nucleares" que lhe permitisse "executar grandes obras de engenharia, interligar bacias fluviais, abrir canais e portos, consertar enfim a geografia" onde preciso fosse, "em prol do desenvolvimento econômico e o bem-estar do povo brasileiro"[585].

O governo continuaria voltado à ideia de uma "nuclearização" pacífica do país. O próprio presidente Costa e Silva fez pronunciamento a respeito da questão de energia nuclear, em 30 de junho, durante inauguração de local para uma hidrelétrica. Afirmou que o governo brasileiro reservava seu direito exclusivo quanto à instalação e operação de reatores nucleares, assim como à pesquisa, mineração, manufatura e venda de minerais nucleares e materiais físseis. Anunciou, ainda, disposição de desenvolver, no país e no exterior, pessoal técnico especializado na área de energia nuclear[586].

A posição brasileira sobre o tema do desarmamento despertaria a atenção do Congresso Nacional. Em declarações, em 16 de agosto,

584 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 131.

585 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. I, 1967, p. 14.

586 FONTAINE, 1974. p. 107.

ante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos deputados, o embaixador Sérgio Corrêa da Costa explicou a decisão brasileira de aderir ao Tratado de Tlatelolco. Afirmou que, tendo a redação final do Tratado acolhido plenamente todos os pontos essenciais da posição brasileira, o governo decidira firmá-lo. Notou que o fizera, ademais, na convicção de que constituía "precedente valioso para as negociações na Conferência do Desarmamento em Genebra, relativas a um tratado mundial da não proliferação nuclear". Ressaltou que, naquele foro, o Brasil, juntamente com o México, teria a responsabilidade de representar a América Latina, "única região habitada do globo" que já manifestara, por tratado, sua "decisão inequívoca de não se nuclearizar com objetivos bélicos". Disse que a aprovação do Tratado do México pelo Congresso brasileiro proporcionaria ao governo, e especificamente ao Itamaraty, o apoio indispensável do povo brasileiro a uma política cujos objetivos centrais eram "contribuir para a paz internacional através da nuclearização militar e pela simultânea nuclearização pacífica do país e da América Latina, para acelerar a realização das aspirações nacionais e continentais de desenvolvimento"[587].

Corrêa da Costa anunciou a intenção brasileira de assinar um acordo nuclear com a Argentina e, no mês seguinte, declarou que o Brasil construiria a primeira usina nuclear, para o que contaria com o apoio de autoridades dos Estados Unidos. Na mesma linha, o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, general Oriel Costa Ribeiro, informou o Conselho de Segurança Nacional a respeito da intenção do governo de concluir acordos nucleares com Equador, Espanha, Inglaterra, Canadá e Suécia e da possibilidade de estabelecer uma cooperação nuclear também com a África do Sul[588]. Uma proposta do governo canadense de acordo, no entanto,

587 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 102.

588 VIZENTINI, 2004, p. 116.

teria sido rejeitada por dar ênfase ao mecanismo de salvaguarda e ao papel da Agência Internacional de Energia Atômica[589].

Quando o ministro Magalhães Pinto discursou, em setembro, para a sessão plenária da XXII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, reiterou a renúncia brasileira a armas nucleares, mas expressou o interesse nacional em desenvolver sua própria tecnologia. Disse que a adesão aos propósitos de não proliferação de armas nucleares não deveria implicar em "uma renúncia por qualquer país do direito de desenvolver sua própria tecnologia". Ao contrário, prosseguiu, "ao apoiar, como sempre apoiara, a não proliferação de armas nucleares", o Brasil estava convencido de que as medidas para este fim deveriam "facilitar a nuclearização para propósitos pacíficos". Lembrou que o país já assumira "o compromisso soberano de renunciar as armas nucleares ao assinar o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina". Observou que a maneira pela qual aquele Tratado traçava uma distinção entre "armas nucleares", que ele proibia, e "nuclearização pacífica ilimitada", que ele autorizava, parecia ao Brasil "bastante apropriada para um acordo em escala mundial"[590].

No plano interno, o tema da chamada "nuclearização" do país prosseguia em debate e exigia definições dos responsáveis por sua implementação. Reunido em outubro, o Conselho de Segurança Nacional adotou decisão relativa às negociações a respeito de energia nuclear: caberia ao Ministério de Minas e Energia a elaboração da política energética e ao Itamaraty o papel de ator principal nas negociações internacionais[591].

Em fevereiro de 1968, durante a sessão da Comissão do Desarmamento realizada em Genebra para tratar do projeto

589 VIZENTINI, 2004, p. 123.

590 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 103.

591 FONTAINE, 1974. p. 64.

de Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o chefe da Delegação brasileira, embaixador João Augusto de Araújo Castro, criticou duramente o instrumento por "perpetuar situação em que as potências nucleares poderiam manter seus arsenais e os demais deveriam assumir compromissos e controles externos". Reiterou o apoio do Brasil "de forma inequívoca, à ideia de um tratado justo e equitativo de não proliferação", que impedisse "de forma eficaz, os riscos da disseminação das armas nucleares", ao mesmo tempo em que encorajasse "a mais ampla utilização da energia nuclear, sob todas as suas formas, em benefício do progresso econômico e social de todos os povos". Ressaltou que os textos então sob revisão não contemplavam "qualquer medida que se destinasse a impedir que as potências nucleares" proliferassem, "verticalmente, direta ou indiretamente". Notou que, para os propósitos do Tratado, uma potência nuclear era aquela que tivesse "manufaturado e explodido uma arma nuclear ou um artefato explosivo nuclear antes de 1º de janeiro de 1967". Observou que os Estados Unidos da América, União Soviética, Reino Unido, França e China Continental eram, assim "reconhecidas e proclamadas como as únicas potências nucleares possíveis até o fim dos tempos", já que o projeto de tratado parecia ter sido concebido sob "o signo da irreversibilidade". Sublinhou que, de acordo com a linguagem dos textos, enquanto os países não nucleares eram "chamados a aceitar um sistema de controle ainda por ser formulado, o texto não incluía qualquer compromisso de que as potências nucleares viessem a ser submetidas, por seu lado, "a algum tipo de controle sobre suas atividades nucleares, seja para fins militares ou não militares, de modo a que o hiato de obrigações pudesse ser reduzido". Expressou a opinião de que, no que concernia à cooperação internacional pacífica no campo nuclear, as disposições do novo projeto equivaliam à "institucionalização da divisão do mundo em duas categorias de Nações": de um lado, aquelas que deteriam "o monopólio da tecnologia dos explosivos

para fins bélicos ou pacíficos", e, de outro lado, aquelas que ficariam numa "situação de dependência tecnológica por um período inicial mínimo de 25 anos"[592].

Em momento tenso, tanto no plano interno (prisões de estudantes) quanto externo (protestos em Paris e desafios tchecoslovacos à União Soviética), o ministro Magalhães Pinto pronunciou, em 3 de maio, discurso na segunda parte da XXII Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o projeto de tratado de não proliferação de armas nucleares em que reiterou as críticas brasileiras ao desequilíbrio de obrigações entre os signatários do instrumento. Na mesma linha de Araújo Castro, disse que os países não nucleares eram chamados, "no interesse da paz e da segurança internacional, a aceitar a limitação de alguns direitos imanentes em sua soberania". Argumentou que o mínimo que se poderia pedir, na negociação desse ato multilateral, era, portanto, que esses países tivessem a oportunidade de pleitear medidas que impedissem "a transformação de uma renúncia desejável ao fabrico e à posse de armamentos nucleares em uma renúncia injustificável às promessas da tecnologia, do progresso e do desenvolvimento". Constatou que a efetiva vigência e observância do Tratado, tal como concebido, resultaria numa "considerável ampliação dos termos da Carta das Nações Unidas, que concedera poderes e responsabilidades especiais aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, no que se referia única e exclusivamente aos problemas de manutenção da paz e da segurança internacional". Aduziu que a Carta das Nações Unidas impunha restrições à generalidade dos países apenas em questões de segurança internacional e não abrangeriam o terreno da pesquisa científica. Concluiu que o mundo era chamado a depositar uma "confiança ilimitada" nas cinco potências, não obstante o fato inegável de

592 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 106.

que não existia "uma confiança absoluta, recíproca entre todos os elos dessa cadeia de poder". Exortou a Assembleia Geral a "realizar esforços para evitar a concretização do que poderiam ser as consequências práticas de um oligopólio da técnica, da ciência e da tecnologia". Asseverou que a "obrigação formal por parte dos Estados nucleares de não empregar as suas armas atômicas contra os signatários do Tratado ou de não os ameaçar com o emprego das mesmas" constituía a "contrapartida indispensável à extensão das obrigações impostas aos não nucleares"[593].

Juntamente com Índia, Paquistão, França e Argélia[594], o Brasil se absteve no voto de resolução que endossou o projeto de tratado de não proliferação de armas nucleares. O instrumento foi aprovado por 95 votos a favor, 4 contra e 21 abstenções. Entre estas últimas incluiu-se também a da Argentina[595]. Em declaração feita na Assembleia Geral das Nações Unidas em junho o chefe da Delegação brasileira, embaixador José Sette Câmara, afirmou que, no curso dos debates havidos no Comitê das 18 Nações para o Desarmamento, o Brasil tivera a oportunidade de apresentar "propostas, sugestões e emendas que visavam alcançar um equilíbrio mais aceitável de obrigações mútuas entre as potências nucleares e as não nucleares". Por fim, reservou expressamente a posição do Brasil sobre o texto anexo à resolução adotada pela Segunda Parte da XXII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas[596].

No Conselho de Segurança das Nações Unidas, o representante brasileiro, embaixador Geraldo Silos, expôs, no dia 20 de junho, as razões que levaram o país a se abster no voto do projeto de

593 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 109-10.

594 SELCHER, 1978, p. 176.

595 LANÚS, 1984, p. 402.

596 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 19.

resolução sobre o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Disse que o projeto ficara "aquém das garantias contra a agressão de qualquer natureza, já previstas na Carta das Nações Unidas". Afirmou que o projeto de resolução submetido pelas três potências nucleares parecia referir-se a um novo sistema de garantias que, a rigor, não estava estruturado segundo os mesmos princípios e critérios dos sistemas de garantia previstos na Carta das Nações Unidas e no Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina. Concluiu que o projeto de tratado não atendia aos princípios recomendados pela Assembleia Geral e, particularmente, que não incorporava um equilíbrio de obrigações e responsabilidades entre os países nucleares e os não nucleares, inclusive quanto às garantias a serem dadas aos últimos. Constatou que o sistema então proposto não alcançava esse objetivo. Terminou sua intervenção com declaração de abstenção no voto de projeto de resolução então sob exame[597].

No dia 1º de julho, após dez anos de negociação, 61 países assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. O instrumento previa sua entrada em vigor em março de 1970 e, por seu artigo 1º, os países nucleares não poderiam transferir nem assistir países não nucleares a fabricarem armas nucleares. Pelo artigo 2º os países não nucleares se comprometeriam a não receber, fabricar ou adquirir tais armas. Pelo artigo 3º foi criado um sistema de verificação pela Agência Internacional de Energia Atômica a ser levado a cabo nos países não nucleares.

Não havia, como se verificou pela votação, unanimidade sobre o Tratado. Três dos países que possuíam armas nucleares – Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido – aderiram ao Tratado e o quarto – China – não foi convidado a fazê-lo por não ser membro das Nações Unidas. A França absteve-se na votação (seis semanas

597 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 21.

depois explodiria uma bomba de hidrogênio no Pacífico-Sul)[598]. Muitos dos países que teriam mais capacidade para vir a desenvolver armas nucleares, tais como Israel e Índia, haviam se recusado a assinar o instrumento. O secretário de Estado, Dean Rusk, admitiria, em suas memórias, que "pela sua própria natureza" se tratava de tratado discriminatório contra os países não nucleares e que estes, com razão, desejavam algo em troca. Na sua visão, o que os países nucleares ofereciam seria controlar seus arsenais pelas Conversações sobre Limitação de Armas Estratégicas. Um anúncio dessa intenção foi feito conjuntamente pela União Soviética e Estados Unidos quando da assinatura do Tratado[599].

Em discurso pronunciado em outubro, na abertura do debate geral da XIII Assembleia Geral, Magalhães Pinto reiterou o entendimento de que o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares não estabelecia "equilíbrio de obrigações entre os países militarmente nucleares e as demais nações". A diplomacia brasileira continuaria a justificar a não adesão àquele instrumento internacional. Em discurso sobre a utilização pacífica da energia nuclear, pronunciado em novembro, o ministro Magalhães Pinto afirmou que – principalmente por não desejar ser "simplesmente importador de produtos finais, sem garantia de fornecimento", o Brasil não podia aceitar aquelas disposições do Tratado que vedavam, de fato, "o acesso à tecnologia nuclear propriamente dita".

Para o ministro do Exterior brasileiro, o objetivo essencial do Tratado deveria ser, como no caso do Tratado de Tlatelolco, "a proscrição de armas nucleares e não o de impedir que, pela disseminação da tecnologia para fins pacíficos, um país viesse a se colocar eventualmente em condições de produzi-las". Expressou

598 GILBERT, 2002, p. 474.

599 YOUNG; KENT, 2004, p. 303-304.

o entendimento de que diante da "inseparabilidade da tecnologia nuclear para fins bélicos daquela para fins pacíficos", a concepção do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares implicava não somente consagrar a divisão do mundo entre países que já detinham a tecnologia nuclear (mesmo que não tivessem fabricado armas nucleares) e países que nunca poderiam dominá-la. Destacou que essa "feição discriminatória" somente deixaria de existir na medida em que se firmasse "a diferença entre tecnologia nuclear para fins bélicos e para fins pacíficos"[600].

Durante a Assembleia Geral de 1969, Magalhães Pinto dedicou atenção à questão do desarmamento e relacionou-a à do controle populacional. Criticou a proliferação vertical de armamentos nucleares e afirmou que, enquanto se multiplicava e refinava "um terrível arsenal", alguns cientistas "estimulados por alguns governos e algumas agências internacionais", insistiam em querer demonstrar "os perigos da explosão populacional, deduzindo alarmantes generalizações, desligadas da situação específica de cada país ou região"[601]. No curso daquela Assembleia Geral, o Brasil reiterou sua oposição ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares qualificando-o de "desequilibrado e iníquo na distribuição de direitos e obrigações entre as partes"[602].

600 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 107-113, reproduz discurso proferido na Assembleia Legislativa da Guanabara.

601 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 251, parágrafo 13.

602 BATISTA (2000, p. 35) informa que o embaixador Araújo Castro "opinara a favor de um voto positivo na Assembleia Geral a respeito do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, de forma a não bloquear ou dificultar uma adesão subsequente ao TNP". Ele, Paulo Nogueira Batista, como subsecretário-geral adjunto de Planejamento Político, sustentou "o ponto de vista de que a abstenção seria a posição mais coerente para o Brasil, sendo suficiente para exprimir o nosso desagrado com o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares sem chegar a representar, como um voto negativo o faria, uma repulsa formal ao princípio da não proliferação das armas nucleares". Concluiu o autor que este "acabou sendo o caminho recomendado pelo ministro do Exterior Magalhães Pinto, prontamente acolhido pelo presidente Costa e Silva".

Enquanto o governo brasileiro lamentava a aprovação daquele Tratado, as duas superpotências proclamavam progresso nas negociações bilaterais de desarmamento. Assim, apresentavam como resultados significativos em 1969 o fato de os Estados Unidos e a União Soviética terem concordado, em 7 de outubro, em manter o leito marítimo livre de armas nucleares e, a anuência da União Soviética, dada no dia 25 daquele mês[603], em prosseguir com "Conversas sobre Limitações de Armas Estratégicas"[604].

Direitos Humanos: Conferência de Teerã

A situação dos direitos humanos no Brasil condicionaria a atuação externa do país nos foros internacionais, nos quais notava-se aumento de atividades no tratamento da questão. O regime militar brasileiro, que não aderira aos Pactos de Direitos Civis e Políticos em 1966, ver-se-ia pouco a pouco pressionado a tomar posição defensiva em tema que internamente sofreria rápida deterioração.

O regime político progressivamente se fechava, apesar de tentativas de formação de um grupo de oposição, a Frente Ampla. Em 15 de março de 1967, entrou em vigor a nova Constituição Federal[605] e, no mês seguinte, pela Instrução nº 177, o governo proibiu atividades da oposição[606]. Não obstante essa proibição, em setembro, Carlos Lacerda dirigiu-se ao Uruguai onde firmou pacto com João Goulart, na presença de representante de Juscelino Kubitschek (Renato Archer). Em declaração conjunta, aqueles políticos de oposição afirmaram ser necessária e inadiável a redemocratização do país. No seu retorno ao país, porém, Lacerda

603 BELL, 2004, p. 286.

604 GILBERT, 2002, p. 478.

605 GARCIA, 1999, p. 146.

606 FLYNN, 1978, p. 400.

teve menos êxito, pois não logrou obter o apoio do Movimento Democrático Brasileiro, do Partido Trabalhista Brasileiro e do ex-presidente Jânio Quadros[607].

A situação interna se tornaria mais tensa em 1968. Em 21 de março, uma bomba lançada contra a biblioteca do Consulado americano em São Paulo feriu três pessoas, uma das quais teve uma perna amputada[608]. No dia 28, a Polícia Militar entrou em choque contra estudantes no Rio de Janeiro e, no conflito, matou o estudante Edson Luís de Lima Souto[609] e feriu cerca de outros vinte. Aproximadamente vinte mil pessoas compareceram ao enterro do jovem e, nos confrontos que se sucederam, faleceu mais uma pessoa. Na missa de sétimo dia, novos confrontos resultaram na prisão de cerca de 700 pessoas[610]. Em 5 de abril, Costa e Silva teria examinado a necessidade de declarar Estado de Sítio, o que implicaria restrições ainda maiores aos direitos e garantias individuais.

Esse era o clima interno quando se realizou, entre abril e maio, em Teerã, a primeira conferência das Nações Unidas especificamente dedicada ao tema dos direitos humanos[611]. Paradoxalmente, o Brasil aliou-se então aos que defenderam a universalidade do tema[612]. Dali para a frente, em 1968, a situação interna se tornaria cada vez mais delicada quanto aos direitos civis e políticos. Ainda em maio, nova onda de prisões por subversão alarmou três estados brasileiros. Em 19 de junho, estudantes invadiram universalidade

607 ROETT, 1972, p. 38.

608 GASPARI, 2002a, p. 280.

609 GASPARI, 2002a, p. 278.

610 FLYNN, 1978, p. 401-402.

611 ALVES, 2001, p. 79.

612 TRINDADE, 2000, p. 281.

no Rio de Janeiro e, no dia seguinte, Polícia Militar os atacou[613]. No dia 26, foi morto, durante atentado ao quartel general do II Exército, o soldado Mário Kozel Filho. No dia seguinte, realizou-se grande passeata na Guanabara (Passeata dos Cem Mil). As manifestações não se limitariam a estudantes. Em julho, houve greve em Osasco, na Grande São Paulo, e ocupação de fábricas.

O governo continuou a considerar a possibilidade de decretação de Estado de Sítio. Em 5 de agosto, foi preso Vladimir Palmeira, o líder estudantil e principal organizador dos protestos do dia 26 de junho. As ruas do Rio de Janeiro se encheram de tanques e tropas militares. Cerca de 650 pessoas foram detidas[614]. No dia 19 de agosto, após três dias de paralisação, a polícia atacou e prendeu 400 grevistas, ferindo 50 deles, tendo torturado seus líderes[615]. No dia 30, houve invasão policial na Universidade de Brasília. Dois dias depois, o deputado Márcio Moreira Alves, pronunciou discurso na Câmara dos deputados em que condenou a invasão policial naquela universidade, referiu-se a torturas pelo Exército e exortou "as moças" a não saírem "com cadetes e jovens oficiais". O governo decidiu solicitar à Câmara dos deputados uma autorização para processar o deputado[616].

Cerca de mil estudantes que participaram do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE foram presos, no dia 13 de outubro, em sítio em Ibiúna. Na mesma data foi divulgado o assassinato do capitão americano Charles Rodney Chandler, em São Paulo, por grupo intitulado "Justiça Revolucionária"[617].

613 GASPARI, 2002a, p. 290.

614 FLYNN, 1978, p. 403.

615 GASPARI, 2002a, p. 311-313.

616 GASPARI, 2002a, p. 316-317.

617 GASPARI (2002b, p. 45) afirma que Chandler foi morto pela Vanguarda Popular Revolucionária, chefiada por Onofre Pinto.

O Congresso Nacional se reuniu, no dia 12 de dezembro, para examinar pedido, apresentado pelo governo, de retirada da imunidade parlamentar do deputado Márcio Moreira Alves. A proposta obteve 141 favoráveis, mas foi rejeitada por 216 contrários[618]. No mesmo dia, censores foram enviados aos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo[619]. No dia seguinte, o governo determinou o fechamento do Congresso Nacional[620].

O ministro da Justiça, Gama e Silva, anunciou que haviam sido adotados o Ato Institucional nº 5 e um Ato Complementar que decretou o recesso do Congresso por tempo indeterminado e a suspensão do direito a *habeas corpus*. O Executivo Federal concedeu-se poderes para demitir funcionários públicos, cassar direitos políticos e emitir decretos-lei. Poderia intervir em Estados, substituir legisladores e governadores e suspender eleições estaduais e municipais; restringir ou proibir alguém do exercício de profissão se julgado contra a segurança nacional. Poderia confiscar bens adquiridos ilegalmente no exercício de cargo público. Não caberia recurso judicial por decisões tomadas com base no Ato Institucional nº 5. Foram reforçadas medidas relativas à censura e ao controle educacional. No final do mês, foram anunciadas cassações de onze deputados, entre os quais Márcio Moreira Alves, Hermano Alves e Renato Archer.

No ano seguinte, continuariam cassações com base no Ato Institucional nº 5. Em janeiro de 1969, novas cassações atingiram dois senadores e 35 deputados federais. Foram compulsoriamente aposentados um ministro do Superior Tribunal Militar e três ministros do Supremo Tribunal Federal (Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva). Os dois últimos haviam sido

618 GASPARI (2002a, p. 331) afirma terem sido 136 (e não 141) os votos favoráveis ao pedido do governo.

619 GASPARI, 2002a, p. 211.

620 ROETT, 1972, p. 39-40.

ministros do exterior no governo de João Goulart. No começo de fevereiro, houve novas cassações, inclusive de mais dois senadores e 31 deputados. Em três meses, o Movimento Democrático Brasileiro, de oposição, fora reduzido em 40%[621].

A questão dos direitos humanos apresentava progressos em foros internacionais, o que trazia preocupações para alguns setores do regime militar brasileiro. Em Exposição de Motivos ao presidente, em 7 de agosto, o ministro Magalhães Pinto justificou a participação ativa da Delegação brasileira na Convenção Interamericana de Direitos Humanos que seria discutida em conferência a ser realizada na Costa Rica em novembro. Argumentou ser necessário evitar o isolamento brasileiro naquele foro. O despacho do presidente, no dia 21, entretanto, foi contrário a essa participação sob a alegação de que o Brasil devia "manter-se fiel às convenções específicas e declarações internacionais adotadas no campo das Nações Unidas"[622]. A situação de desrespeito a direitos políticos prosseguia e, em setembro, foram cassados deputados e outros políticos, confiscados bens de indiciados e declarada intervenção de alguns municípios.

A Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio

Em 1967, como membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil foi chamado a atuar na grave situação que ocorreu, em junho, no Oriente Médio, durante a chamada Guerra dos Seis Dias. O conflito teve antecedentes no princípio do ano. Após disputas sobre cultivo de terras em zona desmilitarizada[623], a Síria bombardeou vilas israelenses. Em 7 de abril, a força aérea

621 FLYNN, 1978, p. 423.

622 TRINDADE, 2000, p. 276.

623 YOUNG; KENT, 2004, p. 294.

de Israel atacou posições da artilharia síria na Colina de Golã[624]. A força aérea síria contra-atacou e perdeu seis aviões de fabricação soviética. Damasco pediu então a ajuda do Egito, iniciando-se processo que levaria ao grave conflito de meses mais tarde[625].

Alheio a esse problema, em sintonia com sua atuante participação no campo da energia nuclear, o governo brasileiro assinou, em maio, com Israel um acordo para a utilização de energia nuclear para fins pacíficos. O instrumento previa intercâmbio de técnicos e informação entre os dois países, ambos não signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares[626].

Os acontecimentos se precipitariam naquela conturbada região. Em 12 de maio, Israel, pela voz do general Ytsak Rabin, ameaçou atacar a Síria e atingir Damasco[627]. No dia seguinte, Nasser recebeu informação do serviço de inteligência soviético de que Israel estaria reunindo tropas na fronteira da Síria[628]. O rei Hussein da Jordânia acusou o Egito de esconder-se atrás das forças das Nações Unidas instaladas no Sinai[629]. No dia 16, o presidente egípcio, Gamal Abdal Nasser declarou estado de emergência e pediu que as Nações Unidas retirassem suas tropas de manutenção de paz que se encontravam na Península do Sinai, desde 1956, separando as forças entre Israel e Egito.

A função daquela força de paz era basicamente a de supervisionar o cessar-fogo acordado no final da crise do Canal de Suez para assegurar a passagem de navios através do golfo de Acaba para o porto israelense de Eilat. De acordo com seus termos de referência,

624 YOUNG; KENT, 2004, p. 373.

625 BROGAN, p. 283.

626 SELCHER, 1974, p. 137.

627 YOUNG; KENT, 2004, p. 294 e 373.

628 SHLAIM, 2002, p. 226.

629 YOUNG; KENT, 2004, p. 373.

a força de emergência das Nações Unidas poderia permanecer em território egípcio somente com o consentimento do governo do Cairo[630]. Apesar disso, o Canadá expressou posição contrária à retirada das tropas, durante sessão do Conselho de Segurança que o governo de Ottawa e o de Copenhague haviam convocado[631]. Em nota do Itamaraty, o governo brasileiro contrapôs-se a essa ideia ao declarar que, "como a presença da força de emergência das Nações Unidas em território da República Árabe Unida" tinha "base jurídica consensual", assistia "àquele país o direito de pedir sua retirada em qualquer ocasião"[632]. O secretário-geral U Thant convocou os países que mantinham tropas e anunciou que ia retirá-las porque não poderia mantê-las em território do Egito, um país soberano que não as aceitava[633]. Atendeu, pois, imediatamente o pedido de Nasser[634]. As tropas foram retiradas e, em meados de maio, 3.400 militares haviam partido[635]. Entre estas tropas encontravam-se as do Brasil, um dos quatro países em desenvolvimento que as compunham[636].

Em 20 de maio, Nasser enviou sete divisões para a Síria[637], aparentemente para mostrar ao governo de Damasco (com o qual formara a República Árabe Unida entre 1958 e 1962) que o Egito estava preparado para ajudar a Síria, se fosse necessário[638]. Dois dias depois, dizendo-se preparado para a guerra, Nasser anunciou

630 BELL, 2004, p. 397.

631 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 124.

632 VIZENTINI, 2004, p. 125.

633 LANÚS, 1984, p. 361.

634 BROGAN, p. 283.

635 GILBERT, 2002, p. 463.

636 SELCHER, 1978, p. 45.

637 BROGAN, p. 283.

638 BELL, 2004, p. 397.

que o Egito recusava-se a permitir que navios de Israel originários do porto de Eilat pudessem atravessar o estreito de Tirana[639]. Ao fazê-lo, impediu o acesso de Israel ao golfo de Acaba e, portanto, ao Oceano Índico[640].

Israel pediu aos Estados Unidos que fosse mantida a promessa feita pelo presidente Eisenhower, em 1956, de que o estreito de Tirana fosse mantido livre. Johnson condenou, no dia 24 de maio, o bloqueio de navios israelenses e determinou que unidades da VI Frota Naval Americana se dirigissem para o mar Mediterrâneo ocidental[641]. Após conversas telefônicas com o primeiro-ministro soviético Alexei Kossigin, porém, Johnson concordou em que não haveria intervenção militar dos Estados Unidos ou da União Soviética. Ainda assim, os países ocidentais começaram a preparar uma frota para atravessar o estreito de Tirana e manter aberto o acesso ao Oceano Índico.

Em discurso no Cairo, Nasser anunciou, no dia 26, que havia chegado o momento de destruir Israel[642]. Kossigin teria assegurado a Nasser, dois dias depois, que a União Soviética não permitiria que os Estados Unidos interviessem na guerra. Por seu turno, o líder egípcio incluiu, no dia 29, a questão palestina na discussão da guerra. No dia seguinte, o rei Hussein da Jordânia colocou seus militares sob o comando egípcio. Dada a gravidade da situação, os Estados Unidos apoiaram pedido do Canadá e da Dinamarca de reunir o Conselho de Segurança. O embaixador José Sette Câmara, e seu colega da Argentina, José Maria Rudá, declararam que, se as partes não haviam recorrido ao Conselho e o secretário-geral da

639 GILBERT, 2002, p. 464.

640 VADNEY, 1987, p. 432.

641 BROGAN, p. 283.

642 BROGAN, p. 283; JOHNSON, 1975, p. 666. Este último afirma que frase Nasser ("Nosso objetivo básico será a destruição de Israel") foi pronunciada no dia 27 de maio e foi seguida de outra semelhante do presidente do Iraque ("Nosso objetivo é claro: eliminar Israel do mapa").

Organização não o havia convocado, parecia pouco razoável fazê-lo[643].

Nasser declarou, em 2 de junho, que, se algum país ousasse declarar a liberdade de navegação no estreito, ser-lhe-ia negado petróleo e a navegação livre no canal de Suez. O Iraque ofereceu, no dia 4, apoio militar ao Egito e o Kuwait enviou-lhe tropas[644]. Os governos de Damasco e do Cairo concluíram um acordo de defesa mútua, enquanto tropas do Iraque acamparam na Jordânia, perto da fronteira com Israel[645].

Os militares israelenses propuseram ao primeiro-ministro Levi Eshkol que procedessem a um ataque preventivo contra o Egito. Eshkol concordou[646] e, nas primeiras horas da segunda-feira, dia 5, Israel atacou, sem declaração de guerra, mais de vinte bases aéreas egípcias. Um terço dos aviões de guerra egípcios foram destruídos no solo[647]. Tinha início a Guerra dos Seis Dias.

O ministro do Exterior, Magalhães Pinto, anunciou que o Brasil se manteria neutro no conflito e votaria no Conselho de Segurança pela imediata cessação de fogo. A oportunidade logo se deu quando aquele órgão se reuniu, no próprio dia 5. O embaixador Sette Câmara e seu colega argentino fizeram gestões para que se obtivesse um cessar-fogo. Foram informados pelo embaixador americano, Arthur Goldberg, de que não haveria cessar-fogo até que as tropas de Israel chegassem ao canal de Suez[648].

No segundo dia do conflito, terça-feira, dia 6, Israel cercou o lado leste de Jerusalém e forçou o recuo das tropas jordanianas

643 LANÚS, 1984, p. 361.

644 VADNEY, 1987, p. 432.

645 PALMOWSKI, 2003, p. 586.

646 BELL, 2004, p. 397.

647 GILBERT, 2002, p. 464.

648 LANÚS, 1984, p. 362.

para o norte e para o sul Cisjordânia[649]. Treze países árabes declararam guerra a Israel. Os Estados Unidos anunciaram sua neutralidade. No dia 7, quarta-feira, Israel derrotou o exército jordaniano[650], completou a ocupação da Cisjordânia, capturou Hebron, Nablus e Ramalá e tomou a cidade velha de Jerusalém[651].

No terceiro dia do conflito, em reunião de ministros árabes do petróleo, o Xeque Zaki Yamani da Arábia Saudita, declarou um embargo de exportação de petróleo contra os países que apoiavam Israel. O embargo foi parcial, uma vez que a ele aderiram apenas Arábia Saudita, declarou um embargo de exportação de petróleo contra os países que apoiavam Israel. O embargo foi parcial, uma vez que a ele aderiram apenas Arábia Saudita, Kuwait, Iraque, Líbia e Argélia que proibiram exportações para Estados Unidos, Reino Unido e uma diminuição de vendas para a República Federal da Alemanha. Em dois dias as exportações de petróleo diminuíram em 60%, pois caíram igualmente as exportações da Nigéria que se encontrava às voltas com a questão de Biafra. Entretanto, o impacto do embargo seria reduzido porque Venezuela, Irã e Indonésia aumentaram sua produção (o embargo seria suspenso em agosto)[652].

No dia 8, quinta-feira, o Conselho de Segurança das Nações Unidas entrou em sessão. A União Soviética tentou um cessar-fogo antes que seus aliados fossem totalmente destruídos[653]. Sette Câmara foi instruído a não apoiar proposta soviética que condenava Israel e exigia a retirada das áreas ocupadas, sob o argumento de

649 BROGAN, p. 285.

650 BELL, 2004, p. 398.

651 BROGAN, p. 285.

652 BELL, 2004, com base em Daniel Yergin. *The Prize*: The Epic Quest for Oil, Money, and Power. New York: Simon & Schuster, 1992.

653 BROGAN, p. 285.

não ter o secretário-geral das Nações Unidas apurado até então a responsabilidade pela agressão. Em declaração no Conselho de Segurança, o representante brasileiro afirmou que a ocupação resultara do estado de guerra existente na região[654]. O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovaria quatro resoluções (de nº 233 a 236) sobre o cessar-fogo, tanto geral quanto específico entre Israel e Síria, bem como uma resolução sobre a situação dos prisioneiros de guerra, esta última copatrocinada pelo Brasil, Argentina e Etiópia[655]. Ao longo dos debates, a Delegação brasileira manifestou sua oposição à conquista de territórios pelo uso da força[656].

Forças de Israel movimentaram-se para o deserto do Sinai e Jordânia; capturaram Jerusalém, passaram a controlar a Península do Sinai e aproximaram-se do Canal de Suez. No dia 9, sexta-feira, o Exército israelense avançou nas colinas sobre o lago Tibério. Em dois dias de luta, Israel avançou pelas colinas de Golã, capturou Queneitra e armamentos sírios[657]. A Jordânia e a Síria, que tiveram aeroportos bombardeados por Israel, aceitaram o cessar-fogo. No dia 10, sábado, Israel igualmente o aceitou[658]. A guerra havia terminado[659]. Em apenas seis dias, sob o comando militar de Ytsak Rabin[660], Israel estendera suas fronteiras ao canal de Suez, às Colinas do Golã e à Jordânia[661]. Passou a ocupar toda a península

654 VIZENTINI, 2004, p. 125.

655 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 124.

656 LANÚS, 1984, p. 362.

657 BROGAN, p. 285.

658 PALMOWSKI, 2003, p. 586.

659 GILBERT, 2002, p. 464.

660 PALMOWSKI, 2003, p. 533, informa que Rabin depois seria embaixador em Washington (1968-1973) e primeiro-ministro (1974-1977 e 1992-1995), tendo sido assassinado pouco depois de receber o Prêmio Nobel da Paz (1994), juntamente com Shimon Peres e Arafat.

661 ROBERTS, J. M., 2002, p. 1.069.

do Sinai, inclusive a Faixa de Gaza e suas tropas estabeleceram-se na Margem Oriental do Canal de Suez. O ataque, porém, uniu os países árabes em torno do problema palestino e contra Tel Aviv[662]. A situação se complicara por ter Israel tomado territórios de três países: a Cisjordânia da Jordânia, as colinas de Golã da Síria e a península do Sinai do Egito[663].

Diante da derrota, Nasser decidiu renunciar, mas a Assembleia Nacional rejeitou sua decisão. Forças de Israel penetraram na Síria. A União Soviética cortou relações diplomáticas com Israel. Tel Aviv e Damasco concordaram com o cessar-fogo, mas as nações árabes rejeitaram uma proposta de Israel para entabular negociações. Nasser nomeou-se a si próprio primeiro-ministro da República Árabe Unida, enquanto Jerusalém era proclamada cidade unida, sob controle de Israel.

A União Soviética não obteve do Conselho de Segurança uma resolução condenatória de Israel que determinasse a retirada de suas forças dos territórios ocupados. Decidiu então convocar uma Sessão Especial da Assembleia Geral para examinar a "situação decorrente da agressão de Israel à República Árabe Unida, Síria e Jordânia". Consultado, o Brasil favoreceu a convocação desde que:

a) o Conselho de Segurança interrompesse o exame da matéria; e

b) a agenda da reunião fosse redigida de forma a não prejulgar o mérito da questão a ser considerada[664].

O próprio ministro do Exterior brasileiro chefiou a Delegação à Assembleia Geral Especial de Emergência das Nações Unidas sobre a crise do Oriente Médio, reunida em Nova York. Proferiu

662 PALMOWSKI, 2003, p. 586.

663 SHLAIM, 2002, p. 221.

664 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 118.

discurso, no dia 28, no qual expôs a posição da Delegação brasileira e elaborou iniciativa que se tornou um projeto latino-americano, fundamentado nos seguintes pontos principais:

a) vinculação necessária entre a retirada das tropas israelenses e a simultânea cessação do estado de beligerância;
b) criação de zonas desmilitarizadas;
c) necessidade de solução para o problema dos refugiados;
d) garantia de liberdade de navegação pelas vias marítimas internacionais da região. Embora tenha alcançado mais votos do que outro proposto pelos Países-Membros do Movimento Não Alinhado, o projeto não atingiu o número necessário de apoios para sua aprovação[665].

O embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, então responsável pelas Nações Unidas no Itamaraty, descreveria a atuação brasileira durante e após a Assembleia Geral Especial. Observou que Israel vencera a guerra e que, na assembleia especial que fora convocada, os países árabes acreditavam conseguir aprovar, escorados pela União Soviética, uma resolução inteiramente a seu favor. Relatou ter o ministro Magalhães Pinto mantido contatos com seus colegas Abba Eban, de Israel, e Mahmoud Fawzi, do Egito. Narrou como os contatos convenceram a Delegação brasileira de que não havia "nada a fazer de construtivo que pudesse ajudar um entendimento". Contou também como, depois de sua volta ao Brasil, continuaram os diplomatas brasileiros "a buscar um ponto de equilíbrio".

Narrou ainda Guerreiro como o embaixador José Sette Câmara, que chefiava a Missão Permanente junto às Nações Unidas, Cuevas Cansino, do México, e José Maria Rudá, da Argentina, "chegaram a redigir um projeto de resolução que quase todos os latino-americanos acompanharam". Recordou como, na condição

665 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 119-120.

de secretário-geral adjunto para organismos internacionais, entendera-se por telefone com o embaixador Sette Câmara em vários momentos e o alertara de que, naquela ocasião, "a opinião no Brasil era, como nunca fora antes, pró-Israel". Contou como "o texto, que era compreensivo dos interesses árabes de longo prazo, foi o mais bem votado, mas nem assim teve o número de votos suficientes para aprovação". Descreveu como, para sua surpresa, os países árabes não apoiariam o texto e demonstraram preferência por projeto soviético, que lhes era mais favorável. Relatou, por fim, como, "apesar do empenho de Moscou, o outro projeto soviético fora menos votado do que o latino-americano, encerrando-se a sessão especial sem adotar uma solução"[666].

Os ânimos árabes eram belicosos apesar dos revezes sofridos. Reunida em Cartum, no Sudão, no final de agosto, cimeira da Liga Árabe aprovou uma decisão contrária a reconhecer Israel, com aquele país negociar ou estabelecer paz[667]. Apesar desses maus augúrios, o debate sobre a questão do Oriente Médio prosseguiria nas Nações Unidas. O Egito pediu, no princípio de novembro, a realização de uma reunião do Conselho de Segurança. Os membros não permanentes elaboraram projeto de resolução que não foi considerado pelos países ocidentais. A Argentina e o Brasil reapresentaram então o projeto que haviam proposto meses antes, na Assembleia Geral. O delegado britânico, Lorde Caradon, reconhecendo ter-se inspirado no projeto latino-americano, modificou o projeto e o apresentou. Da sua versão, em vez dos termos "retirada *de todos* os territórios ocupados", tal como contidos na versão brasileira-argentina, constaram apenas as palavras "retirada dos territórios ocupados"[668]. No texto em inglês

666 GUERREIRO, 1992, p. 173.

667 SHLAIM, 2002, p. 229, 237.

668 LANÚS, 1984, p. 363.

a ambiguidade decorria da referência a "territórios", em vez de "os territórios", deixando uma oportunidade para algum ajuste das fronteiras antes da Guerra dos Seis Dias[669].

O projeto britânico contou com o apoio brasileiro e o Conselho de Segurança o aprovou, em 22 de novembro de 1967, como Resolução nº 242. Tinha as seguintes linhas gerais:

a) recuo das tropas israelenses dos territórios ocupados;

b) cessação do estado de beligerância;

c) o direito de todos os Estados da área viverem dentro de fronteiras seguras e reconhecidas;

d) garantia à liberdade de navegação pelas vias marítimas da área;

e) a necessidade de uma solução para o problema dos refugiados; e

f) a necessidade de garantir a inviolabilidade territorial e independência política dos Estados da área através de medidas que incluíssem o estabelecimento de zonas desmilitarizadas[670]. Ao exigir a retirada dos territórios conquistados e exortar a todos os envolvidos a reconhecerem a independência de cada país, a Resolução nº 242 limitara-se a realçar as diferentes posições sobre o conflito[671].

Em sua narrativa da posição brasileira, o embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro descreveria a aprovação da Resolução nº 242. Lembrou que, em novembro, os representantes dos países árabes se interessaram pela reapresentação, no Conselho de Segurança, da proposta latino-americana não aprovada na Assembleia Geral, inclusive por não ter tido o apoio árabe. Comentou Guerreiro,

669 BELL, 2004, p. 400.

670 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 125-126.

671 VADNEY, 1987, p. 435.

porém, que já era tarde, pois "a situação havia evoluído em seu desfavor". Notou que a Resolução nº 242, "na verdade, se inspirava na filosofia da Resolução da Assembleia Geral sobre a partilha, adotada em 1948". Na análise de Guerreiro, a Resolução não reconhecia como território definitivamente conquistado por Israel os territórios palestinos ocupados em razão das operações de 1967 (Gaza e Cisjordânia) e reafirmava a soberania de todos os Estados da região, inclusive Israel[672].

Em dezembro, Magalhães Pinto resumiria a posição brasileira no conflito. Nas Nações Unidas, o país tomara "a iniciativa de propor medidas para pôr término às hostilidades e assegurar condições efetivas para negociações de paz, à base de reconhecimento pelos árabes do direito do Estado de Israel à existência como Nação e da retirada das tropas israelenses de território árabe"[673].

Terminado o conflito, a situação na região continuaria tensa e teria início a chamada "guerra de atrito"[674]. Em 1968, Israel bombardeou cidades libanesas acusadas de abrigarem guerrilheiros da Organização para a Libertação da Palestina. O governo de Tel Aviv determinou, em 28 de dezembro, ataque repentino de helicóptero a Beirute em represália à alegada tolerância libanesa a guerrilhas árabes[675]. Os incidentes prosseguiam e os palestinos se organizavam. Durante a quinta reunião do Conselho Nacional Palestino, realizada no Cairo, em fevereiro de 1969, o movimento Al Fatah ganhou o controle majoritário da Organização da Liberação da Palestina. O líder do primeiro, Yasser Arafat[676], tornou-se presidente

672 GUERREIRO, 1992, p. 176.

673 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 14.

674 YOUNG; KENT, 2004, p. 378.

675 PALMER, 2002, p. 317.

676 PALMOWSKI (2003, p. 213) informa que Al Fatah foi criada em 1958 por Yasser Arafat e começou suas operações paramilitares em 1964.

do Comitê Executivo da segunda[677] e tomou iniciativas diplomáticas, tais como comparecimento a reuniões internacionais em busca de reconhecimento parcial por parte das Nações Unidas, bem como o estabelecimento de escritórios de representação no exterior[678]. O ministro Magalhães Pinto voltou a pronunciar-se sobre a região, no dia 18 de setembro, quando expressou entendimento de que a Resolução nº 242 oferecia a melhor base para uma solução duradoura para a questão do Oriente Médio e apelou às partes envolvidas para que não permitissem que incidentes ou ações isoladas viessem a tornar mais graves a questão[679].

Descolonização africana e a política pró-Portugal

Durante a administração de Magalhães Pinto no Itamaraty, o governo brasileiro se declarou favorável "à eliminação do colonialismo, quer sob a forma clássica de dominação política, quer sob a forma de dominação econômica e tecnológica"[680]. Em alteração de sua posição com relação à África do Sul, na V Sessão Especial da Assembleia Geral, realizada em abril de 1967 nas Nações Unidas, o Brasil apresentou, juntamente com outros 79 países, projeto de resolução que estabeleceu o direito da Namíbia à independência em data a ser fixada de acordo com o desejo de seu povo. Até então, o território deveria ser administrado por um Conselho, criado pela Resolução, composto de 11 estados-membros[681].

Apesar de indícios de mudanças, as posturas assumidas pelo Brasil nas Nações Unidas em relação a temas coloniais portugueses estavam ainda muito longe, no entanto, das que viria a manter

677 EVANS, 1998, p. 436.

678 BELL, 2004, p. 401.

679 ROSA, 2000, p. 439.

680 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 13.

681 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 118.

na década seguinte. A relutância brasileira em se opor a Lisboa reapareceu quando a República Democrática do Congo solicitou, em 3 de novembro, reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para considerar a alegada participação de Portugal em operações de mercenários europeus em Catanga, que teriam penetrado no Congo através de Angola. No dia 15, foi aprovada, sem votação, resolução com forte condenação do governo português. O Delegado brasileiro declarou que, se tivesse havido voto, teria se abstido por entender que não havia provas concretas contra o governo português[682].

A política brasileira pró-Portugal alcançou seu ápice quando, em 8 de maio de 1968, o Brasil se tornou o único país a votar contra projeto de resolução que condenava todos os regimes coloniais, em particular o mantido por Lisboa, pela recusa continuada de implementar a Resolução nº 1.514 sobre o fim do colonialismo. Como na votação do projeto na Primeira Comissão, o Brasil se vira isolado e, no plenário da Assembleia Geral, mudou seu voto para abstenção[683].

Outro país africano que chamou a atenção diplomática internacional foi novamente a Rodésia. No dia 29 de maio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas determinou, pela Resolução nº 253, por unanimidade, a imposição de sanções abrangentes àquele país[684]. Um bloqueio naval britânico foi estabelecido no porto de Beira, em Moçambique, para prevenir o fornecimento de petróleo à Rodésia[685]. Era a África do Sul, porém, o país que mais recebia críticas da comunidade internacional. Em discurso pronunciado em outubro, na abertura do debate geral da XIII Assembleia Geral,

682 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 126.

683 SELCHER, 1974, p. 178, nota 65.

684 SELCHER, 1974, p. 196.

685 BELL, 2004, p. 461.

Magalhães Pinto manifestou "pesar pelas medidas tomadas pelo governo de Pretória com relação ao Sudoeste Africano"[686].

A política brasileira de isolado apoio à política portuguesa na África mais uma vez se confirmou quando, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 29 de novembro, o Brasil se juntou a Portugal e África do Sul nos três votos contrários à Resolução nº 2.395 que, aprovada por 96 votos favoráveis, condenou o governo de Lisboa por não conceder independência a seus territórios e exortou os países a cessarem qualquer ajuda que contribuísse para prosseguir a guerra colonial[687].

Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas de 1969, na IV Comissão, a Delegação brasileira se absteve na condenação da Rodésia do Sul, por considerar o texto apresentado, com recomendações baseadas no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, da alçada do Conselho de Segurança e não da Assembleia Geral. Não participou dos debates sobre os territórios africanos sob administração portuguesa e absteve-se na votação de projeto de resolução a esse respeito, apresentado pelo grupo afro-asiático. O texto foi aprovado com 97 votos a favor, registrando-se 2 votos contrários (Portugal e África do Sul) e 18 abstenções[688]. Evidenciavam-se mais uma vez os fortes vínculos brasileiros com Portugal, com raízes sentimentais, políticas e mesmo ideológicas, explorados pelos portugueses residentes no Brasil, em especial no Rio de Janeiro.

Invasão soviética da Tchecoslováquia: forte reação brasileira

Além do levante húngaro em 1956, um dos primeiros sinais da enorme mudança que viria ocorrer no Leste Europeu teve lugar

686 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 77-80.

687 SELCHER, 1974, p. 179.

688 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 82.

na Tchecoslováquia em 1968. Em janeiro daquele ano, Alexander Dubeck foi eleito primeiro-secretário do Partido Comunista e iniciou reformas que incluíam maior liberdade de imprensa e libertação de prisioneiros políticos[689], bem como o abandono da rígida e centralizada política econômica[690]. Em abril, o governo de Praga anunciou que a censura aos jornais seria abolida, a liberdade de reunião assegurada e o direito de viajar para o exterior garantido.

Não tardou para que Dubeck fosse chamado a Moscou e tropas soviéticas se deslocassem para o sul da Polônia, ao longo da fronteira tcheca[691]. Líderes do Partido Comunista Tcheco obtiveram endosso de seu Comitê Central para política de resistir a pressões da União Soviética. Em 17 de agosto, depois de três dias de reunião do Politburo, houve consenso em favor de uma invasão. Brejenev convocou apressadamente uma reunião com os dirigentes da República Democrática Alemã, Polônia, Bulgária e Hungria na capital russa, pois queria dar à ação militar aparência multilateral[692]. Moscou anunciou manobras em andamento em áreas próximas à fronteira eslovaca e o presidente tcheco prometeu, por rádio, que a Tchecoslováquia continuaria no caminho que escolhera e que a soberania do país não seria ameaçada. Na chamada "Operação Danúbio", russos e forças do Pacto de Varsóvia (poloneses, húngaros e alemães orientais)[693] cruzaram, em 20 de agosto, a fronteira da Tchecoslováquia, por terra e por ar, e rapidamente ocuparam várias cidades. No dia seguinte, Dubeck foi preso juntamente com outros membros da direção do país. Houve lutas nas ruas, durante as quais oitenta tchecos foram mortos. Dois dias depois, tropas

689 GILBERT, 2002, p. 471.

690 BROGAN, p. 364.

691 GILBERT, 2002, p. 471.

692 KRAMER, 2002, p. 103.

693 BROGAN, p. 365.

russas consolidaram a invasão, ocuparam os pontos estratégicos do país e exigiram mudança do governo[694].

A União Soviética justificou a invasão com a afirmação de que o governo tchecoslovaco pedira assistência. Brejnev lançou o que passou a ser considerado uma doutrina com seu nome, pela qual um país socialista poderia intervir nos assuntos internos de outro para manter o socialismo[695]: "quando [...] forças hostis ao socialismo buscam reverter o desenvolvimento de qualquer país socialista no sentido da restauração do capitalismo [...] isto deixa de ser um problema daquele país, mas [...] a preocupação de todos os países socialistas"[696]. A Assembleia Nacional tcheca declarou a invasão ilegal e exigiu a retirada das tropas invasoras, mas os líderes do governo concordaram com as exigências soviéticas de abolir políticas liberais, bem como com a permanência indefinida de tropas. O primeiro-ministro Kossigin visitou Praga e garantiu a autonomia tcheca e eslovaca em federação composta de dois estados. O ministro da Defesa da Tchecoslováquia anunciou que todas as tropas de ocupação seriam retiradas.

Em reação à ação soviética, o representante permanente junto às Nações Unidas, embaixador João Augusto de Araújo Castro, pronunciou forte discurso no Conselho de Segurança, no dia 22, em que condenou as ações soviéticas e anunciou que o Brasil copatrocinaria projeto de resolução apresentado por países europeus e Estados Unidos. Afirmou Araújo Castro que a "intervenção armada na Tchecoslováquia pelas forças dos países do Pacto de Varsóvia" constituía "não apenas uma violação flagrante e deliberada da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional"

694 GILBERT, 2002, p. 472.

695 PALMOWSKI, 2003, p. 83.

696 YOUNG; KENT (2004, p. 317) notam que a Doutrina Brejnev foi enunciada por este em discurso que fez em 12 de novembro de 1968 durante o V Congresso do Partido Comunista Polonês.

evidenciando que o apelo à força bruta ainda era "usado como meio de solução de problemas e controvérsias", como também envenenava "toda a atmosfera internacional", na medida em que introduzia "um novo elemento de desconfiança, animosidade e ressentimento entre as Nações". Em tom severo, argumentou que a única esfera de influência que o Brasil reconhecia era "a esfera de influência do direito e da associação pacífica entre todos os Estados do mundo". Finalmente, concluiu que a Delegação brasileira não hesitava em "deplorar e condenar a ação" então "executada contra o governo e o povo da Tchecoslováquia", os quais tinham "o direito à liberdade e à soberania" bem como "de viver em paz", livres da presença opressora de tropas militares estrangeiras". Explicou que, "nesse espírito e com base em tais premissas", o Brasil se unia às Delegações do Canadá, Dinamarca, França, Paraguai, Reino Unido e Estados Unidos como copatrocinador do projeto de resolução apresentado no Conselho[697].

O Conselho de Segurança aprovou, no dia 22, a resolução que condenou a intervenção armada na Tchecoslováquia pela União Soviética e países do Pacto de Varsóvia e pediu-lhes que retirassem suas forças. O documento, porém, concluiu meramente com o pedido de que membros das Nações Unidas exercessem sua influência diplomática para executar a resolução. A União Soviética exerceu seu poder de veto e o assunto saiu da esfera multilateral.

Vários teriam sido os motivos para a relativa complacência internacional à invasão. Os Estados Unidos estavam no auge de seu envolvimento com o Vietnã e não se sentiam à vontade para criticar a intervenção soviética; o trabalhista Harold Wilson no Reino Unido buscava acordos com Moscou; o ex-primeiro-ministro francês, Michel Debré, descreveu a invasão soviética como um

697 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 68.

incidente menor na estrada da *détente*[698]. A forte reação brasileira se destacaria nesse clima de tolerância internacional, sobretudo por parte dos Estados Unidos, cuja reação ficou muito aquém da que teve, doze anos mais tarde, quando da invasão soviética do Afeganistão.

A questão da Tchecoslováquia foi novamente tratada pelo ministro do Exterior brasileiro nas Nações Unidas quando no discurso pronunciado em outubro, na abertura do debate geral da XIII Assembleia Geral, Magalhães Pinto considerou "inaceitáveis os argumentos apresentados para justificar e coonestar a invasão da Tchecoslováquia".

Outras questões multilaterais

Entre outros temas na agenda multilateral durante a gestão de Magalhães Pinto no Itamaraty, destacar-se-iam a questão do Chipre, o direito do mar, o conflito entre Honduras e El-Salvador e o debate sobre o crescimento da população mundial.

A situação no Chipre atraía a atenção internacional em 1967. Três anos antes, quando de lutas entre as comunidades de gregos cipriotas e de turcos cipriotas, as Nações Unidas haviam enviado uma força para manutenção da paz[699]. Em setembro, gregos cipriotas, liderados pelo coronel George Grivas (que chefiava a Ethnike Organosis Kypriakou Agonos – EOKA, uma organização que lutava pela *enosis* ou anexação do Chipre pela Grécia), atacaram um vilarejo turco em Chipre e mataram 27 habitantes. O governo turco informou seus aliados de que, em represália, pretendia invadir a ilha. A Grécia encontrava-se sob regime militar desde abril e o governo americano convenceu o governo da Turquia a não invadir o Chipre, ameaçando expulsá-la da Organização do Tratado

698 BELL, 2004, p. 281.

699 YOUNG; KENT, 2004, p. 298.

do Atlântico Norte se o fizesse. Insistiu, por outro lado, junto à Grécia para que retirasse suas tropas da ilha[700]. Pouco antes do fim do ano, como membro do Conselho de Segurança, o Brasil teve que atuar na questão do Chipre e participou da negociação de fórmulas para reduzir a tensão local e criar condições favoráveis à atuação do secretário-geral das Nações Unidas[701].

O tema do direito do mar ganhava relevância internacional. O ministro do Exterior brasileiro, através de declaração ao Comitê das Nações Unidas sobre a Utilização Pacífica dos Recursos do Fundo dos Mares e Oceanos, convidara no dia 17 de agosto de 1968, seus membros a se reunirem no Rio de Janeiro. Em discurso que pronunciou na reunião inaugural do Comitê, no dia 21, Magalhães Pinto resumiu a posição brasileira. Notou que muitos países davam "ênfase ao direito à exploração e utilização por parte de todos, sem discriminação, dos recursos do fundo do mar". Para o ministro, outros tinham "preocupações válidas em garantir que essa exploração e utilização se fizessem em benefício de toda a humanidade e, em especial, dos países em desenvolvimento". Concluiu que, ao governo brasileiro, parecia não existir incompatibilidade radical entre ambas as aspirações, igualmente legítimas, pois acreditava o Brasil que não deveria haver "liberdade de exploração e utilização sem responsabilidade internacional", nem era justo que esta sufocasse aquela. Era indispensável estabelecer "uma relação entre a liberdade de exploração e a supervisão adequada do exercício dessa liberdade pela comunidade internacional, com vistas a resguardar interesses fundamentais nesse patrimônio comum"[702].

700 BROGAN, p. 348.

701 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 127.

702 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos,* v. III, p. 41.

O embaixador Saraiva Guerreiro, que presidiu o encontro, descreveria anos mais tarde as posições expressas na reunião. Notou que, já em 1968, manifestava-se a oposição entre os países industrializados, "particularmente os que tinham, ou estavam prestes a ter, tecnologia para exploração marinha a grandes profundidades", e os subdesenvolvidos, entre os quais estava o Brasil. Realçou que o ideal para as "potências desenvolvidas seria estender, com as adaptações indispensáveis, aos fundos marinhos o estatuto da livre navegação, característico do alto-mar, isto é, cada qual exploraria áreas livremente". Observou que uma iniciativa de Malta visara a "enviar uma corrida dos mais poderosos para se apropriar dos fundos marinhos, com as rivalidades e conflitos que acompanharam a partilha da África no século XIX". Constatou que era "simplesmente impossível, em pleno século XX e no contexto das Nações Unidas transpor, mesmo com adaptações, o regime do alto-mar para os fundos abissais". Concluiu que "os países desenvolvidos (no caso essencialmente os Estados Unidos da América e, potencialmente, Japão, República Federal da Alemanha, União Soviética, e, bem mais longinquamente, França e Reino Unido) teriam, pois, de tomar uma posição que atendesse, ou pelo menos parecesse atender, à prevenção dos riscos de confrontações, etc., num retalhamento dos fundos marinhos". Para Guerreiro, basicamente, "sua posição, com variantes no curso do tempo, previa um sistema de licenças a serem concedidas por um órgão internacional automaticamente, se o solicitante preenchesse condições técnicas e financeiras". Dessa maneira – afirmou – "feito o registro, valeria ele *erga omnes*". Na sua opinião, não "dava soberania", "garantia a exploração com alguns ônus e serviços razoáveis como, por exemplo, um *fee*, um pagamento, etc.".

Guerreiro explicou que "os países em desenvolvimento entendiam que os fundos marinhos eram inapropriáveis, constituíam propriedade de todos e deveriam ser regulados e mesmo

explorados, em certas circunstâncias, por um órgão internacional que não se limitaria a funcionar como um registro passivo, mas que atuaria na defesa dos interesses comuns da humanidade, com especial atenção às necessidades e às condições especiais dos países em desenvolvimento". Prosseguiu dizendo que daí se desenvolvia "o conceito de patrimônio comum da humanidade (*heritage*, em inglês)". Recordou que, ainda na reunião de 1968, realizada no Rio de Janeiro, pequeno grupo informal sob sua presidência redigira o acordo contendo essas ideias. Narrou que, caso não houvesse acordo, no essencial, ele preferira, em vez de obter uma "declaração do Rio", deixar que, no relatório, aparecessem dois projetos diferentes. Esclareceu que entendia não haver por que precipitar-se, pois já imaginava "um processo ainda mais complexo do que a discussão da questão dos fundos marinhos"[703].

Em ato que permitiria sua adesão à Convenção sobre Mar Territorial e Zona Contígua, pelo Decreto-Lei nº 553, de 25 de abril de 1969, o Brasil alterou o limite do mar territorial para doze milhas, suprimida a zona contígua[704]. Durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Delegação brasileira copatrocinou projeto de resolução sobre a suspensão de explorações do fundo marítimo até a ratificação de um tratado que protegesse os direitos de países em desenvolvimento[705].

Nova questão surgida no hemisfério requereria esforços de paz por parte do sistema interamericano: a chamada "guerra do futebol" entre Honduras e El Salvador. Ocorrido em julho de 1969, o conflito deflagrado em uma partida de futebol, tinha como pano de fundo a questão de imigração de salvadorenhos para o país

703 GUERREIRO, 1992, p. 79.

704 RANGEL, 2000. p. 319.

705 SELCHER, 1974, p. 33.

vizinho[706]. Depois do jogo, houve distúrbios nas ruas dirigidos contra salvadorenhos imigrantes; alguns morreram e muitos foram expulsos do país[707]. Sob alegação de necessitar defender seus cidadãos, El Salvador iniciou, no dia 14, forte ofensiva por terra e por mar enquanto Honduras contra-atacou pelo ar.

O Brasil apoiou ativamente possível ação multilateral da Organização dos Estados Americanos e, na XIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores convocada para tratar da questão, foi encontrada fórmula para solução do conflito[708]. No dia 18 de julho, depois de quatro dias de luta, a Organização dos Estados Americanos convenceu as partes a concordarem com um cessar-fogo *de facto*[709]. No dia 29, aquele organismo declarou ter sido El Salvador o país agressor e impôs sanções. Diante disso, o governo salvadorenho retirou suas tropas, completando sua saída em 5 de agosto[710]. Dos 300 mil salvadorenhos que haviam emigrado para Honduras, cerca de 130 mil tiveram que retornar em consequência do conflito[711] que durara apenas cinco dias, mas, entretanto, resultara na morte de mais de três mil pessoas[712].

O tema do controle do crescimento da população mundial continuaria a ser tratado de forma rígida pelo regime militar, apesar de, no início da década de 1960, o aumento da população brasileira ter sido duas vezes superior ao crescimento da população mundial[713]. Durante o discurso que proferiu na Assembleia Geral

706 VADNEY, 1987, p. 461.

707 BELL, 2004, p. 473.

708 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 14.

709 BROGAN, p. 418.

710 BELL, 2004, p. 473-74.

711 VADNEY, 1987, p. 461.

712 EVANS, 1998, p. 174.

713 ROBERTS, J. M., 2002, p. 998.

de 1969, o ministro Magalhães Pinto afirmou que o país estava decidido a resistir a quaisquer pressões dirigidas contra seu crescimento demográfico. De forma dramática, afirmou que, para o Brasil, a vida devia continuar a ter prioridade sobre a morte[714]. Coerente com o discurso do ministro Magalhães Pinto, a Delegação manifestou-se, na III Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, contra a inclusão de um item que favorecia políticas de população destinadas a divulgar o controle da natalidade.

Atuação econômica externa

Magalhães Pinto procurou dar impulso à nova vertente econômica da diplomacia. O jornalista Carlos Castello Branco reportou como o ministro procurou se preparar para uma política externa suprapartidária em reunião interamericana que deveria se realizar em Punta del Este para tratar de comércio. Narrou como o novo titular do Itamaraty decidira convidar os presidentes da situacionista Aliança Renovadora Nacional e do oposicionista Movimento Democrático Brasileiro e seus líderes parlamentares para lhes fazer a comunicação formal das diretrizes que norteariam a atuação da Delegação brasileira naquela conferência[715].

O ministro compareceu à reunião de Chefes de Estados americanos realizada, em abril de 1967, em Punta del Este. Proclamou-se, na conferência, a constituição de um "mercado comum latino-americano" em 15 anos[716]. O chefe da diplomacia brasileira considerou uma vitória do país a decisão alcançada no encontro de aumentar a ênfase que vinha sendo dada, no plano

714 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 251, parágrafo 13.

715 BRANCO, 1977, v. II, p. 21.

716 GARCIA, 1999, p. 146.

regional, aos problemas do desenvolvimento dos países latino-americanos, mas concluiu que havia ainda muito a fazer nesse campo, sobretudo para evitar o "refluxo dos capitais, assegurar a liberdade de os países que recebiam assistência econômica utilizarem esses créditos onde mais lhes conviesse". Afirmou ainda que o Brasil atribuía prioridade especial ao aperfeiçoamento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e sua "eventual conversão em união aduaneira"[717].

Os países em desenvolvimento frustraram-se quando se concluiu, em maio, a Rodada Kennedy do Acordo Geral de Tarifas e Comércio[718]. A Rodada apresentou como resultado a redução, em cinco anos, de 50% dos direitos alfandegários incidentes apenas sobre produtos industriais[719] e, dessa forma, beneficiou sobretudo os países desenvolvidos ocidentais[720]. Enquanto isso, a redução na tarifa média dos produtos de interesse dos países em desenvolvimento atingiu apenas 20%. Em nome dos países em desenvolvimento, o delegado peruano expressou essa insatisfação[721].

Alguns viam no regionalismo uma solução para aliviar os problemas comerciais. No início do segundo semestre, Magalhães Pinto apoiou, com reservas, esforços de integração regional. Assim, na II Reunião do Conselho de Ministros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, realizada em agosto em Assunção, o ministro brasileiro expressou posição de que o processo de integração fosse realizado "de maneira gradual e por mecanismos intergovernamentais". Procurou igualmente preservar o "caráter

717 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 9, 11.

718 GARCIA, 1999, p. 146.

719 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 153.

720 YOUNG; KENT, 2004, p. 324.

721 ABREU, 1996, p. 205.

exclusivamente latino-americano da integração e das decisões a ela relativas". Embora apoiando em princípio o processo de integração, o Itamaraty o via com ressalvas, pois, "nas suas proporções continentais e demográficas", a integração econômica latino-americana não possuía "evidentemente" a mesma prioridade de que se revestia para a grande maioria dos países do continente. Segundo a chancelaria brasileira, o Brasil não endossava "nenhum esquema irrealista ou suscetível de comprometer a soberania do país, através da criação de instituições tecnocráticas, de caráter supranacional"[722].

Para o Brasil, como para muitos países em desenvolvimento, as esperanças para o comércio internacional concentravam-se na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento marcada para o ano seguinte. Em reunião do Grupo dos 77, realizada na Argélia em outubro, o embaixador Azeredo da Silveira afirmou que a "melhor resposta à subversão" era o desenvolvimento. No mês seguinte, em encontro das partes do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, realizada em Genebra, Silveira propôs que fosse realizada uma reunião especial do Comitê de Comércio e Desenvolvimento para avaliar formas de facilitar o acesso de produtos manufaturados de países em desenvolvimento[723].

Sem deixar de lado o lema da "Diplomacia da Prosperidade", o ministro do Exterior brasileiro informou em seu relatório anual que, na reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o país defenderia um esquema de preferência para os produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos que fosse:

a) *universalista*, isto é, abrangente de todos os países;

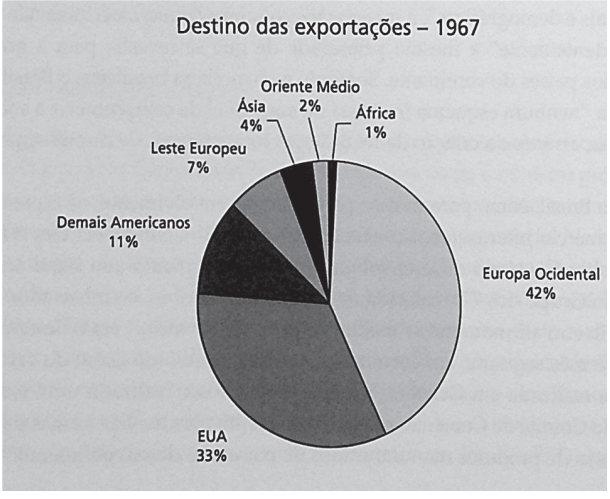
b) *geral*, isto é, que incluísse todas as manufaturas;

722 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 55-56.

723 VIZENTINI, 2004, p. 112.

c) *não recíproco*, isto é, que não criasse obrigação de contrapartida por parte dos países subdesenvolvidos[724].

A economia brasileira continuara a se beneficiar de apoio externo: entre 1964 e 1967, o Brasil fora o quarto maior receptor mundial de ajuda líquida, após Índia, Paquistão e Vietnã do Sul[725]. Em 1967, o PIB cresceu 4,2%, taxa inferior à do ano anterior (6,7%), o que foi atribuído à contenção do crédito prevista na estabilização, fato que teria levado a indústria a crescer apenas 2%[726]. Os dados comerciais demonstraram ter havido pouca alteração na distribuição das exportações brasileiras por região de destino, mantendo-se a Europa Ocidental como principal mercado (41,9%), os Estados Unidos em segundo lugar (33,1%), os demais países americanos em terceiro (11%), o Leste Europeu em quarto (7%), a Ásia em quinto (4,4%), o Oriente Médio em sexto (1,8%0 e a África em último (0,8%)[727].



724 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1967, p. 8.

725 REZENDE, 1997. p. 219.

726 LAGO, 1997, p. 239.

727 SELCHER, 1974, p. 124.

Apesar dos resultados alcançados, o comércio internacional era objeto de insatisfação por parte do Brasil e de outros países em desenvolvimento. A posição fixada pelo governo brasileiro para participar da II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento previa as primeiras medidas práticas no sentido de uma efetiva modificação das relações econômicas internacionais. Dentre estas, o país atribuía importância à concessão, por parte dos países industrializados, de um esquema de preferências para os produtos manufaturados dos países subdesenvolvidos, nos termos antes enunciados pelo ministro Magalhães Pinto (universal, geral, não discriminatório e não recíproco).

A II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento se realizou, entre fevereiro e março de 1968, em Nova Delhi[728]. Durante o encontro foi concebido o Sistema Geral de Preferências, que previa tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos concordaram com esse sistema aparentemente para contrabalançar a possibilidade da Comunidade Europeia obter, por reciprocidade, acesso preferencial aos países aos quais concedera privilégios em seus mercados[729].

O encontro na Índia não preencheria, porém, as expectativas geradas. O embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira chefiou a Delegação brasileira e, nessa condição, foi eleito presidente do grupo dos países em desenvolvimento (Grupo dos 77). Tal como indicara durante as reuniões preparatórias[730], mudando posição que adotara na I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, quatro anos antes, o Brasil anunciou que retirava as reservas que havia apresentado e apoiou integralmente

728 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 153.

729 ABREU, 1996, p. 205.

730 ABREU, 1996, p. 204, com base em Maria Regina Soares de Lima. *The political economy of Brazilian foreign policy: nuclear energy, trade and Itaipu.*

os princípios adotados no encontro anterior[731]. Reafirmou também sua doutrina da "segurança econômica coletiva"[732].

O fracasso do encontro foi notado por Magalhães Pinto quando, em discurso pronunciado em outubro de 1968, na abertura do debate geral da XIII Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro se referiu a seu malogro e criticou os países desenvolvidos por manterem "métodos e táticas evasivos e dilatórios". As queixas brasileiras não correspondiam, no entanto, a dificuldades econômicas maiores em consequência de situação externa adversa, pois, durante o ano de 1968, a economia brasileira apresentou resultados muito positivos: o PIB cresceu 9,8% e a inflação foi mantida a menos de 25% pelo segundo ano consecutivo[733].

As ações dos países desenvolvidos em relação ao comércio com países em desenvolvimento eram seletivas e não genéricas, como pretendido pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. A Comissão Europeia mostrava particular interesse pelos países africanos e, apoiada no Tratado de Roma que permitia livres associações de países não europeus, promovera os acordos de Iaundê da década de 1960. Esses instrumentos passaram, após a Convenção de Arusha de 1968, a incluir Quênia, Tanzânia e Uganda os quais, como outras ex-colônias europeias na África, gozavam de preferências, o que levou os países em desenvolvimento não incluídos nos privilégios a apresentarem críticas ao esquema[734].

Em conferência que pronunciou na Escola Superior de Guerra, em julho de 1969, Magalhães Pinto deu ênfase à atuação do Itamaraty na área de negociações comerciais internacionais.

731 SELCHER, 1974, p. 205.

732 GARCIA, 1999, p. 147.

733 SCHNEIDER, 1991, p. 260.

734 ROBBINS, 1998, p. 171.

Recordou ter o país liderado "o movimento para a constituição de um novo organismo internacional", isto é, a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento. Ressaltou a atuação diplomática nacional em casos como o de imposição de quotas a têxteis brasileiros pelos Estados Unidos e a remoção de empecilhos de ordem sanitária contra a carne brasileira no Reino Unido. Discorreu sobre a necessidade de coordenação entre os diversos setores do governo para as negociações externas e afirmou constituir o Itamaraty "a instituição preparada para assumir a responsabilidade principal neste tipo de atuação"[735].

O Serviço Exterior Brasileiro

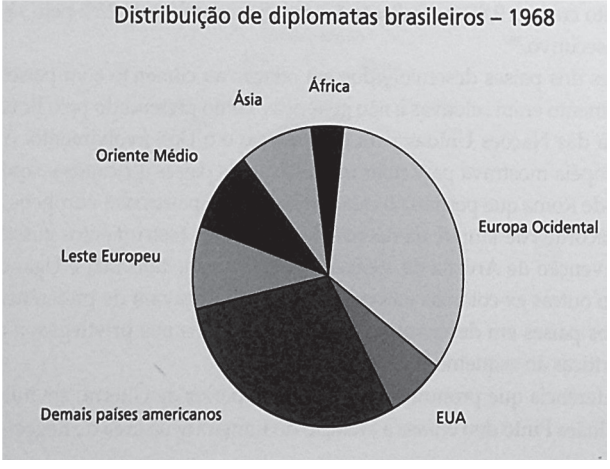
Ao final do ano de 1968, os funcionários brasileiros lotados em postos diplomáticos no exterior encontravam-se assim distribuídos: 34% na Europa Ocidental; 31,1% em outros países americanos (excluídos os Estados Unidos); 8,9% no Leste Europeu; 8,5% no Oriente Médio; 7,7% na Ásia; 6,7% nos Estados Unidos e 3,1% na África.

Comparados esses percentuais com os de postos diplomáticos em 1964, verificava-se uma pequena queda na lotação na Europa Ocidental (de 36,9% em 1964) e forte descenso na dos Estados Unidos (de 13% em 1964) com o consequente aumento nas demais áreas. No tocante a postos consulares, a lotação indicava queda na Europa Ocidental (de 52,3% em 1964 para 43% em 1968), aumento nos Estados Unidos (19,5 para 24,7%) e na Ásia (3,9 para 5,8%) com pouca oscilação nos demais[736]. Em resumo, ainda que tivesse aumentado a representação consular nos Estados

735 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. III, p. 229-39.

736 SELCHER, 1974, p. 102.

Unidos, iniciara-se tendência de aumento de lotação em países em desenvolvimento. Esse seria o começo de movimento (muito maior nas gestões seguintes) de abertura de postos para atender o crescente aumento do número de países em desenvolvimento que se tornavam independentes e ganhavam importância política ou econômica. Assim, durante o ano, o Brasil abriu embaixadas no Kuwait, Guiana, Filipinas e Sudão, esta última cumulativa com a Embaixada no Cairo[737]. Quatro embaixadas na África e cinco consulados, no entanto, deixaram de ter titulares designados naquele momento[738].



Magalhães Pinto tomou medidas para transferir o Itamaraty do Rio de Janeiro para Brasília. Como o jornalista Carlos Castello Branco registrou, em 11 de março de 1969, depois de conversar com Magalhães Pinto, o embaixador Vladimir Murtinho consolidara sua crença de que, daquela vez, o Itamaraty iria realmente se transferir para Brasília. Esclareceu que, até o fim de agosto, estaria concluído o prédio administrativo e estariam instaladas "as linhas

737 CASTRO, 1983, p. 472.

738 FONTAINE, 1974, p. 69, com base em matérias do *Jornal do Brasil* de 30 de julho.

de telex por micro-ondas destinadas a assegurar ao Ministério e às Embaixadas boas ligações com o exterior". Notou que o problema de moradias estava equacionado e estaria "substancialmente resolvido naquela data". Revelou que a inspetoria financeira seria o primeiro órgão a ser transferido, "juntamente com um serviço de documentação a ser instalado". Acrescentou que, além disso, deveriam "funcionar brevemente serviços gerais de portaria, conservação, segurança, etc.". Por fim, destacou que o ministro reiterara sua "ordem para realizar a mudança em setembro" e dissera que pelo menos ele próprio estaria instalado em Brasília a partir de setembro[739].

Saída de Magalhães Pinto

Magalhães Pinto fora nomeado ministro por Costa e Silva, mas permaneceria no cargo depois de que, em 28 de agosto de 1969, o presidente sofreu uma trombose cerebral. No dia seguinte, incapaz de falar, Costa e Silva embarcou em avião presidencial para o Rio de Janeiro. No sábado, dia 30, reuniu-se o Alto Comando das Forças Armadas, composto dos ministros militares (general Aurélio de Lyra Tavares, brigadeiro Márcio de Souza Mello e almirante Augusto Rademaker), dos Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, secretariado pelo Chefe da Casa Militar, general Jaime Portela. Aquele órgão militar decidiu que o poder não seria entregue ao vice-presidente Pedro Aleixo que, no domingo, foi informado da decisão. Ao ser portador da decisão, Rademaker recordou ter o vice-presidente se oposto à emissão do Ato Institucional nº 5. Aleixo lamentou a decisão pelo mal que causaria ao país e afirmou que ela feria a Constituição. Em seguida, foi

739 BRANCO, 1977, v. III, p. 97.

promulgado o Ato Institucional nº 12 que estipulou o exercício das funções presidenciais pelos ministros militares.

O Alto Comando do Exército reuniu-se, em 15 de setembro de 1969, para tratar da sucessão de Costa e Silva. Dois dias depois foi imposta censura sobre notícias a respeito do estado de saúde do presidente. O Alto Comando das Forças Armadas escolheu, em 6 de outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici, ex-Chefe do Serviço Nacional de Informações, como "candidato" à substituição de Costa e Silva. Médici convidou o almirante Augusto Rademaker para ser o "candidato" a vice-presidente. No dia 14, foi editado o Ato Institucional nº 16 que determinou a vacância da Presidência da República e determinou "eleições" indiretas para os cargos de presidente e de vice-presidente[740]. Três dias depois foi publicada nova Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1[741]. No dia 25 de outubro, 76 parlamentares se abstiveram de votar, mas 293 votaram em Médici e Rademaker[742].

740 SILVA, 1984, p. 443-459.

741 SELCHER, 1974, p. 180.

742 FLYNN, 1978, p. 440.

Gibson Barboza

Se à geração do Barão do Rio Branco coube consolidar o traçado do perfil físico do Brasil, sobre os ombros de nós todos pesa hoje a responsabilidade de fazer válida a herança que recebemos.[743]

(Gibson Barboza)

Emílio Garrastazú Médici nomeou para chefiar o Ministério das Relações Exteriores o embaixador Mário Gibson Barboza[744], experiente e distinguido diplomata de carreira. Servira em Houston, Washington, Bruxelas, Buenos Aires e na missão junto às Nações Unidas. Exercera a chefia do gabinete do ministro Afonso Arinos de Melo Franco durante a execução da "política externa independente" e a função de embaixador na Áustria e no Paraguai. Depois de ter sido secretário-geral de Política Exterior, encontrava-se em Washington como embaixador junto ao governo dos Estados Unidos quando foi nomeado ministro das Relações Exteriores.

743 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 9-10, contém seu discurso de posse.

744 O embaixador Jorge de Carvalho e Silva exerceria o cargo de secretário-geral das Relações Exteriores. FRANCO FILHO (1994, p. 203) informa que, em carta, seu pai, o ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco, comentou que o nome do embaixador Azeredo da Silveira para secretário-geral fora "vetado depois de indicado e aceito".

O período em que Gibson Barboza dirigiu o Itamaraty coincidiu com o apogeu da *détente*, isto é, uma relativa trégua em meio à Guerra Fria. A União Soviética tinha em 1970 uma presença naval de âmbito mundial, rivalizando com a americana e estabelecida até no Oceano Índico[745]. Os Estados Unidos começaram a manter conversas com a República Popular da China (1971 e 1972) e aceitaram a derrota no Vietnã (1973). Na Europa, Willy Brandt lançou sua *ostpolitik* que conduziria a acordos com países do bloco soviético. Teria início a Conferência de Helsinki sobre Segurança e Cooperação com importantes desenvolvimentos para as relações Leste-Oeste[746]. No final do período (1973), ocorreria a guerra do Yom Kippur no Oriente Médio, com graves consequências econômicas para o Brasil, em razão da elevação do preço do petróleo.

O novo ministro do Exterior tomaria iniciativas renovadoras na política externa em meio a um dos mais difíceis períodos da política interna. Nas suas próprias palavras, foi "principalmente nesse período que a oposição tomou armas e se fez guerrilhas; e foi também quando se exerceu a repressão mais dura"[747]. Durante sua gestão, o Itamaraty se mudaria para Brasília, enfrentaria problemas externos, tais como sequestros de diplomatas, acusações (fundadas) de torturas no país, reivindicações da Argentina com relação à construção de Itaipu, objeções de países industrializados à ampliação brasileira de seu mar territorial e aplicação pelos Estados Unidos de direitos compensatórios a produtos brasileiros. Apesar desses vários obstáculos, o ministro buscaria entendimentos com Buenos Aires e daria impulso a Itaipu; ampliaria o relacionamento com países amazônicos, assim como os da América Central, Caribe

745 ROBERTS, J. M., 2002, p. 1.119.

746 BELL, 2004, p. 288.

747 BARBOZA, 1992, p. 273.

e África. Proporia ainda uma revisão da política com relação a Portugal e suas colônias. Aproveitando o crescimento do país, daria seguimento e impulso à ampliação da rede diplomática e consular brasileira no exterior. Denunciaria, por fim, as condições da situação econômica internacional adversa para os interesses dos países em desenvolvimento.

Segurança e desenvolvimento

Ao longo da gestão de Gibson Barboza no Itamaraty, de tanto a tanto notar-se-ia evolução gradual da política externa para uma maior aproximação de outros países em desenvolvimento e de suas teses comuns. Essa evolução se daria, de forma discreta, mas firme, em meio a contexto interno conturbado.

Ao discorrer, em março de 1970, sobre as prioridades da política externa brasileira durante aula inaugural na Escola Superior de Guerra, o presidente Médici expressou algumas ideias sobre política exterior ao reagir a críticas à desigualdade social no Brasil. Depois de descrever o país como "latino-americano participante da América, do hemisfério ocidental, da civilização cristã, da democracia, da comunidade de povos de língua portuguesa e do mundo subdesenvolvido", garantiu que o Brasil formaria sempre entre aqueles que procurassem "sensibilizar os países de grande desenvolvimento" no sentido de que se dessem conta dos "graves perigos" que ameaçavam a humanidade inteira com os "crescentes desníveis socioeconômicos entre os povos". Exortou os que se chocavam com "as desigualdades sociais, nos países dos outros" a meditarem sobre a "desigualdade maior e mais ameaçadora, que era a desigualdade entre as nações"[748].

748 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 69.

Médici voltou a exprimir-se sobre questões internacionais quando inaugurou oficialmente o Palácio do Itamaraty em Brasília e celebrou, em 20 de abril, pela primeira vez, o Dia do Diplomata, em comemoração à data do nascimento do Barão do Rio Branco. Falou dos dois temas que dominavam o pensamento governamental, isto é, segurança e desenvolvimento. Disse que a primeira das obrigações dos diplomatas era para com a segurança nacional, em cujo "esquema de proteção, a seu ver, a diplomacia ocupava um dos postos mais importantes. Enunciou como segunda obrigação a de "manter e ampliar o diálogo entre as nações e aprofundar-lhes as alianças, resolvendo ou reduzindo as dissenções internacionais, no interesse da própria segurança nacional", dentro da qual se transformavam em realidade as potencialidades como país e empreendia-se a "empolgante escalada brasileira para o desenvolvimento". Concluiu que a meta essencial de seu governo podia resumir-se na palavra *desenvolvimento*[749].

Ao proferir, dois anos depois, novo discurso pelo Dia do Diplomata, Gibson Barboza defendeu política próxima das reivindicações dos demais países em desenvolvimento. Afirmou que o Brasil sabia não atenderem aos interesses fundamentais e verdadeiros da humanidade os "argumentos falazes" com que se reclamava, em nome da paz, o "desarmamento dos desarmados; em nome da volta à natureza, a redução do ritmo do desenvolvimento e de industrialização", precisamente daquelas áreas do mundo que não eram "responsáveis pela destruição ecológica"; e, "paradoxalmente, em nome do patrimônio comum de todos os homens", que fosse livre e desordenada nas costas brasileiras a exploração, "muitas vezes predatória, dos recursos do mar". Afirmou que o país queria o desarmamento dos que podiam fazer a guerra, para apressar o desenvolvimento, "a essência da

749 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 74-75.

paz"; desejava "erradicar, pela aceleração do progresso, a pior e mais humilhante poluição", que era "a do atraso e da miséria"; e queria "proteger, contra a destruição e a competição desigual", os recursos que eram do país e assegurados por sua soberania. Disse que, diante dos que desejavam "perpetuar e acentuar posições de vantagem", a atitude brasileira não podia ser senão a da "coerência reivindicadora". Em velada alusão ao Tratado de Não Proliferação Nuclear, declarou que o Brasil se recusava a assinar tratados que davam a alguns países direitos para fazer o que era vedado aos demais. Reclamou para o país "seu livre e imediato acesso aos mercados internacionais de bens e serviços, às grandes rotas de transportes marítimos e aéreos, às conquistas da ciência e da técnica, a todos os setores da atividade humana que davam direção e impulso ao progresso". Por isso, concluiu, lutava o Brasil "em todos os foros onde se pudesse discutir qualquer assunto que tivesse influência sobre o seu presente ou sobre o seu futuro"[750].

Ao final de seu mandato, o ministro do Exterior subiu o tom de insatisfação com a situação econômica internacional. Ao terminar o ano de 1972, o relatório do Itamaraty resumiu as linhas mestras da diplomacia, nas quais se notavam essas críticas. No documento, o cenário internacional foi considerado adverso a países em desenvolvimento. Dele constou também que o país defendia a "mudança das regras de convivência internacional", era "contra a cristalização de posições de poder" e se recusava a crer que a história se desenrolava necessariamente "em benefício de uns e prejuízo de outros países"; considerava que, à medida que um país crescesse, cabia-lhe "uma parcela de decisão cada vez maior dentro da comunidade internacional", e não devia deixar de usá-la em favor dos povos que, como o Brasil, aspiravam ao progresso; a verdadeira paz não podia ser identificada como "a simples

750 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, 1972, p. 114.

manutenção do *status quo*, como resultado do equilíbrio de poder", nem ser instrumento de ampliação da distância que separava as nações ricas das nações pobres; implicava, ao contrário, a "mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição mundial do progresso científico e tecnológico", pois não havia "verdadeira paz sem desenvolvimento". Concluíram os redatores do relatório que a posição brasileira era, portanto, de "ativa solidariedade com os países em desenvolvimento", competindo à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travavam com o Brasil "a dura batalha do progresso". Assim, a política externa do país devia ser "global, de íntima cooperação com os países desenvolvidos"[751].

América Latina: relações entre regimes militares

Vários golpes militares na América do Sul marcariam o período do governo Médici. Ao longo daqueles anos, na Bolívia se sucederiam no poder diversos militares (Ovando, Torres e Banzer); no Equador, ocorreria o golpe militar em 1972 (de Rodríguez Lara); no Uruguai, um civil (Bordaberry) passaria, em 1973, a governar sob governo militar; enquanto, no Chile, um sangrento golpe militar derrubaria um presidente eleito (Allende). Persistiram no poder, regimes militares no Paraguai (Stroessner) e na Argentina (até novembro de 1973).

No relacionamento com os países latino-americanos durante o período em que Gibson Barboza dirigiu o Itamaraty, destacar-se-iam as seguintes questões latino-americanas:

751 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 7-8.

a) o início da disputa argentina sobre o aproveitamento do rio Paraná e a assinatura do Tratado de Itaipu com o Paraguai; e

b) os esforços para aproximação dos demais países amazônicos. Merecem ainda destaque as tentativas inovadoras de Gibson Barboza para fortalecer contatos com países da América Central e do Caribe.

Argentina, Paraguai e a futura hidrelétrica de Itaipu

Tal como o Brasil, a Argentina enfrentaria no início da década de 1970, período de instabilidade política e reações radicais do governo militar. Alguns dos atos teriam repercussões externas, embora nem todos de imediato. Assim, em março, a Frente Argentina de Liberação raptou, mas logo liberou, o cônsul paraguaio, Waldemar Sánchez, na cidade de Posadas. Em abril, um grupo de extrema direita, o Movimento Nacional Argentino Organizado (Mano), atacou o embaixador soviético. Em junho, um grupo, que se denominava Montoneros-Comando Juan José Valle, sequestrou e, após seis dias de interrogatório, assassinou o ex-presidente argentino, general Pedro Aramburu[752].

O governo militar argentino passou, em 8 de junho, das mãos do general Juan Carlos Onganía (que havia tomado o poder quatro anos antes), para uma Junta de Comandantes. As razões para a mudança em Buenos Aires foram atribuídas ao desejo por parte da ala militar que derrubou Onganía, de encetar um combate maior aos crescentes sequestros e outros atos considerados terroristas. Para suceder Onganía, foi escolhido o general Roberto M. Levingston, que se acreditava manteria boas relações com os Estados Unidos,

752 ROCK, 1999, p. 435, 436 e 438.

de onde vinha após exercer os cargos de adido militar e Delegado à Junta Interamericana de Defesa em Washington[753].

Em 1970, foi assinado contrato entre a Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobras) e a empresa paraguaia Administración Nacional de Eletricidad (Ande) para estudos de aproveitamento energético do rio Paraná, entre Sete Quedas e Foz do Iguaçu. O governo brasileiro parecia confiante na situação jurídica em vigor e não temer preocupações argentinas a respeito desse projeto. Assim, o embaixador Celso Souza e Silva tratou, no dia 8 de dezembro, da questão das águas, nas Nações Unidas, ao explicar por que o país não votara a favor de projeto de resolução sobre a necessidade de sua codificação. Alegou que, no que concernia à América do Sul, haveria duplicação nos esforços, pois, no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, um "entendimento razoável" vinha sendo alcançado[754].

A instabilidade política argentina prosseguiria no ano seguinte, com nova troca de militares no comando do país. O general Roberto Levingston caiu, em março de 1971, e assumiu o poder o general Alejandro A. Lanusse que estabeleceria contatos com Juan Domingos Perón, exilado em Madri, e anunciaria eleições para dois anos depois[755].

Enquanto isso, aumentava o relacionamento brasileiro-paraguaio. Em maio, Gibson Barboza visitou Assunção onde, em encontro com o ministro do Exterior paraguaio Sapena Pastor, tratou de construção de uma estrada e uma ponte ligando os dois países, a navegabilidade do rio Paraguai e, novamente, do aproveitamento hidrelétrico[756].

753 POTASH, 1994, p. 169 e 172-73.

754 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 293.

755 POTASH, 1994, p. 241, 255 e 273.

756 VIZENTINI, 2004, p. 156.

O governo militar argentino começou a exercer pressões contra o projeto brasileiro-paraguaio de hidrelétrica no rio Paraná. O embaixador em Buenos Aires, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, buscava apresentar o argumento brasileiro de distinção entre rios contíguos, cujo aproveitamento deveria ser precedido de acordo bilateral, e rios sucessivos, de soberanias sucessivas, em que cada Estado decidia soberanamente sobre sua utilização[757].

As teses brasileiras não haviam prosperado na capital portenha, quando, em junho, reuniu-se em Assunção, a Conferência da Bacia do Prata. Na ocasião, o ministro do Exterior da Argentina, Luis María de Pablo Pardo, expôs ao ministro Gibson Barboza as preocupações de seu país com a construção de hidrelétrica em Sete Quedas[758]. Argumentou que Brasil e Paraguai não deveriam executar qualquer projeto, sem "consulta prévia" a Buenos Aires. Ao final da Conferência, a Delegação argentina apresentou projeto de resolução sobre a utilização de recursos hídricos. Determinava que o aproveitamento das águas deveria ser sempre precedido de acordo entre os ribeirinhos e que cada Estado poderia aproveitar as águas, desde que não causasse prejuízo a outro Estado da Bacia. O Brasil aceitou a proposta que foi aprovada em 3 de junho[759]. A Resolução nº 25 estabeleceu que nos rios internacionais contíguos, na medida em que a soberania fosse compartilhada, qualquer aproveitamento de suas águas deveria ser precedido por acordo bilateral entre ribeirinhos, enquanto, nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado podia aproveitar

757 CERVO, 2001, p. 13, com base em ofício de Buenos Aires, de 10 de maio.

758 BARBOZA (1992, p. 158-160) informa que Pablo Pardo confessou-lhe que a Argentina pura e simplesmente não desejava que o Brasil construísse hidrelétrica com o Paraguai.

759 LANÚS (1984, p. 316) informa que assinaram a Ata final: Luis María de Pablo Pardo (Argentina), Huáscar Taborga Torrico (Bolívia), Mário Gibson Barboza (Brasil), Raúl Sapena Pastor (Paraguai) e José Mora Otero (Uruguai).

as águas conforme suas necessidades, sempre que não causasse prejuízo sensível a outro Estado[760].

Enquanto prosseguia a aproximação com o Paraguai (em julho, Médici encontrou-se com Stroessner na fronteira entre os dois países para inaugurar a ponte sobre o rio Apa)[761], parecia que a questão "das águas" com a Argentina iria se resolver. No entanto, houve um retrocesso em março de 1972 quando de visita do presidente argentino, Alejandro Lanusse ao Brasil. Na ocasião foi assinada declaração conjunta sobre a necessidade de cooperação entre os países latino-americanos, inclusive quanto ao aproveitamento de recursos naturais. No discurso que pronunciou, entretanto, Lanusse acrescentou frase crítica ao Brasil por danos causados à Argentina em razão da utilização do rio Paraguai[762]. Falou da relevância do direito, em especial da regulamentação do uso de recursos naturais, "para evitar-se prejuízo a outro ou a outros Estados"[763]. A frase deixou Médici irritado, interrompendo-se o diálogo entre os dois presidentes[764].

No curso da Conferência de Meio Ambiente, realizada em Estocolmo naquele ano, a Argentina introduziu item relativo à necessidade de consulta prévia para a utilização de recursos naturais compartilhados. Embora contasse com o apoio da maioria dos presentes, a proposta não alcançou o consenso necessário para sua aprovação. O governo de Buenos Aires decidiu, então, levá-la à Assembleia Geral das Nações Unidas, onde o processo decisório se faria por votação. Gibson Barboza instruiu o embaixador em

760 MAIOR, 1996, v. I, p. 290.

761 DIAS, 1984.

762 BARBOZA, 1992, p. 166.

763 BANDEIRA, 1995, p. 244, com base no discurso de Lanusse no Itamaraty em 13 de março, publicado no dia seguinte pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

764 BARBOZA, 1992, p. 167.

Buenos Aires, Azeredo da Silveira, a buscar entendimento com o governo argentino[765].

As reivindicações argentinas com relação ao aproveitamento do rio Paraná prosseguiram. Diante do fracasso das tentativas, em Buenos Aires, de entendimento com a Argentina a respeito da proposta sobre consulta prévia, Gibson Barboza resolveu tratar do tema diretamente com o ministro das Relações Exteriores argentino, brigadeiro Eduardo McLoughlin, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em longo encontro bilateral mantido em Nova York, as delegações buscaram um acordo. Ao fim, em reunião entre os dois ministros do Exterior, Gibson Barboza tranquilizou McLoughlin sobre aspectos, tais como rompimento da barragem, esquistossomose e aproveitamento de Corpus. Realçou que o Brasil não poderia desistir do projeto em razão da necessidade energética e propôs que se alcançasse acordo bilateral, fora do âmbito das Nações Unidas. Afinal, acordaram os dois ministros quanto à apresentação de projeto de resolução conjunta[766].

O Itamaraty distribuiu comunicado à imprensa onde constava o Projeto de Resolução sobre Meio Ambiente apresentado em conjunto pelos dois governos. Dispunha que, no exercício da soberania sobre seus recursos naturais, os Estados deviam procurar, por meio de uma efetiva cooperação bilateral e multilateral ou de mecanismos regionais, preservar e melhorar o meio ambiente. Na exploração e desenvolvimento de recursos naturais, não deveriam causar danos ou prejudicar zonas situadas fora de sua jurisdição nacional. A cooperação ambiental entre os Estados se lograria adequadamente ao dar-se conhecimento oficial e público de dados técnicos relativos aos trabalhos levados a cabo pelos Estados dentro de sua jurisdição nacional, com o propósito de evitar

765 BARBOZA, 1992, p. 168-169.

766 BARBOZA, 1992, p. 170-177.

prejuízos sensíveis que pudessem ocasionar no meio ambiente dos países vizinhos. Os dados técnicos seriam fornecidos e recebidos com "o melhor espírito de cooperação e boa vizinhança", sem que isto pudesse ser interpretado como facultando a qualquer Estado retardar ou impedir programas e projetos de exploração e desenvolvimento de recursos naturais dos Estados que os empreendessem.

Tendo em vista o acordado, o ministro Gibson Barboza referiu-se ao tema em termos firmes, mas conciliatórios, ao abrir o debate geral da XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro. Ressaltou que a "defesa intransigente", que o Brasil fazia e continuaria a fazer, do "direito soberano de cada Estado de valorizar economicamente, em benefício de sua população, os recursos de seu território não omitia o reconhecimento da responsabilidade de que seus planos de desenvolvimento fossem executados sem risco e sem prejuízo sensível ao meio ambiente de áreas vizinhas ao seu território. Esclareceu que a atitude brasileira podia ser ilustrada pelas posições que, "com total boa-fé e no melhor espírito de boa vizinhança", o país tinha adotado no foro regional que se ocupava especificamente dessa matéria e onde, "soluções práticas que atendiam a todas as conveniências em jogo podiam ser encontradas"[767].

A controvérsia aquático-fluvial pareceu, portanto, resolver-se quando a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou, em dezembro, a Resolução nº 2.995, por 115 votos favoráveis, nenhum contra e dez abstenções. O documento refletiu o entendimento alcançado entre os dois ministros do Exterior e determinou que o desenvolvimento de recursos naturais não deveria permitir

767 CORRÊA, 1995, p. 280.

prejuízos em zonas fora dos limites territoriais nacionais, e encorajou troca de informações para preveni-los[768].

A situação política interna argentina passou por mais um período de instabilidade, embora esta não tenha tido impacto imediato nas relações bilaterais. A aliança peronista venceu, em 25 de março de 1973, as eleições presidenciais, com margem superior à que obtivera trinta anos antes[769]. Como a candidatura de Perón fora vetada pelos militares, o presidente eleito foi Héctor Campora, seu "delegado pessoal" na Argentina.

O contencioso sobre o rio Paraná voltaria a emergir antes da posse do novo governo. Em 29 de março, o representante argentino no Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, embaixador Julio Barberis, invocando a Resolução nº 2.995 da Assembleia Geral, enviou uma nota ao presidente daquele órgão em que pediu aos países-membros que informassem a respeito de notícia de que se havia enchido o dique da ilha Solteira. Argumentou que o Brasil não havia dado conhecimento oficial e público dos dados técnicos relativos ao trabalho. O representante brasileiro junto ao Comitê Intergovernamental, embaixador Azeredo da Silveira respondeu, no dia 1º de abril, que a Resolução nº 2.995 se aplicava aos casos em que, na exploração e aproveitamento de recursos naturais, haveria prejuízo sensível fora da jurisdição nacional do Estado que empreendesse a obra. Acrescentou que, no caso de ilha Solteira, essa possibilidade era inteiramente inexistente. Informou, por fim, que o governo brasileiro havia publicado comunicado sobre o enchimento da represa[770]. Em protesto, a Argentina, que desmentira ter sido

768 SELCHER, 1978, p. 82.

769 ROCK, 1999, p. 443.

770 LANÚS, 1984, p. 304.

avisada sobre a ilha Solteira e acusara o governo brasileiro de violar o acordo de Nova York, retirou seu embaixador do Brasil[771].

O governo de Buenos Aires enviou, em 18 de abril, nova nota em que considerou inaceitável e contrária ao Direito Internacional a interpretação do acordo firmado em Nova York e da Resolução nº 2.995, tal como formulada na nota brasileira.

Um dos marcos mais importantes na história diplomática bilateral dos dois países – e de todo o período militar – ocorreria quando o presidente do Paraguai, Alfredo Stroessner, visitou o Brasil, entre 25 e 27 de abril de 1973, e assinou o Tratado para Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, conhecido como Tratado de Itaipu. O instrumento visava ao aproveitamento hidrelétrico projetado para permitir a obtenção de energia em um montante de cerca de 10.000.000 kW, a custo orçado em dois bilhões de dólares. Culminava trabalho diplomático iniciado em 1965 que resolveria uma questão de fronteira e abriria perspectivas concretas de projeto de integração física sul-americana.

Garantida a assinatura do Tratado, o embaixador Azeredo da Silveira enviou, em 11 de maio, nota ao governo argentino em que afirmou que o governo brasileiro considerava de "total improcedência os argumentos do embaixador Julio Barberis". Rechaçou as acusações "diretas ou veladas" e as referências "desrespeitosas" a altos funcionários brasileiros. Protestou formalmente contra as afirmações de que o Brasil deixara de cumprir compromissos internacionais[772]. Nesse mesmo mês, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul apresou um barco argentino em águas territoriais brasileiras[773].

771 DIAS, 1984.

772 LANÚS, 1984, p. 304.

773 DIAS, 1984.

Os instrumentos de ratificação do Tratado de Itaipu foram trocados em Assunção em 13 de agosto. Preocupado com críticas provindas de Assunção, o ministro Mário Gibson Barboza assegurou que aquele instrumento internacional estava pautado "no respeito rigoroso da igualdade jurídica das Altas Partes Contratantes, de suas soberanias inalienáveis e de seus direitos e mútuos interesses". Disse que "pelo equilíbrio harmonioso de suas cláusulas e sua leal disposição de cooperação mútua", o Tratado estava "impregnado da filosofia de igualdade entre os contratantes, da equivalência de benefícios para ambos e de idênticas responsabilidades para os seus signatários"[774].

Enquanto o novo governo argentino não tomava posse, a Chancelaria daquele país deu prosseguimento à campanha diplomática para obter apoio à sua tese de necessidade de consulta prévia para a utilização de rios internacionais. No dia 17 de outubro, Perón iniciou seu terceiro mandato não consecutivo como presidente eleito e, em 6 de dezembro, assinou com Stroessner o Tratado de Jaciretá[775], visando a cooperação em recursos fluviais entre a Argentina e o Paraguai.

No curso da XXVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Delegação argentina conseguiu, em 13 de dezembro (por 77 votos favoráveis, 5 contrários e 43 abstenções), a aprovação da Resolução nº 3.129 que consagrou pela primeira vez o conceito de "recursos naturais compartilhados"[776] e a tese argentina de cooperação e consulta prévia sobre os mesmos[777]. Preocupou o

774 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 116.

775 BANDEIRA, 1995, p. 250.

776 LANÚS, 1984, p. 305.

777 SELCHER, 1978, p. 83.

governo brasileiro o número elevado de países em desenvolvimento, principalmente africanos, que votaram a favor da Resolução[778].

Golpe militar no Chile

O Chile era, no início daquela década, uma das exceções democráticas na América do Sul. Fora eleito, em 4 de setembro de 1970, o socialista Salvador Allende, após três tentativas anteriores (1952, 1958 e 1964). A eleição foi apertada, tendo Allende obtido 36,3% dos votos, enquanto Jorge Alessandri, da direita, conseguiu 34,9% e o democrata cristão Radomiro Tomic, 27,8%[779]. Por não ter sido alcançada maioria absoluta, a votação de Allende deveria ser referendada pelo Parlamento[780], o que ocorreu em 24 de outubro[781], quando os socialistas e comunistas que apoiavam Allende entraram em acordo com democratas cristãos[782]. O novo presidente tomou posse em 3 de novembro e iniciou processo de reformas – que incluiria a nacionalização de dezenas de empresas[783] (minas de cobre e de carvão, indústria siderúrgica, bancos, empresas comerciais, tanto nacionais quanto estrangeiras). De particular relevância seriam as expropriações das empresas de cobre, Anaconda e Kennecott[784]. Em 1972, Allende tentou, sem êxito, uma mudança na Constituição pela qual o Congresso seria substituído por uma assembleia popular[785].

778 SARAIVA, 1996, p. 160.

779 WILLIAMSON, 1992, p. 499.

780 BELL (2004, p. 483) afirma que a Central Intelligence Agency americana tentou prevenir a eleição por meio de suborno a membros do Congresso.

781 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 310.

782 WILLIAMSON, 1992, p. 499.

783 VADNEY, 1987, p. 454.

784 HURREL, 2002.

785 BELL, 2004, p. 483.

O governo Allende não chegou a durar sequer três anos, pois um sangrento golpe militar o derrubou, entre 11 e 13 de setembro de 1973, tendo o presidente morrido durante o episódio. Gabriel Valdez, ministro do Exterior durante o governo de Eduardo Frei, descartou com ênfase qualquer possibilidade de aceitar assumir o governo[786]. A Agência Central de Inteligência americana teria fornecido subsídios para grupos de oposição e jornais e trabalhado de perto com oficiais envolvidos no golpe[787]. O porta-voz da Casa Branca, Gerald Warren, desmentiu, entretanto, insinuações de que aquela agência tivesse tido participação *ativa* [*sic*] na derrubada do regime constitucional chileno.

Sobrevinda a mudança do regime chileno, o governo brasileiro reconheceu, imediatamente, em 13 do mesmo mês, o governo da junta militar presidida pelo general Augusto Pinochet[788]. Seguindo sua tradição de não interferir em assuntos internos, o governo brasileiro não emitiu qualquer nota sobre os eventos no Chile. Em virtude da censura vigente, a imprensa nacional pouco informaria sobre pormenores do ocorrido naquele outro país sul-americano. A respeito do golpe, do relatório do Itamaraty constou apenas que[789], após "a eclosão do movimento militar de setembro de 1973", o Brasil providenciara "a remessa para o Chile de volume significativo de medicamentos, bem como de gêneros alimentícios de primeira necessidade"[790]. No dia 24 de setembro, os Estados

786 GILBERT, 2002, p. 496.

787 BELL, 2004, p. 483.

788 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 29.

789 KISSINGER (1982, p. 408) afirma que os Estados Unidos reconheceram o governo militar apenas depois de Brasil, Argentina, Peru, México, França e Suíça o terem feito.

790 BANDEIRA, 2003, p. 418, com base em várias fontes, entre as quais artigo de Marlise Simon no jornal *Washington Post* e livro do embaixador americano no Chile, Edward Korry, discorre sobre a ajuda que o Brasil teria prestado para a execução do golpe militar no Chile. Com relação ao envio de medicamentos, teriam também seguido em aviões brasileiros, membros da Polícia Federal e oficiais das Forças Armadas que teriam participado de interrogatórios e treinados chilenos em torturas.

Unidos anunciaram a "continuidade" das relações com o Chile, tendo Kissinger observado em suas memórias que, naquela ocasião, os governos do Brasil, Argentina, Peru, México, França e Suíça já haviam reconhecido o governo em Santiago[791].

Nos meses seguintes, 2.528 pessoas teriam sido presas ou mortas[792]. Membros da coalizão que elegera Allende (Unidade Popular) foram aprisionados ou se exilaram. Oposicionistas, fossem trabalhadores armados ou guerrilheiros, passaram a ser objeto de torturas e assassinatos. O êxodo dos que apoiavam o governo anterior e deixaram o país foi estimado em trinta mil pessoas[793].

Países amazônicos

Apesar dos cuidados da diplomacia brasileira, nem sempre prevalecia em áreas (não diplomáticas) do governo, o princípio de não intervenção em assuntos internos de outro país. O ex-embaixador brasileiro em La Paz, general Hugo Bethlem, acusou, em janeiro de 1971, o governo de Juan José Torres de estabelecer uma "ditadura socialista"[794]. A interferência brasileira na Bolívia em golpe de Estado naquele ano seria notada no exterior como uma exceção à regra de não intervenção historicamente respeitada pelo Brasil[795].

Na frente diplomática, a linha de ação brasileira era de aproximação e cooperação com os vizinhos, em especial os localizados ao norte da América do Sul. Essa política enquadrava-se nos

791 KISSINGER, 1982, p. 408.

792 GILBERT, 2002, p. 496.

793 WILLIAMSON, 1992, p. 505.

794 GASPARI, 2003, p. 347, com base em depoimento do general Newton Cruz, adido militar em La Paz entre 1971 e 1972, afirma que o Serviço Nacional de Informações teria intermediado o pouso de um avião militar brasileiro com armas para os conspiradores de Banzer.

795 HOLSTI, 1996, p. 155.

objetivos principais que o presidente Médici resumiu em Mensagem ao Congresso Nacional, em 31 de março, quando outorgou prioridade à "integridade do espaço geográfico", à "manutenção da integridade de seu espaço geográfico", à "preservação de sua segurança" e à busca de "acelerado desenvolvimento econômico, cultural e social". Para atingir esses objetivos, continuava a Mensagem, "opõe-se o Brasil à divisão do mundo em zonas de influência, considerando a paz condição essencial à conquista do progresso e conservando-se fiel ao preceito da solução pacífica das controvérsias, principal linha de atuação da sua diplomacia"[796].

Resolvido o último sequestro de diplomatas, parecia que a Chancelaria brasileira poderia retomar iniciativas diplomáticas, entre as quais a aproximação dos demais países amazônicos. Para tanto, o governo continuou a manter contatos com os integrantes da bacia amazônica, região que muitos militares, e mesmo civis, viam como objeto de cobiça internacional. Nesse contexto de busca de cooperação amazônica, em março, o ministro do Exterior da República do Peru, Edgardo de Mercado Jarrín, visitou oficialmente o Brasil.

A diplomacia brasileira perseguiu com tenacidade seus objetivos de acercamento dos países amazônicos. No curso desse trabalho persistente e gradual, convidou vários ministros do Exterior daquela região. Assim, visitou o Brasil, em maio, Aristides Calvani, da Venezuela, país que mais fora reticente ao regime militar brasileiro desde sua instalação sete anos antes. O ministro da Colômbia, Alfredo Vásquez Carrizosa, visitou o país em junho. Na semana seguinte, foi a vez do ministro do Equador, José María Ponce Yépez. Médici encontrou-se, em agosto, na cidade de Letícia, com o presidente colombiano, Misael Pastrana Borrero, tendo tratado de coo-

796 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 7.

peração amazônica e integração industrial[797]. Em meados do ano, completava-se o círculo de contatos andinos, com exceção do Chile, governado por Salvador Allende.

Na linha que vinha sendo defendida pelo governo brasileiro desde meados da década anterior, em discurso lido pelo embaixador George Alvares Maciel na Organização dos Estados Americanos, em abril de 1972, Mário Gibson Barboza defendeu a integração física da América do Sul. Disse que o governo brasileiro, "fiel a uma das mais altas tradições de sua política exterior", vinha desenvolvendo "o mais empenhado esforço de aproximação com os países do continente". Afirmou que um dos postulados básicos desse esforço era o da "necessidade premente do estabelecimento da integração física, superando o antigo conceito de vizinhança, pelo qual se consideravam vizinhas populações separadas por distâncias consideráveis e sem quaisquer possibilidades de contato humano". Esclareceu que, na execução dessa linha de ação, estava o Brasil construindo "caminhos de integração nacional", que seriam ao mesmo tempo as estradas que uniriam os brasileiros aos diferentes povos da América. As novas vias de acesso, prosseguiu, levariam às fronteiras da Guiana e da Venezuela; às linhas divisórias com o Peru e com a Colômbia; a uma ligação mais íntima das fronteiras com as da Bolívia, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai. Recordou que pela via interoceânica, já se havia estabelecido conexões regulares com os portos da América Central, tanto do Atlântico quanto do Pacífico[798].

As tentativas de acercamento dos países amazônicos persistiriam em 1973. O presidente Médici encontrou-se, em fevereiro, com o presidente da Venezuela, Rafael Caldera, no ponto da fronteira assinalado pelo marco BV-8. De lá, dirigiram-se à cidade

797 DIAS, 1984.

798 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, 1972, p. 111.

venezuelana de Santa Elena do Uairén onde inauguraram a estrada El Dorado-Santa Elena de Uairén-Marco BV-Boa Vista, primeira conexão terrestre entre os dois países[799]. Nesse trabalho de aproximação dos vizinhos amazônicos, em junho, o ministro Gibson Barboza visitou Caracas e manteve reuniões com o ministro do Exterior interino, José Alberto Zambrano Velazco. O ministro brasileiro efetuou visita oficial a La Paz em julho. Da declaração conjunta assinada no encontro constou a importação de gás natural boliviano pelo Brasil e a cooperação brasileira para implantação de complexo industrial em território boliviano, além de colaboração nos campos da tecnologia e dos transportes, entre outros[800]. Gibson visitou também a sede do Pacto Andino[801] e, em outra ação voltada à América do Sul, dirigiu carta, no dia 19, ao ministro de Minas e Hidrocarbonetos da Venezuela, Hugo Perez la Salvia, em que propôs uma cooperação entre as respectivas empresas de petróleo. Manifestou o desejo brasileiro de aumentar suas aquisições a longo prazo de petróleo e de colaborar na exploração e na comercialização do produto venezuelano[802].

América Central e Caribe

O Haiti atraiu brevemente a atenção hemisférica quando, em abril de 1970, ocorreu tentativa de golpe contra o presidente François Duvalier. Após a prisão de alguns de seus líderes no dia 24, o coronel Octave Cayard, comandante da guarda costeira, saiu ao largo com três de suas quatro unidades e lançou um ultimato ao presidente Duvalier em que exigiu sua renúncia. A sublevação durou 48 horas e se limitou ao bombardeio de alguns objetivos na capital, sem maiores consequências. Nos dias seguintes, vários

799 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 41.

800 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 27.

801 SELCHER, 1978, p. 261.

802 CERVO, 2001, p. 249.

envolvidos na tentativa de golpe refugiaram-se, em Porto Príncipe, nas Embaixadas do Brasil, México, Guatemala e Colômbia. No total, dez pessoas buscaram asilo na Embaixada brasileira inclusive a esposa e filhos de Cayard aos quais, no dia 27, foi concedido asilo[803].

Em iniciativa diplomática pioneira, Gibson Barboza visitou a América Central e o Caribe. Em julho de 1971, esteve em cinco países (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica). Assinou acordos comerciais e de cooperação técnica, bem como tratou da concessão de linhas de crédito para exportação e da questão do mar territorial. Informou seus interlocutores da intenção brasileira de estabelecer linha regular de navegação para a América Central[804]. Dando continuidade às sucessivas aproximações no continente americano, o ministro do Exterior visitou ainda, em novembro de 1971, Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname.

Estados Unidos: relações fluidas

O governo Emílio Garrastazu Médici coincidiu com o de Richard Nixon nos Estados Unidos. Como em geral acontecia nos governos republicanos em Washington, os regimes militares anticomunistas, como o brasileiro, contavam com explícito apoio americano e o relacionamento bilateral não enfrentava maiores dificuldades. Ademais, tal como vinha ocorrendo desde 1964, a grande preocupação americana não era a América Latina, mas a guerra no Vietnã, conflito para o qual Nixon buscava, com Henry Kissinger, fórmulas para concluí-lo. Ao final do período, a

803 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório* (1973, p. 20-21) informa que os aliados permaneceriam na Embaixada brasileira durante sete meses até a concessão dos salvo-condutos. Dos dez asilados, cinco vieram para o Brasil aonde chegaram em 14 de novembro, tendo os demais embarcado para os Estados Unidos da América.

804 BARBOZA, 1992, p. 303-304.

atenção do presidente americano seria voltada para sua própria sobrevivência política diante do crescimento do caso Watergate.

Em uma de suas primeiras ações diplomáticas em 1969, em gesto positivo com relação aos Estados Unidos, o presidente Médici fez declarações públicas de apoio a um discurso, pronunciado em 31 de outubro, no qual o presidente americano propusera cooperação interamericana em matéria de comércio[805]. Em carta ao mandatário estadunidense, o presidente brasileiro aceitou o convite para "um mais amplo intercâmbio, maior comunicação e, acima de tudo, um esforço novo e mais imaginativo no campo das relações interamericanas"[806].

Os temas latino-americanos, porém, continuavam a não ser uma prioridade para o governo Nixon que anunciou, em dezembro de 1969, a retirada de mais 50 mil membros das forças armadas no Vietnã[807]. De fato, até o final do ano, 75 mil militares seriam enviados de volta aos Estados Unidos. O assessor especial para assuntos internacionais de Nixon, Henry Kissinger, manteve, em Paris, em fevereiro de 1970, seu primeiro encontro secreto com o negociador norte-vietnamita, Le Duc Tho. Este apresentou exigência, então inaceitável para os Estados Unidos, de que, após um armistício, fosse formado um governo do qual fizessem parte os vietcongues[808]. Paralelamente, em março, aviões americanos bombardearam pesadamente a trilha Ho Chi Min. No início de abril, tropas americanas realizaram ataques secretos a redutos comunistas insurgentes no Laos, cuja neutralidade os Estados Unidos haviam se comprometido respeitar[809]. Apesar dessas ações,

805 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 5.

806 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 7.

807 GILBERT, 2002, p. 476.

808 GILBERT, 2002, p. 479.

809 BROGAN, p. 149.

Nixon anunciou, naquele mês, que 150 mil soldados americanos seriam retirados do Vietnã do Sul até o fim do ano.

Os Estados Unidos, que não bombardeavam o Vietnã do Norte havia um ano e meio, voltaram a fazê-lo em 2 de maio. Em ato inusitado, cerca de 200 funcionários do Departamento do Estado protestaram contra a decisão, enquanto estudantes realizaram manifestações em todo o país. Na Universalidade de Kent, Ohio, policiais do governo estadual atiraram, no dia 4, em estudantes que haviam invadido prédio utilizado para treinamento militar no campus. Quatro estudantes que se encontravam na manifestação foram mortos por tiros dos policiais. As mortes levaram a onda de protestos, greves e fechamento de 400 universidades. Uma marcha de 100 mil pessoas em Washington cercou a Casa Branca, no dia 10, para pedir o fim da intervenção no Camboja e da guerra no Vietnã. O próprio Nixon conversou com os manifestantes. O Congresso americano tomou a decisão de proibir que tropas terrestres entrassem no Camboja e no Laos, deixando, dessa forma, aos sul-vietnamitas a incumbência de atacar o caminho utilizado pelos vietcongues para alcançar o Sul através daqueles países vizinhos[810].

No que significariam novas mudanças nas relações do Brasil com os Estados Unidos, menos de um ano após ter sido sequestrado, em princípios de agosto de 1970, o embaixador Charles Burke Elbrick, alegando motivos de saúde, renunciou a seu posto. Seria substituído por William M. Rountree. Em dezembro, faleceu em Washington, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Mozart Gurgel Valente.

Alguns setores nos Estados Unidos se preocupavam cada vez mais com a questão de tortura no Brasil. Tendo esse tema como pano de fundo, por iniciativa do senador Frank Church, em maio de 1971, realizaram-se, no Congresso dos Estados Unidos,

810 GILBERT, 2002, p. 480.

diversas audiências para exame das relações bilaterais. Divulgou-se então dado de que a ajuda norte-americana ao Brasil em sete anos (2 bilhões de dólares entre 1964 e 1970) superara o montante dessa assistência durante os dezesseis anos anteriores (1,6 bilhão entre 1946 e 1961) e teria sido inferior apenas à concedida pelo governo americano ao Vietnã e à Índia[811]. Incitado por esses membros do Congresso americano, o governo americano reduziu drasticamente a ajuda externa ao Brasil, onde cessaram os serviços de fotografia aérea e de geodésia previstos no acordo cartográfico bilateral[812].

O tema do Sudeste Asiático mantinha, entretanto, o foco da capital americana. O jornal *The New York Times* publicou, em 13 de junho, os "Papéis do Pentágono", nos quais se afirmava que aquela guerra iria continuar, o que causou nova onda de protestos[813]. Em desenvolvimento relacionado ao Vietnã, em julho, Kissinger visitou Beijing e anunciou que a aproximação da China não visava a contrariar qualquer país, especialmente a União Soviética. Para observadores, o verdadeiro objetivo americano era conseguir que Beijing e Moscou pressionassem Hanói a concordar com um acordo de paz[814]. A economia americana enfrentava dificuldades decorrentes do longo envolvimento no Sudeste Asiático. Em agosto, Washington abandonou a conversibilidade do dólar em ouro. Nixon declarou, em novembro, terminado o papel ofensivo dos Estados Unidos no Vietnã e anunciou a retirada de 450 mil militares.

Apesar das relações amistosas, no plano bilateral, alguns problemas haviam se manifestado ao longo do ano, em especial, a contestação americana da extensão brasileira de seu mar territorial.

811 BLACK, 1977, p. 62.

812 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1970, p. 14-15.

813 GILBERT, 2002, p. 484.

814 YOUNG; KENT, 2004, p. 406.

Teria o Departamento de Estado sugerido a barcos pesqueiros norte-americanos que desconhecessem os novos limites por considerar a medida brasileira contrária ao Direito Internacional. Por seu turno, em ato igualmente considerado uma represália, a Câmara dos deputados americana aprovou a retirada americana do Acordo Internacional do Café[815].

Era essa a situação política americana quando, em dezembro, o presidente Médici visitou os Estados Unidos, a convite do presidente Richard Nixon[816]. Na saudação que proferiu ao chegar à Casa Branca, o presidente Médici afirmou que a aproximação incluía divergências. Disse que não podia a posição brasileira ser a mesma diante de todos os problemas internacionais, nem era isto o que se esperava "de franca e leal amizade". Propôs esforço para que as políticas fossem convergentes sem pretensão a uma "coincidência em todos os casos"[817].

Nos discursos que pronunciou, em almoço e em jantar que lhe foram oferecidos respectivamente pelo secretário de Estado e pelo presidente Nixon, Médici retomou a questão das divergências, bem como das formas de ampliar a cooperação. Exortou a que se falasse "a linguagem da verdade e da sinceridade", pois somente sobre esta base se conseguiria realizar "algo de permanente e duradouro". Anunciou ser chegado "o momento para a fixação de um novo ponto de partida nas relações pacíficas e amistosas entre o Brasil e os Estados Unidos da América". Notou que os mandatários haviam se reunido demoradamente, cônscios de que seus pontos de vista nem sempre seriam coincidentes. Informou que não perderam, porém, os presidentes "um só momento, o objetivo de procurar harmonizá-los e de integrá-los na mais

815 DIAS, 1984.

816 GASPARI (2003, p. 334) afirma ter sido Médici o primeiro general latino-americano a visitar Nixon.

817 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. V, 1971, p. 250.

ampla colaboração, não apenas benéfica para ambos os países, mas importante para o encaminhamento e solução dos problemas tanto do hemisfério quanto mundiais". Afirmou que a amizade dos dois países passara por "todas as provas da paz e da guerra" e os Estados Unidos sabiam que sempre encontrariam no Brasil "um aliado leal e competente"[818].

No brinde improvisado que lhe fez após jantar formal, o presidente Nixon afirmou que, para onde fosse o Brasil, iria a América Latina", expressão que Gibson Barboza mais tarde qualificaria de o "beijo da morte", pois exigiria trabalho para "desfazer, daí em diante, os receios e ciúmes dos nossos vizinhos"[819]. Com efeito, em Caracas, por exemplo, o presidente Rafael Caldera afirmou que seria "muito grave dos Estados Unidos estruturar sua política hemisférica sob a concepção determinada de certa hegemonia de um país dentro da grande família latino-americana"[820].

Por seu turno, o presidente Médici em discurso que proferiu em almoço que lhe ofereceu o vice-presidente, Spiro Agnew, foi específico quanto a temas tais como soberania e população. Afirmou que o povo brasileiro não tolerava "qualquer intervenção em assuntos de sua exclusiva jurisdição doméstica". Asseverou que, em face das "ameaças de interferência externa", o país adotaria medidas de segurança para se defender "das tramas e urdiduras daqueles que, por métodos violentos, inspirados de fora", buscavam, "ainda que em vão, perturbar a paz e tranquilidade" brasileiras e destruir as bases de uma "sociedade livre, orientada no sentido do progresso social e do desenvolvimento econômico". Observou que, com "uma taxa superior a 9% no crescimento anual do seu Produto Nacional Bruto, com seu parque industrial florescente;

818 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. V, 1971, p. 280.

819 BARBOZA, 1992, p. 288.

820 DIAS, 1984.

com seu crédito internacional restabelecido"; com um programa educacional que representava então "o mais alto investimento do orçamento da República"; com um "ambicioso plano de promoção social, destinado a reduzir as diferenças regionais e a proporcionar o bem-estar a cada família"; com uma população que aumentava dia a dia "para enfrentar as necessidades de ocupação de seu território", com "as dimensões e as características de um continente"; com a obra de "audácia e imaginação" com que cortava e ocupava sua região amazônica – o Brasil realizava "a única expansão a que tinha direito", mas à qual não podia renunciar: "a grande expansão que empreendia dentro de suas próprias fronteiras mediante o trabalho incessante de seu povo e com a colaboração da ciência, da tecnologia e dos recursos de todos os que se queiram unir a este nosso gigantesco esforço". Terminou sua alocução com a declaração de que o Brasil tinha "plena confiança em si mesmo"[821].

Apesar da viagem de Médici, as pressões no Congresso americano contra a ampliação do mar territorial brasileiro prosseguiram. Em fevereiro de 1972, a Câmara dos deputados americana aprovou uma medida que determinava que, no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os Estados Unidos votassem contra a concessão de créditos aos países que aprisionassem barcos pesqueiros norte-americanos em águas que Washington não considerasse serem territoriais[822].

O conflito no Sudeste Asiático aproximava-se de um desfecho. Tropas norte-vietnamitas e vietcongues apertaram o cerco a algumas cidades em abril, enquanto tropas sul-vietnamitas iniciariam retirada no norte do país. Nixon determinou ataques aéreos repentinos em torno de Hanói e Haifong enquanto suas propostas de paz eram rejeitadas em Paris. Aviões de fabricação soviética

821 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. V, p. 283-284.

822 DIAS, 1984.

atacaram os aviões americanos e, como saldo dessa batalha aérea, dez aviões de fabricação soviética e três americanos foram derrubados. Nixon enviou, em abril, Kissinger em missão secreta a Moscou. Em conversas com Brejnev, o enviado americano declarou que, como condição prévia e primeiro passo para iniciar negociações para terminar a guerra no Vietnã, as tropas norte-vietnamitas que haviam, no mês anterior, invadido o Sul deveriam se retirar. Brejnev transmitiu essa informação a Hanói que contestou não poder retirar tropas que haviam obtido vitórias à custa de muitas vidas. O presidente americano ordenou, no começo de maio, o reinício do bombardeio ao Vietnã do Norte e a colocação de minas no porto de Haifong.

Enquanto isso, na pauta bilateral com os Estados Unidos, crescia o número de pendências comerciais. O Brasil assinou, em 9 de maio, acordo com Washington sobre pesca de camarão. O documento limitou o número de barcos que poderiam pescar em águas brasileiras e estabeleceu níveis de pagamentos dos custos[823]. Os Estados Unidos não reconheceram naquele instrumento a soberania brasileira sobre mar territorial de 200 milhas, deixando a questão em suspenso até definição pelo direito marítimo, mas concordaram em pagar aluguel pelos direitos de pesca nessas águas[824].

Em Washington, a situação interna se complicou quando a polícia prendeu cinco homens que invadiram, em junho, a sede do Partido Democrata, instalada no Edifício Watergate. Republicanos negaram acusações de que a invasão fora aprovada por membros da campanha de Nixon. Nesse clima político e pensando em sua reeleição, o presidente americano anunciou que não mais seriam convocados militares para o Vietnã[825]. Tinha em vista o andamento

823 SCHNEIDER, 1976, p. 45.

824 PERRY, 1976, p. 54.

825 GILBERT, 2002, p. 491.

das negociações de paz em Paris que haviam sido retomadas em julho[826]. No mês seguinte, Kissinger disse ao primeiro-ministro sul-vietnamita, general Nguyen Van Thieu que os Estados Unidos concluiriam rapidamente o acordo, se Hanói aceitasse as propostas de Nixon, tal como haviam sido apresentadas[827].

Entrementes, as relações brasileiras com o governo de Washington fluíam sem dificuldades. Em julho, os dois países haviam assinado um acordo de cooperação para uso pacífico da energia nuclear[828] e, em setembro, foi acertada a construção pela empresa Westinghouse de usina nuclear em Angra dos Reis[829]. Os passos para essa "nuclearização" (pacífica) ainda eram incipientes, pois, pelo acordo, o Brasil adquiriria uma usina nuclear, com reator de urânio enriquecido e potência de 626 megawatts[830], mas esse combustível deveria ser importado e não fabricado no país[831]. O governo americano negou pedido da Westinghouse de construir fábrica de urânio enriquecido no Brasil, por não ter o país assinado o Tratado de Não Proliferação Nuclear.

Naquele momento, os Estados Unidos tentavam apressar o desfecho do conflito asiático. Le Duc Tho propôs a Kissinger, em outubro, os termos de um acordo que este achou aceitável[832]. Washington concordaria em que uma retirada mútua de forças do Vietnã do Norte não mais seria exigida como pré-condição para um cessar-fogo. De sua parte, os norte-vietnamitas concordariam em não insistir na renúncia do primeiro-ministro sul-vietnamita,

826 YOUNG; KENT, 2004, p. 417.

827 KISSINGER, 1994, p. 693.

828 VIZENTINI, 2004, p. 194.

829 GARCIA, 1999, p. 153.

830 BANDEIRA, 1989, p. 201.

831 COSTA (2004) informa que a construção de Angra I, com capacidade de 657 MW, foi iniciada em 1971 e começou a operar comercialmente em 1985.

832 GILBERT, 2002, p. 492.

general Thieu. Kissinger e Le Duc Tho concordaram, no dia 12, os termos para um acordo[833]. O negociador americano viajou a Saigon para obter a aprovação por parte de Thieu. O líder sul-vietnamita não concordou e criticou o tratado proposto, bem como insistiu na retirada dos comunistas do Vietnã do Sul. A despeito dessa reação, Kissinger anunciou, no dia 26, que a paz no Vietnã estava próxima[834].

Apesar do caso Watergate, Richard Nixon foi reeleito, em novembro, com enorme margem sobre seu adversário democrata, George McGovern. Teria pesado a seu favor o fato de ter, em quatro anos, reduzido de 550 mil para apenas 24 mil o número de militares no Vietnã[835]. Em Paris, prosseguiram, em dezembro, as conversações para a paz. Le Duc Tho suspendeu as negociações e retornou a Hanói para consultas. Nixon preveniu os norte-vietnamitas de que teriam 72 horas para retomar as conversas ou enfrentar graves consequências. Com efeito, os Estados Unidos bombardearam fortemente o Vietnã do Norte por onze dias, exceto no dia de Natal. Em reação, os norte-vietnamitas declararam que somente retornariam à mesa de negociação caso cessasse o bombardeio[836].

As negociações acabaram por ser retomadas e, nos encontros finais realizados em Paris em janeiro de 1973, os Estados Unidos e o Vietnã do Norte alcançaram finalmente um acordo de paz[837]. Washington suspendeu, no dia 15, todas as ações militares no

833 YOUNG; KENT, 2004, p. 422.

834 GILBERT, 2002, p. 493.

835 JOHNSON, 1985, p. 648, com base em Leslie H. Gelb e Richard K. Betts. *The Irony of Vietnam: the System Worked*.

836 GILBERT, 2002, p. 493-94.

837 YOUNG; KENT, 2004, p. 422.

Vietnã do Norte[838]. De retorno à sua capital, depois de encontro com Le Duc Tho, o assessor presidencial norte-americano Henry Kissinger anunciou, no dia 23, o acordo de cessar-fogo. O documento foi assinado, no dia 27, em Paris, por todas as partes em litígio (Estados Unidos, Vietnã do Norte, Vietnã do Sul e o Conselho Provisório Revolucionário do Vietnã do Sul). A fronteira entre os dois Vietnãs (Paralelo 17) foi descrita como "provisória e não uma fronteira política ou territorial". Uma cláusula do acordo estipulou que os norte-vietnamitas liberariam todos os prisioneiros de guerra e que todas as tropas americanas seriam retiradas do Vietnã do Sul. Previu, além disso, o fim de intervenção militar estrangeira no Laos e no Camboja e o estabelecimento de uma força internacional para supervisionar a trégua.

Os americanos começaram, ainda em janeiro, a retirar suas forças remanescentes do Vietnã. Entre 1965 e 1973, o número de baixas havia alcançado os totais de 922 mil norte-vietnamitas, 231 mil sul-vietnamitas e 55 mil americanos[839]. Os primeiros de quase 600 prisioneiros de guerra americanos foram liberados em fevereiro[840]. Em 29 de março, o último militar americano deixou o Vietnã[841], mas as lutas entre sul-vietnamitas e norte-vietnamitas prosseguiram, sem observância do cessar-fogo acordado[842].

No meio tempo, as relações do Brasil com os Estados Unidos se mantinham próximas. Em abril, o país assinou com o governo

838 GILBERT, 2002, p. 494.

839 De 1965 a 1973 os Estados Unidos perderam 45.948 pessoas em combate; 303.640 ficaram feridas; 10.298 morreram não em combate. Entre os sul-vietnamitas, 184.546 morreram em combate e 495.931 ficaram feridos. Quanto aos vietcongues e norte-vietnamitas, 937.562 perderam a vida em combates; 415.000 civis foram mortos e 935.000 foram feridos. O maior contingente americano atingiu 543.000 pessoas (1969) e os Estados Unidos gastaram o total de 109,5 bilhões de dólares entre 1965 e 1973.

840 GILBERT, 2002, p. 495.

841 YOUNG; KENT, 2004, p. 422.

842 BELL, 2004, p. 297.

de Washington, um acordo sobre cooperação no campo de investigação, relativo ao sensoriamento remoto e um memorando de entendimento entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Agência Espacial dos Estados Unidos. O Itamaraty participou dos entendimentos para a assinatura desse último, que permitiria a continuidade das atividades de rastreamento de satélites de São José dos Campos e a execução do projeto-geração e propagação de ondas de rádio de baixa frequência[843].

Em frase que resumia o estado das relações entre Brasília e Washington naquele momento, o secretário de Estado americano, William Rogers, em visita ao Brasil, em maio, declarou que não havia problemas entre os dois países[844]. Na verdade, porém, já tinham tido início questões comerciais que, pouco a pouco, iriam compor, anos depois, uma carregada agenda de disputas comerciais. Uma dessas questões teve origem quando a Associação Americana de Indústrias de Calçados apresentou, em julho, ao Departamento do Tesouro, uma reclamação contra a concessão pelo governo brasileiro de subsídios às exportações brasileiras de calçados de couro para o mercado americano, alegando caber, na forma de lei americana, a aplicação de direitos compensatórios[845].

A situação doméstica em Washington se agravava em função do escândalo Watergate, mas, no plano internacional, a política externa de Kissinger ganhava notoriedade. Assim, de um lado, Nixon concordou, em agosto, em entregar fitas gravadas sobre o caso. De outro lado, por seus esforços diplomáticos, Kissinger e Le Duc Tho receberam o Prêmio Nobel da Paz (recusado pelo segundo). Logo depois, em setembro de 1973, o ministro Mário Gibson Barboza embarcou para Nova York, onde, nas Nações Unidas, além

843 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 17-18.

844 WESSON, 1981, p. 60, com base em *Visão* de 11 de junho de 1973.

845 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1974, p. 128.

de abrir o debate geral, deveria encontrar Henry Kissinger, recém-empossado no cargo de secretário de Estado.

No plano interno, a cada momento ocorriam novos fatos negativos para o governo de Washington. Em outubro, durante a guerra do Yom Kipur no Oriente Médio, o vice-presidente americano, Spiro Agnew, era obrigado a renunciar sob acusações de corrupção[846]. No plano externo, dando cumprimento à determinação do Senado americano que aprovara bloqueio de fundos para ações militares no Camboja, os Estados Unidos[847] cessaram, em outubro, o bombardeio àquele país[848].

Uma reunião de Ministros do Exterior latino-americanos realizou-se em Bogotá, em meados de novembro, com o apoio céptico do Brasil e com inusitado objetivo de preparar uma pauta para encontro a ser realizado com o secretário de Estado americano, Henry Kissinger. Foram selecionados os seguintes temas para o encontro com o chefe da diplomacia americana programado para o ano seguinte:

a) cooperação para o desenvolvimento;
b) medidas coercitivas de caráter econômico;
c) reestruturação do Sistema Interamericano;
d) solução da questão do Canal do Panamá;
e) estrutura do comércio internacional e sistema monetário;
f) empresas transnacionais;
g) transferências de tecnologia; e
h) panorama geral das relações entre a América Latina e os Estados Unidos[849].

846 YOUNG; KENT, 2004, p. 425.

847 GILBERT, 2002, p. 495.

848 VADNEY, 1987, p. 335.

849 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 100.

As atenções do governo americano para questões externas, entretanto, se reduziriam. Enquanto Kissinger tratava do Oriente Médio, Nixon já se preocupava com sua própria sobrevivência política, diante do crescimento do caso Watergate. Recusou-se, em janeiro de 1974, a entregar ao Comitê do Senado gravações e documentos relativos a reuniões mantidas na Casa Branca. Afirmou, no dia 30, que "um ano de Watergate era suficiente".

A ideia de um "diálogo" a ser mantido pelos ministros do Exterior latino-americanos com o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, prosseguiu com a realização, em fevereiro, no México, de uma conferência ministerial. O embaixador Georges Maciel descreveria, não sem ironia, o ocorrido na reunião. Informou que o "Novo Diálogo" se iniciara a 15 de fevereiro de 1974, sob a presidência do ministro do Exterior do México. Caracterizou o desenrolar dos acontecimentos de "quase cômicos". Contou que, realizado o "debate geral", reuniu-se logo "um grupo de redação sob a presidência de um dos membros da Delegação do Brasil que, após doze horas de trabalho ininterruptos, apresentou, aos ministros informalmente reunidos, um projeto de declaração conjunta, a qual, por insistência do representante dos Estados Unidos, reproduzia amplamente diversos trechos dos discursos de Kissinger em plenário". Descreveu como o secretário de Estado, entretanto, "foi cortando fleumaticamente todos os trechos assim originados, até que pouco sobrou do projeto". Relatou como, às pressas, "pois o plenário se reuniria em pouco tempo", procurou-se "arrumar um novo texto de declaração". Disse que, ao "iniciar-se a sessão plenária, ainda não estava terminado o novo texto, mas o ministro do Exterior mexicano deveria usar logo da palavra afim de aproveitar boa posição do satélite de comunicações que transmitiria seu discurso, e nem o presidente brasileiro do grupo de redação, nem o secretário-geral da Conferência tinham a possibilidade de dar conhecimento ao plenário do esperado texto, ficando assim

sem poder atender aos inúmeros e insistentes apelos do ministro do Exterior mexicano". Contou, por fim, como o ministro mexicano "leu seu discurso de encerramento para o satélite, sem que os demais ministros tivessem ainda visto a declaração final"[850].

Europa: comércio e cooperação

O relacionamento brasileiro com a Europa apresentaria, entre 1969 e 1973, os seguintes fatos de maior relevância:

a) os primeiros passos para uma cooperação técnica com a República Federal da Alemanha;

b) entendimentos para um acordo comercial com a Comunidade Econômica Europeia;

c) estabelecimento de relações diplomáticas com a República Democrática Alemã; e,

d) sobretudo, o início de uma revisão da política em relação a Portugal e suas então colônias.

No Leste Europeu, as esperanças de abertura concentravam-se na *ostpolitik* do chanceler (primeiro-ministro) alemão, o socialdemocrata Willy Brandt[851], que buscava ampliar as iniciativas de contatos com o bloco socialista, tomadas quando ministro do Exterior no governo de seu antecessor, Kurt Kiesinger[852]. Pelo Tratado de Moscou, de agosto de 1970, a República Federal da Alemanha reconheceu *de facto* as anexações de território alemão pela

850 MACIEL, 2000, p. 262.

851 YOUNG; KENT, 2004, p. 329, lembram que Willy Brandt, que fora prefeito de Berlim e ministro das Relações Exteriores, tornou-se primeiro-ministro em outubro de 1969.

852 YOUNG; KENT, 2004, p. 290.

União Soviética e pela Polônia[853]. Brandt[854] assinou, em dezembro daquele ano, com o governo de Wladislaw Gomulka, o Tratado de Varsóvia pelo qual o governo de Bonn reiterou a garantia da inviolabilidade da fronteira ocidental da Polônia[855] e desistiu de sua reivindicação de Danzig (Gdansk), Stettin e Breslau, assim como da Prússia Oriental e da Silésia. No final do mês, Gomulka seria substituído por Edward Gierek[856] e tropas do exército polonês ocupariam os estaleiros de Gdynia.

A cooperação científico-tecnológica do Brasil com a República Federal da Alemanha se dinamizou em 1970. A Comissão Nacional de Energia Nuclear promoveu com o Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, em julho e agosto, um ciclo de conferências, duas das quais realizadas no Itamaraty. A cooperação se estendeu também aos setores de oceanografia, aeroespacial e de computação eletrônica[857]. A cooperação técnica teria outro impulso, em abril de 1971, quando de visita oficial do ministro do Exterior da República Federal da Alemanha, Walter Scheel. Durante o encontro, a Comissão de Energia Nuclear brasileira assinou acordo com o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich[858]. Em 1972, a cooperação se ampliaria ainda mais quando da vinda ao Brasil, em junho, do secretário de Estado Hans-Hilger Haunschild, do Ministério Federal de Educação e da Ciência. Naquele ano, foram empreendidas várias ações bilaterais inclusive a vinda de um navio nuclear alemão e a

853 PALMOWSKI, 2003, p. 239.

854 YOUNG; KENT, (2004) nota que Willy Brandt recebeu o Prêmio Nobel da Paz em outubro de 1971 por sua *Ostpolitik*.

855 PALMOWSKI, 2003, p. 239.

856 BROGAN, p. 356.

857 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1970, p. 70.

858 SCHNEIDER, 1976, p. 92.

realização de um seminário sobre propulsão naval nuclear[859]. Tal cooperação iria desembocar, três anos depois, na assinatura de um amplo e ambicioso acordo nuclear com a República Federal da Alemanha.

Em maio de 1971 o Brasil apresentou proposta de abertura de negociações de um acordo comercial não preferencial com a Comunidade Econômica Europeia. O desejo brasileiro de entendimentos – expresso em instruções ao embaixador junto àquela entidade em Bruxelas, Antônio Corrêa do Lago – avançou em consequência da visita ao Brasil, em setembro, do responsável pelas relações exteriores na Comissão Europeia, Ralf Dahrendorf. Aquela autoridade comunitária foi recebida pelo presidente da República e pela comissão de relações exteriores do Senado[860]. No final de 1972, o governo enviou o secretário-geral das Relações Exteriores às capitais dos seis Países-Membros, com uma carta do ministro de Estado em que este expressava preocupação pela dificuldade de entrada na Comunidade para certos produtos brasileiros. Em dezembro, o Conselho de Ministros Europeus tomou decisão favorável, em princípio, ao início das negociações[861].

Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega ingressaram, em janeiro de 1973, na Comunidade Europeia. A ampliação criou um mercado de cerca de 250 milhões de pessoas, que passou a responder por 20% do mercado mundial[862]. A relação do Brasil com essa nova potência econômico-comercial a enfrentava dificuldades. A agência espanhola de notícias (EFE), informou, em março, que o ministro Gibson Barboza suspendera viagem programada à República Federal da Alemanha, França e Espanha

859 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 31-33.

860 CAVALCANTI, 1996, p. 185.

861 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 108.

862 YOUNG; KENT, 2004, p. 438.

em razão de atrasos na negociação de um acordo comercial com a Comunidade Econômica Europeia, em curso havia dezoito meses. O Itamaraty negou a veracidade da notícia, mas a agência espanhola manteve sua versão, acrescentando a informação de que uma das dificuldades para um acordo seria a questão de fretes marítimos, uma vez que o Brasil não aceitava as exigências europeias de eliminação de incentivos fiscais que beneficiavam a contratação de fretes marítimos e seguros brasileiros nas exportações.

As negociações de um acordo comercial entre o Brasil e a Comunidade Econômica Europeia avançaram e, finalmente, concluíram-se em dezembro[863]. No dia 19, foi assinado acordo comercial não preferencial entre as duas partes. Dispôs sobre a inclusão de café solúvel e manteiga de cacau no esquema de preferências generalizadas da Comunidade Econômica Europeia[864]. O acordo seria aprovado pelo Parlamento Europeu com os votos contrários apenas dos deputados comunistas. Em discussão naquele foro, o encarregado das Relações Exteriores na Comissão, Sir Christopher Soames, defendeu o acordo contra acusações de desrespeito aos direitos humanos no Brasil, com o argumento de que, se a Comunidade Econômica Europeia fosse limitar o comércio aos países que os respeitassem, reduziria muito suas parcerias comerciais. As críticas na Europa ao governo militar brasileiro vinham aumentando, tendo havido durante a Feira de Bruxelas manifestações contra o país, que resultaram na invasão do Consulado em Antuérpia, do escritório da Viação Aérea Riograndense (Varig) e, até mesmo, do escritório do primeiro-ministro belga[865].

863 CAVALCANTI, 1996, p. 186.

864 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 122.

865 CAVALCANTI, 1996, p. 186-87.

Entrementes, aumentava o acercamento entre Leste e Oeste. Em dezembro de 1971, a Organização do Tratado do Atlântico Norte concordou com o Pacto de Varsóvia a respeito da realização de uma Conferência Europeia sobre Segurança e Cooperação[866]. A República Federal da Alemanha e a República Democrática Alemã assinaram em janeiro de 1972, acordo pelo qual regularizaram suas relações comerciais[867]. Até o final do ano, as duas Alemanhas assinaram o Tratado Básico pelo qual uma reconheceria a existência da outra, embora o governo de Bonn continuasse a clamar em favor da autodeterminação para todo o povo alemão[868].

Em discurso pronunciado em 1972, Gibson Barboza notou que o Brasil buscava "maior número de parceiros comerciais" e sublinhou que a aproximação "estritamente comercial" da União Soviética prosseguia. Ressaltou, nesse sentido, a assinatura, em outubro daquele ano, de um "Acordo sobre Transportes Marítimos" entre os dois países[869].

A Europa, em clima de *ostpolitik* e *détente*, realizou, em julho de 1973, em Helsinki, a Conferência sobre Segurança e Cooperação. Participaram todos os Estados europeus, exceto a Albânia, além dos Estados Unidos e Canadá[870]. Nesse clima de entendimento, as Nações Unidas concederam, em setembro, assento às duas Alemanhas como países separados[871]. O Brasil se aproveitou dos resultados da *ostpolitik* do governo de Willy Brandt na República

866 YOUNG; KENT, 2004, p. 299.

867 VADNEY, 1987, p. 418.

868 PALMOWSKI, 2003, p. 239.

869 GUIMARÃES, 2000, p. 405.

870 DEFARGES, 2003, v. 2, p. 29.

871 VADNEY, 1987, p. 418.

Federal Alemã e[872] estabeleceu, em outubro, relações diplomáticas com a República Democrática Alemã.

O relacionamento com Portugal no período de Médici e Gibson Barboza teria relevante significado para a política externa tanto em relação àquele país quanto às suas colônias africanas. Tal como em governos anteriores, continuariam a ser frequentes os contatos entre Rio de Janeiro e Lisboa e o presidente Médici, por mensagem ao Senado, em novembro de 1969, indicou para o cargo de embaixador em Portugal o Professor Gama e Silva, ex-ministro da Justiça e um dos autores do Ato Institucional nº 5[873].

As relações prosseguiram estreitas, embora aos poucos o tom fosse sendo alterado. Em visita a Lisboa, em julho de 1970, Gibson Barboza manteve encontro com seu homólogo, o ministro Rui Patrício, ocasião em que deu continuidade a entendimentos iniciados quando da visita do primeiro-ministro Marcelo Caetano ao Brasil[874]. A preocupação central do governo português era a questão de suas colônias na África. Quando o ex-primeiro-ministro, Antônio de Oliveira Salazar (que nunca se recuperara de um enfarte dois anos antes) faleceu, no dia 27, o país mantinha mais de 200 mil militares na África envolvidos em conflitos para manter as colônias[875].

De sua parte, o governo brasileiro tinha interesse na ampliação das relações com as províncias ultramarinas portuguesas. O presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), general Ernesto Geisel, submeteu a Médici pedido de autorização para que aquela estatal participasse da exploração de petróleo em Angola, então território português. Em reunião do Conselho de Segurança

872 GARCIA, 1999, p. 54.

873 BRANCO, 1977, v. II, p. 379.

874 SELCHER, 1974, p. 180.

875 PALMOWSKI, 2003, p. 522.

Nacional, no dia 1º de setembro, o ministro Mário Gibson Barboza opôs-se à ideia por entender que a situação naquele território era instável, pois havia conflitos entre facções de grupos que lutavam por sua independência. Para o ministro do Exterior brasileiro, nesse contexto, a atuação da empresa do governo brasileiro poderia ser vista como reforço ao colonialismo de Lisboa em momento de busca de desengajamento brasileiro. Médici apoiou Gibson Barboza[876].

O titular do Itamaraty visitou Lisboa em julho de 1971. Levou mensagem pela qual o presidente Médici solicitou ao presidente Américo Tomás a entrega ao Brasil dos restos mortais de D. Pedro I. O presidente português concordou com a entrega e informou que iria pessoalmente acompanhar "o português da dinastia de Bragança" que regressava "ao país de que foi o primeiro soberano e erigiu um império"[877].

Para coroar os esforços de aproximação do governo de Lisboa, depois de várias negociações e alterações das legislações em ambos os países[878], no dia 7 de setembro, Gibson Barboza assinou com o ministro do Exterior de Portugal, Rui Patrício, a "Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses". Na declaração conjunta, o instrumento foi chamado de "o mais importante passo" dado até então pelos dois países no "esforço comum para o estabelecimento de normas ordenadoras das aspirações e interesses imanentes à Comunidade Luso-Brasileira"[879].

O relacionamento bilateral com Portugal atingiu patamares elevados em 1972, ano em que se celebraram 150 anos da independência brasileira. O presidente de Portugal, Américo

876 CAMPOS, 1994, p. 961-62, com base em livro de Alberto Tamer que relata a reunião.

877 MAGALHÃES, 2000, p. 320.

878 SELCHER, 1974, p. 180.

879 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. V, 1971.

Tomás, visitou o Brasil em fins de abril. Trouxe, a bordo do navio *Funchal*[880], os restos mortais de D. Pedro I para as comemorações do Sesquicentenário da Independência e celebrou a entrada em vigor da "Convenção sobre a Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses"[881]. Nem do discurso em que o presidente Médici saudou o visitante durante jantar que lhe ofereceu no dia 24 de abril, nem da declaração conjunta constou qualquer menção às províncias ultramarinas portuguesas[882]. Este último documento incluiu, no entanto, a ampliação do sistema de consultas sobre questões internacionais prevista no tratado bilateral de 1953[883]. O ano do Sesquicentenário da Independência propiciaria ainda outra aproximação entre Brasília e Lisboa, pois o primeiro-ministro de Portugal, Marcelo Caetano, viajou para o Brasil a fim de participar das comemorações do dia 7 de setembro[884].

A caminho do Oriente Médio, em 1973, Gibson passou por Lisboa, onde manteve outro encontro com o ministro do Exterior português, Rui Patrício. Confirmou o caráter especial das relações com Lisboa, mas afirmou que isso não significava alinhamento com a posição portuguesa sobre suas colônias na África. Chegou a mencionar o recurso ao voto nas Nações Unidas para marcar a dissociação de Portugal em relação ao problema colonial. Patrício acatou sugestão de Gibson de encontrar-se com chefes de Estado ou ministros das Relações Exteriores africanos, ou mesmo com a Organização da Unidade Africana para discutir o

880 MAGALHÃES, 2000, p. 321.

881 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 42 e Wayne A. Selcher. *The Afro-Asian Dimension of Brazilian Foreign Policy*, p. 180.

882 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. VI, 1972, p. 136-39.

883 SELCHER, 1974, p. 180.

884 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 44.

problema, afirmando, entretanto, que não aceitaria dialogar com representantes de movimentos rebeldes[885].

Quando esteve em Nairóbi, no começo de fevereiro, o ministro brasileiro tratou da realização de uma reunião entre seu colega português, Rui Patrício, com ministros do Exterior africanos para discutir o problema das colônias portuguesas. A proposta teve bom acolhimento do ministro queniano, Njoroge Mungai. Em discurso que pronunciou em almoço oficial, Gibson Barboza afirmou que o Brasil se recusava "a ser arrolado como parte de 'terceiro mundo', de uma humanidade especial e separada"[886].

O ministro brasileiro efetuou, em abril, nova visita a Portugal. Manteve encontros com Rui Patrício e com o presidente Marcelo Caetano a quem afirmou que Portugal deveria conceder autonomia e independência política aos territórios africanos. O dirigente lusitano respondeu que haveria golpe militar em Portugal se assim procedesse e pediu a Gibson que prosseguisse os esforços para que Rui Patrício encontrasse com seus colegas africanos. Afirmou também ser o caso da Guiné portuguesa distinto dos demais, pois poderia se tornar independente, não fosse o temor de que viesse a ser anexada por Guiné Conacri, de Sekou Touré. Ao retornar ao país, Gibson conversou com o embaixador do Senegal e revelou-lhe os temores portugueses. O diploma senegalês obteve de Senghor carta em que negou a hipótese levantada por Caetano e afirmou que a África toda se oporia militarmente a que isso ocorresse. Gibson mostrou a carta de Senghor ao embaixador de Portugal, Hermano Saraiva[887].

Na constante troca de visitas com Lisboa, em meados de maio, o presidente Médici retribuiu a visita do presidente de

885 BARBOZA, 1992, p. 380-81.

886 BARBOZA, 1992, p. 336.

887 BARBOZA, 1992, p. 383-90.

Portugal, Américo Tomás. Esteve em diversas cidades portuguesas durante uma semana. Em comunicado conjunto, os dois Chefes de Estado condenaram o terrorismo e a discriminação racial, religiosa ou social, ressaltaram o direito de os países em desenvolvimento defenderem seus recursos naturais e auferirem benefícios do comércio internacional e expressaram o propósito de fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira[888].

Por meio de Exposição de Motivos ao presidente da República, Gibson Barboza opôs-se, em novembro, a que o Brasil vendesse veículos blindados ao governo português que os utilizaria para reprimir revoltas nas suas colônias[889]. No mês seguinte, perguntado sobre a posição brasileira de intermediação entre Portugal e suas colônias africanas, o primeiro-ministro Marcelo Caetano, teria respondido com ironia e oferecido para intermediar entre o governo brasileiro e a guerrilha de esquerda existente no Brasil[890].

No plano interno português, a situação começaria a dar sinais de mudança. Em fevereiro de 1974, protestos de comandantes do Exército (generais Spínola e Gomes) foram apoiados por um grupo de jovens oficiais – o Movimento dos Capitães, que se transformou no Movimento das Forças Armadas e preparou golpe militar[891], a bem-sucedida Revolução dos Cravos de abril de 1974.

África: proposta sobre o colonialismo português

No continente africano, além do problema do *apartheid* na África do Sul, chamavam a atenção da diplomacia internacional as

888 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 60.

889 BARBOZA, 1992, p. 372.

890 SARAIVA, 1996, p. 173.

891 PALMER, 2002, p. 420.

questões de Biafra, Rodésia, Namíbia e, sobretudo, a manutenção do colonialismo português. Biafra rendeu-se, em janeiro de 1970, ao governo central da Nigéria. O líder do movimento da separação da província fugiu para a Costa do Marfim, mas suas tropas permaneceram naquele território, saqueando e cometendo outros atos ilegais. O governo de Lagos determinou execuções públicas com o objetivo alegado de diminuir a anarquia. Na Rodésia do Sul, o governo de Ian Smith (que declarara a independência do país cinco anos antes) proclamou, em 2 de março, o país uma república[892]. O Reino Unido pediu, no dia seguinte às Nações Unidas, que o novo regime rodesiano não fosse reconhecido e que fossem condenados os "atos ilegais do regime racista minoritário". O Conselho de Segurança das Nações Unidas exortou os membros da organização a não reconhecerem o regime de Smith. A decisão multilateral foi acatada, exceto por Portugal e pela África do Sul[893].

A questão do colonialismo português continuava a chamar a atenção internacional. Soldados portugueses atacaram, no início de dezembro, Conacry, na Guiné, onde se encontravam líderes do Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde. A ação portuguesa levaria Cuba e União Soviética a iniciarem apoio tanto ao governo de Sekou Touré, na Guiné, quanto àquele Partido[894].

A atitude da África do Sul irritava a opinião pública mundial não apenas em razão do *apartheid*, mas também por estender esse regime ao sudoeste africano. Parecer da Corte Internacional de Justiça concluiu, em junho de 1971, que estava juridicamente correta a decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de denunciar o mandato da África do Sul sobre a Namíbia[895]. Aquele

892 PALMOWSKI, 2003, p. 588.

893 GILBERT, 2002, p. 481.

894 MAXWELL, 1999, p. 276.

895 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 277.

território africano seria ainda objeto de outra importante decisão naquele ano, quando as Nações Unidas reconheceram, como o "único representante do povo da Namíbia", a Organização do Povo do Sudoeste Africano para a Namíbia, fundada, cinco anos antes, por Sam Nujoma e Herman Toivo Ja Toivo[896].

O ministro Gibson Barboza propôs, em dezembro, ao presidente Médici nova política com relação ao problema do colonialismo português. Sugeriu o aumento da presença brasileira na parte atlântica da África, em especial na Costa do Marfim, Camarões, Daomé, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire (antigo Congo que naquele ano mudara de nome). Solicitou autorização para visitar esses países com o objetivo de aproximar as relações comerciais, de cooperação e mecanismos de consulta sobre produtos primários[897].

Em 1972, várias foram as atividades do Itamaraty concernentes à África. Estabeleceram-se relações diplomáticas com o Zaire, tendo sido aberta Embaixada em Kinshasa, para onde foi designado o embaixador Braulino Botelho Barbosa. Coordenou-se cooperação brasileira ao Senegal que passava por grave seca. O ministro do Exterior brasileiro recebeu, entre outras autoridades africanas, em maio, o ministro do Exterior da África do Sul, Higard Müller; e, em agosto, o ministro das Relações Exteriores do Quênia, Nyoroge Mungay[898].

Aprovada a viagem de Gibson Barboza ao continente africano, as colônias portuguesas foram excluídas do roteiro de visitas. Para que o périplo não fosse prejudicado por repercussão de manobras navais conjuntas que o Brasil faria com Portugal perto de Cabo Verde, o titular do Itamaraty conseguiu de Médici a decisão de cancelá-las[899].

896 PALMER, 2002, p. 375.

897 BARBOZA, 1992, p. 348.

898 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 68-69.

899 GARCIA, 1999, p. 167.

Antes de partir, o ministro concedeu entrevista à imprensa durante a qual respondeu pergunta a respeito das relações luso-brasileiras e as consequências para a política do primeiro na África. Disse que os países africanos sabiam dos vínculos especiais que ligavam o Brasil a Portugal. Ousou acrescentar que a "nenhum estadista africano ocorreria incriminar o Brasil pela existência dessas relações especiais com Portugal, assim como não seria igualmente pertinente que os portugueses pretendessem, em nome delas, que o Brasil não intensificasse suas relações com países africanos". Afirmou que a política externa do país era "ditada por seus exclusivos interesses nacionais" e não poderia "aceitar que problemas existentes entre outros países", e a que estava alheio "por não participar de sua decisão", comprometessem ou dificultassem seu relacionamento bilateral com cada um deles[900].

Em uma de suas mais relevantes iniciativas diplomáticas, Gibson Barboza visitou, pois, entre outubro e novembro, nove países africanos[901]. Assinou comunicados-conjuntos dos quais constaram os seguintes pontos:

a) apoio a princípios gerais, tais como igualdade jurídica dos Estados, autodeterminação dos povos, não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, solução pacífica das controvérsias, repúdio a todas as formas de discriminação racial, social e cultural;
b) fortalecimento das Nações Unidas;
c) transferências de tecnologia dos países industrializados para os países em desenvolvimento;

900 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. VI, 1972, p. 278.

901 MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 321, informa que a viagem durou de 25 de outubro a 22 de novembro e dela participaram: Wladimir Murtinho, Paulo Tarso Flecha de Lima, Rubens Ricupero, Alberto da Costa e Silva entre outros.

d) direito soberano dos Estados a proteger e dispor livremente de seus recursos naturais;

e) condenação das tendências protecionistas por parte de alguns países industrializados;

f) reafirmação do direito dos povos à autodeterminação e à independência;

g) reordenamento do comércio internacional em bases mais justas e equitativas; e

h) necessidade de estreita cooperação entre os países fornecedores de produtos primários para a obtenção de preços justos e estáveis[902].

Em Gana, Gibson Barboza ouviu acusações contra a política brasileira por manter aliança com Portugal na sua guerra colonial e ser favorável a um possível Tratado do Atlântico Sul do qual fariam parte o Brasil, Portugal e a África do Sul. O ministro brasileiro negou a veracidade de ambas[903]. Segundo seu relato, foi na Nigéria que encontrou no ministro do Exterior Arikpo a "mais dura posição contra Portugal". Essa adversidade tinha se agravado em razão do apoio que Lisboa teria dado à Biafra através de territórios portugueses, principalmente por São Tomé e Príncipe. Para Gibson, conservara Arikpo um "forte ressentimento contra Portugal e o seu regime colonial na África, só comparável ao sentimento em relação à França, que interveio abertamente no conflito, tomando o partido de Biafra". Apesar disso, acrescentou o titular do Itamaraty que, nem na Nigéria, nem em qualquer dos demais países que visitou, mesmo na Nigéria, recebera pressão para que o Brasil mudasse de posição em relação ao problema colonial português, nem percebera qualquer ressentimento contra o país. Ouvira sim "críticas fortes

902 BARBOZA, 1992, p. 412-13.

903 BARBOZA, Mário Gibson. "O Brasil volta à África. Relato de um Périplo pelo continente", in *Missões de Paz*, p. 176.

ao colonialismo português", em toda parte. Na sua opinião, os interlocutores africanos compreendiam e respeitavam a "posição especial do Brasil em relação a Portugal" e incentivavam-no "a prosseguir nos esforços para obter uma solução pacífica" – mas "não demorara" – do problema.

Ao final da viagem, em Dacar, o presidente do Senegal deu ao ministro brasileiro informações importantes sobre a situação africana. Narrou Gibson Barboza ter-lhe contado Senghor "que vinha tendo conversações secretas com o general Antônio Spínola, então governador militar da Guiné-Portuguesa (Guiné-Bissau) a quem tinha em alto conceito". Revelou ter o líder senegalês confidenciado que, "a seu ver, os acontecimentos estavam em vias de precipitar-se na Guiné-Bissau". Descreveu como Senghor, "havia menos de um mês" apresentara, "após discussões pessoais e secretas com o general Spínola e com Amílcar Cabral, líder e inspirador do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIG)", um plano para a "concessão progressiva do autogoverno àquele território, com uma paulatina cessão de poderes por Portugal". Disse Gibson que, para seu interlocutor em Dacar, esse "processo seria acompanhado por uma trégua, tanto no campo de batalha quanto verbal, nas Nações Unidas, amainando-se os ataques ao governo de Lisboa, ao qual seria concedido um crédito de confiança". Falou de como Senghor lhe confiara que o general Spínola "concordara com esse plano, convencido de que não havia outro caminho, dada a impossibilidade, em seu julgamento, de prosseguir-se com a guerra na Guiné Portuguesa". Por fim, narrou como o plano fora recusado e ultrapassado pelos acontecimentos, "partindo Amílcar Cabral, em consequência, para iniciativas mais radicais, tal como a proclamação pura e simples do território já liberado como país independente, para o qual pediu

o reconhecimento internacional e admissão na Organização das Nações Unidas"[904].

Ao retornar, Gibson Barboza expôs, em um artigo, sua ideia de uma ação coordenada dos países da América Latina e da África. Anunciou que tanto na América Latina quanto na África, a política brasileira "cada vez mais" buscaria identificar as coincidências que uniam o Brasil à África; "reduzir as possíveis e naturais divergências" e "criar bases sólidas – econômicas, comerciais, culturais – para uma ação política coordenada de uma grande parte do mundo cuja enorme contribuição ao progresso global da humanidade"; não guardava "relação com os magros benefícios que tinha recebido para os frutos de sua inventividade e de seu trabalho". Concluiu que essa ação política constituía "o corolário natural da história diplomática do Brasil, da política exterior de um país de vocação pacífica e pacificadora", que acreditava "na fraternidade indispensável entre os povos" e aspirava "a uma crescente colaboração entre todas as nações"[905].

Apesar da relutância brasileira em aderir a teses centrais dos novos países africanos, estes continuavam a buscar apoio brasileiro para interferir junto ao governo português. Assim, quando visitou o país em novembro de 1973, o ministro do Exterior da Costa do Marfim reiterou o interesse de seu governo de que o Brasil prosseguisse seus esforços para convencer Portugal a mudar sua política africana[906]. Nem sempre, porém, havia compreensão pelas teses brasileiras e, em 24 de novembro, dezessete países africanos adotaram uma resolução que incluiu o Brasil em lista de seis países

904 BARBOZA, Mário Gibson. "O Brasil volta à África. Relato de um Périplo pelo continente", in *Missões de Paz*, p. 195.

905 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. VI, 1972, p. 367-68, reproduz artigo do ministro para a *Revue Française*, de Paris, em dezembro.

906 BARBOZA, Mário Gibson. "O Brasil volta à África. Relato de um Périplo pelo continente", in *Missões de Paz*, p. 391.

para os quais recomendaram a adoção de sanções diplomáticas e boicote de petróleo a não ser que deixassem de apoiar o governo de minoria branca da África do Sul[907].

A rede diplomática brasileira na África Subsaariana compunha-se então de seis Embaixadas-Sede (Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal e Zaire), uma Legação (África do Sul) e dez Embaixadas cumulativas (Daomé, com a Nigéria; Etiópia e Sudão, com o Egito; Mali e Mauritânia, com o Senegal; Niger com o Daomé; Tanzânia, Uganda e Zâmbia, com o Quênia; e Togo, com Gana). Elevara-se, durante o ano, a treze o número de representações diplomáticas africanas junto ao governo brasileiro, seis das quais cumulativas.

A posição brasileira quanto à questão colonial na África sofreria alguma evolução no final do governo quando, em fevereiro de 1974, por ocasião da visita ao país do ministro do Exterior da Nigéria, Oiko Arikpo, foi afirmada a adesão do governo brasileiro ao princípio da autodeterminação dos povos nos últimos territórios africanos ainda sob regime colonial[908].

O tema africano seria objeto de exame pelo presidente eleito, Ernesto Geisel, em encontro que manteve, em 28 de fevereiro, com o futuro ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. Ao tratar da questão da relação com Portugal e do efeito negativo sobre o relacionamento com os países árabes, Geisel instruiu Silveira, quando se iniciasse o novo governo, a deixar claro ao ministro do Exterior português que a política africana portuguesa não mais contaria com o apoio brasileiro[909].

907 SELCHER, 1978, p. 111.

908 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1974, p. 74.

909 GASPARI, 2003, p. 368-69.

Ásia: Japão e República Popular da China (comércio)

A situação da Ásia no período coincidente com o governo Médici no Brasil apresentaria uma evolução marcante, principalmente um surpreendente, ainda que limitado, enfrentamento militar, em 1969, entre a República Popular da China e a União Soviética. Ambos os países aprofundaram suas relações com os países vizinhos: a União Soviética estreitou laços com a Índia e o governo de Beijing aproximou-se do Paquistão. Este último fato explicaria terem os Estados Unidos buscado o governo de Islamade, mais tarde, para estabelecer contatos com a República Popular da China[910].

Durante o governo Médici, o Japão continuou a ser o país asiático de maior proximidade diplomática brasileira na Ásia, embora reduzida. O ministro Gibson Barboza visitou o Japão, em julho de 1970. Foi recebido pelo ministro Kiichi Aichi e inaugurou o pavilhão brasileiro na Exposição de Osaka. Não houve qualquer menção, nos discursos oficiais, ao sequestro do cônsul japonês em São Paulo[911]. Aichi retribuiu a visita a Gibson Barboza, em setembro, quando ambos assinaram um acordo básico de cooperação técnica[912].

Com a República Popular da China os contatos ainda eram raros, embora a situação tivesse começado a evoluir a partir dos chamados "Relatórios de Hong-Kong", entre 1969 e 1971 preparados pelo Consulado naquela cidade na ocasião em que foi cônsul naquela cidade o diplomata Geraldo Holanda Cavalcanti[913]. Este, em abril de 1971, acompanhou, não oficialmente, uma missão chefiada pelo empresário Horácio Coimbra à China continental[914].

910 YOUNG; KENT, 2004, p. 286-87.

911 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 171-78.

912 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 295-304.

913 VIZENTINI, 2004, p. 256.

914 SCHNEIDER, 1976, p. 98.

O mundo passou a acompanhar a aproximação ocidental daquele regime comunista a partir de julho, quando Kissinger repentinamente visitara Beijing. Em outubro, os Estados Unidos retiraram sua oposição a que a República Popular da China se tornasse membro das Nações Unidas e esta substituiu Taiwan no Conselho de Segurança daquele organismo internacional. Em fevereiro de 1972, Nixon visitou Beijing, quando foi emitido comunicado conjunto que afirmava ser Taiwan uma província da República Popular da China[915]. O Japão normalizou suas relações diplomáticas com o governo de Beijing em 1972[916]. Apesar de o Brasil não manter relações diplomáticas com a China continental, seu mercado ganhou importância na pauta de exportação brasileira em 1973, quando se tornou o segundo maior comprador de açúcar brasileiro[917].

No período de Gibson Barboza na chefia do Itamaraty, os relacionamentos bilaterais brasileiros na Ásia não incluiriam maiores contatos com a Índia, país que seria objeto de forte atenção internacional pela desavença que manteve com o Paquistão. O novo conflito teve como uma de suas causas iniciais o apoio que Nova Delhi dera, em abril de 1971, a uma declaração de independência feita por membros de um dos partidos do Paquistão Oriental[918]. Sob ordens da primeira-ministra Indira Gandhi, o Exército indiano cruzou, no final de novembro, a fronteira com o Paquistão Oriental e avançou em direção a Daca. O governo em Islamade, chefiado pelo general Yahia Khan, resolveu, no início de dezembro, atacar a Índia. A aviação paquistanesa tomou os aeroportos, mas os indianos haviam dispersado seus aviões, abrigando-os em

915 BELL, 2004, p. 434.

916 INOGUCHI, Takashi. "Japan: Reassessing the Relationship between power and Wealth", in N. Woods. *Explaining International Relations Since 1945*, p. 246.

917 SCHNEIDER, 1976, p. 97-98.

918 BROGAN, p. 209.

hangares protegidos. Em seguida, a Índia iniciou grande ofensiva em Bengala Oriental[919]. Enviou mais tropas e derrotou o Exército paquistanês ocidental que lá se encontrava[920].

Os Estados Unidos apoiavam o Paquistão[921] que consistia um intermediário indispensável para Washington se aproximar da República Popular da China, de cujo auxílio necessitava para resolver o conflito no Vietnã[922]. O governo da China continental também apoiava tradicionalmente o de Islamade contra Delhi, com o qual Beijing mantinha problemas de fronteira[923]. Nessa estranha configuração, Washington e Beijing se aliaram em apoio ao autoritário Paquistão contra a democrática Índia[924]. O interesse do governo americano pela República Popular da China (em razão do Vietnã) e a necessidade de desafiar o apoio soviético dado à Índia teriam levado Nixon e Kissinger a enviarem força naval americana para a baía de Bengala[925].

O governo americano submeteu ao Conselho de Segurança, no início de dezembro, um projeto de resolução que exigia o cessar-fogo entre os dois países. A União Soviética – que meses antes assinara com a Índia um tratado de paz, amizade e cooperação[926] – exerceu seu poder de veto. O texto, contudo, foi levado para a Assembleia Geral que o adotou. Contou com o apoio dos países do Movimento

919 DUFOUR, 2001, p. 163.

920 BROGAN, p. 210.

921 KEYLOR, 2001, p. 378.

922 YOUNG; KENT, 2004, p. 409.

923 BELL, 2004, p. 441.

924 BELL, 2004, p. 441.

925 YOUNG; KENT, 2004, p. 293.

926 BROGAN, p. 210.

Não Alinhado que votaram, dessa forma, contra a Índia[927], um dos principais países fundadores daquele agrupamento político.

Após quase um ano de conflitos com o Paquistão, a Índia reconheceu, em 6 de dezembro, a independência do Paquistão Oriental (Bangladesh)[928]. Dez dias depois, as forças do Paquistão em Bengala Oriental renderam-se à Índia. A China anunciou sua intenção de não intervir e Moscou aceitou garantir que não haveria ataque indiano contra o Paquistão Ocidental e Caxemira. Ali Bhutto, sucessor do general Yahia Khan no governo em Islamade, reconheceu a independência de Bangladesh[929]. A secessão causaria a fuga para a Índia de dez milhões de refugiados[930].

Alguns outros eventos na Ásia chamavam a atenção no campo diplomático. A República Popular da China e o Japão restabeleceram relações diplomáticas em setembro de 1972, quando da visita do primeiro-ministro Kakuei Tanaka a Beijing. Em fevereiro de 1973, o primeiro-ministro Chu En Lai observou para Henry Kissinger ter seu governo cessado as críticas aos acordos de segurança mantidos entre Washington e Tóquio. Por sua vez, Mao Zedong aconselhou o representante americano a não deixar de visitar a capital japonesa toda vez que fosse à capital chinesa[931].

927 DUFOUR, 2001, p. 163.

928 GILBERT, 2002, p. 486.

929 DUFOUR, 2001, p. 164.

930 PALMER, 2002, p. 53.

931 KISSINGER, 1982, p. 56.

Oriente Médio: modificação da política de equidistância

A situação no Oriente Médio, especificamente entre árabes e israelense, manter-se-ia tensa e, ao final do governo Médici, ocorreria o conflito conhecido como guerra do Yom Kipur, com enormes consequências econômicas para o Brasil. O conflito seria responsável indiretamente pela primeira aproximação brasileira do Iraque e da Arábia Saudita. Além desses fatos, destacar-se-ia no período a viagem que Gibson Barboza faria à região.

Do ponto de vista diplomático, o período começou promissor para a paz no Oriente Médio após o secretário de Estado americano, William Rogers, ter proposto, em dezembro de 1969, um plano para se alcançar um cessar-fogo na "guerra de atritos" então em curso, como uma medida prévia a conversações de troca de "terras pela paz". Em 1970, entretanto, a região seria marcada por choques militares, entremeados de ataques terroristas. Em janeiro, aviões israelenses atacaram o interior do Egito, mas este utilizou-se de aviões de fabricação soviética para sua defesa[932]. Em fevereiro, egípcios afundaram um navio israelense no porto de Eilat. Em retaliação, aviões israelenses afundaram navios egípcios no Golfo de Suez. Israel revidou com ataque a uma fábrica de munições no Cairo em que morreram 70 civis egípcios[933]. Também em fevereiro, terroristas explodiram avião da Swissair em voo para Tel Aviv com 47 passageiros, entre os quais encontravam-se 17 israelenses, suspeitando-se ter sido uma ação empreendida pela Frente Popular para a Libertação da Palestina[934].

Entrementes, o aumento de compra brasileira de petróleo iraquiano causara o interesse de equilibrar o comércio por meio

932 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

933 GILBERT, 2002, p. 482.

934 BROGAN, p. 545.

de exportações de produtos brasileiros, o que levou à assinatura, em maio de 1970, de um acordo de comércio com Bagdá. O instrumento teria importância como alavanca para a venda de produtos brasileiros, sobretudo após a crise energética que teria início três anos depois. No mesmo ano, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) assinou com a Iraq Petroleum Company acordo para exploração de petróleo naquele país[935].

Em agosto, israelenses e egípcios acordaram um cessar-fogo na "guerra de atritos". Por seus termos, Israel continuaria a ocupar o Sinai, até a margem oriental no Canal de Suez e a praia oriental do golfo do mesmo nome. De sua parte, o Egito manteria a soberania ao longo da margem ocidental do Canal e não colocaria mísseis a menos de vinte milhas deste[936].

Setembro, porém, seria o mês mais trágico do ano de 1970 naquela conturbada região. A presença de palestinos desestabilizava a Jordânia e o próprio rei Hussein foi alvo de dois atentados contra sua vida[937]. Depois de um desses atos, houve lutas entre tropas reais e a Organização para a Libertação da Palestina[938]. No dia 6, palestinos sequestraram quatro aviões na Europa, três dos quais a caminho da Jordânia, onde os sequestradores foram recebidos por membros da Organização para a Libertação da Palestina. Os terroristas pediram que todos os palestinos presos no Reino Unido, Suíça e Alemanha fossem soltos em troca de centenas de europeus que mantinham como reféns. Exigiram também que os passageiros judeus e israelenses fossem intercambiados por palestinos presos em Israel[939].

935 ROSA, 2000, p. 441.

936 GILBERT, Martin. *Challenge to Civilization*, p. 419.

937 YOUNG; KENT, 2004, p. 295.

938 YOUNG; KENT, 2004, p. 378.

939 GILBERT, Martin. *Challenge to Civilization*, p. 420.

A questão pareceu se internacionalizar quando os Estados Unidos enviaram sua VI Frota Naval para o Mediterrâneo e os europeus concordaram em liberar prisioneiros em troca de reféns, inclusive israelenses. Os sequestradores, entretanto, libertaram apenas alguns deles. A Organização para a Libertação da Palestina enviou os remanescentes para Amã e explodiu, no dia 12, os três aviões (vazios). Essa sequência de atos em território jordaniano levou o rei Hussein a formar um governo militar[940] e a instruir seu exército a lutar contra os elementos mais radicais daquela organização[941]. As ações para esse fim conduziriam a uma verdadeira guerra civil no país[942]. Forças sírias, simpatizantes dos palestinos, entraram na Jordânia e atacaram suas forças armadas. O rei Hussein disse a americanos e britânicos que se faziam necessários ataques aéreos para impedir o avanço sírio[943].

Os Estados Unidos alertaram a União Soviética. Preparando-se para a guerra, Israel enviou tanques para as Colinas de Golã e ameaçou as linhas de comunicação de Damasco. O Exército do governo de Amã ocupou os campos palestinos e liberou os reféns[944]. Nixon consultou Israel e comprometeu-se a participar do conflito, caso a Jordânia não pudesse impedir o avanço das forças sírias. Os Estados Unidos relutavam, porém, em intervir diretamente e encorajaram Israel a planejar ataques aéreos repentinos em apoio ao rei Hussein. De sua parte, a União Soviética exortou a Síria a recuar. No final do mês, os tanques sírios retrocederam, deixando os palestinos sem defesa[945]. O rei Hussein, em seguida, expulsou os

940 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

941 BROGAN, p. 528.

942 PALMER, 2002, p. 403.

943 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

944 BROGAN, p. 528.

945 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

palestinos da Jordânia[946]. Estes, derrotados, passariam a referir-se aos episódios ocorridos como sendo o "Setembro Negro".

Outro evento relevante, no contexto conturbado do Oriente Médio, foi o repentino falecimento, em 28 de setembro, do presidente do Egito, Gamal Abdal Nasser[947]. Seu sucessor, o vice-presidente Anuar Sadat, parecia, em um primeiro momento, que iria dar continuidade à política de seu antecessor. Contribuiu, ainda, para a situação de tensão a ascensão ao poder de Hafez Assad, na Síria.

No meio-tempo, o Brasil prosseguia sua aproximação comercial do Iraque. Em dezembro, o ministro do Petróleo daquele país, Sadoun Hammadi, visitou o Brasil quando foi acordado um intercâmbio com previsão de crescimento para cinco milhões de dólares em dois anos[948]. Uma missão comercial brasileira, chefiada por membros do governo, visitou Bagdá em fevereiro de 1971 e negociou a troca de petróleo por produtos brasileiros, em especial a venda de uma aciaria.

O ano de 1971 tampouco seria auspicioso para a paz no Oriente Médio após o fracasso, em abril, de uma tentativa de revitalizar o plano do secretário de Estado americano William Rogers. De um lado, Israel e, de outro, os países árabes, cada um armado por uma das duas grandes potências, mantinham estado de tensão e tornavam difíceis as possibilidades de reversão das conquistas territoriais por Tel Aviv após a Guerra dos Seis Dias[949]. Além disso, o terrorismo continuava muito ativo na região. No dia 30 de abril, três terroristas japoneses, membros do Exército Vermelho Japonês (que haviam sido treinados no leste do Líbano), desceram de voo no aeroporto israelense de Tel Aviv e assassinaram aleatoriamente

946 VADNEY, 1987, p. 437-38.

947 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

948 VIZENTINI, 2004, p. 193.

949 YOUNG; KENT, 2004, p. 379.

26 pessoas e feriram outras 76, principalmente costarriquenses peregrinos que haviam chegado para uma visita à Terra Santa. Dois terroristas morreram e o terceiro foi preso[950].

Do ponto de vista diplomático e militar, teria significado para a região, a visita de Nixon a Moscou, em junho, ocasião em que os Estados Unidos e a União Soviética concluíram um acordo para prevenir um confronto militar no Oriente Médio, evidenciando-se que a manutenção da *détente* era mais prioritária para os soviéticos do que atender as necessidades egípcias. Em julho, Sadat – que em maio assinara um tratado de amizade com a União Soviética[951] – determinou a saída dos técnicos soviéticos que se encontravam no seu país e revogou o direito destes a utilizarem bases militares egípcias[952].

O acercamento entre o Brasil e o Iraque prosseguia. Em fins de outubro, uma delegação de membros do partido Baath do Iraque visitou o Brasil, tendo se reunido com membros do Congresso Nacional e com outras personalidades da vida pública brasileira[953].

Uma série de atos trágicos, ligados ao Oriente Médio, se repetiriam com grande repercussão mundial. Em setembro de 1972, durante os jogos olímpicos em Munique, sete membros do movimento denominado Setembro Negro entraram no dormitório de atletas israelenses, em Munique, e mataram um técnico e um atleta olímpico. Tomaram nove outros como reféns e pediram, em troca, que 200 palestinos presos em Israel fossem soltos. O governo de Tel Aviv recusou-se a atender à exigência e ofereceu aos alemães o envio de um esquadrão antiterrorista a Munique para salvar os reféns. O governo de Bonn, porém, dispensou a oferta

950 BROGAN, p. 516 e 529.

951 KISSINGER, 1982, p. 201.

952 VADNEY, 1987, p. 438-39.

953 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 74.

e afirmou que trataria diretamente da situação. Ficou acordado que um avião seria providenciado para levar os terroristas e seus reféns para o Cairo. Quando os ônibus chegaram ao aeroporto, entretanto, a polícia da Bavária atacou os terroristas. No conflito que se seguiu, os terroristas lançaram granadas nos ônibus. Todos os atletas morreram. Quatro terroristas foram mortos e os três restantes foram feridos e capturados. Logo depois a Organização Setembro Negro sequestrou um avião da Lufthansa e exigiu a liberação dos terroristas capturados no atentado em Munique. O governo alemão rapidamente concordou[954] e os três foram enviados para Trípoli onde os recebeu, pessoalmente, o líder líbio, coronel Muhamar Khadafi[955].

O acompanhamento que o Brasil fazia em 1972, dos acontecimentos no Oriente Médio se fazia por oito Embaixadas permanentes na região (Rabat, Argel, Túnis, Cairo, Beirute, Tel Aviv, Teerã e Damasco) e outras cinco em caráter cumulativo (Trípoli, Cartum, Kuwait, Amã e Nicósia)[956].

Viagem de Gibson Barboza

A situação no Oriente Médio marcava-se por tensão e instabilidade, quando o ministro Gibson Barboza, em outra iniciativa internacional, decidiu viajar àquela região. O ministro do Exterior brasileiro visitou Egito e Israel, no início de 1973, com escala no Quênia.

No Cairo, no final de janeiro, o ministro brasileiro tratou da participação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) na pesquisa e prospecção de petróleo e de prestação de cooperação técnica. Ao

954 Segundo documentário televisivo da BBC, membros do governo alemão admitiriam, anos depois, terem aceitado as exigências para evitar outros ataques terroristas em seu país. Em ações posteriores, membros do serviço secreto israelense matariam dois dos terroristas.

955 BROGAN, p. 529.

956 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 73.

seu colega Muhammad Hassan Al-Zayyat, Gibson expôs sugestões para a paz no Oriente Médio que incluíam:

a) a retirada de Israel do Sinai, com a contrapartida do reconhecimento oficial do Estado israelense pelos países árabes e a garantia de fronteiras seguras para todos os Estados na área;

b) o direito ao ingresso e circulação livre de Israel em Sharm-el-Sheik e no golfo de Acaba;

c) o retorno das colinas de Golã à Síria, sob condição de que ficassem submetidas à fiscalização por parte de soldados suíços;

d) reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, com a contrapartida de os lugares santos ficarem submetidos a um mandato pessoal exercido pelo secretário-geral das Nações Unidas;

e) negociação posterior de concessões recíprocas para a retirada de Israel dos territórios ocupados; e

f) uma solução justa e racional para o problema dos refugiados palestinos[957].

O ministro do Exterior egípcio interessou-se pelas ideias expostas por seu colega brasileiro. Em audiência concedida a Gibson, o presidente Anuar Sadat discorreu, sobretudo, a respeito da restituição do Sinai e pediu-lhe que as expusesse a Golda Meir quando o ministro brasileiro a visitasse.

Na conversa com a chefe do governo israelense, no início de fevereiro, Gibson Barboza expôs as sugestões de Sadat à primeira-ministra Golda Meir que concordou em que a restituição do Sinai não constituía obstáculo a uma negociação[958]. Durante

957 BARBOZA, 1992, p. 316-19.

958 BARBOZA, 1992, p. 330-31.

a visita, foram também tratadas possibilidades de ampliação de cooperação bilateral para incluir, no campo da assistência técnica, planejamento rural, implantação de culturas irrigadas e intercâmbio de informações científicas[959]. Em abril, durante reunião de consulta sobre transporte aéreo entre os dois países, foi acordado o treinamento de pilotos e técnicos brasileiros de aviões caça Mirage[960].

Como que antevendo a grave crise energética que viria a ocorrer, o Brasil buscava maior aproximação dos países árabes produtores de petróleo. Além dos entendimentos que vinha mantendo com o Iraque, em maio de 1973, o Brasil recebeu a visita do ministro do Exterior da Arábia Saudita, Omar al Sakkaf, ocasião em que foi acertado o estabelecimento de plenas relações diplomáticas entre os dois países[961].

Em junho, o líder soviético Leonid Brejnev (secretário-geral do Partido Comunista) propôs a Richard Nixon, em visita oficial a Moscou, que ambos os países alcançassem, sobre o Oriente Médio, um entendimento baseado na retirada israelense para as fronteiras de 1967 em troca do fim do estado de beligerância[962]. O governo de Washington, porém, não aceitou tal ideia e vetou, em julho, uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a evacuação por Israel dos territórios ocupados[963]. Enquanto isso, o Brasil exercia sua política de equidistância dos problemas entre Tel Aviv e as capitais dos países árabes. Os contatos com Israel foram

959 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 81.

960 VIZENTINI, 2004, p. 184, com base em matéria do *Jornal do Brasil*, intitulada "Israel dá à FAB aula de Mirage", datada, no entanto, de 23 de abril de 1972 e não de 1973.

961 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 81.

962 KISSINGER, 1982, p. 297.

963 DUFOUR, 2001, p. 165.

fortalecidos quando, em agosto, o ministro do Exterior de Israel, Abba Eban, retribuiu a visita que lhe fizera Gibson Barboza[964].

No meio-tempo, Anuar Sadat buscava, sem êxito, o apoio de outros países árabes para reativar a ideia de um embargo de petróleo, tentado por ocasião da Guerra dos Seis Dias. Obteve, no final de agosto, a concordância do rei Faiçal, da Arábia Saudita, que ressaltou necessitar de algum tempo para que a medida pudesse surtir efeito[965].

A Guerra do Yom Kipur e o embargo de petróleo

Egípcios e sírios atacaram de surpresa Israel, em 6 de outubro, durante as celebrações de Yom Kipur (Dia de Expiação ou Penitência), o mais sagrado dos feriados religiosos judaicos do ano, dedicado a orações e jejum. Forças egípcias cruzaram o Canal de Suez e rapidamente controlaram a maior parte da margem oriental. A artilharia síria atacou as Colinas do Golã[966]. Damasco afirmou ter recapturado o Monte Hermon pela primeira vez desde a Guerra dos Seis Dias. Com armas soviéticas[967], destruíram 77 dos 100 tanques israelenses enviados para detê-los. A primeira-ministra de Israel, Golda Meir, convocou o embaixador americano para informar que seu país enfrentava dificuldades. Em vista das informações, Kissinger iniciou uma série de contatos com o objetivo de ganhar tempo para o governo de Tel Aviv, antes de que o assunto fosse levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas[968].

964 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 81.

965 BELL, 2004, p. 403.

966 GILBERT, 2002, p. 497.

967 ROBERTS, J. M., 2002, p. 1.070.

968 KISSINGER, 1982, p. 450-77.

A força aérea de Israel impediu, porém, uma derrota completa e iniciou, no dia 8, um contra-ataque[969]. Jatos israelenses atacaram a Síria e o Egito bem como derrubaram nove pontes ao longo do canal de Suez. A situação na região ameaçava envolver as duas superpotências e até mesmo ter consequências nucleares. Israel revelou, no dia 9, aos Estados Unidos, que havia perdido 500 tanques[970] e pediu ajuda[971]. Enquanto isso, a União Soviética iniciou, no dia seguinte, transporte aéreo de suprimentos militares para Egito e Síria. Tropas de Israel entraram em território sírio no dia 11. No dia seguinte, a primeira-ministra de Israel, Golda Meir, afirmou a Nixon que a sobrevivência de seu país estava em risco e pediu armas. Afirmou que utilizaria qualquer meio para sua defesa, o que foi interpretado como uso de bomba atômica[972].

Os Estados Unidos, ainda sob o trauma da derrota no Vietnã e às voltas com o caso Watergate, haviam sido surpreendidos pelos acontecimentos no Oriente Médio e preocupavam-se com as derrotas israelenses[973]. O governo de Israel passou ao contra-ataque[974]. Nixon determinou, no dia 13, um suprimento aéreo de tanques e aviões americanos para substituir os israelenses[975]. Para implementá-la obteve antes permissão de Portugal para utilizar aeroporto nos Açores (recusando-se, no entanto, a fornecer a Lisboa, em troca, armas que pudessem ser utilizadas nas suas guerras coloniais)[976]. Os egípcios atravessaram o canal, no dia 14,

969 JOHNSON, 1985, p. 668.

970 KISSINGER, 1982, p. 492.

971 BROGAN, p. 287.

972 VADNEY, 1987, p. 440.

973 BELL, 2004, p. 404.

974 DUFOUR, 2001, p. 166.

975 BROGAN, p. 287.

976 KISSINGER, 1982, p. 520.

e atacaram posições israelenses. No contra-ataque, tropas de Israel cruzaram, no dia 16, o Canal de Suez e entraram no Egito. Cercaram o III Exército daquele país que se encontrava no Sinai. Os governos do Cairo e de Damasco passaram a pedir a intervenção soviética[977]. O primeiro-ministro Kossigin voou secretamente ao Egito para convencer seus governantes a buscarem um cessar-fogo[978].

Paralelamente, delegados de seis países produtores de petróleo do Golfo Pérsico (Abu Dhabi, Irã, Iraque, Kuwait, Catar e Arábia Saudita) mantiveram encontro no Kuwait e aumentaram em 70% o preço do barril de petróleo. A Arábia Saudita solicitou aos Estados Unidos que interrompessem o suprimento de armas para Israel, no que não foi atendida[979]. Para o Brasil, a principal consequência dos acontecimentos seria a escalada nos preços internacionais do petróleo. Reunidos no Kuwait, no dia 17, alguns produtores de petróleo anunciaram cortes na produção e outros aumentos de preços[980]. Os países árabes produtores de petróleo aprovaram embargo de óleo cru para os Estados Unidos. O preço do petróleo subiu no mercado internacional[981], o que teria obrigado os Estados Unidos a negociarem. A União Soviética pressionou aliados árabes a aceitarem o cessar-fogo[982].

A convite de Brejnev, Kissinger viajou a Moscou, no dia 20, para estabelecer os termos de um cessar-fogo[983]. Em conversas com o líder soviético e o ministro do Exterior, Andrei Gromiko, o secretário de Estado americano acordou, no dia 21, que os Estados

977 GILBERT, 2002, p. 497.

978 VADNEY, 1987, p. 440.

979 BELL, 2004, p. 404.

980 YOUNG; KENT, 2004, p. 428.

981 DUFOUR, 2001, p. 166.

982 DUFOUR, 2001, p. 166.

983 BROGAN, p. 287.

Unidos e a União Soviética envidariam esforços para encerrar o conflito. Propôs um projeto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que determinava um cessar-fogo, não se referia à retirada israelense da nova linha em que se encontrava e pedia implementação da Resolução 242 "em todas as suas partes" bem como o início de negociações entre as partes interessadas. Brejnev e Gromiko aceitaram o texto proposto. Em seguida, Kissinger voou a Tel Aviv, onde se encontrou com a primeira-ministra Golda Meir de quem obteve assentimento para o texto daquele acordo de cessar-fogo[984].

Enquanto o secretário de Estado americano viajava, tivera início o embargo de petróleo contra os Estados Unidos em protesto contra o apoio deste a Israel. A Arábia Saudita anunciou a redução de 10% de sua produção de petróleo, ao mesmo tempo em que Líbia, Argélia e a maioria dos países do Golfo Pérsico interromperam a exportação de petróleo para os Estados Unidos[985]. A crise energética atingiu primeiramente os países industrializados, mas, depois, passou a se generalizar, acabando por forçar a aceleração das negociações de um cessar-fogo.

Dando continuidade aos entendimentos iniciados por Kissinger em Moscou, Estados Unidos e União Soviética acordaram minutar resolução das Nações Unidas em favor de um cessar-fogo e de conversações de paz. No dia 22, depois da meia-noite, foi adotada naquele foro a Resolução nº 338 que exortava a negociações diretas[986]. O Egito concordou com o cessar-fogo, mas os israelenses continuaram a lutar. Tropas israelenses não haviam completado o

984 DUFOUR, 2001, p. 166.

985 Os países produtores de petróleo embargariam também cargas destinadas a alguns países da Europa Ocidental e ao Japão.

986 SHALAIM, 2002, p. 237.

cerco do III Exército e violaram o cessar-fogo[987]. No dia 23, a Resolução nº 339 o reiterou o apelo ao cessar-fogo bem como exortou as partes a retornarem a suas posições no momento que o conflito se iniciara. Determinou, ainda, o envio de observadores das Nações Unidas para monitorar seu cumprimento[988]. As forças israelenses não o respeitaram e, no dia 24, alcançaram Suez na Margem Ocidental do canal[989]. Israel havia recuperado a maior parte do território, tinha avançado até perto de Damasco, estabelecido uma cabeça de ponte no lado ocidental do canal de Suez e cercado a maior parte do Exército egípcio.

Sadat enviou mensagem a Nixon pedindo aos Estados Unidos para intervirem para forçar Israel a cumprir o cessar-fogo. Os soviéticos alertaram Tel Aviv sobre fortes "consequências", caso não interrompessem sua "agressão"[990]. Sete divisões de paraquedistas da União Soviética estavam prontas para movimentar-se, tendo Moscou ampliado para 85 o número de navios soviéticos no Mediterrâneo[991]. Washington colocou suas forças armadas em estado de alerta[992]. Com seu III Exército cercado, Sadat pediu uma força-conjunta dos Estados Unidos e da União Soviética para patrulhar a linha do cessar-fogo. Nixon rejeitou a ideia, mas a União Soviética informou que atenderia o pedido egípcio de envio de tropas. Kissinger informou Sadat de que os Estados Unidos lutariam contra seu país, caso os soviéticos enviassem forças ao Egito. Em seguida, entrou em contato com os soviéticos[993].

987 BROGAN, p. 287.

988 KISSINGER, 1982, p. 126-27, reproduz os textos das Resoluções 338 e 339.

989 GILBERT, 2002, p. 497.

990 KISSINGER, 1982, p. 575 e 576.

991 KISSINGER, 1982, p. 584.

992 DUFOUR, 2001, p. 167.

993 BELL, 2004, p. 404.

Tiveram então início negociações diplomáticas[994] no Conselho de Segurança, resultantes na adoção, no dia 25, da Resolução nº 340 que determinou a organização de uma força de emergência, da qual não deveriam fazer parte tropas de países-membros permanentes do Conselho de Segurança[995], excluindo dessa forma a participação de forças americanas ou soviéticas no conflito.

Durante a guerra, o governo do Cairo havia demonstrado inesperada capacidade militar[996]. Ao final do conflito, os egípcios haviam capturado território no lado oriental do canal de Suez, embora os israelenses tenham contrabalançado os resultados ao cruzarem para a Margem Ocidental. Os sírios haviam conquistado terreno nas Colinas do Golã, mas depois haviam sido forçados a recuar. Israel contabilizaria 2.812 mortos e 7.500 feridos. Do lado do Egito houve cerca de 5 mil mortos, 12 mil feridos e 8 mil aprisionados. As tropas da Síria sofreram 3 mil baixas, 6 mil feridos e 500 aprisionados. Outras forças árabes tiveram 340 mortos e mil feridos[997].

A política e a crise energética

Os ministros do Petróleo dos países árabes acordaram, no dia 4 de novembro, uma redução de 25% da produção, a ser seguida de reduções mensais. Definiram três categorias de países: os hostis, os amistosos e os neutros. Aos primeiros, que mantinham ligações com Israel, seria interrompido o fornecimento de petróleo. Compreendiam Estados Unidos, Países Baixos, Portugal (que cedera bases nos Açores permitindo aos Estados Unidos fornecerem armas a Israel), África do Sul, Rodésia e Japão. Aos amistosos, seria

994 BROGAN, p. 288.

995 KISSINGER, 1982, p. 1.247, texto da Resolução 340.

996 JOHNSON, 1985, p. 668.

997 BELL, 2004, p. 403.

mantido o suprimento. Nessa categoria estavam o Reino Unido, a França, a Espanha e a Bélgica. Por fim, aos neutros seria aplicada uma redução de 25%, acrescida de 5% em dezembro. O Iraque e o Irã não aderiram à redução da produção e o governo de Bagdá elaborou sua própria lista de países a serem boicotados. Todos os países do mundo, no entanto, foram afetados pela crise[998].

Depois de extensas tratativas, em 11 de novembro, militares do Egito e Israel assinaram um acordo para cessar hostilidades[999]. Dois dias depois, o líder da Organização para a Libertação da Palestina, Yasser Arafat, pronunciou discurso nas Nações Unidas. No dia 14, a Assembleia Geral daquela organização votou resolução que proibiu Israel de pronunciar-se no debate sobre o Oriente Médio[1000]. Tel Aviv se sentia ameaçada e, em 2 de dezembro, anunciou possuir meios para fabricar armas nucleares[1001].

A crise energética já instalada nos países desenvolvidos acarretou grave inquietação no Brasil. Em meados de dezembro, o encarregado de Negócios da Síria tranquilizou o governo brasileiro ao afirmar não haver razão para o país temer suspensão de suprimento de petróleo[1002]. No fim do ano, o Itamaraty enviou duas missões a países árabes, chefiadas pelo chefe do Departamento Econômico, para buscar garantia no fornecimento de combustível durante o embargo imposto aos países ocidentais. As missões tiveram êxito, pois o Brasil foi considerado país amigo[1003]. O governo brasileiro designou encarregados de Negócios na Líbia e no Kuwait e ampliou o relacionamento com Iraque e Arábia Saudita, pois encontravam-se

998 BELL, 2004, p. 405.

999 VADNEY, 1987, p. 441.

1000 GILBERT, 2002, p. 500.

1001 GILBERT, 2002, p. 500.

1002 SELCHER, 1978, p. 111.

1003 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 147.

em pleno funcionamento as Embaixadas brasileiras respectivamente em Bagdá e Jedá[1004].

Os sinais de desanuviamento da tensão, entretanto, não eram promissores, embora negociações prosseguissem seu curso. No final de dezembro, Israel, Egito, Jordânia, Estados Unidos e União Soviética encontraram-se em Genebra para negociações sobre o Oriente Médio[1005]. Dado o histórico de terrorismo da entidade, Israel recusou reconhecer a Organização para a Liberação da Palestina como representante do povo palestino. A Síria compareceu com relutância e não se mostrou interessada em acordo[1006].

Agravou-se a crise energética quando, no dia 23, os países do Golfo Pérsico determinaram novo aumento do preço do barril de petróleo que alcançou, assim, o triplo do valor que tinha em meados de outubro[1007]. A situação piorou ainda mais com a redução da oferta decidida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)[1008]. Em janeiro de 1974, o Reino Unido anunciou entendimento com o Irã de troca de bens industriais por petróleo e Kissinger viajou para o Egito. Quatro dias depois, os governos de Tel Aviv e Cairo assinariam um acordo preliminar.

O governo brasileiro foi chamado a tomar partido no conflito quando, no início de 1974, os embaixadores dos países árabes pediram esclarecimento sobre a posição brasileira com relação ao Oriente Médio, em afirmação implícita de que a declaração de equidistância do conflito não era suficiente. Em entrevista à imprensa brasileira em 12 de janeiro, o embaixador da Argélia

1004 Somente em 1982 a capital diplomática se transferiria de Jedá para Riad.

1005 VADNEY, 1987, p. 442.

1006 YOUNG; KENT, 2004, p. 428.

1007 BELL, 2004, p. 405.

1008 GARCIA, 1999, p. 154.

afirmou que, para a continuidade do suprimento de petróleo, seria necessário preencher três condições:

a) interpretação estrita da Resolução nº 242 das Nações Unidas;

b) ausência de críticas aos altos preços do petróleo como prejudiciais aos países pobres; e

c) não apoio à ameaça de imposição de boicote no fornecimento de alimentos aos países árabes[1009].

Pouco depois, surgiria oportunidade para que o Brasil esclarecesse sua posição quanto aos eventos que se desenrolavam no Oriente Médio. Visitou o país, em janeiro, o representante da Liga Árabe e ministro das Relações Exteriores do Líbano, Fuad Naffah. Durante banquete que ofereceu ao visitante, o ministro Gibson Barboza – sem mencionar a tese da "equidistância" – reiterou apoio à proposta, feita em 1967, favorável à desocupação de todos os territórios ocupados por Israel. Dessa forma, pela primeira vez, o governo brasileiro afirmava que a retirada israelense de todos os territórios ocupados constituía condição essencial para uma paz justa e duradoura no Oriente Médio[1010].

Gibson Barboza afirmou, na ocasião, "o empenhado interesse" que tinha o país em "desenvolver, cada vez mais, íntimos laços de amizade e cooperação com os países árabes". Disse que o Brasil tinha dado provas dessa decisão. Recordou ações naquela direção, tais como a abertura de embaixadas" na Arábia Saudita, no Kuwait, no Iraque e na Líbia que se vinham juntar às missões diplomáticas brasileiras na Argélia, no Egito, no Líbano, no Marrocos, na Síria, no Sudão, na Tunísia – formando assim, uma rede de representações que asseguravam canais propícios e adequados para o bom entendimento recíproco com cada um desses países amigos".

1009 SELCHER, 1978, p. 111 e nota 12, com base em notícia de *O Estado de S. Paulo* de 12 de janeiro.

1010 ROSA, 2000, p. 442.

Indicou o ministro que, por "todas essas razões, não poderia o Brasil alhear-se dos trágicos e dolorosos acontecimentos" que, havia mais de um quarto de século, vinham afligindo aquela "tão importante região do mundo", o Oriente Médio. Ressaltou, em seguida, nunca ter o Brasil negado "sua desinteressada cooperação na busca de uma solução justa e duradoura pra o grave problema" que atingia, "na verdade, a todos os países da comunidade internacional", por mais afastados que pudessem estar, geograficamente, da zona em conflito. Recordou "os esforços empreendidos pelo Brasil, juntamente com outros países latino-americanos, em busca de uma solução para o problema do Oriente Médio, na Assembleia Geral Especial das Nações Unidas em 1967", quando copatrocinara um projeto de resolução que representava o pensamento brasileiro sobre a matéria. Notou que logo após, tendo falhado esse esforço, apoiara firmemente, no Conselho de Segurança, a Resolução nº 242, até então a mais bem sucedida tentativa de conciliação, pois continha todos os elementos indispensáveis para solucionar o "magno problema".

Finalmente, em frase cuidadosa, Gibson Barboza afirmou que o Brasil estava convencido de que nenhuma verdadeira ordem internacional podia ser baseada na ameaça ou no uso da força e – em implícita alusão a Israel – afirmou que não poderia ser reconhecida a obtenção de territórios por esses meios. Concluiu que somente a vizinhança correta e amistosa, com recurso, em todos os casos, aos procedimentos indicados pela Carta das Nações Unidas podia assegurar uma paz duradoura.

Atuação política multilateral

Tinham efeitos diretos na política externa brasileira os temas relativos à situação interna de confronto entre as forças armadas

repressoras e os setores violentamente opostos ao regime militar. Como reflexo desse conturbado clima doméstico em que vivia o país, dois temas interligados e com repercussões internacionais ocupariam a atenção do Itamaraty: terrorismo (sequestros de diplomatas) e direitos humanos (acusações de tortura no país). Além disso, a diplomacia brasileira teria que tratar das questões da admissão da República Popular da China nas Nações Unidas, da ampliação do mar territorial brasileiro, da participação na Conferência de Estocolmo sobre meio ambiente, do desarmamento, do reconhecimento do regime cubano, além de outras, tais como: a adoção de medida *antiapartheid* na África do Sul e o controle do crescimento da população mundial. Destacaram-se ainda na pauta internacional e exigiram tomada de posição pelo Brasil temas relativos ao meio ambiente, ao desarmamento, à Cuba, à África do Sul e *apartheid*, e ao controle populacional.

Terrorismo internacional: o sequestro de diplomatas

O tema do terrorismo – sobretudo os sequestros de diplomatas – seria um dos mais relevantes durante a gestão de Gibson Barboza. Um sério incidente concentrou a atenção da Chancelaria brasileira a partir de 11 de março de 1970, quando foi sequestrado o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi[1011]. Imediatamente, o ministro das Relações Exteriores nipônico, Kiichi Aichi, chamou ao Ministério o encarregado de Negócios em Tóquio, Nestor Santos Lima. Entregou-lhe nota verbal pela qual o governo japonês solicitou às autoridades brasileiras competentes que fossem tomadas "as providências para a solução do caso, incluindo a prisão dos sequestradores" e principalmente que fossem consideradas, "em primeiro plano, a vida e a segurança pessoal do cônsul-geral Okuchi".

1011 BARBOZA, 1992, p. 231-35.

O embaixador do Japão, Koh Chiba, visitou o ministro Gibson Barboza que lamentou profundamente o incidente e deu informações a respeito da investigação policial iniciada[1012]. Em seguida, o ministro do Exterior brasileiro compareceu a uma reunião que se realizou no Ministério da Guerra para avaliar as exigências dos sequestradores (Vanguarda Popular Revolucionária), as quais incluíam a libertação de cinco prisioneiros políticos. O ministro propôs que fossem aceitas as condições exigidas. Entre outras razões, alegou que havia a possibilidade de o cônsul ser assassinado, o que levaria a uma acusação pelo governo japonês de o Brasil haver deixado que tal fato ocorresse. Sublinhou que isso causaria um estremecimento das relações com o Japão ou até mesmo o rompimento. Realçou ainda a obrigação brasileira, nos termos da Convenção Diplomática de Viena de 1961, de proteger diplomatas estrangeiros acreditados no país. Após ouvir resumo do debate havido, o presidente Médici apoiou a posição de Gibson Barboza[1013].

Tão logo tomada a decisão, Gibson Barboza e o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, aprovaram uma comunicação, transmitida por rádio, na qual se afirmou que seriam libertados os prisioneiros políticos, se fosse provado estar vivo o cônsul japonês. Foi igualmente determinada a suspensão das investigações policiais[1014]. O embaixador Koh Chiba visitou Gibson Barboza para agradecer as decisões tomadas. De seu cativeiro, o cônsul japonês enviou cartas ao Consulado e às autoridades brasileiras para, a pedido dos sequestradores, comprovar que estava vivo. Em uma delas, fez referência ao desejo dos sequestradores de que os prisioneiros

1012 OKUCHI, 1991, p. 50-51.

1013 BARBOZA, 1992, p. 231-35.

1014 OKUCHI, 1991, p. 81.

políticos fossem enviados para o México[1015]. No dia 13, o governo mexicano anunciou que aceitaria os prisioneiros políticos e, no dia seguinte, os cinco prisioneiros exigidos foram embarcados de avião para aquele país[1016]. Entre estes se encontrava Mário Shizuo Osawa, o preso político mais importante na troca[1017].

Outro ato ligado ao confronto interno por que passava o país ocorreria quando, em 11 de junho de 1970, foi sequestrado o embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben. Como em outros sequestros, os grupos que realizaram o ato (Comando Juarez de Brito, Vanguarda Popular Revolucionária e Ação Libertadora Nacional) exigiram a libertação de prisioneiros políticos. O chanceler alemão, Willy Brandt, enviou ao presidente Médici um telegrama em que apelou para o governo "tudo fazer a fim de obter a libertação do nosso embaixador o mais breve possível". Na contestação, sugerida por Gibson, Médici expressou "idêntica preocupação por parte do governo brasileiro, preocupação esta agravada pelo assassinato e pelo ferimento de agentes policiais encarregados de zelar pela segurança do chefe da Representação Diplomática da República Federal da Alemanha no Brasil"[1018]. Em reação, Willy Brandt e seu ministro do Exterior, Walter Scheel, enviaram telegramas em que apresentaram condolências pela morte do agente da Polícia Federal Brasileira. Os prisioneiros políticos liberados de prisões diversas no país foram embarcados, no dia 15, para a Argélia, então sob o governo do socialista coronel

1015 OKUCHI, 1991, p. 87.

1016 BARBOZA, 1992, p. 231-35.

1017 OKUCHI (1991, p. 13, 104-106) lista os demais prisioneiros políticos: Adamares de Oliveira Lucena, Joaquim Câmara Ferreira, Otávio Angelo e Madre Maurina Borges da Silveira. Câmara Ferreira seria substituído por Diógenes José Carvalho de Oliveira. Foram igualmente enviados para fora do país três filhos de Adamares Lucena.

1018 BARBOZA, 1992, p. 240-41.

Houari Boumedienne[1019]. Às duas horas da madrugada do dia 16, von Holleben retornou à sua residência[1020].

Diante do quadro marcado pelos problemas de segurança interna, o tema do terrorismo ocupou parte relevante do discurso que o ministro Gibson Barboza pronunciou, em 28 de julho, em Washington, na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. Falou o chefe do Itamaraty da necessidade de cooperação hemisférica para combatê-lo. Disse que a agenda da reunião contemplava especificamente, "um magno problema" com que se defrontava o continente, isto é, a "ação política geral da Organização com referência aos atos de terrorismo e, em especial, aos sequestros de pessoas e a extorsão conexa com esse delito". Afirmou que a decisão adotada pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, ao inscrever na agenda da Assembleia aquela questão, respondera ao "clamor dos povos americanos", diante da necessidade inadiável de que fossem tomadas medidas urgentes contra a onda de violências que assolava o continente americano: "assassinatos, assaltos à propriedade pública e privada; sequestros de representantes diplomáticos; atos de pirataria aérea" vinham sendo praticados "em escalada sinistra" e em proporções que transcendiam às próprias fronteiras nacionais. Reconheceu que a cada Estado competia precipuamente fazer prevalecer a respectiva ordem interna e preservar os direitos e garantias individuais de seus cidadãos. Mas argumentou que se os delitos de que se ocupavam fossem inscritos na agenda daquela Assembleia era porque, para combatê-los, se faziam necessários "remédios corretivos e sanções punitivas" que exigiam a "cooperação solidária de todas as nações do Hemisfério". Concluiu que não se podiam abrigar "sob o manto protetor da classificação de delitos

1019 PALMER (2002, p. 79) informa que Boumedienne que tomara o poder de Ben Bella em junho de 1965 e permaneceria no poder até sua morte em 1978.

1020 BARBOZA, 1992, p. 245.

políticos" aqueles crimes que o próprio Conselho Permanente daquela Organização já classificara, unanimemente, como de lesa-humanidade[1021].

Mais um sequestro, desta vez envolvendo um diplomata brasileiro, traria muita preocupação ao Itamaraty pelos meses seguintes: o cônsul brasileiro em Montevidéu, Aloísio Dias Gomide foi sequestrado, em 31 de julho de 1970, por membros do Movimiento de Liberación Nacional Tupac Amaro[1022] ("tupamaros") que, no mesmo dia, sequestraram também o funcionário norte-americano Dan Mitrione. A lista foi ampliada uma semana depois com o sequestro de outro funcionário norte-americano, Claude Fry. A questão se tornou ainda mais dramática quando, em 9 de agosto, os "tupamaros" mataram Mitrione. No dia seguinte, o ministro Mário Gibson Barboza enviou nota ao ministro do Exterior uruguaio, Jorge Perano Facio, em que fez apelo "não apenas fundado em princípios de humanidade, mas também em decorrência da obrigação que têm os Estados de proteger as vidas dos representantes diplomáticos acreditados em seu território"[1023].

Tendo enfrentado no território brasileiro os sequestros de três diplomatas estrangeiros (Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental) e ainda estando em curso no exterior o de um diplomata brasileiro, no seu discurso na abertura do debate geral da XXV Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, o ministro Gibson Barboza voltou a tratar da questão de terrorismo internacional. Disse que "grupos extremamente minoritários", que seguiam orientação alheia ou a ela obedeciam, tentavam, em vão, "pelo terrorismo, perturbar o progresso de seus povos". Afirmou

1021 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 131.

1022 WILLIAMSON (1992, p. 356) informa que Tupac Amaro foi um chefe indígena que liderou um levante de comunidades indígenas contra "crioulos" e espanhóis no século XVIII.

1023 BARBOZA, 1992, p. 251-253.

que ações "irracionais, como o sequestro de aeronaves, assaltos e atentados à mão armada, aprisionamento de reféns inocentes, particularmente agentes diplomáticos, assassinatos bárbaros e covardes", eram crimes que a opinião mundial repelia e condenava veementemente. Asseverou que o Brasil era particularmente sensível ao problema e vivia há um mês e meio "o drama angustiante de ter um representante diplomático aprisionado por sequestradores abjetos, vítima indefesa dessa insânia selvagem". Por outro lado, destacou que os graves incidentes dos últimos dias demonstravam que o problema de sequestro de aeronaves e aprisionamento de reféns estava a "exigir medidas claras e efetivas" daquela Organização, "como instrumento da vontade coletiva da comunidade das Nações"[1024].

No dia 7 de dezembro, foi sequestrado, no Rio de Janeiro, o embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bücher. Como nos casos anteriores, os grupos responsáveis pelo ato (Comando Juarez de Brito e Ação Libertadora Nacional) exigiram a libertação de prisioneiros políticos[1025]. Dessa vez, porém, a lista de nomes não permitiu às autoridades policiais a identificação em prisões. Depois de troca de comunicados públicos, os sequestradores apresentaram, em 7 de janeiro de 1971, nova lista de presos[1026] que pediram fossem enviados ao Chile, então sob o governo socialista de Salvador Allende.

O tema do terrorismo, portanto, não podia deixar de constar, mais uma vez, do discurso que Gibson Barboza pronunciou em Washington, em janeiro, durante o III Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. No

1024 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 200-201.

1025 GASPARI (2003, p. 340) informa que exigiram também "a divulgação de uma catilinária, o congelamento geral de preços e roletas livres nas estações de trem do Rio de Janeiro".

1026 BARBOZA, 1992, p. 247.

curso da reunião, o Brasil propôs a adoção de um instrumento jurídico continental de repressão ao terrorismo[1027]. O ministro brasileiro afirmou que era "a vocação da América, conduzir a bom termo a luta contra o terrorismo insano e irresponsável", que se desencadeava sobre as pátrias americanas com a "inaudita violência", de que haviam oferecido nas semanas anteriores "tantos e tão inequívocos exemplos". Disse que o comportamento dos grupos subversivos empenhados nessa onda de crimes era, em si mesmo, demonstração de sua "visceral incompatibilidade com a prática da democracia". Para Gibson, exerciam eles, "pela violência intransigente, pelo desespero de suas atitudes, pelo desrespeito às formas mais elementares de convivência social e aos mais sagrados direitos do Homem, uma forma de atuação ilegítima, criminosa, inaceitável", que atentava contra os princípios básicos das existências dos países americanos como Estados livres e soberanos. Argumentou que nenhuma sociedade, a menos que estivesse passivamente conformada a admitir sua própria imolação, podia transigir com esse tipo de comportamento, que, longe de procurar reformas aperfeiçoadoras, visava "tão-somente a gerar o ódio, a produzir a destruição e a criar o caso". Prosseguiu dizendo que não se podiam abrigar "sob o manto protetor de delitos políticos os crimes de lesa-humanidade" com que aquelas "hordas de delinquentes, organizadas para o crime", procuravam, em vão, semear nos países americanos "o terror, a desesperança" e tentavam "inutilmente provocar o descrédito das instituições" e daqueles que as encarnavam. Expressou o apoio do Brasil a um "projeto de Convenção amplo e abrangente, de modo a compreender a prevenção e repressão do terrorismo como um todo".

A posição brasileira sobre sequestros diplomáticos se dramatizou durante o encontro. Maciel descreveria o ocorrido. Disse

1027 GARCIA, 1999, p. 151.

que o principal objetivo [da reunião] era chegar a um texto amplo de acordo interamericano para combater atos de terrorismo, com dispositivos jurídicos aplicáveis por todos os países americanos. Revelou que, logo de início, o representante brasileiro enfrentou problemas básicos. Contou que, em primeiro lugar, "os Estados Unidos não estavam dispostos a participar senão de um acordo restrito que se referisse apenas a sequestros de diplomatas e assemelhados; e alguns países latino-americanos alegavam temor de que viessem a sofrer limitações o direito de asilo e as liberdades democráticas". Informou que, apesar disso, "foi possível fazer com que a Assembleia Geral aprovasse uma resolução condenatória dos atos de terrorismo, que instruiu o Comitê Jurídico Interamericano, no Rio de Janeiro, a elaborar, em sessenta dias, um projeto de instrumento interamericano sobre "os procedimentos e medidas necessários para fazer efetivas as finalidades da resolução". Esclareceu que a resolução declarava que os atos de terrorismo, especialmente sequestros de pessoas e extorsões conexas, constituíam não só "delitos de direito comum, mas também de lesa-humanidade" e configuravam "sérias violações de direitos fundamentais do homem", não os atenuando "os pretextos políticos ou ideológicos"; especialmente, "o sequestro e extorsão conexa de representantes de Estados estrangeiros", pois quebravam "as bases da convivência internacional"[1028]. Diante da apresentação de um projeto de resolução relativo a sequestros "que não impedia direito de asilo a culpados de terrorismo ainda que se tratassem de sequestradores e, na medida em que prevalecesse nas discussões a tese de que a proteção jurídica a ser concedida se estendia apenas a diplomatas que foram vítimas de sequestro", o ministro Mário Gibson Barboza

1028 MACIEL, 2000, p. 255.

retirou-se da sala juntamente com seus colegas da Argentina, Paraguai, Equador, Haiti e Guatemala[1029].

Prosseguindo em seu relato do episódio, o embaixador Georges A. Maciel afirmou que o Comitê Jurídico cumprira corretamente a missão que lhe havia sido confiada e nova sessão da Assembleia Geral fora convocada para reunir-se em janeiro de 1971. Notou que, nesse meio-tempo, desfizera-se a unanimidade que havia permitido aprovar aquela resolução. Ressaltou que, na verdade, as posições de certos países se haviam invertido. Fazendo o que qualificou de uma "síntese um tanto brutal, poder-se-ia dizer que em janeiro de 1971 muitos países haviam tomado a posição de que era necessário proteger os direitos dos terroristas e sequestradores para evitar violações das liberdades democráticas". Sublinhou que o impasse era total. Informou – fato certamente preocupante – que o país não tinha meia dúzia de aliados. Contou que, "em todo caso", constituiu-se um grupo de trabalho de oito países, de que o Brasil era membro obrigatório, para tentar elaborar uma posição comum. Constatou que, desde o início dos trabalhos, ficara patente que "não só não se fazia progresso algum, mas também que sequer havia qualquer possibilidade de progresso nas negociações para aproximar as posições das partes". Mostrou que o grupo de trabalho "não conseguia passar além do entendimento de que se deveria condenar o sequestro de pessoas destinatárias de 'proteção especial dos Estados' e sempre que não se menoscabasse o direito de asilo".

Maciel descreveu como o ministro brasileiro "considerou absolutamente inaceitável tal resultado", isto é, "inaceitáveis a hipótese de um acordo tão restrito e a situação política assim criada". Narrou como ele promoveu, então, uma reunião na Embaixada brasileira, na noite anterior ao dia marcado para a votação, com

1029 BARBOZA, 1992, p. 269.

os representantes da Argentina, Equador, Guatemala, Haiti e Paraguai, aliados do Brasil, em que expôs sua radical oposição ao projeto do grupo de trabalho e sua absoluta repulsa à situação, indicando que pretendia tomar atitude terminante no dia seguinte, antes de iniciar-se o processo de votação da matéria. Revelou como o representante da Argentina, o ministro do Exterior Luis María de Pablo Pardo, "no seu estilo impossível e sucinto, manifestou seu pleno acordo e acrescentou que iria um pouco além, retirando-se da Conferência". Afirmou que o representante brasileiro coincidia na mesma ideia, acrescentando que seguiria imediatamente o gesto de retirada. Contou que os demais presentes "concordaram com a ideia ficando assentado que todos declarariam em plenário, antes da votação", que se retiravam das deliberações, forma clara de protesto extremo, mas que não fecharia de todo as portas a uma improvável possibilidade de voltarem às negociações". Observou que, em diplomacia, "é de boa tática não queimar todas as pontes".

Comentou ainda Maciel que o presidente da Assembleia Geral, ministro do Exterior da Colômbia, "não pecava por excesso de percepção e de visão", fora devidamente avisado, antes do início da sessão, que o representante do Brasil desejava fazer uso da palavra antes de iniciado o processo de votação. Narrou ainda que ficara entendido que o representante da Argentina falaria em primeiro lugar para anunciar sua retirada. Lamentou que tal, entretanto, não tivesse acontecido, "apesar dos gestos animadores que discretamente lhe fazia o ministro do Exterior brasileiro". Contou finalmente que este, naquelas "circunstâncias, tomou então a iniciativa e, havendo finalmente obtido do presidente que lhe desse a palavra, manifestou sua total inconformidade com a situação e anunciou que se retirava das deliberações com toda sua Delegação, o que, ato contínuo, fez". Descreveu como, poucos minutos depois, "já do lado de fora do recinto da Conferência, a Delegação do Brasil assistiu à saída dos representantes argentinos

e, seguidamente, dos outros aliados do país. Comentou que hesitação do ministro do Exterior argentino lhe custaram "algumas críticas da imprensa de seu país, que interpretou sua demora em sair da sala de conferência como indício de que a posição argentina ficara a reboque do Brasil". Por fim, concluiu sua narrativa com a informação de que pouco acontecera depois daquela retirada, pois o projeto limitado que havia o Brasil e outros rejeitado "fora aprovado com reservas e abstenções". Observou que o documento nunca foi ratificado, e concluiu que, portanto, "nunca existiu e finalmente caiu no esquecimento"[1030].

No meio-tempo, avançaram as negociações que levariam à libertação do embaixador da Suíça. No dia 31 de janeiro[1031], após a aceitação pelo governo do Chile, do envio dos 70 prisioneiros políticos a Santiago, e depois de 40 dias de sequestro, Giovanni Enrico Bücher foi liberado[1032]. Terminava, assim, o quarto e último sequestro de diplomatas estrangeiros no país. Restaria, porém, o do cônsul brasileiro em Montevidéu, que seria liberado somente em finais de fevereiro[1033].

Na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada na Costa Rica em abril, Maciel defendeu posição de que o terrorismo constituía "um grave delito comum de lesa-humanidade" e propôs que os terroristas fossem passíveis de extradição.

O terrorismo voltou a ser tratado pelo ministro Gibson Barboza na Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 1972, como o fizera nas duas ocasiões anteriores. Lamentou profundamente que a Assembleia não houvesse endossado os termos da proposição para inscrição daquele item [terrorismo],

1030 MACIEL, 2000, p. 256-57.

1031 GASPARI, 2003, p. 342.

1032 BARBOZA, 1992, p. 250.

1033 BARBOZA, 1992, p. 258.

como aprovado pela Comissão Geral. Lembrou que, quando da votação das emendas apresentadas naquele plenário, na noite de sábado anterior, a Delegação brasileira firmara dois pontos que eram, a seu ver, essenciais: primeiramente, que não se podia aceitar o terrorismo ou qualquer forma de violência como instrumento político legítimo; em segundo, o título do item, tal como finalmente aceito, se expressava em termos que tinham sido frequentemente utilizados para procurar justificar o terrorismo ou mesmo tolerá-lo. Expressou sérias razões para recear que aquela formulação dessa margem a "tentativas de incursão indébita em matéria de exclusiva jurisdição interna dos Estados" e, consequentemente, a "debates acrimoniosos e estéreis". Afirmou que não movia o Brasil naquele contexto e em seus relacionamentos "qualquer preferência política nem qualquer preconceito ideológico" ao declarar que era "urgente, impostergável e imprescindível" que os Estados americanos se unissem e se organizassem, "com firmeza e determinação, contra a violência indiscriminada e hedionda do terrorismo, a que se achavam expostos todos e cada um" daqueles Países-Membros. Afirmou que continuava o país a sustentar que aquela "violência indiscriminada era um flagrante desmentido da tese de que a subversão terrorista" era "fruto da injustiça social ou da pobreza de uma determinada sociedade"[1034].

Direitos Humanos: acusações de tortura

A questão do respeito aos direitos humanos seria outro tópico com repercussões internacionais no governo Médici, e, de certa forma, o outro lado da moeda da questão do terrorismo, pois nesse tema o Brasil estaria na posição defensiva nos foros internacionais. De um lado, opositores promoviam sequestros de diplomatas e praticavam atos de terrorismo; de outro, o governo aumentava a repressão, com abusos de violação de direitos humanos, sobretudo

1034 CORRÊA, 1995, p. 276.

pela prática de torturas de pessoas aprisionadas ilegalmente e sem direito à defesa. A situação interna de confronto entre guerrilha e forças repressoras se agravava. Ocorriam mortes e sequestros de aviões e outros atos violentos. Assim, Carlos Marighella foi morto, em novembro de 1969, pela polícia em São Paulo, após ter sido emboscado perto de livraria cujo endereço teria sido obtido por tortura de dois frades dominicanos[1035]. A Ação Libertadora Nacional sequestrou, na mesma data, um voo da Viação Aérea Riograndense (Varig) para Santiago do Chile[1036].

Nesse clima nacional difícil, a diplomacia brasileira teria que tomar decisões quanto ao tema dos direitos humanos em foros multilaterais. Apesar de relutância inicial, o Brasil participou, em novembro, da Conferência Interamericana de Direitos Humanos, realizada na Costa Rica. As instruções determinaram à Delegação brasileira que mantivesse uma participação meramente de "natureza técnica", sem comprometer-se a aderir àquele instrumento. Determinou, também, que a Delegação procurasse trabalhar para que o projeto de convenção não discrepasse da "Constituição e Legislação brasileiras", caso o Brasil decidisse aderir no futuro. Seguindo essas instruções, a Delegação brasileira apresentou emendas ao projeto. Algumas dessas emendas foram incorporadas no todo ou em parte. O chefe da Delegação, Carlos Alberto Dunshee de Abranches, teve, entretanto, participação ativa[1037]. Apesar disso, tal como fizera nas Nações Unidas em 1966, com relação aos Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o país

1035 FLYNN, 1978, p. 443.

1036 GASPARI, 2002b, p. 153.

1037 TRINDADE, 2000, p. 277.

não aderiu, como outros países o fizeram em 22 de novembro, à Convenção Interamericana de Direitos Humanos[1038].

A atenção da Chancelaria brasileira seria frequentemente desviada de seus projetos e iniciativas, pois se via obrigada a reagir às crescentes (e fundadas) acusações na imprensa internacional da prática de tortura no país. Matérias do *The New York Times*, de 3 de dezembro, o de *Le Monde*, do dia 14 do mesmo mês, denunciaram torturas e assassinatos de prisioneiros políticos, além da censura à imprensa[1039]. As Nações Unidas também se envolveram indiretamente na questão quando o exemplar de dezembro da revista de Comissão Internacional de Juristas incluiu referência a "alegações de fontes informadas" de que a tortura era "sistematicamente empregada contra prisioneiros políticos"[1040].

A situação interna brasileira continuaria gradualmente a atrair atenção internacional, provocada, entre outras razões, por informações de exilados brasileiros no exterior. No dia 4 de fevereiro de 1970, foi a vez do jornal *The Times* publicar matéria sobre torturas no Brasil, aplicadas, segundo seus autores, para que o regime militar se mantivesse no poder[1041]. Depois de uma matéria na revista francesa *L'Express*, apreendida no país, foi o turno do jornal *The Washington Post* que, em 28 de fevereiro, publicou editorial sobre torturas de presos políticos no país. O ministro Gibson Barboza convocou o embaixador americano, Charles Elbrick, mostrou-lhe o artigo e falou-lhe das consequências da publicação junto à opinião pública e para as relações bilaterais. Também o embaixador em Washington, Mozart Gurgel Valente,

1038 GARCIA, 1999, p. 149 e "Relatório Inicial Brasileiro Relativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966" do qual consta que o Brasil somente iria aderir à Convenção em 1992.

1039 GASPARI, 2002b, p. 275.

1040 BLACK, 1977, p. 33.

1041 GASPARI, 2002b, p. 275.

manteve contato no Departamento de Estado sobre o mesmo tema[1042].

Enquanto isso, a situação política do país não mostrava sinais de mudança. Médici declarou, em 10 de março, na Escola Superior de Guerra, que a "revolução" duraria quanto fosse necessário[1043]. Quatro dias depois, assinou decreto de banimento dos cinco presos políticos exilados para o México, com base no Ato Institucional nº 13[1044]. A ação repressiva aumentava e, em abril, foi morto Juarez Guimarães de Brito, da Ação Libertadora Nacional[1045].

As matérias na imprensa internacional a respeito de torturas no Brasil passaram a ter efeitos mais diretos na diplomacia e, até mesmo, em outras áreas do governo. Ao passar por Washington, em 26 de maio, o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, ouviu do secretário de Estado interino, Elliot Richardson, opinião de que o problema da tortura poderia afetar as relações bilaterais[1046].

A repressão policial militar crescia. Em outubro, foi morto, na prisão, Joaquim Câmara Ferreira que sucedera a Marighela como líder da Ação Libertadora Nacional. Em São Paulo foram aprisionados cerca de 500 suspeitos de subversão, inclusive a maior parte da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares[1047].

Aumentava também a repercussão externa dos atos praticados no país. Sem mencionar expressamente o Brasil, em alocução no dia 21 de outubro, o Papa Paulo VI referiu-se à tortura da qual "se mencionava o centro, nem sempre sem alguma intenção política, [localizado] num grande país empenhado num esforço de

1042 GASPARI, 2002b, p. 280.

1043 FLYNN, 1978, p. 446.

1044 OKUCHI, 1991, p. 118.

1045 FLYNN, 1978, p. 444.

1046 GASPARI, 2002b, p. 285.

1047 FLYNN, 1978, p. 444.

progresso econômico e social". Definiu a tortura como "métodos policiais cruéis e desumanos para extorquir confissões dos lábios dos prisioneiros" e disse que deviam ser "condenadas totalmente". Acrescentou que as torturas não eram admissíveis, "nem mesmo com o fito de exercer a justiça e de defender a ordem pública". Ressaltou que elas não eram toleráveis, "mesmo quando praticadas por órgãos subalternos". Disse ainda que "a violência e o terrorismo empregados como meios normais para intervir na ordem estabelecida" ou "os sequestros de aviões, os sequestros de pessoas, os roubos à mão armada" eram "do mesmo modo inadmissíveis". Por fim, disse que "a teologia da revolução", como era chamada, não era "conforme o espírito do Evangelho"[1048].

O ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, reagiu energicamente, no final de outubro, à notícia de que o Conselho Interamericano de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos, pediria autorização para apurar no território brasileiro as denúncias de torturas. Reiterou o entendimento de que o governo considerava tal ação uma ameaça à soberania e uma ingerência de organizações internacionais nos assuntos internos do país[1049].

Entrementes, a situação de direitos políticos sob o regime do Ato Institucional nº 5, tampouco apresentava melhoras. Com o boicote pelo Movimento Democrático Brasileiro das eleições para o Congresso Nacional, a Aliança Renovadora Nacional obteve maioria nas eleições de 15 de novembro[1050]. No exterior, as críticas ao regime militar afetariam relações bilaterais. Assim, ao fazer um balanço das relações do Brasil com o Vaticano, durante o ano, o

1048 SILVA, 1984, p. 466.

1049 BRANCO, 1977, v. III, p. 703.

1050 BACCHUS, 1990, p. 150.

embaixador junto à Santa Sé, José Jobim, qualificou-as de "frias" em razão da denúncia de torturas, feita pelo Papa Paulo VI[1051].

A ação policial repressiva prosseguia, em verdadeira "guerra" do regime militar contra o terrorismo, envolvendo abusos, violações de direitos humanos e consequências políticas. Logo após o sequestro do embaixador da Suíça, a polícia informou, em dezembro, a morte de três guerrilheiros, inclusive Eduardo Leite (Bacuri), um dos líderes de uma facção da Vanguarda Popular Revolucionária[1052]. Em 2 de janeiro de 1971, morreu em consequência de torturas, o deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, Rubens Paiva[1053].

A imprensa internacional ampliava a repercussão desses fatos. O jornal *Washington Post* noticiou, em 23 de março, sob o título "Sangue Brasileiro em Nossas Mãos", que, embora continuasse negando que mantivesse Rubens Paiva preso, o Exército devolvera à família suas roupas e pertences pessoais[1054]. As ações terroristas também prosseguiam. Em abril, foi assassinado o industrial Henning Albert Boilesen que se presumia ter ligações com a ação policial conhecida como Operação Bandeirantes[1055]. Alguns setores políticos em Washington preocupavam-se cada vez mais com a questão da tortura no Brasil e, como mencionado acima, por iniciativa do senador Frank Church, realizaram-se, em maio, no Congresso dos Estados Unidos, audiências para examinar as relações bilaterais.

1051 SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*, p. 168-69, observa que "em sua condenação à tortura, o Papa não fazia nenhuma referência pública direta ao Brasil".

1052 LYNN, 1978, p. 444.

1053 GASPARI, 2002b, p. 326.

1054 BLACK, 1977, p. 76.

1055 FLYNN, 1978, p. 444.

As ações policiais aumentavam no país. Em 14 de maio, faleceu, em consequência de torturas, sofridas na base aérea do Aeroporto do Galeão, o militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Stuart Angel Jones[1056]. José Raimundo Costa, da Vanguarda Popular Revolucionária, foi morto em 5 de agosto[1057]. Como resultado de informação obtida através de torturas de presos, Carlos Lamarca foi morto em 17 de setembro por tropas do governo, após emboscada na Bahia. Os direitos políticos mantinham-se restritos. Em março de 1972 foi proibido, até o semestre seguinte, o debate sobre a sucessão presidencial. Em abril, foi promulgada alteração constitucional pela qual foram canceladas eleições diretas para governador de Estado[1058].

A situação dos direitos humanos no país alcançava foros internacionais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, em sessão de 3 de maio, considerou questões pertinentes à prática de tortura no Brasil, concluindo que não fora possível chegar "à prova absolutamente concludente das alegações formuladas", mas que aquela recolhida levava a concluir que existiam suspeitas de "tortura, de sevícias e de maus tratos infligidos a pessoas dos dois sexos, durante o tempo em que estiveram presas"[1059].

Quando o país celebrava, em 7 de setembro, o sesquicentenário da Independência Nacional, uma matéria do jornal *The New York Times* divulgou dados, compilados pela Anistia Internacional, a respeito de cerca de mil pessoas que haviam sofrido, durante o ano, torturas em prisões brasileiras[1060]. Na defensiva, o governo buscava

1056 SILVA, 1984, p. 461.

1057 FLYNN, 1978, p. 444.

1058 FLYNN, 1978, p. 454-55.

1059 SILVA, 1984, p. 482.

1060 WESSON, 1981, p. 91.

argumentar que a verdadeira questão dos direitos humanos dizia respeito àqueles de natureza econômica e social. Na verdade, a situação política e dos direitos humanos não se flexibilizaria até o fim do período Médici. Este anunciou, em 18 de junho de 1973, que Geisel seria o "candidato" do governo[1061]. Na semana seguinte, o Exército brasileiro aniquilou a guerrilha no Vale do Araguaia[1062].

A tarefa da diplomacia brasileira em defesa das (fundadas) acusações feitas ao país em matéria de direitos humanos tornava-se cada vez mais difícil, senão impossível. Em julho, em intervenção em sessão plenária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, o embaixador Alarico da Silveira afirmou que o Brasil considerava "importante o debate e a cooperação internacional em matéria de direitos humanos". Disse que, "coerente com essa posição", assinara e ratificara "convenções sobre genocídio, discriminação racial, proteção de refugiados e promoção dos direitos humanos". Lembrou que, no âmbito daquela organização, o país vinha prestando "uma colaboração invariavelmente positiva". Recordou que a Delegação brasileira declarara, "em diversas ocasiões, naquele e em outros foros, sua "firme convicção" de que a defesa dos direitos humanos, fosse esta de natureza socioeconômica ou política, constituía "uma das preocupações mais relevantes que podia ter o Estado"; e manifestara que o conjunto das normas jurídicas vigentes no país assegurava respeito àqueles direitos e que o governo dispunha dos meios indispensáveis para prevenir eventuais violações e para sancionar seus autores. Declarou que, por considerar as relações entre o Estado e seus nacionais como da "exclusiva responsabilidade de cada país", o Brasil se opunha a formas de ação internacional, no campo dos direitos humanos, que revestissem características de "processo investigatório ou

1061 BLACK, 1977, p. 35.

1062 GARCIA, 1999, p. 155.

judiciário", salvo em situações que constituíssem ameaça à paz e à segurança internacionais. Explicou que o Brasil, ao abster-se de votar [em algumas resoluções sobre direitos humanos], agira "dentro do estrito cumprimento do princípio da não intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados, como determinava o artigo 18 da Carta da Organização"[1063].

O processo decisório interno no país continuava, naquele momento, ainda infenso à abertura democrática. Utilizando-se pela primeira vez do sistema de colégio eleitoral (composto de membros do Congresso Nacional e representantes de Assembleias Legislativas estaduais), em 15 de janeiro de 1974, o general Ernesto Geisel foi "eleito" presidente da República[1064], tendo obtido 400 dos 476 votos. O Movimento Democrático Brasileiro acusou o colégio eleitoral de uma farsa e 21 dos "eleitores" recusaram-se a votar. Os demais 76 concordaram em votar para se expressar em "anticampanha". Ao falar como "anticandidato", Ulysses Guimarães exortou o governo a acabar com o desemprego, as prisões arbitrárias, terrorismo policial, tortura e violência[1065].

República Popular da China: admissão nas Nações Unidas

Uma série de eventos internacionais contribuíram para criar cenário favorável ao restabelecimento de laços mais próximos entre a República Popular da China e os países ocidentais. Essa aproximação seria devida, em parte, à necessidade americana de concluir o conflito no Vietnã. Os Estados Unidos eliminaram, em março de 1971, as restrições impostas aos cidadãos americanos que visitassem aquele país asiático. Nixon anunciou, em abril, que

1063 TRINDADE, 2000, p. 274.

1064 FAUSTO, 1999, p. 296.

1065 BLACK, 1977, p. 35.

o comércio com Beijing seria reiniciado[1066]. Partindo do Paquistão, o conselheiro de segurança americano, Henry Kissinger, fez, em julho, importante visita à capital da China continental[1067]. Após o encontro com Mao Zedong e Chu En Lai, estes convidaram o presidente americano a visitar o país e o convite foi aceito[1068]. O governo chinês logo ampliaria suas relações externas, tendo, em agosto, estabelecido relações comerciais com a Malásia, ampliado relações com o Ceilão (denominado Sri Lanka a partir de 1972), e mais tarde, desenvolvido relações comerciais com França, Itália e países escandinavos.

A questão do reconhecimento internacional da República Popular da China estava, pois, na pauta internacional quando o ministro Mário Gibson Barboza abriu, em setembro, o debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas. Com críticas veladas tanto à Beijing quanto a Washington, o titular do Itamaraty referiu-se às "pressões" para que o governo da China continental fosse admitido nas Nações Unidas. Deixou entrever que o critério não deveria ser o de "possuir uma arma atômica". Observou que o Brasil e outros países eram solicitados, na Assembleia, a encarar com "suposto realismo o acesso de mais uma grande potência" à Organização. Definiu a *realpolitik* que se pedia para aplicar como sendo "a do reconhecimento do fato de que uma potência com centenas de milhões de habitantes e possuidora da arma nuclear" cuja proliferação se pretendia proscrever, "não poderia deixar de ter, nas Nações Unidas, posição compatível com sua força". Notou que ocorria, portanto, "mais um episódio da política do poder". Opinou que não lhe parecia fosse este "um critério apropriado"

1066 GILBERT, 2002, p. 488.

1067 YOUNG; KENT, 2004, p. 371, ressaltam que o Paquistão tinha relações amistosas com a China, fato que tinha importância geopolítica por causa da abertura de Nixon para Beijing. Já a Índia, pouco antes, mantivera conflito com a China.

1068 GILBERT, 2002, p. 488.

para que se organizasse "uma sociedade internacional fundada na paz, na justiça e na igualdade entre os Estados". Constatou que "o fato novo" não era "a descoberta da existência de mais uma estrela na constelação das grandes potências". Registrou que essa estrela já existia havia muito tempo, "na verdade desde que demonstrou possuir a técnica e os meios de pôr em perigo a sobrevivência da humanidade; desde que provou, em outras palavras, possuir uma arma atômica". Expressou opinião de que a "novidade, esta sim", que então alterava "fundamentalmente a perspectiva da composição da ONU", era o fato – e isto lhe parecia indiscutível – de que uma superpotência havia decidido ter chegado o tempo de reconhecer a existência de mais uma grande potência. Conclui que o candidato ao ingresso passava, consequentemente, a existir, desde o momento em que os "diretores do clube do poder" o decidiam[1069].

A admissão da China Comunista foi votada, na noite de 25 para 26 de outubro, nas Nações Unidas. Antes da votação, o representante da China Nacionalista (restrita à ilha de Taiwan) saiu da sala, pois, ao votar a admissão da República Popular da China, o representante daquele território seria expulso[1070]. A Assembleia Geral aprovou, por 76 votos a favor e 35 contra, resolução[1071] pela qual foi aceito o governo de Beijing e não o de Taipei como representante único da China[1072]. Com a exclusão, o representante do território continental passou a ocupar, no Conselho de Segurança, o único assento chinês[1073]. O reconhecimento logo surtiria efeito, pois, em novembro, Mao Zedong aconselhou o

1069 CORRÊA, 1995, p. 263.

1070 GILBERT, 2002, p. 488.

1071 DIAS, 1984.

1072 ROBBINS, 1998, p. 135.

1073 PALMER, 2002, p. 458.

presidente do Vietnã do Norte, Pham Van Dong, a entrar em acordo para terminar o conflito com o Vietnã do Sul.

A aproximação americana da República Popular da China parecia, pois, ter evidentes implicações diretas para a decisão de Washington de extricar-se do Vietnã. Nixon tornou público, em janeiro de 1972, que Kissinger realizara doze reuniões secretas com representantes do Vietnã do Norte para estabelecer a paz[1074]. Em fevereiro, o próprio presidente americano visitou a República Popular da China, onde manteve encontros com o primeiro-ministro Chu En-Lai, tornando-se o primeiro presidente americano a viajar oficialmente a Beijing[1075]. Acordou com o mandatário chinês a venda de bens americanos e sugeriu a redução de oito mil guarnições americanas em Taiwan em troca de acordo sobre o Vietnã. Paralelamente, a República Popular da China normalizou, em setembro, as relações diplomáticas com o Japão[1076], quando o primeiro-ministro, Kakuei Tanaka, visitou Beijing[1077]. Tardariam ainda dois anos, no entanto, até que o governo brasileiro, já na vigência do governo Geisel, estabelecesse relações diplomáticas com o governo de Beijing.

Mar Territorial: ampliação para 200 milhas

O tema do mar territorial muito ocuparia o setor da Chancelaria brasileira responsável pelas Nações Unidas após ter o governo brasileiro promulgado, em 25 de março de 1970, o Decreto-Lei nº 1.098 que alterou seu limite. Nos seus artigos principais, o dispositivo definiu o mar territorial brasileiro como abrangente de uma faixa de duzentas milhas marítimas de largura, medidas

1074 YOUNG; KENT, 2004, p. 416.

1075 GILBERT, 2002, p. 490.

1076 GARCIA, 1999, p. 153.

1077 BELL, 2004, p. 428.

a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular brasileiro, adotada como referência nas Cartas Náuticas brasileiras. Determinou que a soberania do país se estenderia ao espaço aéreo acima do mar territorial, bem como ao leito e subsolo deste mar[1078].

A posição brasileira não era isolada, pois uma dezena de países latino-americanos, alguns afro-asiáticos e um país desenvolvido (Islândia) haviam estendido além de 12 milhas seus direitos sobre as águas e recursos marítimos adjacentes à sua costa[1079]. Desses países, o embaixador Saraiva Guerreiro destacaria o Equador, Peru e Argentina, este último por ter "uma zona de 'soberania' até duzentas milhas, na qual se permitia a 'livre navegação'"[1080]. A decisão, no entanto, significou uma ruptura com o sistema das convenções de Genebra, pelo qual, no entendimento de alguns, a largura do mar territorial não poderia passar de doze milhas marítimas[1081]. O governo utilizou vários argumentos em defesa da medida. Afirmou não estar o país vinculado aos tratados de Genebra; não existir regra de direito consuetudinário sobre a matéria; e estarem os países autorizados a fixar seu mar territorial com base em decisão interamericana (ponto A-2 da Declaração da Terceira Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, celebrada no México em 1956). Alegou, ainda, o interesse em preservar os recursos vivos das zonas marítimas adjacentes que se encontrariam em "panorama predatório"[1082].

Imediatamente, após o anúncio da medida, a Embaixada americana apresentou nota em que solicitou sua revogação. O ministro Gibson Barboza conversou com o Secretário da Marinha dos

1078 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 71.

1079 CASTRO, 1989, p. 11.

1080 GUERREIRO, 1992, p. 82.

1081 RANGEL, 2000. p. 320.

1082 RANGEL, 2000. p. 320.

Estados Unidos que argumentou as dificuldades para os navios de guerra americanos, caso todos os países adotassem a extensão do mar territorial a duzentas milhas. O ministro do Exterior brasileiro contra-argumentou que nem todos os países dispunham de mar territorial e que outros possuíam mar reduzido. Estes "invadiriam" territórios de outros países se igualmente ampliassem seu mar territorial. Lembrou que a legislação brasileira reconhecia o direito de passagem inocente para os navios de guerra e que, em caso de novo conflito mundial, os Estados Unidos poderiam contar com o apoio brasileiro[1083]. Mas o protesto americano não foi o único: outros dez países enviaram notas para registrar não reconhecerem a medida (Bélgica, Finlândia, França, Grécia, Japão, Noruega, Reino Unido, República Federal da Alemanha, Suécia e União Soviética).

A decisão brasileira de estender seu mar territorial encontrou também a solidariedade regional. Diversos países latino-americanos apoiaram a medida e, por iniciativa do Uruguai, promoveram reunião em que emitiram uma Declaração de Montevidéu sobre Direito do Mar, na qual proclamaram "o direito dos Estados costeiros de dispor dos recursos naturais do mar adjacente a suas costas". Assinaram-na Argentina, Brasil, Chile, El Salvador, Equador, Nicarágua, Panamá, Peru e Uruguai.

Em âmbito mais amplo, porém, a ampliação do mar territorial brasileiro continuou a gerar protestos. O Reino Unido, por nota de 1º de junho, acusou o Brasil de desrespeito ao Direito Internacional. O governo decidiu então enviar nota em resposta aos diversos protestos recebidos, na qual procurou rebater tais acusações. Afirmou, no documento, que o país se limitava a observar que o limite de duzentas milhas para o mar territorial correspondia ao critério regional que tendia a prevalecer na América Latina. Expressou o entendimento de que não podia o Brasil considerar

1083 BARBOZA, 1992, p. 223 e 283.

sua nova legislação como contrária ao Direito Internacional, uma vez que não existia norma de Direito Internacional em vigor, convencional ou costumeira, que determinasse aos Estados até que limite máximo eles podiam estender seus territórios no mar. Notou, por outro lado, que a norma de direito costumeiro que pudesse ter existido, fixando em três milhas a largura máxima do mar territorial, deixara de vigorar, visto que a maioria dos Estados abandonara o critério das três milhas, sem que um novo limite fosse uniformemente adotado. Constatou que prevalecia assim o critério de que o Estado costeiro era livre para determinar a largura de seu mar territorial, dentro de limites razoáveis e atendendo às suas condições e interesses peculiares. Lembrou que esse critério se achava definido pelo Conselho Interamericano de Jurisconsultos que, em sua reunião do México, em 1956, determinara que cada Estado tinha competência para fixar seu mar territorial dentro de limites razoáveis, atendendo a fatores geográficos, geológicos e biológicos, assim como às necessidades de sua população e sua segurança e defesa[1084].

O tema causou interesse na imprensa e, no dia 20 de novembro, o Itamaraty emitiu nota na qual desmentiu ter apoiado um tratado internacional que acarretaria mudança na decisão brasileira de estender o mar territorial em duzentas milhas para aceitar estabelecê-lo em apenas doze. Segundo a nota, o projeto de tratado de modo nenhum fixava qualquer limite para o mar territorial e seu artigo 4º declarava explicitamente que o instrumento não afetava, "de qualquer modo que fosse", "os problemas pendentes de Direito do Mar, nem os direitos e pretensões de qualquer país, nem o reconhecimento ou não reconhecimento de tais direitos ou pretensões"[1085].

1084 CASTRO, 1989, p. 30.

1085 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 357.

A questão do mar territorial prosseguiria na pauta nacional e internacional. No plano interno, chamaria a atenção o fato de o Movimento Democrático Brasileiro ter colocado em seu programa de 1972 a inadmissibilidade de "qualquer alteração restritiva no limite de 200 milhas, estabelecido para o mar territorial brasileiro"[1086].

Meio ambiente: Conferência de Estocolmo

O tema do meio ambiente começava a ganhar algum espaço nos foros multilaterais. Apenas um mês após ter sido iniciada a construção da Rodovia Transamazônica[1087], e em prenúncio da posição que o país adotaria dois anos depois, no curso da primeira conferência mundial sobre meio ambiente em Estocolmo, Araújo Castro discorreu, em 24 de novembro de 1970, sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Disse que as políticas de meio ambiente só teriam "algum significado no contexto do desenvolvimento econômico e social", e, para tal fim, a Conferência de Estocolmo devia ter "como pano de fundo natural e necessário a estratégia para a Segunda Década de Desenvolvimento das Nações Unidas. Devia-se reconhecer que a definição final das políticas de meio ambiente eram da "competência exclusiva e soberana" dos países em que tais políticas deviam ser aplicadas. Asseverou que o Brasil se recusava a aceitar uma abordagem puramente conservacionista que viesse "a lidar com problemas periféricos sem penetrar nas raízes do mal". O país se recusava a aceitar uma situação na qual políticas pudessem ser "definidas ou mesmo impostas fora do contexto dos planos e prioridades nacionais para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento"; recusava-se a aceitar sugestões que não levassem em conta "a responsabilidade dos países desenvolvidos

1086 ALMEIDA, 1998, p. 202, com base em Chacon. *História dos partidos políticos brasileiros.*

1087 GARCIA, 1999, p. 150.

de prover ajuda adicional, econômica e financeira aos países em desenvolvimento a fim de reduzir o desequilíbrio provocado pelos sistemas passados e presentes do comércio internacional", recusava-se a aceitar a ideia de que o meio ambiente fosse um fator isolado que pudesse ser tratado "fora do contexto do desenvolvimento econômico e social"; recusava-se a aceitar qualquer espécie de medida internacional no campo do meio ambiente que não levasse em conta "o direito de cada país de explorar livremente seus próprios recursos naturais", que tentasse "impor ou reforçar soluções em questões" que fossem da "competência soberana de cada país", ou não levassem em conta "as condições peculiares dos países em desenvolvimento"[1088].

A proteção do meio ambiente ainda teria longo caminho a percorrer e a posição brasileira muito a evoluir. No entanto, alguns dos temores iniciais do país sobre o tema refletiam questões que perdurariam por décadas a seguir, em especial a relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Alguns desses pontos estavam presentes no discurso em que o chefe da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ministro José da Costa Cavalcanti, pronunciou, em 6 de junho de 1972, em Estocolmo. Deu então ênfase à "falta de conhecimento das condições ambientais", à "necessidade do desenvolvimento" e opôs-se às "propostas de redução da população". Argumentou que as decisões e recomendações de ação deveriam levar em conta o "estágio relativamente incompleto de conhecimento das condições ambientais, bem como as necessidades de desenvolvimento de cada país". Disse que fora precisamente o crescimento econômico que permitira aos países desenvolvidos fazerem grandes progressos na "eliminação da pobreza em massa, da ignorância e da doença, dando assim, alta prioridade às considerações do meio ambiente".

1088 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 281-82.

Afirmou que a deterioração ambiental ia "muito além da poluição industrial", expressando confiança em que as soluções viriam "no tempo necessário a evitar perigos em um futuro demasiado distante". Constatou que se estava longe de "uma escassez global de recursos naturais". Concluiu que pareceriam uma contradição quaisquer propostas para melhorar o ambiente visando a reduzir o número de pessoas que iriam desfrutar esse ambiente.

A Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, emitida em Estocolmo[1089], resultaria na criação do Programa Meio Ambiente (PNUMA) daquela organização[1090]. O documento final do encontro reconheceu o direito soberano de cada Estado explorar seus próprios recursos naturais, mas estabeleceu a responsabilidade jurídica para assegurar que atividades dentro das jurisdições nacionais, ou por elas controladas, não causassem dano ao ambiente de outros Estados ou áreas além dos limites da jurisdição nacional[1091]. No seu relatório sobre a Conferência, a Delegação brasileira a descreveria contendo "as virtudes e defeitos de todas as atividades pioneiras", pois fora "visionária e profética, mas também ingênua e apocalíptica"[1092].

No intervalo entre a realização da Conferência de Estocolmo, em junho, e o início da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, tendo presente a controvérsia com a Argentina, o Itamaraty se preparou para "encontrar uma solução adequada para um problema importante, deixado em aberto pela Conferência: o da questão da informação sobre as obras que, realizadas em um

1089 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 153.

1090 GARCIA, 1999, p. 152-53.

1091 GILBERT, 2002, p. 495.

1092 ALVES, 2001, p. 61.

país, pudessem vir a causar prejuízos ao meio ambiente, para além de suas fronteiras"[1093].

Desarmamento: "congelamento do poder mundial"

O tema do desarmamento mereceria atenção da diplomacia brasileira, embora as negociações relevantes se cingissem quase que exclusivamente às duas maiores potências nucleares. Em novembro de 1969, teve início, em Helsinque, o processo entre americanos e soviéticos, conhecido pelo nome de "Conversações sobre Limitações de Armas Estratégicas"[1094]. Nixon anunciou, no dia 25 daquele mês, que os Estados Unidos renunciavam a todos os métodos de guerra biológica e determinou a destruição de seu estoque de armas desse tipo[1095].

Em discurso que pronunciou, em julho de 1970 em Genebra, na Conferência do Comitê do Desarmamento, o ministro Gibson Barboza anunciou que o presidente da República pedira e obtivera do Congresso Nacional a necessária autorização para a ratificação pelo governo brasileiro do Protocolo de Genebra de 1925 para coibir o uso de armas químicas e bacteriológicas[1096]. Afirmou que o Brasil considerava "adequado" o instrumento e sustentava que o âmbito da proibição da produção, armazenamento e pesquisa de armas químicas e bacteriológicas deveria ser o mais amplo possível[1097]. A posição brasileira sobre o tema chamava a atenção de autores americanos, pois o país fora um dos copatrocinadores de resolução na Assembleia Geral condenatória do uso de armas químicas e

1093 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1972, p. 87.

1094 DEFARGES, Philippe Moreau. *As relações internacionais desde 1945*, p. 61.

1095 GILBERT, 2002, p. 478.

1096 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 140.

1097 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 112-13.

biológicas em momento que os Estados Unidos utilizavam agentes químicos na Indochina[1098].

Dando continuidade à forte atuação brasileira na matéria, o embaixador Araújo Castro discursou, em 5 de novembro, sobre itens relativos ao desarmamento durante sessão da I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Afirmou que prevalecia uma "curiosa filosofia" segundo a qual o perigo então residia "nos armamentos, nuclear ou não, das nações pequenas, antes do que nos gigantescos arsenais das Grandes Potências". Argumentou que, se aquela tendência prevalecesse, "o Poder, o Grande Poder" permaneceria "sagrado e intocável". Notou que estabeleciam-se categorias de nações, como foram estabelecidas pelo Tratado de Não Proliferação, com "o poder como única e insuficiente forma de medir", no entendimento tácito de que os poderosos seriam "mais poderosos e os indefesos ainda mais indefesos". Comparou esse fenômeno ao que estava "acontecendo no campo econômico" dizendo que as nações ricas tornavam-se "mais ricas e as nações pobres mais pobres". Concluiu que a concorrência dos dois fenômenos contribuía para a estabilidade e perpetuação do *status quo*[1099].

Alguns progressos isolados, embora limitados, ocorriam na área de desarmamento. Assim, no dia 11 de fevereiro de 1971, 63 países, inclusive os Estados Unidos, assinaram um tratado de banimento do uso de armas atômicas no leito marítimo. Para o Brasil, porém, esses resultados para o desarmamento mundial eram considerados insuficientes. Em conferência para estagiários da Escola Superior de Guerra, em 11 de junho de 1971, o embaixador João Augusto de Araújo Castro, declarou que o Brasil tinha procurado caracterizar o que então se delineava claramente

1098 SELCHER, 1978, p. 45.

1099 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 258.

como "firme e indisfarçada tendência no sentido do congelamento do poder mundial". Esclareceu que, quando falava de poder, não falava "apenas de poder militar, mas também de poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico". Afirmou que o Tratado de Não Proliferação, "ponto mais alto da *détente* entre a União Soviética e os Estados Unidos", era o "instrumento central dessa política de congelamento do poder mundial". Observou que as superpotências se opunham "tenazmente a toda e qualquer tentativa de reforma ou revisão da Carta de São Francisco, a qual, procuraria tornar imóvel e estático o quadro político-estratégico de 1945". Notou que, "com o apoio de um grupo importante de países latino-americanos", o Brasil tinha "colocado, com firmeza e determinação, o problema de revisão da Carta, com o argumento de que não podia viver eternamente no ano de 1945" e de que eram "fúteis e irrisórias quaisquer tentativas no sentido de imobilização e congelamento da História"[1100].

Organizações não governamentais se mobilizariam e passariam a ter forte impacto internacional. Em setembro, após os Estados Unidos anunciarem planos para teste nuclear subterrâneo na ilha de Amchitka, nas Aleutianas, a recém-criada Greenpeace enviou para o local seu navio de pesca, o *Phyllis Cormack*. Alegando mau tempo, o governo americano anunciou que o teste seria adiado.

A questão do desarmamento se ampliava para outras formas de material bélico. Em abril de 1972, foi assinada a Convenção para a Proibição das Armas Biológicas[1101]. Nixon viajou, em maio, a Moscou onde assinou tratado de limitação de armas entre as duas superpotências e concluiu a primeira rodada de negociações das "Conversas para Limitação de Armas Estratégicas I". Os dois

1100 ARAÚJO CASTRO, Luiz Augusto de. *O Congelamento do Poder Mundial*.

1101 GARCIA, 1999, p. 152.

países acordaram em limitar o número de mísseis defensivos nucleares a duzentos cada um, cem a serem colocados em volta das capitais e cem em torno de cidades de onde poderiam ser lançados mísseis antibalísticos[1102]. Nesse ínterim, parecia que o ambiente internacional em relação ao desarmamento nuclear evoluía em favor de mais restrições, pois, até o final do ano, 71 países já haviam assinado o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares[1103].

Cuba: atritos multilaterais

O tema cubano continuaria presente na política externa brasileira. O ministro Gibson Barboza fez declarações à imprensa, em fevereiro de 1970, em que desmentiu estar sob estudo no Itamaraty a possibilidade do reingresso de Cuba como membro da Organização dos Estados Americanos[1104]. Embora inovasse em alguns aspectos da política externa, em outros, como o tratamento do regime de Havana, o governo mantinha a linha iniciada em 1964. Assim, quando, após sua posse na presidência do Chile, Salvador Allende restabeleceu, em 12 de novembro, relações diplomáticas com Cuba, o governo brasileiro considerou o ato chileno uma "flagrante violação do Tratado do Rio de Janeiro"[1105].

A sempre recorrente questão cubana voltaria a exigir novo posicionamento brasileiro quando, durante sessão da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada em Washington em abril de 1973, foi adotada uma declaração que reconheceu a existência *de facto* de diversos regimes políticos no continente. Segundo o documento, tais regimes, "inspirados

1102 GILBERT, 2002, p. 491.

1103 BELL, 2004, p. 270.

1104 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 55.

1105 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório*, 1970, p. 21. Georges A. Maciel observa em "O Brasil e a Organização dos Estados Americanos", p. 258, que, desde 1964, o México se recusara a cumprir a decisão de ruptura de relações diplomáticas com Cuba. Seguir-se-iam ao Chile, Peru, Trinidad e Tobago e outros.

inclusive em diferentes ideologias", poderiam coexistir sempre que respeitassem, de modo integral, os princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos relativos à soberania, autodeterminação e não intervenção[1106].

O embaixador Georges A. Maciel descreveria a atuação brasileira naquela deliberação. Recordou como um grupo de países latino-americanos, liderados pela Colômbia, apresentara à Assembleia Geral um projeto de resolução sobre liberdade política, "em que essencialmente se afirmava que o 'pluralismo ideológico' era não só 'compatível' com o sistema americano, mas também um 'pressuposto da solidariedade' regional". Lembrou que o governo brasileiro se opusera terminantemente a tal projeto. Opinou que a expressão "pluralismo ideológico" parecia indicar "um princípio totalmente indefinido e, portanto, inaceitável". Prosseguiu dizendo que "afirmar que tal 'princípio' era o pressuposto, condição essencial da solidariedade panamericana era um absurdo histórico, político e jurídico". Aduziu que, além disso, havia uma "circunstância suspeita", pois, em 1962, havia sido declarado que o regime comunista de Fidel Castro era "incompatível" com o sistema interamericano. Notou que "a intenção de associar uma coisa à outra era evidente" e que tal tentativa de associação fora "expressamente mencionada em plenário da Comissão Geral pelo menos por duas delegações (Argentina e Chile)". Narrou como o representante brasileiro negociara, "especialmente em reuniões privadas na Sede da União Panamericana, durante horas a fio, dia e noite, um texto que pudesse ser, ao mesmo tempo, aceitável pelo governo brasileiro e pelos demais governos do continente". Informou que o projeto inicial fora "todo remanejado". Disse que, em síntese, a expressão "pluralismo ideológico" desaparecera e o novo projeto mencionava apenas "pluralidade ideológica", eu indicava, não um princípio, mas

1106 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 98.

um fato sociológico, perfeitamente em harmonia com os preceitos de democracia incorporados na Carta da Organização dos Estados Americanos. Expressou entendimento de que ficara assim "eliminado o problema de 'compatibilidade' de um suposto princípio indefinido com a solidariedade hemisférica". Acrescentou que, além disso, fora incluído no texto final de um parágrafo que claramente subordinava sua interpretação a "tratados especiais" (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) e à Resolução nº 78 da II Assembleia Geral, que reiterava os princípios da não intervenção e autodeterminação, bem como reafirmava a obrigação dos Estados de "abster-se de organizar, apoiar, promover, financiar, instigar ou tolerar atividades subversivas, terroristas ou armadas contra outro Estado"[1107].

Os contatos de diplomatas brasileiros com seus colegas cubanos limitavam-se a foros multilaterais, dando-se, por vezes, em condições tensas. Assim, críticas do próprio Fidel Castro ao Brasil, durante a IV Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, em Argel, em 9 de setembro de 1973, levaram o observador brasileiro, embaixador Wladimir do Amaral Murtinho, a pronunciar forte discurso contra o governo em Havana. Lembrou o delegado brasileiro que, no início daquela conferência, o ministro das Relações Exteriores de Cuba objetara a presença do Brasil naquela conferência. Qualificou essa contestação de "insólita, inadmissível e contrária às normas internacionais" e acrescentou que, "como se poderia esperar", não encontrara "qualquer apoio, perdendo-se no seu próprio vazio". Nesse particular, registrou e agradeceu publicamente as intervenções dos ministros das Relações Exteriores de Gana, Quênia e Egito, que se manifestaram "favoráveis à presença de todos os observadores", atitude que fora ratificada "pelo consenso da Assembleia". Lamentou ter-lhe

1107 MACIEL, 2000, p. 258.

sido ainda necessário tomar mais alguns minutos daquela "nobre Assembleia". Explicou que estava obrigado a assim proceder em virtude das referências feitas no dia anterior ao Brasil pelo primeiro-ministro cubano. Disse que as referências em questão não mereciam uma resposta pormenorizada de sua parte e que o Brasil não tinha que dar quaisquer explicações ao primeiro-ministro de Cuba. Afirmou que a opinião pública internacional conhecia "perfeitamente os objetivos e a política interna e externa brasileira". Expressou, contudo, desejo de "refutar, por intoleráveis, as falsas, sem fundamento e gratuitas acusações" contra o Brasil. Sublinhou que era uma "verdade histórica" que o Brasil tinha sido sempre "fiel ao princípio de não intervenção, autodeterminação e soberania dos povos", os quais eram pontos fundamentais da política externa brasileira. Ironizou que gostaria de "poder dizer o mesmo sobre Cuba no regime do senhor Fidel Castro". Concluiu que não se alongaria sobre as "palavras irresponsáveis pronunciadas" sobre o Brasil pelo primeiro-ministro cubano, dois dias antes, nem pretendia voltar ao assunto; rejeitava-as formalmente, ali e naquela hora, "de uma vez por todas"[1108].

África do Sul: *apartheid* e comércio

Em indício de mudança na política com relação ao regime segregacionista de Pretória, o Brasil copatrocinou, em novembro de 1969, projeto de resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas que pedia aos membros da organização para proibirem entendimentos econômicos e financeiros com a África do Sul, cortarem as rotas aéreas e marítimas de seus territórios para aquele país e dissuadirem seus principais parceiros comerciais a cooperar com o governo e as empresas nele registradas[1109]. Essa ação diplomática mostrava-se mais uma vez contraditória, pois,

1108 TRINDADE, 1983, período 1961-1981, p. 71-72.

1109 SELCHER, 1974, p. 194.

durante aquele ano, fora inaugurado voo de empresa aérea sul-africana para o Rio de Janeiro.

Para dirimir dúvidas sobre essa política brasileira com relação ao segregacionismo sul-africano, o embaixador João Augusto de Araújo Castro, pronunciou discurso na Assembleia Geral, em 8 de outubro de 1970, em que afirmou ter o Brasil posição "clara e inequívoca" contrária ao "sistema de *apartheid* reinante na África do Sul[1110]. Reiterou não ter o país, "em nenhum momento, considerado um pacto militar" com o governo sul-africano[1111]. Essas repetidas rejeições públicas brasileiras às propostas do governo de Pretória de formar uma aliança militar com a Argentina, Uruguai e possivelmente Chile para a defesa do Atlântico Sul teriam deixado constrangido o governo de Buenos Aires[1112].

O distanciamento brasileiro, porém, não era completo. Em janeiro de 1972, o governo brasileiro assinou com o da África do Sul um memorando de entendimento sobre transporte aéreo a respeito de ampliação das frequências de voos da Viação Aérea Riograndense (Varig) e da South African Airways. Em março, foi assinado acordo para evitar dupla imposição de tributos nos lucros decorrentes do transporte aéreo e marítimo entre os dois países[1113]. Além disso, naquele ano, o Brasil não se incluiu entre os signatários da Convenção Internacional sobre a Supressão e Punição do Crime de *Apartheid*[1114].

1110 SARAIVA, 1996, p. 202.

1111 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 228.

1112 MONETA; WICHMANN, 1981, p. 154.

1113 VIZENTINI, 2004, p. 179-80.

1114 TRINDADE, 2000, p. 284.

População: papel no desenvolvimento

A discussão multilateral sobre a questão de controle da população mundial seria objeto de poucas declarações brasileiras. O ministro Gibson Barboza fez, em julho de 1970, pronunciamento no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, sobre o tema durante discussão da estratégia internacional de desenvolvimento. Limitou-se a dizer que, para os países que utilizavam "mão de obra abundante em seu desenvolvimento", a população, como fonte de trabalho, era "fator de produção tão importante quanto o capital". Além disso, realçou o papel da "população na criação de um mercado adequado para o consumo de massa, nos países em desenvolvimento[1115].

Em Nova York, o embaixador Sérgio Armando Frazão, pronunciou discurso, na II Comissão da Assembleia Geral, a respeito do item relativo ao Ano Mundial da População, no qual ressaltou ser "a população um fator essencial na promoção do desenvolvimento econômico", pois, argumentou, a "escassez de capital" tinha de ser "compensada através de uma intensiva utilização do fator trabalho, com vistas ao aumento da produção e expansão do mercado".

Atuação econômica externa

O governo Médici encontrou a economia brasileira em franca expansão. Em 1969, houve um crescimento de 9,8% do PIB[1116]. A inflação, que, em 1964 alcançara a taxa de 140%, reduziu-se, em

1115 VIZENTINI, 2004, p. 128, cita frase de Araújo Castro para quem "ao invés de insistir-se no aumento do dividendo, ou seja, o Produto Nacional Bruto, insiste-se na imobilização do divisor, isto é, do contingente populacional".

1116 SCHNEIDER, 1991, p. 262.

1969 a 20% e as exportações superaram o patamar de 2 bilhões de dólares[1117].

Em meio a sequestros de diplomatas e acusações de tortura, o ministro Gibson Barboza conseguia voltar-se para questões comerciais. Em conferência que pronunciou em São Paulo, em março de 1970, afirmou que países como o Brasil sentiam a necessidade de alterar profundamente as regras do comércio internacional. Expressou esperança de que se pudesse avançar nas negociações para o estabelecimento de um sistema de preferências gerais, não recíprocas e não discriminatórias em favor das exportações de manufaturas e semimanufaturas dos países em desenvolvimento[1118].

No Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, o ministro brasileiro fez, em julho, pronunciamento durante o qual propôs estratégia internacional de desenvolvimento que incluísse políticas demográficas, agrícolas e de emprego. Citou Raul Prebisch para criticar a excessiva especialização na agricultura, pois "aumentaria a vulnerabilidade externa dos países em desenvolvimento"[1119].

De volta ao país, em conferência que pronunciou, ainda em julho, na Escola Superior de Guerra, Gibson Barboza expressou alguns pensamentos que marcavam as preocupações nacionais no plano exterior naquele momento, entre as quais destacou a sempre presente questão do desenvolvimento. Afirmou que o Brasil era uma "potência em ascensão", "de altas potencialidades", as quais apenas começavam a ser "postas em proveito de seu progresso de maneira integrada e racional. Observou que, "com um vasto território, crescente população e imensos recursos naturais", a

1117 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. V, p. 11-15.

1118 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 61.

1119 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 147-48.

"problemática" do país decorria "dessas mesmas condicionantes" e distinguia-se "dos demais". Expressou pensamento de que devia se avaliar, "com ambição, mas com realismo", as bases geográficas, políticas e econômicas do país, bem como sua "capacidade de ação". Propôs que se mantivesse consciência do "indeclinável dever de o país formular sua atuação diplomática em função da meta principal do país", que, a seu ver, era o "desenvolvimento"[1120].

Enquanto isso, a economia brasileira dava saltos. O crescimento do PIB em 1970 foi de 10,4%, as exportações atingiram quase 4 bilhões de dólares (cerca de 30% compostas de produtos manufaturados), o ingresso de investimentos estrangeiros superou os registros históricos, o Fundo Monetário Internacional aprovou as medidas monetárias adotadas, e as reservas internacionais se elevavam (atingindo 5,4 bilhões em meados do ano seguinte)[1121].

Em medida de forte impacto na economia mundial, os Estados Unidos abandonaram, em 15 de agosto de 1971, a equivalência do dólar em ouro[1122]. As medidas econômicas adotadas pelo governo americano não se limitariam ao plano financeiro e incluiriam também uma sobretaxa temporária de 10% sobre as importações[1123]. A XI Reunião da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana criticou, em setembro, a decisão tomada pelo governo dos Estados Unidos, de suspender a conversibilidade do dólar e impor essa sobretaxa, considerando ser iníquo terem os governos latino-americanos que suportar as consequências das medidas corretivas de Washington[1124].

1120 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 159-69.

1121 SELCHER, 1974, p. 34.

1122 GARCIA, 1999, p. 151.

1123 YOUNG; KENT, 2004, p. 431.

1124 CERVO, 2001, p. 243.

As medidas americanas e a situação externa difícil não impediram que o PIB brasileiro crescesse 11,3% em 1971. Esses avanços tampouco impediam que a diplomacia brasileira se associasse às reivindicações de outros países em desenvolvimento queixosos de ser-lhes adverso o cenário internacional, tal como expressaram na III Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em Santiago, em abril de 1972. Na ocasião, as decisões realçaram a necessidade de a comunidade internacional redigir uma Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, ideia que constituiria a Resolução nº 45, mais tarde aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por 120 votos a favor, 6 contra e 10 abstenções[1125].

No discurso que proferiu como chefe da Delegação brasileira àquela Conferência, o embaixador Georges A. Maciel afirmou que não poderia esconder "certo pessimismo" em relação à situação econômica internacional. Afirmou que era então evidente que "o hiato" que separava "os países ricos dos países pobres" somente poderia ser superado se, "além do esforço interno de cada país", a comunidade internacional adotasse "um conjunto amplo e coerente de medidas "que abarcasse "todo o campo das relações econômicas internacionais", isto é, se fosse adotada uma "estratégia integrada para o desenvolvimento". Notou que se sabia,

> "por experiência histórica, que o comportamento dos países desenvolvidos não era sempre pautado pela consciência de que a eliminação das disparidades econômicas era uma responsabilidade e uma obrigação da comunidade internacional como um todo e que nem mesmo era [esse comportamento] sempre coerente com os princípios por esses próprios países propugnados e adotados".

1125 GREEN, 1985, p. 150.

Prosseguindo, lembrou que, naquele ano, seriam assentadas as regras de participação dos países em desenvolvimento nas negociações comerciais, a serem iniciadas no ano seguinte e cuja oportunidade e necessidade eram decididas, "novamente de forma unilateral, pelo grupo dos países desenvolvidos". Defendeu ser fundamental que não se repetisse o que já ocorrera em outras rodadas de negociações comerciais, especialmente na Rodada Kennedy, em que os países em desenvolvimento haviam sido "marginalizados" e cujos resultados, em consequência, haviam atendido "de forma absolutamente preponderante os interesses do mundo industrializado". Opinou que a eliminação das disparidades econômicas era uma "responsabilidade e uma obrigação da comunidade internacional como um todo". Incluiu entre os fatores que justificavam aquela "ótica pessimista", as tendências então recentes para "uma maior compartimentalização do comércio internacional, uma elevação das margens de discriminação tarifária e um maior grau de protecionismo", que poderiam "inclusive resultar da ampliação das Comunidades Europeias"[1126].

O Brasil continuou a manter, em 1972, suas teses sobre a questão de segurança econômica coletiva. O representante permanente brasileiro junto às Nações Unidas, embaixador Sérgio Armando Frazão, proferiu, em outubro, extenso discurso na II Comissão da Assembleia Geral, sobre o tema, quando procurou explicitar esse conceito de iniciativa brasileira. Afirmou que a "segurança econômica coletiva" acarretaria, obviamente, o "escrutínio constante de cláusulas comerciais internacionais de modo a evitar conflitos entre os países desenvolvidos e para planejar e prover para os países em processo de desenvolvimento melhores oportunidades no mercado internacional em benefício do próprio aumento geral de recursos". Propôs que uma Organização Internacional de Comércio

1126 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, 1972, p. 120-121.

e Desenvolvimento, ou "algo semelhante", fosse a agência "necessária para negociar os ajustes básicos que o crescimento compensatório e o desenvolvimento e industrialização globais exigiriam"[1127].

A economia brasileira, enquanto isso, continuava a exibir dados extremamente positivos e, até o final do ano, o PIB havia crescido 12,1%[1128]. As boas notícias foram completadas, em novembro, pelo anúncio da descoberta pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) do primeiro campo de petróleo na plataforma marítima de Campos.

Os países em desenvolvimento se articulavam e, durante conferência do Movimento Não Alinhado realizada em Argel, em setembro, surgiu a proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional pela qual os países produtores de produtos primários negociariam melhores termos de troca com os países industrializados. À época haviam três países latino-americanos membros do Movimento (Chile, Cuba e Peru) e diversos outros, com o *status* de observadores[1129], como o Brasil.

No discurso que pronunciou na Assembleia Geral das Nações Unidas, igualmente em setembro, aos representantes dos 135 países-membros, Gibson Barboza expressou esperança de que da *détente* surgisse "uma ordem internacional mais equitativa" e que esta propiciasse "um sistema eficaz de segurança coletiva política e econômica, fundada não na opressão e no suposto direito adquirido dos mais fortes, mas no reconhecimento das justas reivindicações e dos interesses de todos os Estados, no direito soberano de cada qual à plenitude do desenvolvimento econômico e bem-estar social e na participação de cada um, em pé de igualdade, na institucionalização das regras de conduta coletiva"[1130].

1127 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, 1972, p. 222.

1128 SCHNEIDER, 1991, p. 265.

1129 BELL, 2004, p. 487.

1130 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1973, p. 85.

Nos foros financeiros as frustrações igualmente cresciam. Em reunião do Fundo Monetário Internacional realizada em Nairóbi, ainda em setembro, resolveu-se constituir um grupo de trabalho para examinar o problema da reforma monetária. O grupo dos 24 (países em desenvolvimento) emitiu comunicado reclamando maior atenção para suas necessidades. A respeito da reunião, o ministro Antônio Delfim Neto reconheceu que não se obteve "progresso na transferência de recursos reais aos países em desenvolvimento".

Os países árabes produtores de petróleo, reunidos em Viena, em outubro, exigiram aumento de 100% no preço do barril. A partir de então, a situação econômica internacional apresentaria sinais crescentemente preocupantes para o Brasil. Em meio à guerra do Yom Kipur, a Organização dos Países Produtores de Petróleo aumentou o preço do produto em dois terços. Logo após o conflito, produtores árabes, detentores de um terço da produção mundial, impuseram embargo aos países que ajudaram Israel, entre os quais incluiu Estados Unidos, Países Baixos, Portugal e África do Sul[1131].

A situação mostrava-se cada vez mais adversa aos países em desenvolvimento, tendo sido aprovado, em dezembro, o primeiro Acordo Multifibras, documento plurilateral que estabeleceu quotas e divisão do mercado mundial de têxteis[1132]. O instrumento visava, claramente, à proteção dos interesses dos países industriais diante de novos produtores[1133].

Os efeitos do aumento do preço do petróleo não se refletiram, de imediato, na economia brasileira que continuava crescendo a ritmo acelerado e apresentou, ao final de 1973, dados ainda muito positivos, embora já aparecessem os primeiros sinais da crise que

1131 YOUNG; KENT, 2004, p. 432.

1132 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 154.

1133 DEFARGES, 2003, v. 1, p. 186.

viria a seguir. O PIB brasileiro cresceu impressionantes 14% ao ano[1134]. Constituiu na maior taxa de crescimento de qualquer país grande do mundo naquele ano. Somados aos cinco anos anteriores, alcançava o total de 63%, o que, nas palavras de Médici, seria o crescimento mais rápido da história moderna.

No comércio exterior, as exportações atingiram o montante de 6,6 bilhões de dólares. Notava-se diferenças nos mercados destinatários, pois, entre 1971 e 1973, as exportações brasileiras para os Estados Unidos haviam caído de 26,1 para 18,1% do total[1135]. Por outro lado, em 1973, a Comunidade Econômica Europeia passou a ser o maior parceiro comercial do Brasil, respondendo por 30% das exportações do país. Também o perfil dos produtos exportados se modificava. O café, que representara mais da metade das receitas de exportação em 1964, caíra para menos de um quinto em 1973[1136]. A importação de petróleo mostrava sinais preocupantes, pois o país produziu apenas 9,8 milhões de metros cúbicos de petróleo bruto e importou 37 milhões[1137].

No plano financeiro, o balanço de pagamentos apresentou superávit de 2,1 bilhões de dólares e as reservas subiram para 6,4 bilhões de dólares[1138]. Os investimentos estrangeiros saltaram de 61 milhões de dólares em 1968 para 900 milhões em 1973[1139]. Provinham dos seguintes países: 37,5% dos Estados Unidos; 11,4% da Alemanha Federal; 7,9% do Canadá; 7,8% da Suíça; 7,1% do Reino Unido; 7% do Japão; 4,5% da França e 3% dos demais,

1134 SCHNEIDER, 1991, p. 265.

1135 GÓES, 1985, p. 97.

1136 SCHNEIDER, 1976, p. 21.

1137 CERVO; BUENO, 1992, p. 432.

1138 FLYNN, 1978, p. 476.

1139 BANDEIRA, 1989, p. 196.

conforme gráfico abaixo[1140]. A dívida externa, porém, quase triplicou entre 1969 e 1973, saltando de 4,4 para 12,6 bilhões de dólares[1141].

Como um todo, o período de 1969 a 1974 correspondera a um crescimento econômico a taxas elevadas, a redução da inflação (de 24,2% em 1969 para 13,7% em 1973), aumento dos investimentos e das exportações.

Apesar do esforço de venda, as exportações de mercadorias do Brasil, em relação a seu PIB, mantinham, em 1973, um grau de participação muito mais baixo do que em vários países desenvolvidos e os "tigres asiáticos". Assim, enquanto este percentual era de 2,5% no Brasil, muito menor do que a média mundial (11%), atingia dois dígitos nos Países Baixos (41%), Alemanha (23,8%), Canadá (19,9%), França (15,4%), Reino Unido (14%), Austrália (11%) e Taiwan (10,2%)[1142].

O Serviço Exterior brasileiro

Durante a gestão de Mário Gibson Barboza à frente do Itamaraty, duas políticas administrativas se destacariam, isto é, a mudança do Ministério para Brasília e o início da ampliação de postos diplomáticos e consulares, movimento que teria maior impulso ainda na política administrativa seguinte.

A mudança para Brasília

Ao tomar posse em 31 de outubro de 1969, o ministro Gibson Barboza afirmou que seria levada adiante a mudança do Itamaraty

1140 LAGO, 1997, p. 282.

1141 ABREU; BELOCH, 1984, p. 1.107.

1142 ALMEIDA (1998, p. 276) transcreve quadro com base em Angus Maddison. *Monitoring the World Economy, 1820-1992*. Paris: OECD, 1995.

para Brasília[1143] e conclamou os diplomatas a fazerem disso "um gesto de vontade e entusiasmo, não de conformismo e tristeza"[1144]. De fato, aceleram-se as medidas para o translado da Chancelaria brasileira.

Algumas embaixadas estrangeiras haviam se transferido para Brasília e se ressentiam de não ter ainda o Ministério das Relações Exteriores se transferido para a nova capital do país[1145]. Por esse motivo, entre outros, o Itamaraty enviou uma nota Circular às missões diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro na qual anunciou, em 5 de janeiro de 1970, a mudança. Segundo o documento, o Itamaraty estaria "definitiva e totalmente instalado" em Brasília até o dia 21 de abril daquele ano, décimo aniversário da nova capital. Até fevereiro ou março, o ministro de Estado das Relações Exteriores estaria residindo em Brasília, e a partir daquele momento só seriam concedidas audiências na capital. A data exata seria comunicada ao corpo diplomático oportunamente. A partir de 7 de setembro, o gozo dos privilégios e imunidades diplomáticas reconhecidas pelas convenções, praxes e usos internacionais, e leis que regiam a matéria, por parte dos representantes diplomáticos acreditados junto ao governo brasileiro, requereria residência fixada em área do Distrito Federal e somente até aquela data a lista diplomática do Ministério das Relações Exteriores poderia conter os nomes de membros de missões diplomáticas estrangeiras com endereço no Rio de Janeiro[1146].

Em meio à delicada situação de sequestro do cônsul do Japão, em 15 de março, o ministro Gibson Barboza e demais diplomatas brasileiros de fato se mudaram definitivamente

1143 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 251, parágrafo 2º.

1144 BARBOZA, 1992, p. 193.

1145 BARBOZA, 1992, p. 200-201.

1146 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Documentos*, v. IV, p. 23-24, contém a Circular.

para Brasília, tendo passado a Chancelaria brasileira a operar totalmente da nova capital. A medida implicou modificações nas comunicações, alojamento de funcionários, transporte e instalação de departamentos e divisões[1147].

Início da ampliação de postos

Durante a gestão de Gibson, teve início a ampliação de postos diplomáticos, sobretudo em países em desenvolvimento. Assim, por decretos emitidos no curso do ano de 1969, foram criadas embaixadas na Costa do Marfim e em Trinidad e Tobago[1148]. Ao encerrar-se aquele ano, o Itamaraty registrou em seu relatório anual, entre as atividades realizadas, a criação também de Embaixada em Riad (cumulativa com Beirute)[1149], bem como o prosseguimento de programa de construção de outras sedes de representações diplomáticas em Beirute, Dacar, Lima, Washington e Berna[1150]. Em 1971, foi instalada, em novo edifício, a Embaixada em Paris, adquirida Sede para a Embaixada em Georgetown, inaugurada a nova chancelaria da Embaixada em Washington e iniciada a construção da Embaixada em Dacar. Em 1973, foram adquiridos imóveis em Tegucigalpa, Georgetown, La Paz, Assunção (missão cultural), Lima (reconstrução), Nairobi, Tóquio (terreno) e Paris, bem como terminadas as construções das Embaixadas em Washington e Dacar.

1147 BARBOZA, 1992, p. 205.

1148 CASTRO, 1983, p. 472.

1149 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 71.

1150 MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório,* 1969, p. 174.

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Acompanhe nossas redes sociais

@funagbrasil

Impressão: Gráfica e Editora Qualytá Ltda.
Papel da capa: cartão duplex 250g/m2
Papel do miolo: pólen similar 80g/m2

Neste segundo volume de Fernando de Mello Barreto, desde já é permitido concluir que se tornará referência indispensável aos trabalhos futuros sobre a política exterior do Brasil entre 1964 e 1985. A essa posição, está ele destinado pela solidez do levantamento cuidadoso do encadeamento dos acontecimentos ao longo desses anos, pela linguagem clara, direta e sem obscuridades com que a narrativa articula os fatos e decisões mais importantes, ao mesmo tempo em que divide e caracteriza as diversas fases pelas quais passaram as relações brasileiras com outros países ou com organismos internacionais em cada uma das gestões ministeriais (veja-se, por exemplo, a acertada classificação das fases da relação Brasil-Estados Unidos durante a gestão Geisel-Silveira).

Também o credencia a tal papel a rica documentação que ampara e fundamenta cada etapa da construção da trama expositiva, com farta utilização dos mais expressivos e reveladores trechos de discursos e documentos da época, bem como a exaustiva fundamentação do texto em notas de origem ou elucidativas, as quais chegam, em certos capítulos, a mais de 600. Trata-se de trabalho pioneiro sobre período histórico ainda próximo e, por isso mesmo, percebido confusamente como magma de lembranças sem forma definida. Conforme costuma ocorrer nesses casos, teve o autor de agir como desbravador e de selecionar, dentro da floresta emaranhada de fatos minúsculos ou maiúsculos, aqueles que mereceriam figurar em sua síntese. Suas escolhas do que deveria ou não constar da história pareceram-me judiciosas e provavelmente hão de influenciar os estudos que se seguirem.

Será, por muito tempo, creio, a obra insubstituível para encetar o estudo de um dos períodos da história da política exterior do Brasil com implicações mais determinantes para a fase que vivemos hoje.

Rubens Ricupero

ISBN 978-85-7631-904-7
9 788576 319047

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO